

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	5
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	25
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	28
1.5 Principais clientes	43
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	44
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	53
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	54
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	56
1.10 Informações de sociedade de economia mista	58
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	59
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	60
1.13 Acordos de acionistas	61
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	62
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	63
1.16 Outras informações relevantes	64
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	65
2.2 Resultados operacional e financeiro	78
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	82
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	83
2.5 Medições não contábeis	84
2.6 Eventos subsequentes as DFs	91
2.7 Destinação de resultados	92
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	93
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	94
2.10 Planos de negócios	95
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	98
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	99
3.2 Acompanhamento das projeções	100

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	101
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	143
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	144
4.4 Processos não sigilosos relevantes	146
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	151
4.6 Processos sigilosos relevantes	152
4.7 Outras contingências relevantes	153
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	154
5.2 Descrição dos controles internos	155
5.3 Programa de integridade	161
5.4 Alterações significativas	164
5.5 Outras informações relevantes	166
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	171
6.3 Distribuição de capital	175
6.4 Participação em sociedades	176
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	177
6.6 Outras informações relevantes	178
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	179
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	181
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	182
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	183
7.4 Composição dos comitês	195
7.5 Relações familiares	196
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	197
7.7 Acordos/seguros de administradores	202
7.8 Outras informações relevantes	203
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	207

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	211
8.3 Remuneração variável	215
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	217
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	220
8.6 Outorga de opções de compra de ações	221
8.7 Opções em aberto	222
8.8 Opções exercidas e ações entregues	223
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	224
8.10 Outorga de ações	225
8.11 Ações entregues	226
8.12 Precificação das ações/opções	227
8.13 Participações detidas por órgão	228
8.14 Planos de previdência	229
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	230
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	231
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	232
8.18 Remuneração - Outras funções	233
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	234
8.20 Outras informações relevantes	235
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	236
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	238
9.4 Outras informações relevantes	239
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	240
10.1 Descrição dos recursos humanos	242
10.2 Alterações relevantes	243
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	244
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	246
10.5 Outras informações relevantes	247
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	248

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	250
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	255
11.3 Outras informações relevantes	257
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	258
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	259
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	261
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	262
12.5 Mercados de negociação no Brasil	263
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	264
12.7 Títulos emitidos no exterior	265
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	266
12.9 Outras informações relevantes	267
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	268
13.1 Declaração do diretor presidente	269
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	270
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	

1.1 Histórico do emissor

1. Atividades do emissor

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

VISÃO GERAL

A Datora iniciou as operações no Brasil em 1993 e 3 anos depois foi a primeira a fornecer VoIP na América Latina. Atualmente, está presente em todo o país e tem escritório nos Estados Unidos, Guatemala, Colômbia, França, e Israel, atuando no mercado de tecnologia fornecendo ampla oferta de serviços para seus clientes por meio de suas plataformas operacionais no formato CPaaS – *Communication Platform as a Service* (“CPaaS”). A Companhia também atua no mercado B2B2X, uma vez que atende o mercado corporativo, oferecendo soluções que podem ser usadas por clientes finais, no setor de meios de pagamento, rastreabilidade de ativos, agropecuário, mercado *pet*, indústria 4.0 ou em qualquer dispositivo que precise se conectar. Nesse sentido, a Companhia opera nos quatro segmentos abaixo destacados, os quais atuam de forma sincronizada, de forma a gerar sinergia e *cross-selling*¹ entre eles.

O primeiro segmento em que a Companhia opera é o CPaaS-IoT, onde a Companhia oferece para o mercado a conectividade e uma gama de serviços de valor agregado com a finalidade de conferir aos seus clientes eficiência, agilidade e competitividade em seus mercados. Nesse segmento, destacam-se o setor automotivo (serviços de telemetria e rastreamento), segurança, financeiro (serviços para PoS (*Point of Sales*), caixa eletrônicos etc.).

O segundo segmento em que a Companhia opera é o CPaaS-Geral, que tem como produto e serviço principal a oferta de um pacote *whitelabel*² de telefonia fixa, móvel e de dados, além do portfólio de *Internet of Things* (“IoT”) para clientes como ISPs – *Internet Service Providers* (“ISPs”) e redes de varejo.

O terceiro segmento em que a Companhia opera, ainda no ambiente de CPaaS, é o CPaaS-OTT (*Over The Top*), onde a Companhia oferece serviços de conectividade que permitem às OTTs³ autenticar seus usuários. Nesse segmento, destacam-se como clientes, Uber, 99 e Google que usam serviços da Companhia por meio de seus fornecedores globais.

O quarto segmento em que a Companhia opera é o Voz sobre Protocolo de Internet (“VoIP”), que funciona como alicerce das operações de CPaaS, serviço escalável e que permite autonomia operacional, já que serve como uma verticalização da cadeia nesse segmento. Devido à tecnologia embarcada, VoIP, a Companhia é capaz de ter uma infraestrutura operacional com baixas demandas de investimentos, suportando o crescimento de todos os segmentos. Nesse segmento, a Companhia presta serviços como antifraude e *billing* para as grandes operadoras no Brasil e no mundo, além de atuar como importante via para originar e receber chamadas de voz.

Linha do Tempo

Iniciando suas operações em 1993, a Companhia vem ao longo desse tempo se transformando, sempre em busca de tecnologia, inovação e pioneirismo. Evoluiu muito em governança corporativa, constituiu uma equipe experiente e com muitos anos de casa e possui hoje uma operação lucrativa e rentável.

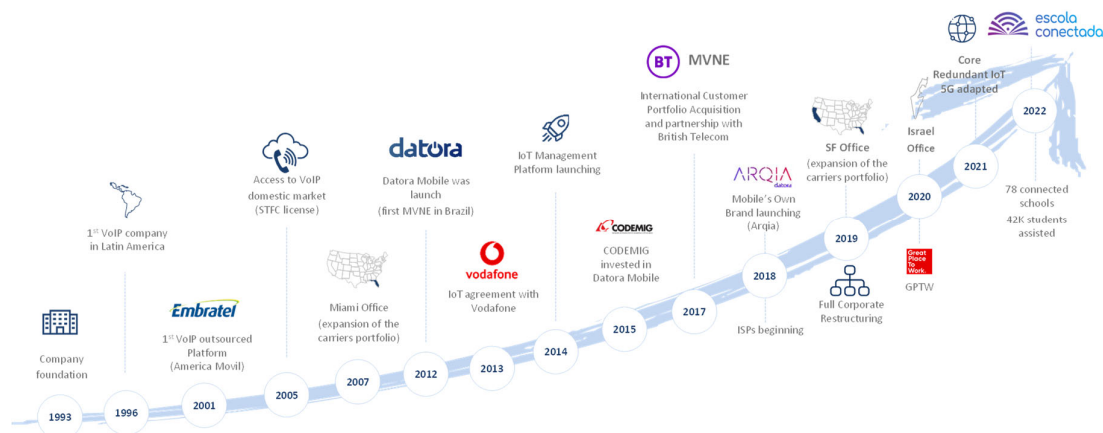
Essa busca começou desde a sua constituição. A Companhia iniciou as suas atividades com a escola de computação e venda de computadores no varejo. Depois, evoluiu para o atacado de partes e peças de informática. Em 1996, iniciou sua atuação com a tecnologia VoIP. Em 2001, celebrou o primeiro contrato de *outsourcing* de *billing* e rede VoIP (*Voice over Internet Protocol*) com a Embratel, o qual está em vigor até a presente data.

¹ Técnica de vendas que consiste em oferecer novos produtos ou serviços para clientes que já compram um ou mais serviços da empresa.

² Uma plataforma ou conjunto de serviços que podem ser customizados pelo cliente corporativo e oferecidos ao consumidor final utilizando a marca e identidade visual do cliente que contratou a plataforma.

³ Empresas que trabalham na camada de aplicação do modelo *Open System Interconnection* – OSI) fornecendo diversos serviços, normalmente utilizando os serviços de internet existentes para esta chegar nos clientes.

1.1 Histórico do emissor



Em 2005, a Companhia adquiriu um espelhinho⁴ no Brasil para operar VoIP no mercado doméstico. Já em 2007, a Companhia abriu um escritório em Miami para explorar o mercado internacional. A evolução do tráfego, a convicção de se manter no segmento VoIP e a especificidade dos clientes – grandes operadoras nacionais, grandes operadoras internacionais e pequenos e médios clientes no Brasil e mais tarde OTTs – exigiram forte necessidade de inovar, pois demandaram juntar as necessidades de um mundo de telecomunicações tradicional baseado em sinalização SS7⁵ com um mundo totalmente virtual baseado em redes IP. Esse desafio forçou e permitiu a Companhia desenvolver tecnologia de comunicação de sinalização entre SS7 e SIP⁶. Nesse cenário, surgiu toda a linha de CPaaS da Companhia.

Em 2008, a Companhia entendeu que o mundo seria móvel. Nessa época, com uma operação de varejo em Portugal, iniciamos uma discussão do que seria uma *Mobile Virtual Network Operator* (“MVNO”). Portugal sofreu com a crise financeira e o êxodo de brasileiros, mas as sementes do que é e como operar segundo um *frame* regulatório de MVNO deram a musculatura necessária para, em 2010, a Companhia ter sido um *player* atuante na implementação da regulamentação de MVNO no Brasil. Em 2011, a Companhia obteve a primeira e a segunda autorizações de MVNO no Brasil. Com a segunda autorização, a Companhia criou a Conecta, uma *joint venture* com a Porto Seguro para explorar o mercado de IoT, via carros segurados pela Porto Seguro e, também, dar o suporte de plataforma para o *cross-selling* em sua base de clientes. Em 2011, iniciou sua atuação com IoT, celebrando o contrato com a Vodafone Global Partner Market. Já em 2014, lançou em sua plataforma serviços de valor agregado para IoT.

A iniciativa foi interrompida em 2015, quando a Porto Seguro seguiu em um plano de verticalização e assumiu, assim, o papel de provedor de serviços da Companhia. A Companhia retornou o foco para a primeira autorização MVNO do País, onde focou no mercado de IoT, culminando em uma parceria estratégica com a Vodafone em 2013. Nessa jornada, a Companhia foi pioneira na implementação de um CORE de rede virtualizado, o que a permitiu sair de uma estrutura de 23 racks⁷ para uma estrutura de apenas três. Nesse mesmo período, a Companhia desenvolveu uma plataforma de gestão, que permite aos seus clientes fazer a gestão dos seus próprios equipamentos. Ativação, cancelamento, gestão de banda, aprovisionamento (ativação e cancelamento do dispositivo), uma plataforma totalmente autosserviço, tendo em vista a integração com todos esses elementos sem a necessidade de intervenção da Companhia.

⁴ Nome dados às novas entrantes no processo de privatização do sistema Telebrás.

⁵ Protocolo de sinalização de chamadas de padrão global, que é usado para: estabelecer, configurar, gerenciar e derrubar uma chamada.

⁶ *Session Initiation Protocol* – Protocolo de Iniciação e Sessão – trata-se de um protocolo para sinalização de sessões multimídia largamente utilizado nas telecomunicações atualmente, o qual é apto a estabelecer, modificar e terminar estes tipos de sessões.

⁷ Estrutura de *datacenter* que permite armazenar e organizar os diferentes componentes de instalações da rede, como servidores, sistemas de armazenamento, *switches*, cabos, entre outros equipamentos.

1.1 Histórico do emissor

Em 2017, observando espaços na oferta de mercado, a Companhia desenvolveu, também na parte móvel, com recursos do INOVACRED, IoT com redundância *full*, melhorando o *uptime* e a cobertura dos serviços.

Com o aumento constante de chamadas VoIP, a Companhia teve que evoluir também nessa área, uma vez que o crescimento proporcional da estrutura de rede acabaria por tomar parte considerável do valor agregado dos serviços oferecidos. Em 2018, a Companhia desenvolveu e adaptou uma solução de mercado de balanceamento de pacotes para uma rede de voz dobrando a capacidade (no mesmo conceito de datacenter em nuvem, a Companhia permite que seus elementos de *core* trabalhem de forma redundante e balanceando o uso da capacidade de forma automática). Também em 2018, a capacidade de gestão de chamadas em tempo real foi ampliada, permitindo a gestão de números inválidos e *releases* de indisponibilidade, o que permite o uso mais rentável dos ativos de rede da empresa.

Já no lado das pequenas e médias empresas que atende no Brasil, a Companhia foi pioneira na oferta de serviços de TI. Em 2019, nessa mesma linha, a Companhia avançou na tratativa *online* de chamadas com a implementação de uma nova versão do *software* de análise preditiva, que permite aumentar ainda mais a rentabilidade dos ativos, uma vez que analisa também o tráfego em tempo real e descarta chamadas improdutivas, além dos benefícios das versões anteriores associados a chamadas inválidas e *releases* incorretos. Ainda em 2019, abriu seu escritório na Califórnia para atender as OTTs.

Atualmente, a Companhia oferece uma gama vasta de serviços que suportam seus clientes na gestão de suas necessidades. A Companhia detém um controle de antifraude como parte do seu pacote de serviços e está trabalhando na implementação de elementos de inteligência artificial em sua rede. A Companhia também analisa em tempo real a disponibilidade de rede sobre a demanda dos clientes da Companhia, evitando não só sobrecarga, mas também perda de tráfego por parte deles.

No fim de 2019, a Companhia abriu um escritório na Califórnia, num esforço de estar mais perto do Vale do Silício e, desta forma, mais próximos das OTTs e das novas soluções para CPaaS. Nessa mesma linha, a Companhia abriu recentemente um escritório em Israel e tem planos de ter colaboradores na China. A pandemia tem atrapalhado esses planos, mas a Companhia reconhece a importância de Israel como centro de inovação e tecnologia, bem como o papel da China na viabilização de dispositivos e soluções para a indústria de IoT.

Ainda em 2019 e com avanços em 2020, a Companhia encapsulou um produto para habilitar novas MVNOs de sua rede, o que também é chamado de “credenciadas”. Por meio de desenvolvimentos internos e integração dos sistemas operacionais de *billing*, provisionamento, gestão dos clientes, portal do cliente e faturamento, a Companhia desenvolveu módulos escaláveis e replicáveis para a venda de credenciadas (MVNOs), que só em 2021 atingiram o total de 13 clientes com contratos firmados, alguns já em operação.

Em 2020, a Companhia avançou na parte do IoT na implementação de uma nova plataforma de BSS/OSS (*Business Support System and Operational Support System*), que permitirá maior escala no desenvolvimento da universalização do IoT. A Companhia também está em processo de instalação do seu novo CORE de IoT, que será totalmente redundante ao atual, mas que também trará uma gama enorme de serviços para serem oferecidos ao mercado, inclusive totalmente compatível e pronto para operar no 5G. Adicionalmente, a Companhia iniciou um projeto de *cloud* das plataformas de suporte de BSS/OSS para os produtos e serviços voltados para pequenos e médios clientes e OTTs. A ideia é ter a plataforma hoje totalmente hospedada no datacenter da Companhia na nuvem, resolvendo assim a dicotomia crescimento versus custos fixos/investimentos.

Em 2021, a Companhia fechou seu primeiro contrato com a área rural, para disponibilizar conectividade no campo. Utilizando uma frequência em caráter secundário fornecida pela Anatel para essa atividade, a Companhia, trouxe conectividade para as máquinas e sensores de uma fazenda na região do Mato Grosso e também possibilitou estender a cobertura para uma vila próxima, trazendo internet rápida para uma população sem acesso à tecnologia. Tal projeto foi concluído no início de 2022.

1.1 Histórico do emissor

Na parte de clientes, a Companhia manteve ações na melhoria da jornada do cliente e na automação de processos internos, como melhorias no portal e a automação do processo de faturamento.

Em 2022, a Companhia superou a barreira dos dois milhões de SimCards, distribuídos nas áreas de rastreamento, segurança, banda larga, meio de pagamentos e outros, ofertando agora também *hardware* e *software* em forma de combo. A companhia, facilitou e aumentou sua carteira de produtos. Para 2023, a Companhia espera terminar a implantação da plataforma de e-SIM, que permite o usuário modificar a assinatura num dispositivo sem a troca física do SIM Card, bem como as configurações de 5G e oferta de *Voice over LTE*, de forma a continuar evoluindo e aumentando sua capacidade de crescer no mercado. Tudo isto transformou a Companhia em uma multinacional brasileira, com presença em diversos países e com acordos comerciais que lhe permitem comunicar com parceiros e com clientes, em qualquer lugar do mundo, fortalecendo os seus pilares de atuação: (i) crescimento consistente de receita, EBITDA e geração de caixa; (ii) portfólio de serviços que permite bilhões de chamadas VoIP anualmente (28 bilhões de chamadas em 2022), dezenas de milhões de sensores/atuadores se comunicarem em diversas partes da América Latina (2,2 milhão de dispositivos conectados em dezembro de 2022) e milhões de mensagens (75 milhões de SMS trafegados em 2022) e sessões de dados que atendem às necessidades de um conjunto amplo de clientes nos mais diversos segmentos, como Fintechs, ISPs, redes de varejo, bancos, meios de pagamento, empresas de segurança, seguradoras, rastreadoras de veículos, empresas do agronegócio, operadoras de telecomunicação, no Brasil e no mundo; (iii) equipe de executivos com experiência no mercado de comunicação, descobrindo oportunidades e articulando negócios que criam valor para os diversos *stakeholders* da Companhia; (iv) cultura de inovação equilibrada com boas práticas de governança, sistematicamente observando os valores essenciais e princípios de ética; (v) presença em segmentos de forte crescimento (CPaaS e IoT) e com perspectiva de aceleração, mantendo geração de resultado e de caixa consistente; (vi) foco em padrões internacionais e nas práticas ambientais, sociais e de governança corporativa, ou *environmental, social, and corporate governance* (ESG); e (vi) foco em parceiros e clientes, visando a qualidade num ambiente disruptivo pela constante inovação.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Segmentação de Mercado

Com a complexidade percebida nas estruturas associadas aos serviços de comunicação, a Companhia atua em quatro segmentos: VoIP e CPaaS (*Communications Platform as a Service*), o qual se desdobra em CPaaS-Geral (que engloba ISP/MVNEs), CPaaS-IoT e CPaaS-OTT, conforme descrito abaixo.

CPaaS

No segmento CPaaS, a Companhia atua nas seguintes frentes CPaaS-IoT (destaque para Carros Conectados, Telemetria, Rastreamento Veicular, segurança e POS), CPaaS-Geral (que inclui ISP/MVNEs) e CPaaS-OTT (atendimento às demandas de empresas de aplicativo):

CPaaS-IoT

No mercado de IoT (*Internet of Things*), a Companhia opera com a marca Arqia desde 2018, atendendo parceiros que incluem IoT em seus produtos, serviços e necessidades, oferecidos para seus próprios clientes e ou utilizados nas suas demandas internas.

Nos serviços oferecidos no CPaaS-IoT, além de conectividade, a plataforma da Companhia inclui a funcionalidade de gestão integrada, seja por interface gráfica ou por API, sempre no formato *White Label*, o que possibilita que parceiros, assim como seus próprios clientes, possam ativar, bloquear, cancelar ou modificar os serviços contratados. Os serviços atuais têm cobertura no Brasil e no mundo.

Soluções em CPaaS-IoT



Fonte: Companhia

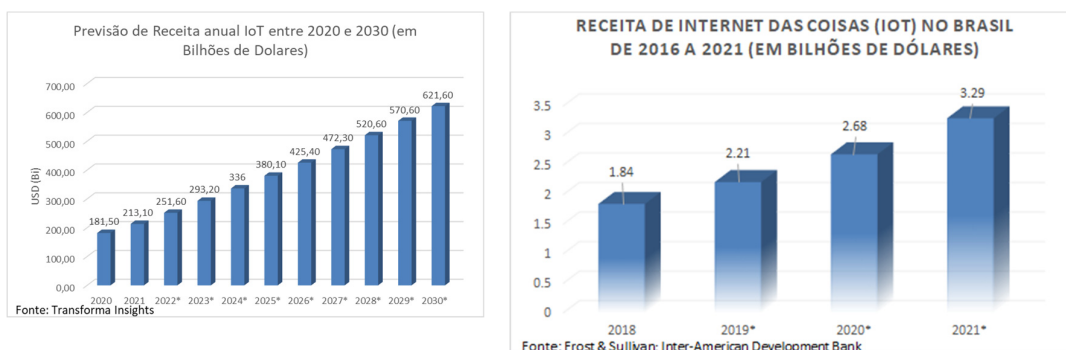
Buscando novas tecnologias e antecipando tendências, a Companhia adiciona novas funcionalidades às soluções de IoT, que incluem desde novos dispositivos até serviços de valor agregado, como sistemas de localização (LBS), sistemas de cerca eletrônica (delimitação geográfica para o funcionamento do POS), opções de gestão de ativos para indústria 4.0, possibilidade de autogestão de APNs¹, dentre outros.

O mercado de IoT é um do mais promissores, conforme mostram as previsões destacadas nos gráficos abaixo:

¹ APN – Nomenclatura do ponto de acesso – define o caminho de rede de toda a conectividade de dados celulares.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Receita total anual relacionada à IoT no mundo e no Brasil



Por meio de seu segmento CPaaS-IoT, a Companhia, atua oferecendo serviços de plataforma de conectividade, gestão e de valor agregado para empresas que incluem essas soluções em seus próprios produtos e serviços ou necessidades e processos internos. E agora, para algumas verticais, soluções de *Hardware*. Estas empresas estão inseridas em diferentes verticais, destacando-se as verticais abaixo:

Carros Conectados

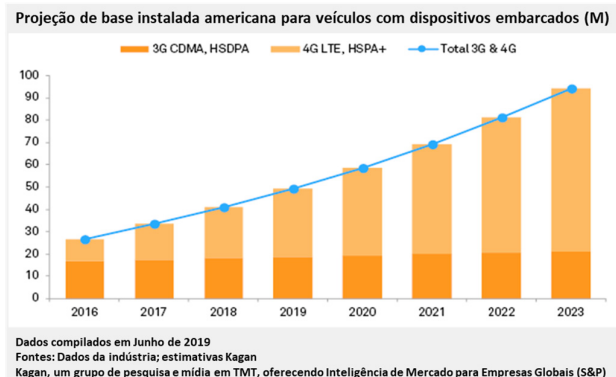
Esta vertical é baseada em veículos que já saem de fábrica com opções de conectividade para aplicações, que vão desde entretenimento a bordo até a manutenção preditiva. Por meio de um *SIM Card* da Companhia, que pode fornecer os serviços móveis, os carros podem se conectar à internet e desta forma, rodarem qualquer aplicação que queiram. A Companhia permite às montadoras, a gestão desta conectividade, por meio dos serviços de delimitação de área para funcionamento da conectividade, gestão de banda, habilitação de voz e SMS, suspensão do serviço, ativação etc.



No mercado americano, a penetração é de cerca de 23% em número de veículos conectados conforme estudo da S&P Global (fonte: <https://www.spglobal.com/marketintelligence/en/news-insights/blog/connected-car-connectivity-growing-as-cars-get-smarter>). Entretanto, no Brasil, apesar de ainda não ter estatísticas disponíveis, devido à baixa quantidade de veículos conectados em relação à frota nacional, a Companhia entende que há uma oportunidade de crescimento nesse segmento, em razão do uso cada vez maior de aplicativos pela população brasileira (fonte: <https://docmanagement.com.br/01/06/2021/brasileiros-superam-americanos-em-adocao-de-aplicativos-e-tempo-de-uso-de-smartphones/> e <https://www.statista.com/statistics/1109786/apps-usage-coronavirus-brazil/>).

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Evolução dos veículos conectados nos EUA



Fonte: Kagan, pertencente ao grupo de pesquisa de mídia *S&P Global Market Intelligence*.

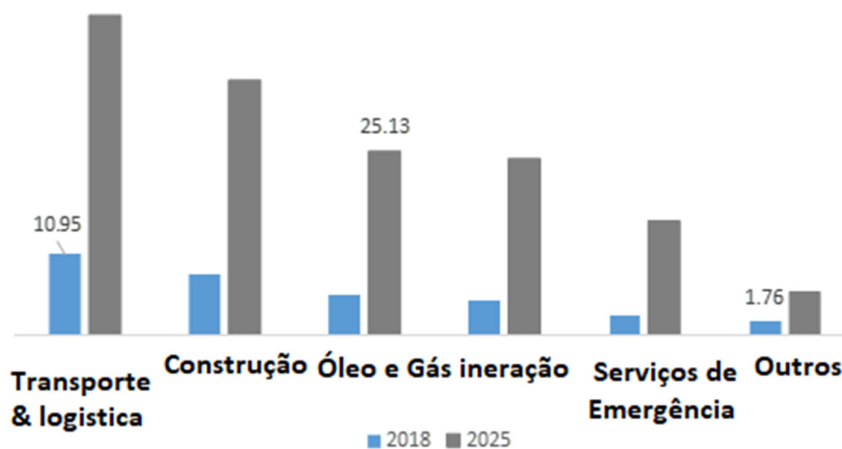
Os dados americanos indicam que a tendência de crescimento desse número é expressiva, tendo em vista que a venda de veículos novos atingiu cerca de 15 milhões de unidades e o crescimento estimado pelo estudo citado acima mostra o acréscimo de cerca de 9 milhões de veículos conectados no mesmo período, ou seja, 60% dos veículos vendidos em 2020 já saíram de fábrica “conectados” (fonte: <https://www.spglobal.com/marketintelligence/en/news-insights/blog/connected-car-connectivity-growing-as-cars-get-smarter>).

Telemetria e Rastreamento Veicular

Esa vertical é composta pelos equipamentos para rastreamento e telemetria veicular (como dados de localização, informações do funcionamento do veículo, perfil de uso do motorista) adicionados depois de o veículo ter saído da montadora. Os serviços prestados se assemelham aos de carros conectados, isto é, permitem a conectividade do carro e, desta forma, o seu monitoramento, com um conjunto de serviços de gestão da conectividade embarcados. Conforme dados da consultoria Gminsights, o mercado de rastreamento deve ter aumento expressivo nos próximos anos.

Mercado global rastreamento e telemetria veicular

Tamanho do Mercado de Rastreamento do Brasil, por Aplicação 2018 & 2025 (em USD Milhão)



Source: www.gminsights.com

Fonte: <https://www.alliedmarketresearch.com/vehicle-tracking-system-market>

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

POS

A vertical de PoS (*Point of Sales*), refere-se às maquininhas de processamento de transações realizadas por cartão de crédito, utilizadas em restaurantes, postos de combustíveis e vários outros comércios do País. A Companhia oferece a conectividade às maquininhas, proporcionando acesso ao banco de dados das gestoras de cartão e permitir a transação. Além da conectividade, como nas demais verticais, a Companhia fornece serviços às gestoras de cartão que permitem o melhor uso da conectividade, bem como maior eficiência em custos, uma vez que a ativação, cancelamento, compartilhamento de banda, dentre outros, podem ser administrados pela própria gestora de cartões, Segundo dados da teleco.com.br, o crescimento entre 2019 a 2022 de Maquinas de cartão de credito foi cerca de 40%, batendo os 21 milhões de maquinhas o ano passado.).

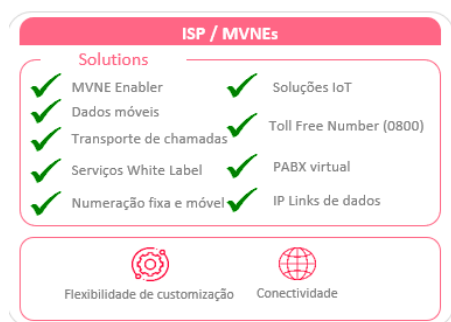
CPaaS-Geral

Nessa frente, a Companhia atua como uma plataforma que seus parceiros utilizam para ofertar os mais diversos serviços de comunicação para seus clientes. Os parceiros da Companhia podem interagir diretamente com os principais elementos de controle e conectividade de sua plataforma, tanto por meio de uma interface gráfica como por meio de APIs – Interfaces programáveis e acessíveis por outros *softwares* (APIs). Essa conectividade permite que múltiplos sistemas de seus parceiros e clientes possam interagir diretamente com a plataforma da Companhia, personalizando os serviços em tempo real.

Esta plataforma possibilita acesso a serviços de valor agregado, destacando, entre outros serviços, antifraude, de faturamento e provisionamento², de gestão de capacidade, e de gestão preditiva de número chamado.

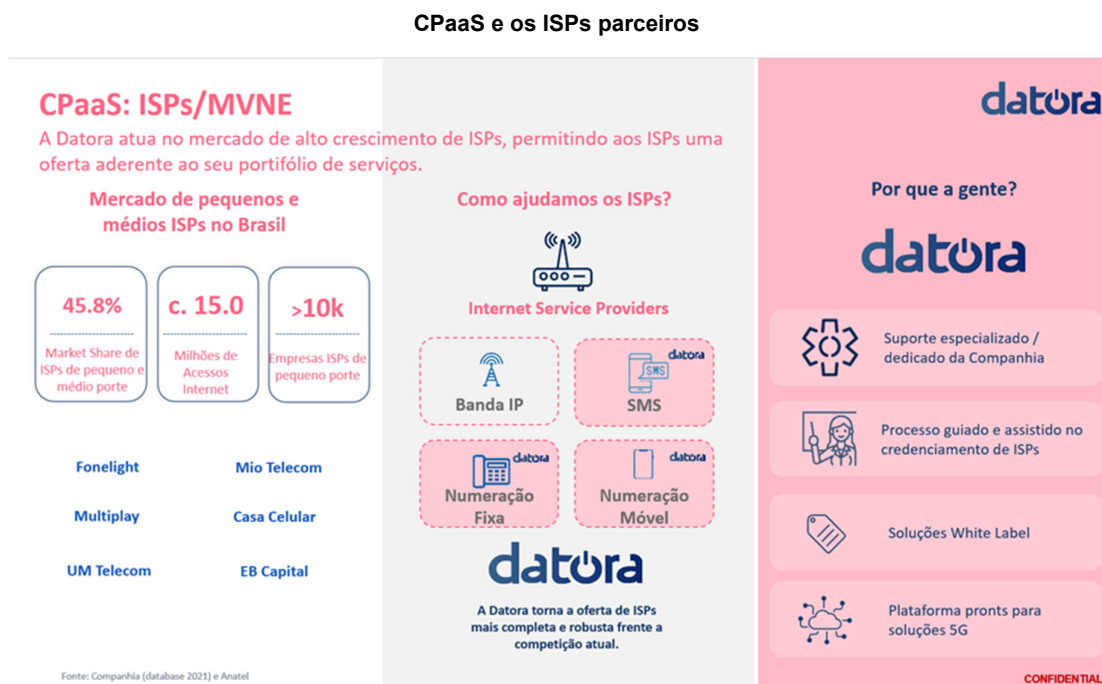
Para ISPs e redes de varejo, além dos serviços destacados acima, a Companhia oferece um pacote completo de serviços no formato *White Label*.

Soluções de CPaaS-ISP/MVNEs



² O serviço de provisionamento constitui o ato de adicionar informações, seja de detalhes de serviço e/ou informações necessárias para a correta prestação do serviço. Exemplo: o provisionamento de um *chip* de celular, consiste na guarda de número do *chip*, códigos de validação, contrassenhas e associar estas informações a um plano de serviço.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Companhia e Anatel

Essa é uma das principais linhas de crescimento planejado pela Companhia, onde atua como MVNE (*Mobile Virtual Network Enabler*), que consiste em uma estrutura que permite aos seus clientes o uso de suas funcionalidades, sem que o mesmo necessite ter sua própria estrutura, técnica e regulatória. Como MVNE, a Companhia licencia seus elementos centrais de uma rede de comunicação móvel, habilitando seus clientes para uma oferta *White Label*, que os permite entregar para seus clientes finais um pacote completo de telefonia móvel, fixa, de dados, mensagem e a possibilidade do uso da totalidade do portfólio de IoT da Companhia.

No caso dos ISPs, a solução da Companhia atua como fortalecimento do portfólio de serviços que estes já possuem, enquanto nas redes varejistas, o pacote da Companhia atua como um elemento de aproximação com os clientes, fortalecendo ações de *marketing/comunicação* e monetização.

Atualmente no Brasil, as MVNOs representam cerca de 1,04% da base de usuários móveis (conforme publicado no *website* https://www.teleco.com.br/mvno_br.asp e enquanto na Espanha esta participação atinge 8,6%, no Japão 13,2% e na Colômbia 6% (fonte: Statista), o que denota o potencial de crescimento do mercado. Pesquisas recentes apontam um mercado de USD 78,15 Bilhões em 2022 e USD 84,36 Bilhões em 2023 chegando a USD 149,13 Bilhões em 2030, segundo a Fortune Business Insights™ (<https://www.globenewswire.com/news-release/2023/03/06/2620807/0/en/With-8-5-CAGR-Mobile-Virtual-Network-Operator-Market-Size-Worth-USD-149-13-Billion-by-2030.html>) a adoção do 5G e outras tecnologias devem impulsionar estes números.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

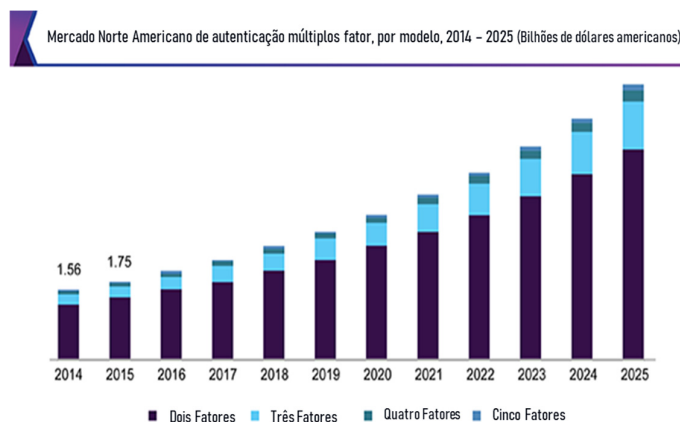
Dados Statista sobre MVNO na Espanha, e no Japão na Colômbia



CPaaS-OTT

No segmento CPaaS-OTT, a Companhia tem como objetivo atender empresas de aplicativo de atuação mundial, chamadas “Over the Top”, por meio da prestação de serviços de autenticação, isto é, permitir que a empresa de aplicativo tenha a garantia de que o cliente que está usando o aplicativo é uma pessoa e é detentor daquela numeração móvel. Um exemplo é o envio de SMS para celulares de forma que o usuário receba uma contrassenha para autenticação na aplicação. Atualmente, a autenticação é um dos destaques da demanda de OTT, conforme o crescimento destacado na figura abaixo entre 2014 e 2025, ainda sem considerar o impacto da pandemia de COVID-19 nos números americanos:

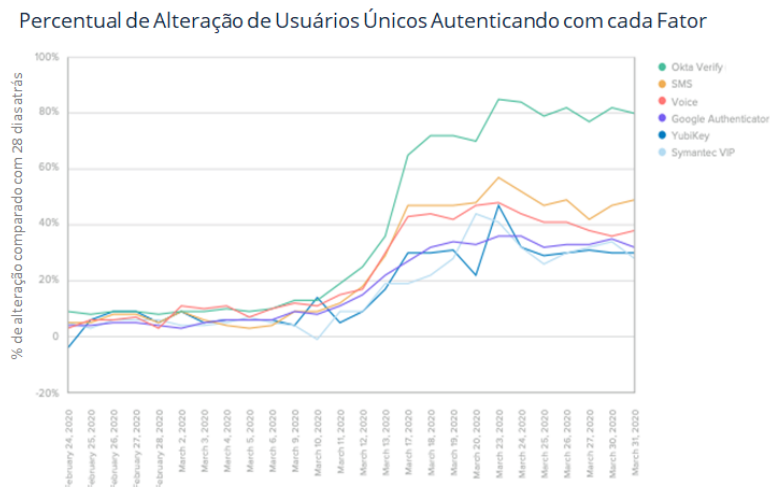
Mercado americano para autenticação multi-fator (“MFA”)



Neste gráfico abaixo, vemos o impacto da pandemia de COVID-19 na quantidade de uso de MFA (Multi Factor Authentication) globalmente, o que indica um crescimento maior a partir de 2020:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Crescimento do uso de MFA impactado pela pandemia de Covid-19



Fonte: <https://www.okta.com/blog/2020/05/mfa-trends-the-impact-of-covid19/>

Este mercado de autenticação de múltiplos fatores (MFA em seu acrônimo em inglês) foi valorados em USD 12,9 bilhões em 2022 e prevê que se atinja USD 26,7 Bilhões nos próximos 5 anos, de acordo com o estudo da Markets and Markets (<https://www.marketsandmarkets.com/Market-Reports/multifactor-authentication-market-231220047.html>), Segundo a pesquisa a demanda é alimentada por crescentes roubos e violações de identidades, aumento no uso de dispositivos IOT / BYOD (traga seu próprio equipamento em inglês. Para o processo de autenticação, os OTTs utilizam vários serviços que permitem e fazem a conectividade, incluindo serviços de mensagens (SMS – *Short Message Services*), numeração local, números especiais, conferência de chamadas acionada via API e chamadas de voz. Vale destacar que as empresas de aplicativo, como Uber, Airbnb e 99, dentre outras, não fazem compras diretamente nos mercados em que atuam. Na verdade, fazem uso de empresas de tecnologia com atuação mundial, as quais para viabilizar os serviços, buscam parceiros locais e com eles constroem uma plataforma integrada de comunicação. Exemplos de empresas assim são a Twilio, a Synch, Plivio e Zenvia, dentre outras, as quais são clientes da Companhia. Desta forma, uma vez conectada com estas empresas, a Companhia não precisa criar um processo de conexão para cada novo cliente de aplicativo que estas empresas conseguirem, o que permite, desta forma, uma maior capacidade de *upsell*³ junto a elas.

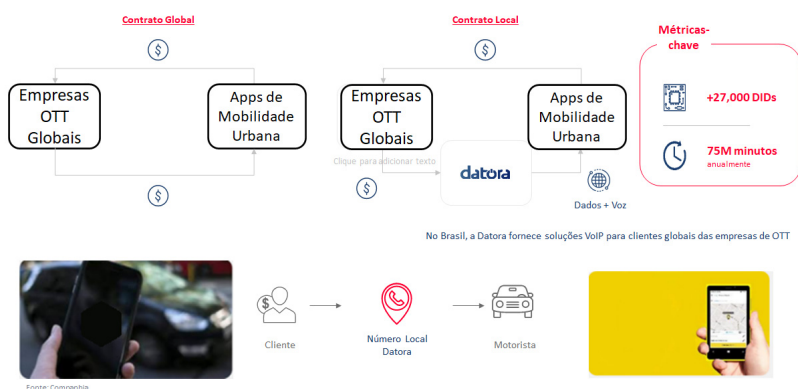
³ Técnica de Vendas que consiste em oferecer novos Produtos ou Serviços para clientes que já compram um ou mais serviço da empresa.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

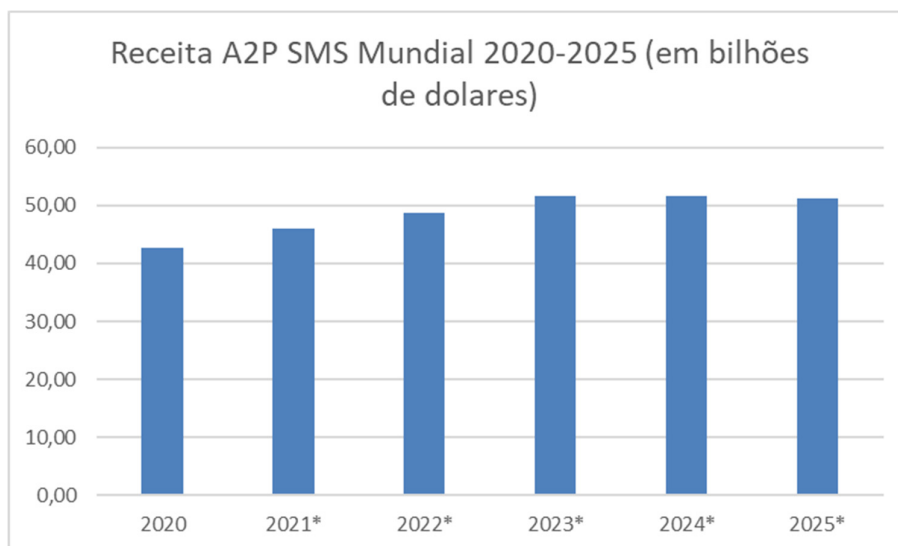
Funcionamento de casos OTT

Estudo de Caso: OTTs

Datora permite que empresas OTT ofereçam soluções locais para seus clientes globais



As expectativas são que ainda haja aumento neste e no próximo ano de SMS A2P (aplicação a pessoa) conforme dados da Juniper Research.



VoIP

O quarto segmento, chamado de VoIP, foca nas grandes empresas de telecomunicações do Brasil e no mundo. O relatório de Pesquisa e Mercados para o crescimento global de VoIP entre 2021 e 2026 indica que os serviços VoIP devem crescer para um valor de US\$ 102.5 bilhões até 2026, de um valor de aproximadamente US\$ 85.2 bilhões em 2021, isso representa um CAGR de cerca de 3.8% (<https://findstack.com.br/resources/voip-statistics/>). Neste segmento, a Companhia atua nas seguintes frentes:

- junto às principais empresas de telecomunicação no Brasil, incluindo os grupos Claro, Oi, Vivo, Algar e TIM, com as quais tem relacionamento em média de mais de 20 anos. A Companhia está fisicamente operando dentro das estruturas de equipamentos e *links* destas operadoras (base para os seus respectivos serviços de provedor de Internet (*backbones*)), permitindo que a totalidade da operação se dê por meio de VoIP com a

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

finalidade de prover qualidade, escala e cobertura com uma baixa demanda por investimentos. A Companhia atua concomitantemente como fornecedor e cliente, uma vez que desempenha um papel importante de eficiência de rede, sendo uma solução para a capacidade da rede de voz das principais operadoras do Brasil, servindo de via para escoar chamadas entre pontos específicos no Brasil, e, desta forma, fazendo o balanceamento entre as operadoras. Atua também como geradora de soluções, como um parceiro de BPO (*Business Process Outsourcing*) de tais clientes e desempenha determinados serviços, como, dentre outros, faturamento, antifraude, revenda de capacidade IP etc., os quais a habilitam a escoar chamadas destas operadoras do Brasil para o exterior.

- As atividades descritas acima, servem de alicerce para o segmento CPaaS, pois buscam robustez e a qualidade da estrutura de acesso aos serviços ofertados pelas plataformas da Companhia. Dentre os elementos de conectividade, destacam-se: (i) o transporte de chamadas VoIP; (ii) numeração local de rede fixa e móvel (DIDs); (iii) numeração especial, como números 0800 e 400x; (iv) SMS – serviços de mensagens; e (v) dados móveis.

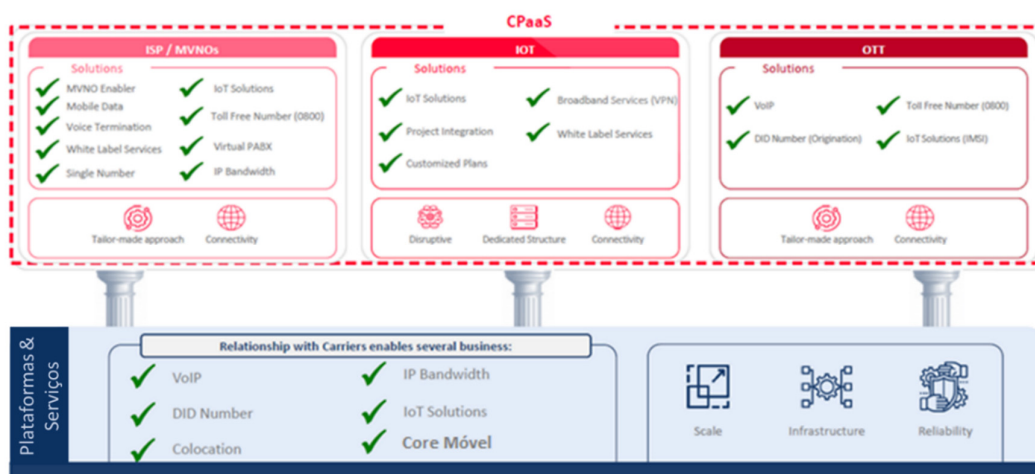
Ao longo dos últimos anos, a Companhia tem ampliado sua capacidade de processamento, no ano passado e atingiu mais de 28 bilhões de chamadas processadas, com *CAGR* de 22% entre 2017 e 2022. A Companhia tem como elementos norteadores da sua atuação: flexibilidade em soluções, robustez na infraestrutura, qualidade e escalabilidade. E, 2022, a Companhia trabalhou, a convite da Agência Nacional de Telecomunicação - ANATEL, em um processo da redução, limpeza de chamadas inoportunas chamada de “Robocall”, visando melhorar a qualidade do tráfego.

Cabe destacar o papel importante que o VoIP traz para os segmentos de CPaaS do ponto de vista de oportunidades, uma vez que seus contratos de *roaming* (entre a Companhia e as operadoras de telecomunicações atuantes no país) ampliam a cobertura dos serviços de IoT. O crescimento da rede aumenta a cobertura dos serviços de OTT, sua ampliação alavanca os serviços de CPaaS para ISPs e redes de varejo, credencia a Companhia a atender clientes globais com necessidades de IoT no Brasil e o volume de suas operações em conjunto proporciona escala na negociação com seus fornecedores etc. Os segmentos, por estarem conectados, geram sinergias entre eles, abrindo oportunidades entre si, quando um segmento cresce.

Portfólio de Serviços da Companhia

O portfólio da Companhia atende seus quatro segmentos de atuação, por meio de diversos serviços, conforme ilustrado no gráfico abaixo:

Infográfico sobre os segmentos de negócios da Companhia



Fonte: Companhia

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Chamadas de voz usando VoIP

Toda vez que um usuário "A" precisa se comunicar com um usuário "B", apesar de não ser transparente para estes usuários, sua comunicação passa por vários equipamentos. Quando estes usuários não estão na mesma área geográfica, ou não são clientes da mesma operadora, esta comunicação passa por duas ou mais operadoras para que a comunicação aconteça. A Companhia é uma destas empresas nestes processos de conectividade complexo, invisível para os usuários finais, mas fundamental para que as empresas estabeleçam a comunicação entre usuários em qualquer parte do Brasil ou do mundo.

Neste caso, a Companhia transporta chamadas entre duas operadoras. Conforme os dados disponibilizados pela ANATEL, somente no Brasil, existem cerca de 40.000 empresas licenciadas (Dados Anatel de 2017: Relação de empresas autorizadas do Serviço de Comunicação Multimídia - Conjuntos de dados - Portal Brasileiro de Dados Abertos), o que resultaria em inúmeras interconexões a serem criadas (a complexidade de interconexões é descrita pela fórmula $[n(n-1)/2]$, detalhada na Lei de Metcalfe (*Metcalfe's law* - Wikipedia). A Companhia atua, reduzindo potencialmente interconexões, tendo em vista que a Companhia pode receber chamadas de qualquer operadora interconectada a ela e entregar para qualquer outra operadora. Isto é replicado pela Companhia não só no Brasil, mas em todas as demais localidades em que atua.

Terminação Nacional e Internacional

Além da possibilidade de transportar o tráfego entre operadoras licenciadas localmente, a Datora Telecom também comercializa a terminação de tráfego para operadoras de telecomunicação internacionais no Brasil e para operadoras de telecomunicação nacionais que precisam terminar chamadas ao redor do mundo.

Números Telefônicos (DID) e Números Especiais

A Companhia possui vários serviços, em sua plataforma de comunicação, para que cada perfil de cliente possa construir a melhor solução para seus clientes.

Os DIDs são números locais nas diversas cidades do Brasil e do mundo e muito utilizados por empresas para sinalizar uma presença local naquela área geográfica, mas mantendo seu atendimento centralizado. Por exemplo, um escritório pode ter um número local em cada capital e em outras cidades do mundo, como Buenos Aires, Miami ou Tel Aviv, contudo com o seu atendimento centralizado em Maringá, Brasil.

A facilidade de se ter um número telefônico permite a comunicação entre sistemas e pessoas. Em aplicações, como Uber, segmento de OTT, o DID é usado para manter o sigilo telefônico do motorista e do passageiro, bem como ter a garantia de que o usuário do aplicativo é o mesmo que participa da chamada. Quando uma pessoa tenta fazer uma ligação para o motorista, o sistema usa o número (DID) fornecido como máscara para chamar o motorista (não fornecendo o número direto dele) e o motorista vê em seu celular um número do aplicativo. Assim os números originais são mantidos em sigilo. Da mesma forma, a Uber tem a confiança de que o celular que pediu o aplicativo é o mesmo que chama o aplicativo. Outras aplicações utilizam os DID de forma mais simples, facilitando o acesso do cliente aos seus sistemas ou suportes. Além da voz, é possível utilizar o DID móvel para interação de SMS entre máquina, entre clientes, e entre máquinas e cliente. Ressalta-se que a aplicação é utilizada não apenas no segmento de CPaaS-OTT, mas também de CPaaS-IoT.

Em destaque, segue abaixo o conjunto de serviços relacionados ao plano de numeração - DID (*Direct Inward Dial*):

- 0800 ou Número Gratuito: A Companhia oferece aos seus clientes o número gratuito no mercado Brasileiro. Desta forma, a Companhia oferece aos seus parceiros, a possibilidade de incluir esta numeração para os serviços ofertados a seus próprios clientes, de modo que eles atendam seus usuários por meio de um número gratuito. O 0800 auxilia na divulgação de um único número em território nacional;
- 4004/3003: Para reduzir o custo associado às chamadas recebidas por 0800, sem perder o efeito de *marketing* de ter um número único no Brasil, a Companhia oferta também a numeração considerada local de 4004/3003,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

onde quem disca o número paga apenas uma ligação local. Desta forma, enquanto o parceiro da Companhia pode cobrar de seu cliente um valor reduzido apenas pelo transporte destas chamadas recebidas em todo o país para um ponto único do parceiro, ou até diretamente do cliente do parceiro.

Banda IP & Links de Dados

Dentre os serviços complementares oferecidos para o CPaaS-Geral, estão os serviços de Banda IP, ou seja, porta de acesso à internet para ISPs e *links* de dados para que esta banda chegue a outras empresas de internet ou outras operadoras (empresas provedoras de internet e/ou operadoras). A Companhia não possui ativos em fibra ótica, mas revende soluções de terceiros para complementar o portfólio.

Soluções IoT

Soluções fim a fim de modo a atender a necessidade de clientes com relação à Internet das Coisas, conectando milhões dispositivos às plataformas analíticas que permitem que empresas e sociedade tirem valor das informações coletadas, bem como tomem ações manuais ou automáticas com relação a esses dispositivos e às máquinas com as quais eles estão conectados.

As aplicações são diversificadas e compreendem um amplo universo de soluções que vão desde o sensor na máquina agrícola, o qual passa as informações de horas trabalhadas e dados do microclima, passando pelas conexões financeiras de POS (*Point of Sale*) ao controle de sinais de trânsito em cidades inteligentes até o controle de frotas.

Sob a marca Arqia, a Companhia disponibiliza em sua plataforma móvel uma gama de funcionalidades que ajudam seus parceiros a estender seus serviços globalmente, utilizando o modelo *White Label*.

Este ano foi lançado o Marketplace de IoT com o objetivo de divulgar as soluções e vender conectividade por meio desta plataforma.

Serviços de Dados Móveis

A Companhia oferta *SIM Cards* com planos variados de dados para os clientes de IoT ou de banda larga, de forma customizada, permitindo mais integração, agilidade e precisão nos serviços, uma vez que tem uma gama de autosserviços e utiliza tecnologia de última geração em suas plataformas. A Companhia customiza o software utilizado no *SIM Card*, para amplificar a eficiência, a segurança e a usabilidade dos dispositivos conectados.

Plataforma de Gestão de SIM Cards

A Companhia oferta plataformas de gestão que permitem o completo gerenciamento da conectividade do cartão, incluindo serviços de localização, entre outros, *e-call* (chamada de emergência), cerca virtual (permite delimitar uma área onde determinada função estará disponível, podendo ser o próprio funcionamento do equipamento ou um serviço, como voz ou SMS) além da constante adição de novas funcionalidades desenvolvidas pela Companhia.

Serviços de SMS

A Companhia oferta uma gama de serviços de SMS, que inclui envio e recebimento de mensagens, seja por meio de *Short Number*⁴ ou de *Long Number*⁵. Geralmente, oferecidos para atividades como autenticação de outras plataformas, SMS, *marketing*, ou até mesmo para auxiliar os desenvolvedores de sistemas operacionais a atualizarem aplicativos. O SMS é um exemplo de *cross-selling* com o segmento de CPaaS-OTT, uma vez que é muito usado por empresas de aplicativo na autenticação de seus usuários.

CPaaS-Geral MVNO (Credenciadas)

No segmento de CPaaS-Geral, a Companhia se posiciona como um “*Enabler*” – um facilitador de operações móveis, suportando empresas que querem ser uma operadora móvel, ou ter serviços móveis, sem ter o ônus de adquirir,

⁴ Corresponde a numeração específica de 4, 5 ou 6 dígitos utilizadas apenas para mensagem de texto.

⁵ Números telefônicos no padrão nacional (área e 9 dígitos).

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

implementar e gerenciar toda a estrutura de uma empresa de telecomunicações no Brasil, do ponto de vista técnico, operacional e jurídico – regulatório, uma vez que é um setor regulado e compreende uma vasta gama de obrigações.

Dentro do segmento de CPaaS-Geral, conforme mencionado acima, temos tanto ISPs que se interessam em ter soluções móveis para complementar o seu portfólio e ofertar o QuadPlay (4Play – que se refere a oferta de serviços em modelo de combo de Internet, TV por assinatura, telefonia fixa e telefonia móvel), como também as redes varejistas, que podem adicionar novos serviços a seus portfólios, já que conseguem ter uma comunicação mais direta e precisa, uma vez que poderão saber se o cliente está próximo, disponibilizar aplicativos, fazer uso de ofertas em pacote, etc.

VANTAGENS COMPETITIVAS

Marca Reconhecida

A marca “Datora”, principal marca da Companhia, se consolidou ao longo dos anos no mercado de telecomunicação e tecnologia, aproximando operadoras tradicionais aos mais novos participantes do mercado, como OTTs, suportando a comunicação entre as aplicações e usuários. Ao longo dos anos, a transparência e parceria da Companhia foram a base para desenvolver o seu relacionamento com as empresas nacionais e internacionais, que se estendeu para pequenas e médias operadoras e prestadores de serviço de internet, criando uma sinergia em um mercado complexo e competitivo.

Flexibilidade de Customização

A Companhia oferece soluções tecnológicas, unificando funcionalidades em uma plataforma única e flexível, possuindo como diferencial a capacidade de inovar, customizar e soluções para facilitar, tanto a gestão dos parceiros, como o uso por parte de seus clientes, como:

- Criação de VPN exclusivas para utilização de serviços IoT, estabelecendo uma maior confiabilidade e segurança no tráfego;
- Possibilidade de criar *SIM Cards* que se comunicam apenas com dispositivos específicos dos parceiros, impedindo que dados sejam roubados pelo uso de APNs exclusivas; e
- Criação de APIs e customização destas para integração com sistemas do cliente de forma a atender da melhor maneira possível as demandas dos parceiros.

Plataforma

A Companhia oferece uma plataforma de gestão de conectividade e de soluções, pronta para gerenciar e oferecer serviços de valor agregado, dando liberdade e transparência ao cliente. Acessando a plataforma da Companhia, o parceiro ou o cliente pode adicionar, remover ofertas, serviços, usuários, obter relatórios técnicos, gerenciais e financeiros para gestão de forma simples e ágil, o que lhe permite controlar seus custos.

A plataforma da Companhia nos permite ligar a Companhia à camada de telecomunicações à chamada TI, permitindo que o mundo de soluções oriundas do movimento de transformação digital, *big data*, *analytics* e internet estejam conectados à vida real, gerando ganhos de eficiência, maiores oportunidades de negócio e um universo de setores e empresas que a Companhia pode atender.

Governança Estabelecida

A Companhia conta com administradores experientes no setor, acionistas controladores dedicados e colaboradores capacitados. A Companhia conta com a atuação permanente dos sócios controladores, acessíveis a todos os níveis hierárquicos, a qual difunde as necessidades e a estratégia da Companhia. A equipe de diretores e gerentes da Companhia, é cuidadosamente escolhida no mercado, trazendo experiência e relacionamento para a empresa. A

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Companhia possui o selo GPTW (*Great Place to Work*) tendo atingido 85% de nível de satisfação, que coloca a Companhia perto das 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil.

Foco na Inovação

A Companhia sabe que a tecnologia evolui, o que levou à criação de um departamento interno específico de inovação buscando soluções e tendências e trazendo dinamismo para a oferta de serviços. Esta área concentra atividades no seu escritório em Israel, totalmente dedicado à busca de novas tecnologias tanto de empresas consolidadas, quanto *Startups*, além dos estudos de criação de um Instituto de Ciência e Tecnologia – ICT.

Know-how

Com desenvolvimento interno, a Companhia mantém a propriedade intelectual dentro da empresa, de forma a facilitar seu desenvolvimento. A Companhia também incentiva os colaboradores a desenvolverem soluções e melhorias para problemas de clientes ou internos.

Competitividade

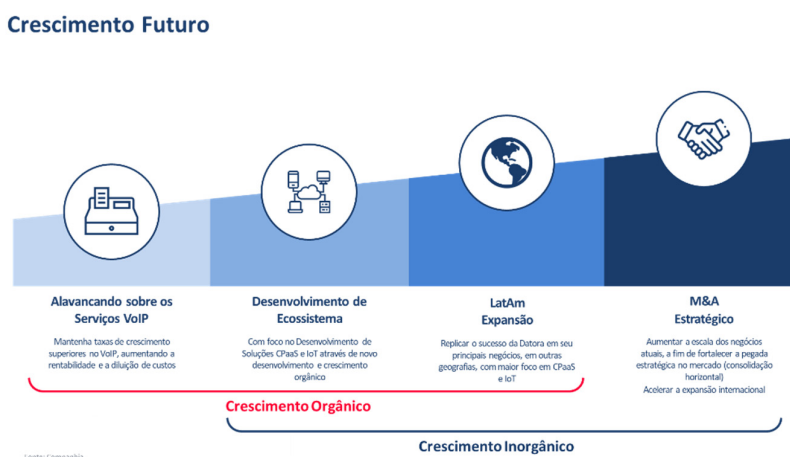
A Companhia, por meio do poder de compra obtido na constante troca de serviços com parceiros nacionais e internacionais, criou uma competitividade importante em termos de preços de seus produtos e serviços, o que torna o conjunto algo ainda mais atrativo no mercado.

Ademais, por estar verticalizada na cadeia, a Companhia é capaz de oferecer conectividade e serviços. Por se encontrar dentro do *backbone* de internet das principais operadoras do Brasil, consegue ter qualidade e estrutura de custos competitiva. A Companhia busca se diferenciar em ações de pós-venda, com times treinados e sistemas que permitem foco e assertividade no atendimento.

NOSSAS ESTRATÉGIAS

A Companhia entende que seu crescimento passa por duas vertentes: crescimento orgânico e inorgânico. O crescimento orgânico, foca em expandir portfólio da Companhia, enquanto o crescimento inorgânico, foca em expandir seu próprio portfólio por meio de inovação e aquisições.

Infográfico da estratégia de crescimento orgânico e inorgânico da Companhia

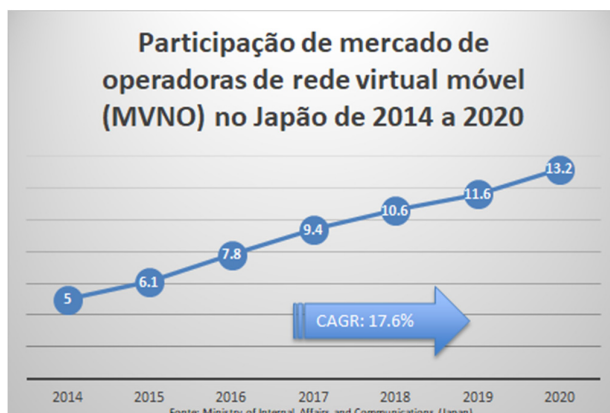


O racional desta estratégia segue os seguintes pilares: (i) aumento da base de dispositivos conectados de IoT (*market share*), (ii) aumento do valor agregado na oferta de serviços no segmento de IOT, capturando um maior valor por device e, desta forma, maior *gross margin*; (iii) expansão geográfica para IoT; e (iv) crescimento de portfólio e soluções para todos os segmentos CPaaS e IoT. A Companhia entende que os segmentos em que está possuem alto potencial de crescimento, como destacado abaixo.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

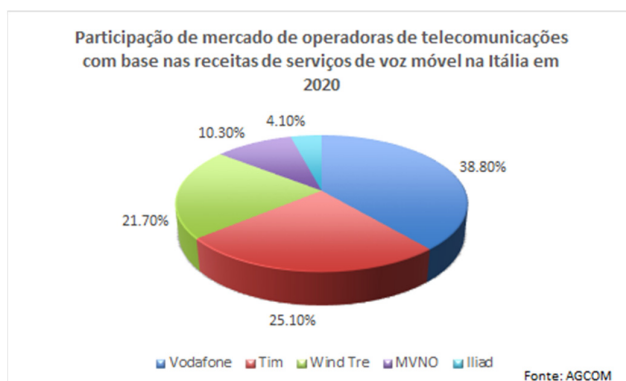
No segmento Cpaas-Geral, em especial, o mercado de MVNO está em um estágio embrionário no Brasil. Nos países desenvolvidos a participação de operadoras móveis vem tomando uma proporção significativa no mercado. É o caso do Japão, onde a participação já representa 13,2% de *market share*. Na Itália, a participação também já passa de 10% e na Espanha, está em 8,6%. Trazendo para uma perspectiva de América Latina, a Colômbia apontava uma participação de 6% de MVNOs no mercado em 2016 (fonte: Statista/Ovum).

Participação de mercado de operadoras de rede virtual móvel no Japão entre 2014 a 2020



Fonte: Ministry of Internal Affairs and Communications of Japan

Participação de mercado de operadoras de telecomunicações na Itália em 2020



Fonte: AGCOM

Participação de mercado de telefonia móvel na Espanha a partir de dezembro de 2019



Fonte: Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia

Isso significa um potencial dentro do mercado brasileiro de telecomunicações, onde a participação de MVNO aponta para números abaixo de 1,46% (https://www.teleco.com.br/mvno_br.asp) (fonte: Anatel), cerca de 15 a 20 vezes

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

menor se comparado com os estudos do mercado móvel italiano, onde o conceito de MVNO já se encontra consolidado, apresentado pela revista especializada “Telecoms.com”.

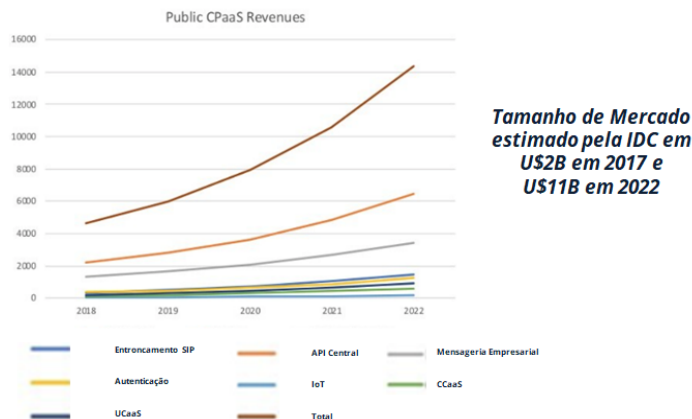
O mercado brasileiro pode ser potencializado por outras empresas de outras áreas. Um exemplo disto é a rede Varejista Carrefour Europeia que em 2010 possuía 5 operações móveis na Europa. Sua proposição era de incentivar as compras através do sistema de fidelidade dando “minutos” para os clientes na operação de MVNO. Outros exemplos são a *Walmart* no Reino Unido ou a Rede Varejista Aldi na Suíça (fonte: teleco.com.br). No Brasil temos movimentos como o dos Correios ou Magazine Luiza e até alguns times de Futebol. Estes potenciais MVNOs, por não serem parte do mercado de telecomunicações, precisam de uma MVNE consolidada e apta a atender os objetivos da empresa tanto do lado comercial quanto técnico, fornecendo plataforma de gerenciamento e relatórios para seu crescimento. Os diferenciais da Companhia, no que se refere a flexibilidade, gerenciamento de ampla capacidade de conexão e customização de APIs são fundamentais para o rápido *onboarding* deste tipo de empresa e de seus clientes.

O subsegmento de CPaaS-OTT está em forte crescimento e as empresas, clientes da Companhia, como a Twilio, Sinch, Nexmo, Plivio e Zenvia, têm demandado mais serviços da Companhia, demonstrado no gráfico abaixo, onde vemos o crescimento de vários serviços demandados pelos apps, que já são oferecidos pela Companhia:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Crescimento do Segmento de CPaaS focado em OTT

Tamanho de Mercado CPaaS



Na área de IoT, as demandas de clientes mundiais possuem desdobramentos em mercados com alto potencial representado por mercados consumidores amplos e com perspectivas de crescimento, como é o caso do Brasil. Empresas mundiais de IoT oferecem serviços e soluções que atendem estas demandas, incluindo serviços para montadoras de veículos, soluções para logística, serviços para indústria 4.0 e necessidades na área de saúde, seja para uso em hospitais ou para uso em residências. Conforme as projeções da *International Data Corporation – IDC*, o mundo gastará cerca de USD 1,1 trilhões em IoT em 2023. Conforme dados coletados pelo Statista/Transforma Insights, este crescimento será distribuído nos mais diversos segmentos como: (i) indústria 4.0 – cerca de 10% deste valor, (ii) área de terminais de pagamentos – cerca de USD 41 bilhões, ou (iii) rastreamento – cerca de USD 20 bilhões. Importante ressaltar que os dados apresentados e coletados são prévios à pandemia.

Entretanto, o gráfico abaixo mostra o impacto da pandemia de COVID-19 no segmento de IoT, representando um aumento de 13,7% entre 2019 e 2021:

Oportunidades geradas pelos impactos da pandemia do COVID-19

Oportunidades Atrativas no Impacto do COVID-19 no Mercado de Internet das Coisas



Fonte: Secondary Research, Entrevistas com Especialistas e Analistas de Mercado

Fonte: Secondary Research, Expert Interviews, and Markets and Markets Analysis

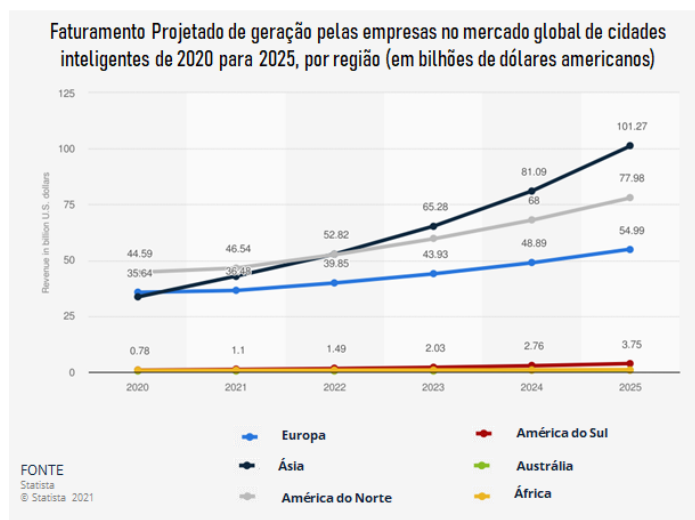
No Brasil, as estimativas de crescimento utilizadas pela Companhia, indicam um crescimento positivo de 19,4% nos últimos 4 anos com tendência de se manter, conforme o estudo da GlobalData.

A demanda por soluções de Cidades Inteligentes (*Smart City* – cidades que possuem seus dispositivos conectados, aumentando a eficiência e a qualidade do uso dos recursos públicos) deve crescer no mundo. Estima-se um crescimento de receita de mais de 100% das empresas atuantes no setor da Ásia, sendo que na América do Sul é

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

esperado um aumento ainda maior, chegando a 380%. Este setor possui demandas variadas, passando por medições de consumo de concessionárias, controle de tráfego automotivo e segurança privada, entre outros.

Crescimento em *Smart City*



No mercado de distribuição de água, um estudo feito pela organização Tratabrasil em 2018, demonstra que as perdas de distribuição de água chegam a R\$12 bilhões, o que é sete vezes maior que a média dos demais países analisados. Nesta área, a supervisão e monitoramento poderiam ajudar a dirimir as perdas.

Outro exemplo seria o setor de segurança e o subsetor de vigilância. Na data deste Prospecto, a Companhia possui uma baixa penetração de sistemas de vigilâncias conectados.

Outra grande oportunidade no Brasil é o segmento de agricultura e agropecuária de precisão, que corresponde a 21% do PIB brasileiro, conforme a Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA, USDA, IBGE e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. A atuação neste setor atenderia a demanda por eficiência no campo, compatível com o crescimento necessário de produção no Brasil de grãos em 100% nos próximos 25 anos, segundo a *Food and Agriculture Organization* (FAO), agência da Organização das Nações Unidas, apenas para atender o crescimento da renda da população mundial (fonte: *The future of food and agriculture: Trends and challenges* (fao.org) - <http://www.fao.org/3/i6583e/i6583e.pdf>).

Um estudo realizado pelo governo, aponta que a cobertura de conectividade no setor, incluindo o modelo de telecomunicações 2G, 3G ou 4G, é de apenas 23% (<https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2021/05/governo-quer-aumentar-conectividade-no-campo>); e o setor não carece apenas de conectividade e sim de soluções e sistemas que possam conectar os dois.

Acreditamos que este potencial de crescimento no setor agropecuário beneficiaria a Companhia, que iniciou projetos e provas de conceito no que tange a cobertura de conectividade em fazendas, bem como soluções IoT que incluem, entre outros, o monitoramento de animais no pasto, monitoramento de áreas cultivadas, sensorização de pivôs de irrigação, medição e controle do bombeamento de águas fluviáteis, comando da irrigação por gotejamento ou por outras técnicas com base nas culturas específicas, na monitoração, gestão e controle de frotas de tratores e demais veículos de características rurais, na obtenção de dados precisos para os microclimas que podem variar até mesmo dentro de uma única fazenda e na disponibilização da informação detalhada que qualifica a colheita do produtor rural.

A tecnologia 5G, com previsão de chegada em 2022 no Brasil, trará uma outra gama de oportunidades a serem exploradas pela Companhia, sendo que elas se dividem em 3 tipos conforme diagrama abaixo:

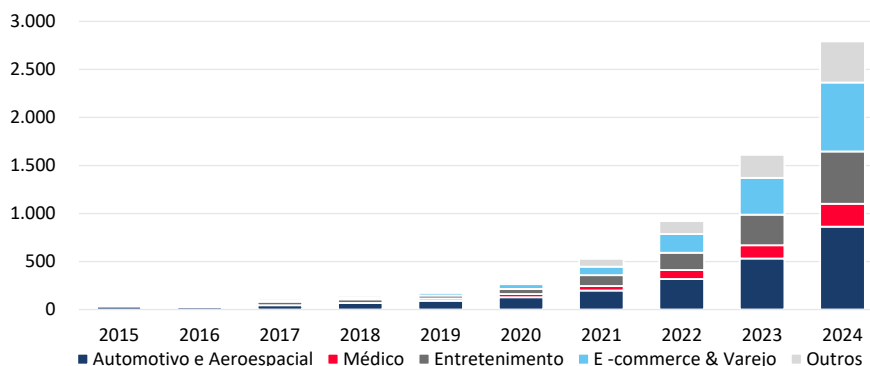
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Oportunidades com a tecnologia 5G no Brasil



No *Enhanced Mobile-Broadband*, destacam-se as aplicações que se beneficiariam da alta capacidade de transmissão de dados da tecnologia 5G, ressaltando aqui os avanços em realidade virtual e realidade aumentada evidenciados tanto no crescimento de demanda do Hololens da Microsoft⁶, quanto no lançamento do serviço de Horizon Workrooms do Facebook⁷ anunciado em agosto de 2021 (fonte: <https://about.fb.com/news/2021/08/introducing-horizon-workrooms-remote-collaboration-reimagined/>).

Projeção de demanda do mercado de realidade aumentada, comandada pelo Microsoft Hololens



O segundo tipo de aplicação a tirar vantagem do 5G é o de baixa latência, como o carro com direção assistida (não são carros autônomos) que roda em quantidade no mercado europeu e americano. Esses veículos tem que tomar suas decisões, como evitar a mudança de faixa indevida ou executar a frenagem quando do risco de colisão frontal, mas para que a mobilidade urbana realmente melhore, a comunicação de baixíssima latência entre os veículos (v2v) ou entre veículos e infraestrutura rodoviária (v2i) tem que ocorrer, possibilitando que os próprios ativos, incluindo veículos, semáforos e sinalização, se reorganizem em tempo real tanto para proporcionar a segurança de motoristas e pedestres, quanto para tornar mais fluido o tráfego em cidades e rodovias.

No terceiro tipo de aplicação que tirará vantagem do 5G, estão aquelas que necessitam de uma grande quantidade de sensores e atuadores conectados em áreas muito pequenas. Hoje, uma célula de LTE8 pode conectar algumas

⁶ Óculos de realidade aumentada que possibilita o uso de diversas aplicações que misturam o ambiente físico do usuário com projeções virtuais na lente dos óculos (<https://www.youtube.com/watch?v=QTuKcm8s4QQ&t=107s>).

⁷ Solução para salas de trabalho e encontros virtuais entre os participantes.

⁸ (*Long Term Evolution* – tecnologia móvel de transmissão de dados que foi criada com base no GSM e WCDMA (4G))

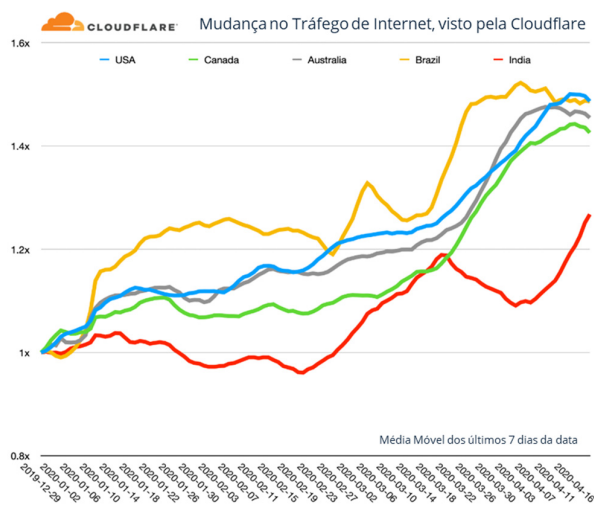
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

centenas de dispositivos simultaneamente, enquanto a demanda numa área urbana pode chegar a milhares de conexões simultâneas em um único km². Só o 5G é capaz de lidar com esta necessidade.

Além da expansão orgânica e por inovação já citadas, a Companhia está executando uma estratégia de expansão por aquisição de outras empresas, tanto no mercado brasileiro, quanto em outros países. A Companhia não adquiriu até o momento nenhuma empresa, mas mapeia o mercado e entende que aquisições podem acelerar a entrega do seu plano estratégico.

Adicionalmente, a Companhia destaca algumas oportunidades que acredita que promoverão o aumento de sua competitividade nos segmentos em que atua, como (i) a expansão da cobertura geográfica de seus serviços de DID (numeração telefônica), para criar uma oferta cada vez mais completa para os OTTs e outros atores que demandem este tipo de serviço; (ii) a ampliação de funcionalidades programáticas (APIs) para permitir que os sistemas dos parceiros e clientes possam tirar vantagem de toda a plataforma da Companhia, criando seus próprios novos produtos e serviços, seja por meio de aquisições, e ou através do desenvolvimento de um ecossistema e *marketplace* para soluções integradas; e (iii) aumento no uso da internet e principalmente de aplicativos tanto em computadores pessoais, quanto em celulares inteligentes no que tange os serviços de telefonia por internet (conforme evidenciado nos gráficos abaixo), serviços estes que demandam conectividade de empresas como a Companhia, que permite a comunicação entre serviços como o Microsoft Teams, Skype, Zoom e Webex e a rede de telefonia já existente no mundo, conforme indicado nos gráficos abaixo:

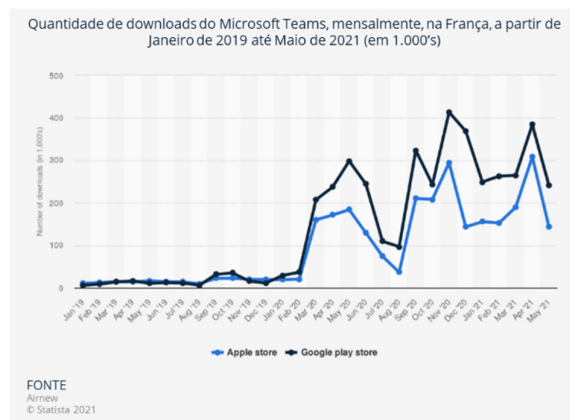
Impacto no uso de Internet no Brasil e no mundo com a pandemia de COVID-19



Fonte: Cloudflare

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Quantidade de download do MS Teams pós pandemia de COVID-19 na França



Fonte: Airnow – Statista 2021

ESG

A Companhia está sempre atenta em contribuir para sociedade, impactando positivamente tanto com seus serviços, quanto com contribuições financeiras e disponibilização de seu tempo. Em um país continental, os desafios nas questões ambientais são gigantescos, a começar pelo monitoramento ambiental.

As soluções apresentadas pela Companhia com o uso de Inteligência Artificial, contribuem com as seguintes funcionalidades para o monitoramento ambiental, entre outras: (i) o monitoramento de queimadas; (ii) a análise de imagens em tempo real de várias regiões brasileiras; (iii) a análise da qualidade das barragens existentes (ajudando a prever catástrofes); (iv) o monitoramento e controle do bombeamento de água da malha fluvial do país por parte das fazendas; e (v) o monitoramento e controle de emissão de poluentes, tanto em áreas urbanas (escoamento de esgoto), quanto em áreas industriais (coordenação para mitigar impactos ecológicos que possam ser causados longe da origem do poluente).

Tendo em vista os estudos publicados pelo IPEA realizado com dados colhidos entre 2007 a 2015, os quais indicam que a expansão em 1% do acesso à internet de banda larga acarreta em um aumento de 0,077% sobre o PIB brasileiro (fonte: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2336.pdf), a Companhia também contribui com o desenvolvimento da educação com a criação da ONG Escola Conectada, onde coordena provedores de internet em todo o Brasil, visando prover internet de qualidade nas escolas públicas. Em 2022 tivemos 90 escolas atendidas, um aumento de 150% se comparado com 2021, assim beneficiando mais de 55 mil alunos por meio de 9 provedores parceiros.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais: (i) *Voice over Internet Protocol* (VoIP); (ii) *Communications Platform as a Service* (CPaaS) Geral; (iii) CPaaS *Over-the-Top* (OTT); e (iv) CPaaS *Internet of Things* (IoT).

Segmento operacional é um componente da Companhia: (a) que desenvolve atividades de negócio das quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia; (b) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da Companhia (“**PGOP**”) para tomar decisões sobre a alocação de recursos ao segmento, bem como a avaliação de seu desempenho; e (c) para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

O PGOP, no caso da Companhia, o Diretor Presidente, é responsável por alocar recursos, avaliar o desempenho dos segmentos e tomar as decisões estratégicas da Companhia. A Companhia utiliza “*management approach*” para determinar seus segmentos reportáveis. O “*management approach*” identifica segmentos operacionais com base na forma como a Companhia é organizada e com base na forma como as informações financeiras são apresentadas ao PGOP.

A Companhia opera em quatro segmentos sendo eles:

- VoIP: compreende as operações por atacado da Companhia a nível nacional e internacional. Por meio deste segmento, a Companhia oferece comunicações de voz e sessões multimídia por redes IP (“**Serviços de Transporte**”). Além dos Serviços de Transporte de chamadas, a Companhia oferece serviços de telecomunicações no exterior, como IRU, porta IP e outros. Neste segmento, os clientes são, em sua maioria, operadoras de telecomunicações.
- CPaaS-Geral: neste segmento, clientes se utilizam da infraestrutura da Companhia (insumos de telecomunicações e plataformas de serviço) para oferecer serviços aos seus respectivos clientes. Os clientes aqui são geralmente integradores de PBX, “call centers”, integradores VoIP, ISPs, e Redes de Varejo etc. Através de suas plataformas (antifraude, gerenciamento preditivo de tráfego de dados, controle de chamadas por segundo, controle de chamadas, plataforma de cobrança, plataforma de provisionamento etc.) e insumos de telecomunicações (numeração local, números especiais, transporte de chamadas etc.), a companhia disponibiliza uma gama de ofertas que são acopladas à oferta final de seus clientes, o que lhes garante eficiência e vantagem competitiva. No caso dos ISPs e Redes de Varejo, a oferta é ainda mais ampliada, já que além dos serviços listados acima, a companhia oferece produtos e serviços de mobilidade (serviços de telefonia móvel, dados e voz, produtos de banda larga móvel etc), permitindo assim às ISPs abordar ofertas “quadi-play”, comuns no mercado residencial e às redes de varejo, aumentarem a gama de serviços ofertadas em suas lojas
- CPaaS-IoT: neste segmento a Companhia oferece soluções de conectividade em conjunto com soluções de valor agregado através de suas plataformas operacionais, como gerenciamento de conectividade, serviços de localização, serviços de compartilhamento de dados, plataforma de provisionamento etc. O conjunto de plataformas, neste caso, são estritamente voltados para IoT e interligam diversos elementos de rede para a oferta final aos clientes da companhia
- CPaaS-OTT: através deste segmento, a Companhia oferece soluções para empresas internacionais que atendem empresas de aplicativos com alcance global, como Uber, Didi, Airbnb, Google etc. Neste caso, a Companhia oferece seus serviços de autenticação de usuários, conectando o mundo IP ao mundo das telecomunicações e, assim, garantindo que essas empresas não precisem criar estruturas operacionais específicas no Brasil. O serviço é ofertado através de plataformas com interface de auto serviço para os clientes.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

O Grupo determina o lucro do segmento deduzindo os custos e despesas relacionados da receita do segmento. O lucro do segmento exclui algumas despesas, tais como amortização e depreciação, que não são alocadas a um determinado segmento. Isso é consistente com a maneira na qual avaliamos nosso desempenho e alocamos os recursos, uma vez que muitos elementos de investimentos atuam como uma camada que suporta mais de um segmento.

As informações financeiras resumidas relativas aos nossos segmentos reportáveis são apresentadas abaixo:

Reconciliação:

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais: (i) VoIP; (ii) CPaaS Geral; (iii) CPaaS-OTT; e (iv) CPaaS-IoT, cuja representatividade está demonstrada abaixo:

	Consolidado Em 31 de dezembro de 2022	
	Receita líquida	Participação na receita líquida
VoIP	524.105	77%
CPaaS Geral	43.867	6%
CPaaS IoT	93.692	14%
CPaaS_OTT	16.233	2%
Corp	-	-
Total	677.897	100%

	Consolidado Em 31 de dezembro de 2021	
	Receita líquida	Participação na receita líquida
VoIP	507.018	80%
CPaaS Geral	42.629	7%
CPaaS IoT	70.406	11%
CPaaS_OTT	11.758	2%
Corp	-	-
Total	631.811	100%

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia determina o lucro do segmento deduzindo os custos e despesas relacionados da receita do segmento. O lucro do segmento exclui certas despesas, como amortização e depreciação.

As informações financeiras resumidas relativas aos segmentos reportáveis da Companhia foram as seguintes:

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

	Consolidado				
	Em 31 de dezembro de 2022				
	Receita líquida	Medida de desempenho avaliada pelo PGOP	Depreciação e amortização (*)	Custo dos serviços deduzido das despesas de amortização e depreciação	Despesas operacionais
VoIP	524.105	17.679	-	(498.326)	(8.100)
CPaaS Geral	43.867	8.708	-	(28.997)	(6.162)
CPaaS IoT	93.692	43.747	-	(32.769)	(17.176)
CPaaS_OTT	16.233	10.413	-	(5.752)	(68)
Corp.	-	(39.583)	(13.404)	-	(39.583)
Total	677.897	40.964	(13.404)	(565.844)	(71.089)

	Consolidado				
	Em 31 de dezembro de 2021				
	Receita líquida	Medida de desempenho avaliada pelo PGOP	Depreciação e amortização (*)	Custo dos serviços deduzido das despesas de amortização e depreciação	Despesas operacionais
VoIP	507.018	11.095	-	(483.783)	12.140
CPaaS Geral	42.629	9.146	-	(27.786)	5.697
CPaaS IoT	70.406	43.004	-	(17.506)	9.896
CPaaS_OTT	11.758	8.212	-	(3.519)	27
Corp.	-	(35.119)	(9.790)	-	(35.119)
Total	631.811	36.338	(9.790)	(532.594)	(62.879)

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

Não é aplicável, tendo em vista que a Companhia e as suas subsidiárias não possuem processo de produção, considerando que seus negócios são baseados na prestação de serviços. A Companhia oferece plataforma e soluções inteligentes de conectividade através dos seguintes segmentos: (i) *Voice over Internet Protocol* (VoIP); (ii) *Communications Platform as a Service* (CPaaS) Geral; (iii) CPaaS *Over-the-Top* (OTT); e (iv) CPaaS *Internet of Things* (IoT).

(b) características do processo de distribuição

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui um processo de distribuição.

(c) características dos mercados de atuação

Destacam-se, abaixo, os três principais mercados em crescimento nas bases de projeção da Companhia:

1. CPaaS-Internet of Things

A aplicação do IoT (*Internet of Things* ou Internet das Coisas) permite que objetos sejam detectados e controlados remotamente através de infraestrutura de rede existente, criando oportunidades para a integração direta entre os mundos físico e digital, resultando em maior eficiência, precisão e benefícios econômicos.

Enquanto o Brasil possui um grande mercado de banda larga, outros produtos no setor de tecnologia e telecomunicação vem se desenvolvendo no país. *Internet of Things* (IoT) está rapidamente sendo implementado em vários produtos para serem administrados e conectados pela internet. Nos Estados Unidos, IoT é um mercado maior e mais desenvolvido do que no Brasil, todavia, de forma crescente novas soluções, produtos e tecnologias vem sendo desenvolvidas de forma a aumentar a penetração desse segmento no país.

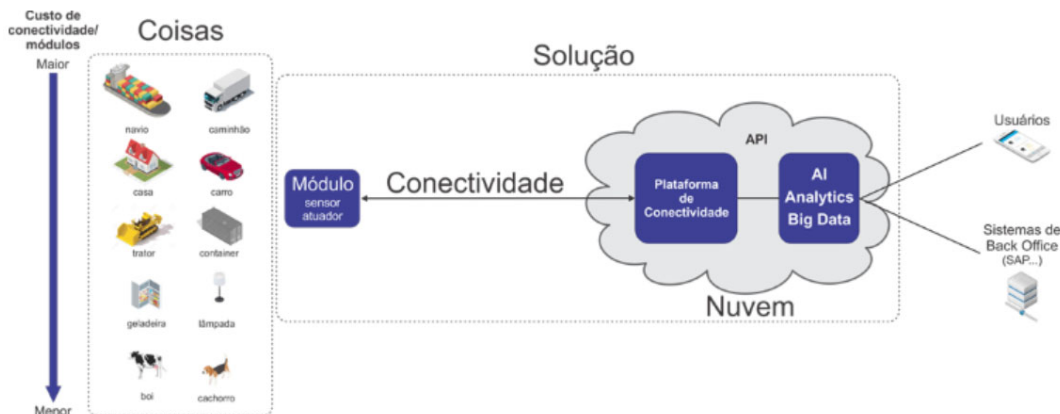
Aplicações típicas de IoT em Diversos tipos de Objetos



Fonte: BNDES

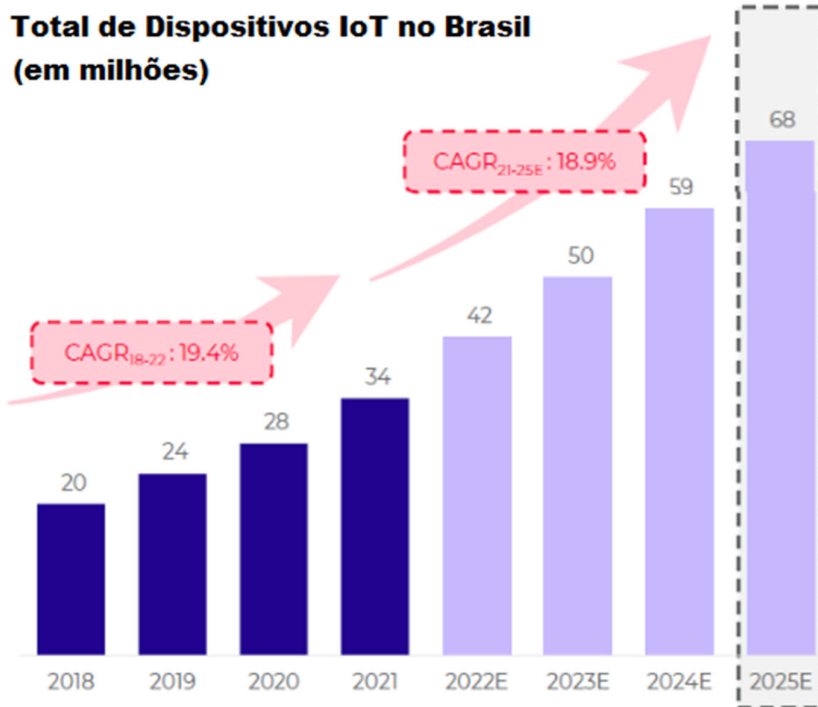
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Representação dos blocos principais que compõem uma solução de IoT



Fonte: Teleco

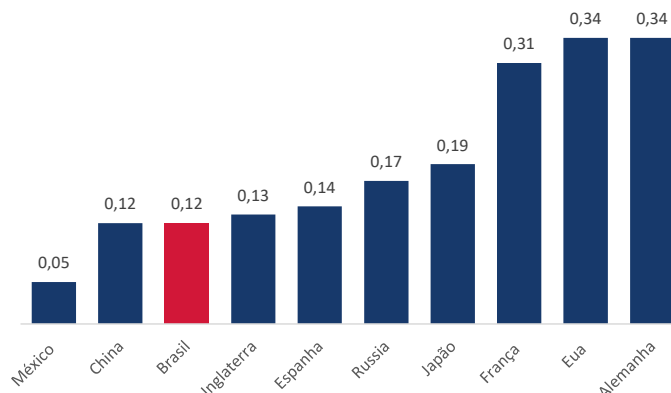
As aplicações do IoT são diversas e podem ser vistas como uma evolução da comunicação Máquina-a-Máquina (M2M), com foco em monitoração e controle. Essa conexão permite a otimização e automação de processos, com ganhos de produtividade para a economia. Entre as diversas soluções se encontram as cidades inteligentes, carros inteligentes e aplicações no agronegócio.



Fonte: GlobalData

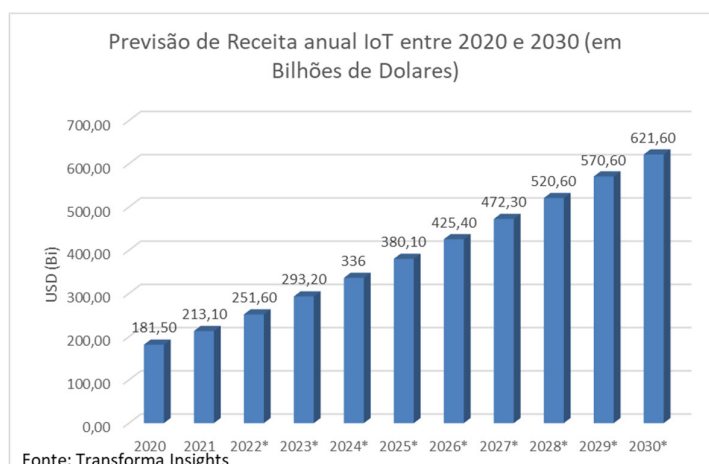
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Conexão por Habitante (unidade)



Fonte: Frost & Sullivan, Deloitte, GSMA, Machine Research. IDC

Em 2019, o número previsto de dispositivos de Internet das Coisas (IoT) no Brasil somou 24 milhões. Em 2023, a previsão era de que o número aumentaria para mais de 50 milhões. Em termos de valor, segundo a Transforma Insights, o mercado brasileiro deve chegar aos USD 621,6 Bilhões. Olhando conexões por habitante, o Brasil ainda possui baixa penetração, com 0,12 conexões por habitante, enquanto países mais desenvolvidos como a Alemanha, EUA e França possuem 0,34, 0,34 e 0,31 unidades conectadas a IoT por habitante, respectivamente. A baixa penetração do segmento no Brasil indica potencial de crescimento relevante caso venha a atingir níveis próximos ao de países desenvolvidos.



Com certeza um dos impulsionadores será a tecnologia 5G que traz além de mais velocidade a baixa latência de comunicação, consequentemente podendo trazer mais soluções, como por exemplo auxílio de realidade aumentada, comentada pelo Vice-presidente, Daniel Fuchs em entrevista (<https://www.telesintese.com.br/fuchs-realidade-aumentada-pode-ser-um-diferencial-tambem-para-iot/>).

O IoT é uma tecnologia que pode ajudar diversos setores econômicos de um país, como o agronegócio, que representa 21% do PIB brasileiro, de acordo com o IBGE. O Brasil é um dos principais produtores e exportadores de produtos agrícolas no mundo. De acordo com estimativas da Embrapa, com o auxílio da tecnologia de IoT, a agricultura pode ter ganhos significativos de produtividade. Aplicações típicas de IoT em agricultura incluem monitoramento de carga, análise das condições do solo, medição dos níveis de água no solo, monitoramento da colheita e monitoramento de gado, o estudo feito pela Futurecom Digital corrobora com estas aplicações. (

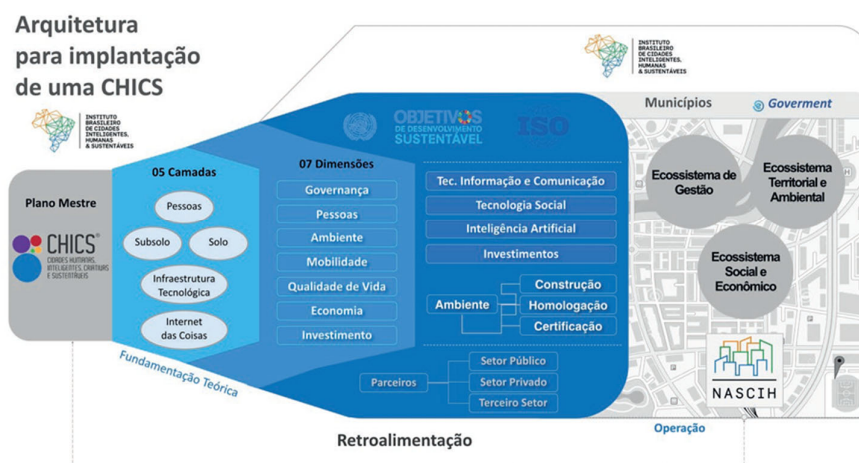
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

<https://digital.futurecom.com.br/transformacao-digital/4-exemplos-de-aplicacoes-de-iot-na-agricultura>)

O IoT está cada vez mais interligado às grandes e pequenas empresas mundialmente e, conforme organizações vão investindo capital em desenvolvimento de suas tecnologias, IoT vem crescendo e fazendo parte dessas empresas, a chamada Indústria 4.0 Uma máquina que avisa com antecedência ao proprietário sobre uma avaria iminente. Óculos inteligentes que permitem que os técnicos de campo trabalhem com as mãos livres enquanto os supervisores remotos os orientam nas soluções. Chãos de fábrica inteligentes conectados à nuvem para obter o status do progresso da matéria-prima ou da produção da linha de montagem em tempo real.

Todos esses são exemplos de como as fábricas do futuro funcionarão. Não há dúvida de que a IoT já é e continuará a ser a maior força motriz por trás da Indústria 4.0. De acordo com a McKinsey, a IoT terá um impacto econômico potencial de até US\$ 6,2 trilhões até 2025. Um estudo de pesquisa da IoT Analytics espera que a manufatura seja o maior segmento de plataforma IoT, atingindo US\$ 438 milhões até 2021. E um estudo de pesquisa da Genpact afirma que quase 81 % de organizações em todo o mundo acreditam que a adoção bem-sucedida da IIoT é fundamental para o sucesso futuro — ainda mais para empresas de alta tecnologia e grandes.

Outro mercado que cresce e precisa do apoio do IoT, é o de cidades inteligentes, ou hoje como é chamada CHICS (cidades humanas, inteligentes, criativas e sustentáveis). O Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas e Sustentáveis, em seu livro “O FUTURO É DAS CHICS”, aponta o IoT como um dos pilares fundamentais para a evolução das cidades. Peter Fatelnig (ministro conselheiro para políticas de economia digital delegação da união europeia para os estados unidos) afirma que “Toda cidade é uma mina de ouro; contudo, sua enormidade de dados preciosos deve ser usada pelo bem da própria cidade. Os seus gestores devem dominar uma série de tecnologias e práticas, desde a IoT até plataformas de serviços”. As informações dos objetos (IoT) serão a base para a inteligência e políticas urbanas no futuro.



Uma CHICS usa tecnologias de informação e comunicação (TIC) para transformar a rede elétrica pública em inteligente (smart grid) com iluminação LED e controlar seu consumo, controlar o consumo de água, adotar uma gestão de resíduos mais eficiente, implantar edifícios inteligentes e melhorar a mobilidade urbana, entre outras ações. O Smart Grid também incorpora sensores que monitoram e coletam dados como consumo de energia e de água, meio ambiente, tráfego, segurança, educação, saúde etc., que são comunicados via conexões com ou sem fio, e administrados de forma integrada pela plataforma de Internet das Coisas (IoT). Essa grande quantidade de dados (Big Data) que é gerada nesse sistema é analisada para ajudar a prefeitura municipal, as empresas, e seus moradores a tomarem as melhores decisões sobre suas necessidades. Operacionalmente, a CHICS depende de redes de sensores e dispositivos sem fio para coletar dados em tempo real, medir o desempenho e relatar problemas. Quando eles se inserem em uma comunidade, com base na Internet das Coisas (IoT), representando as interconexões digitais entre objetos físicos, isso permite a coleta de uma grande quantidade de dados (Big Data)

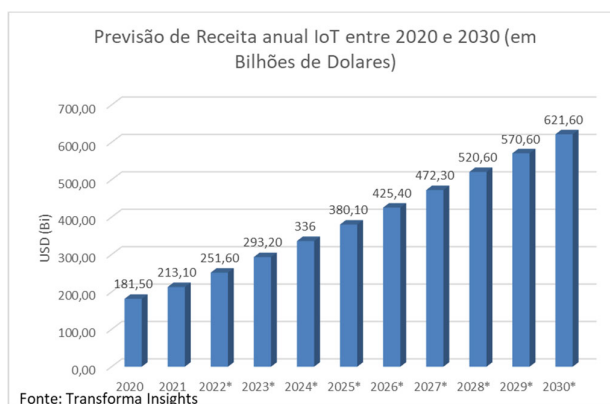
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

que podem ser utilizados para a tomada de decisões mais consistentes, gerenciar infraestrutura urbana de forma proativa, maximizar a eficiência e suportar as necessidades de informação da comunidade.

A consultoria Gartner divulgou que 6,4 bilhões de dispositivos já estavam conectados até 2016, o que significa 30% a mais que em 2015. Analistas preveem que até 2020 serão entre 30 e 50 bilhões de “coisas” conectadas pela Internet. Estimativas falam em 100 ou até 200 milhões de objetos conectados à IoT no Brasil até 2025.

Estas projeções nos mais diversos segmentos de negócio e da sociedade dão segurança à estratégia de crescimento da Companhia. Atualmente, a Companhia conta com mais de 2,0 milhões de *devices* conectados, uma adição de 600 mil SIM Cards 3m 2022, . Atualmente, a Companhia possui 5% do *market share* e captura 15% dos NET ADDs (base líquida do crescimento da quantidade de SIM Cards conectados).

O mercado de IoT tem muito espaço para expansão, considerando que existem milhares de objetos que possuem a capacidade de serem conectados à internet. Observando o valor dos gastos mundiais em IoT, percebe-se que o mercado é grande e em crescimento constante devido aos gastos para implementar essa tecnologia ao redor do mundo.



No Brasil, o mercado vem apresentando uma taxa anual de crescimento de cerca de 20% nos últimos anos. Cerca de 35% das empresas contam com algum uso de tecnologia, contribuindo para que cerca de 19% de todos os projetos de IoT da América Latina se concentre no mercado brasileiro. Muitos objetos e setores ainda não começaram a se desenvolver para adaptar IoT em seus negócios, porém, existe uma tendência de maior adoção dessa tecnologia nos próximos anos e décadas por vir. Adicionalmente, a tecnologia de IoT foi muito usada para controlar a disseminação, monitoramento e assistência durante a pandemia do COVID-19, . Tal experiência traz novas formas de acompanhamento médico remoto que ficam como legado a população.

Outro propulsor do mercado de IoT será o desenvolvimento das redes e soluções em cima da tecnologia 5G. Devido as características de velocidade, mas principalmente de latência, Soluções com esta tecnologia pode abrir um novo campo de sistemas e produtos para o mercado de IoT.

O relatório da Meticulous Research (<https://inforchannel.com.br/2023/01/23/novo-relatorio-avalia-o-mercado-global-de-5g-iot-em-us-176-bi-em-2030/#:~:text=Os%20dispositivos%20IoT%20coletam%20dados,%2C%20agricultura%2C%20varejo%20e%20sa%C3%BAde.>) diz que o mercado global de 5G IoT deve crescer 47,6% nos próximos anos. Isso significa que o mercado valerá um total de US\$ 17,68 bilhões até o final de 2030. O estudo traz que a nova tecnologia sem fio 5G pode alavancar a utilização dos dispositivos IoT, o que pode ajudá-los a coletar dados de forma mais rápida e confiável. Atualmente, essa tecnologia está sendo usada em diversas áreas, como as indústrias automotiva e de transporte, agricultura, varejo, saúde e muito mais.

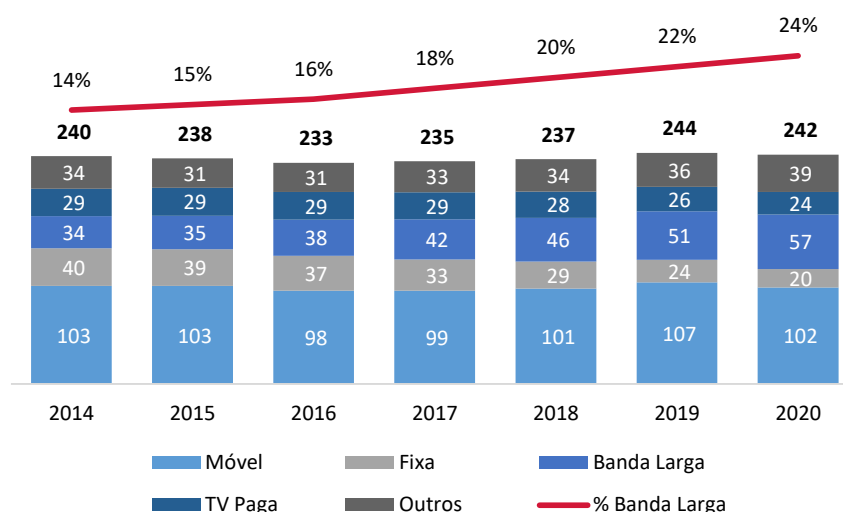
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

No caso do setor industrial estudo Juniper Research mostra que o número de conexões IoT industriais aumentará 107% nos próximos cinco anos. Isso inclui o crescimento da manufatura inteligente, que será responsável por 22 bilhões de conexões até 2025 (<https://i3csolucoes.com.br/conexoes-industriais-de-iot-devem-crescer-107-ano-ate-2025-com-fabrica-inteligente/>).

2. CPaaS-Geral – Mercado e ISPs

Banda larga é usado para transmitir dados que transportam inúmeros sinais, e o mais comum meio de transporte desses sinais é via cabos de fibra ótica. O segmento de banda larga está em pleno crescimento dentro do setor de telecomunicações no Brasil, tendo ganhado representatividade no faturamento total do setor entre 2014 e 2020, conforme apresentado no gráfico abaixo:

Receita Anual do Setor de Telecomunicações no Brasil (em bilhões de reais)

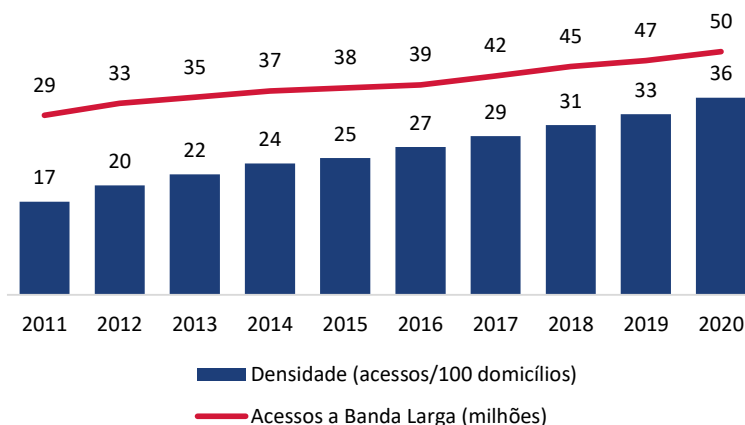


Fonte: Telebrasil

O setor brasileiro de telecomunicação teve uma receita total de R\$241,5 bilhões em 2020, sendo 24% dessa receita representado pelo segmento de banda larga. Enquanto móvel ainda representa a maior parte da receita, nota-se que o segmento de banda larga vem crescendo a um ritmo mais acelerado que os demais, ganhando maior relevância no setor. Esse crescimento ao longo dos últimos anos no país está associado principalmente ao aumento de acesso à banda larga, conforme evidenciado pelo gráfico abaixo:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

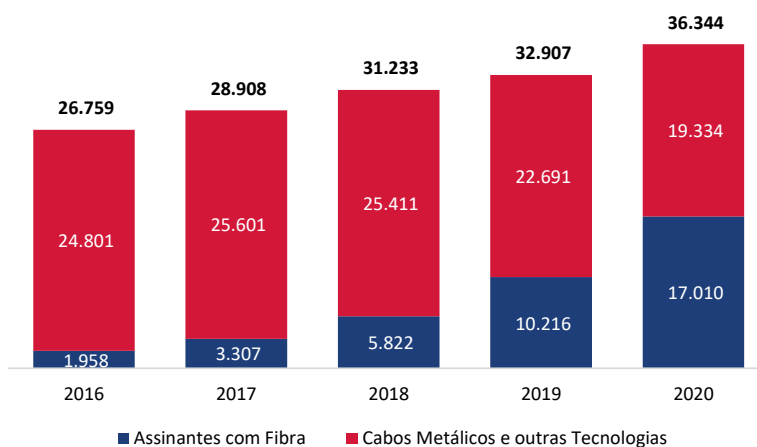
Acessos a Banda Larga (em milhões) e Densidade (acessos / 100 domicílios)



Fonte: Teleco

Em 2011, o Brasil apresentou 29 milhões de acessos à banda larga e 9 anos depois, em 2020, esse número alcançou 50 milhões. Adicionalmente, a densidade dos acessos (acessos a banda larga / 100 domicílios) também cresceu de maneira significativa. Em 2011 o Brasil apresentava uma densidade de 17 acessos a cada 100 domicílios, número que cresceu para 36 em 2020. O acesso à banda larga está crescendo ano a ano e os assinantes podem ser divididos em dois principais grupos: assinantes com fibra ótica e cabos metálicos/outras tecnologias.

Total de Acessos de Banda Larga Fixa no Brasil por Tecnologia (milhares de assinantes)

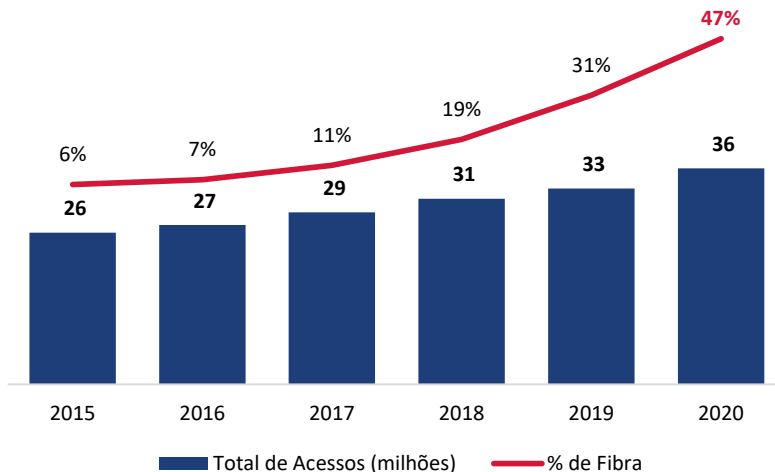


Fonte: ANATEL

O mercado brasileiro em 2020 ainda era predominantemente composto por acessos por meio de cabos metálicos e outras tecnologias, com assinantes de fibra tendo ainda menor representatividade no mercado. Todavia, observa-se desde 2016, uma crescente substituição de conexões por cabos metálicos por fibra ótica, com uma redução de 24,8 milhões de assinantes de cabos metálicos em 2016 para 19,3 milhões de assinantes em 2020, enquanto assinantes de fibra ótica tiveram crescimento acelerado, partindo de 1,96 milhões de assinantes em 2016 até atingir 17,0 milhões em 2020. Na prática, se vê hoje um forte crescimento do mercado de fibra ótica em detrimento de outras tecnologias, além de um crescimento do número total de acessos de banda larga fixa no Brasil, que cresceu 8,0% ao ano de 2016 a 2020, crescendo de 26,8 milhões para 36,3 milhões.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

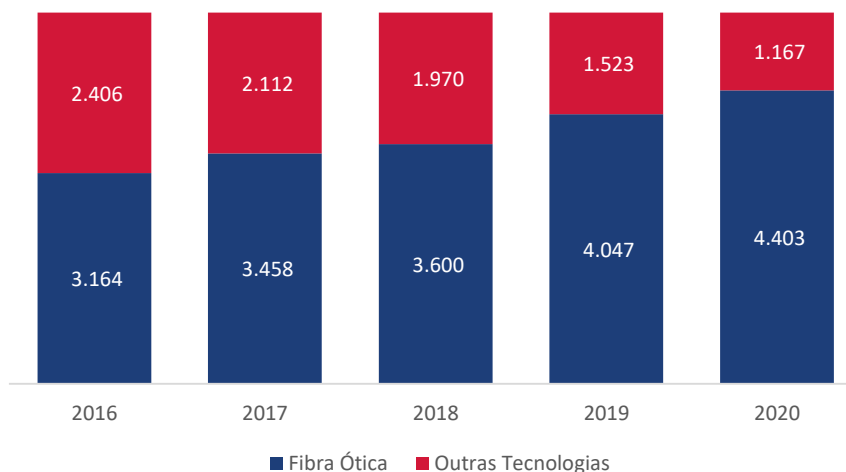
Evolução de Acessos com Fibra Ótica Banda Larga no Brasil (%)



Fonte: ANATEL

Conforme apresentado no gráfico, no ano de 2020 a representatividade de conexões por fibra ótica chegou a 47% do total de conexões no Brasil, excedendo a tecnologia de cabo metálico, que até 2019, segundo dados da ANATEL, era a mais utilizada. Por apresentar inúmeras vantagens como a baixa incidência de oscilações e interferências, velocidades mais altas devido a uma maior capacidade de transmissão, ser mais econômica para operar por se tratar de uma rede passiva e ter fácil escalabilidade, a tecnologia de fibra ótica ganha cada vez mais destaque.

Evolução da disponibilidade de backhaul de fibra ótica por número de municípios



Fonte: Teletime

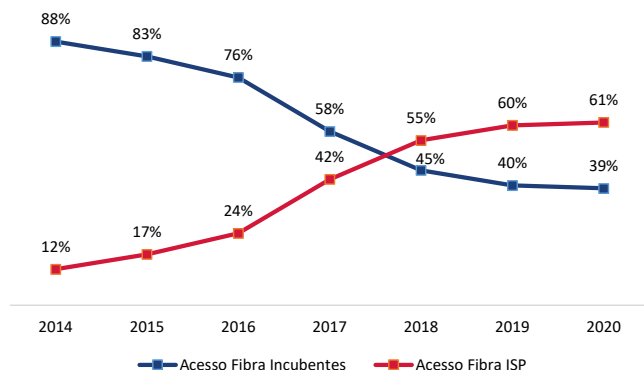
Dentre os provedores de acesso à banda larga, destacam-se hoje no Brasil as ISPs (Internet Service Providers) que passaram a oferecer conexões de fibra de forma mais representativa há poucos anos, ocupando espaços em cidades menores e diversas regiões do país ainda não atendidas pelas incumbentes, as maiores e mais tradicionais companhias provedoras de acesso a essas conexões.

As ISPs, atualmente, já respondem por mais de 54% do mercado, tendo crescido de forma significativa nos últimos anos, principalmente por conta do barateamento da fibra ótica e da disseminação de novas técnicas de instalação e tratamento de redes, que possibilitaram que essas companhias crescessem de forma muito significativa, tanto em quantidade de companhias como no tamanho de alguns deles. Esse crescimento e ganho de participação pode ser

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

observado no gráfico, onde verifica-se a evolução da participação de mercado dos acessos de fibra ótica por essas companhias no mercado brasileiro.

Evolução de Market Share de Acessos de Fibra Ótica no Brasil (%)



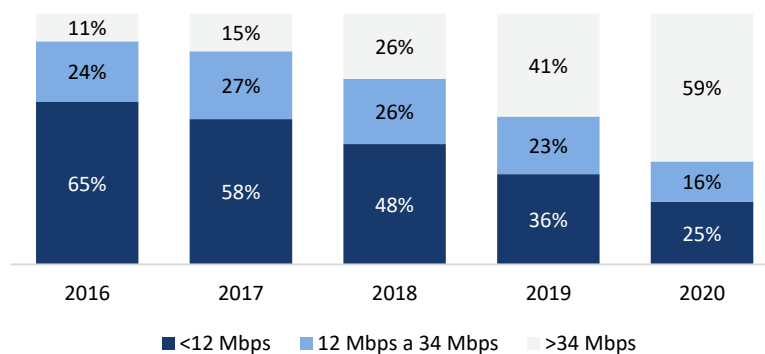
Fonte: ANATEL

Em 2014, as incumbentes representavam 88% do mercado brasileiro, enquanto as ISPs representavam aproximadamente 12%. Apenas 6 anos depois, em 2020, o acesso por meio das ISPs atingiu 61% do mercado, enquanto o acesso por meio de incumbentes passou a representar 39%, tendo hoje uma participação menos representativa no mercado brasileiro.

De acordo com dados da Anatel em junho de 2020, os maiores provedores de banda larga são as grandes operadoras, como Claro (9 milhões), Vivo (7 milhões), Oi (5 milhões), Algar (678 mil) e Tim (623 mil). Porém, hoje as principais responsáveis pelo atendimento fora das capitais brasileiras, concentrando cerca de 61% de participação no mercado dos serviços de tecnologia de fibra ótica, está dividido entre as pequenas provedoras de internet.

Nesse contexto, o Governo Federal criou, em 2010, o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), com o objetivo de popularizar o acesso à internet para todas as camadas da população e em regiões distantes de grandes centros. As mudanças tecnológicas nas atividades econômicas que acarretaram uma necessidade maior por internet, juntamente com esse impulso do governo, geraram uma crescente busca no país por esse produto. Como consequência, o setor de banda larga fixa apresentou um grande crescimento no Brasil, com foco maior em tecnologia de fibra ótica que ocupa cada vez mais espaço em relação às outras tecnologias. Atualmente, cerca de 48% dos brasileiros possuem acesso à banda larga fixa em seus domicílios, ao passo que 59% dos clientes já possuem conexões com mais de 34Mbps de velocidade, conforme mostra o gráfico abaixo:

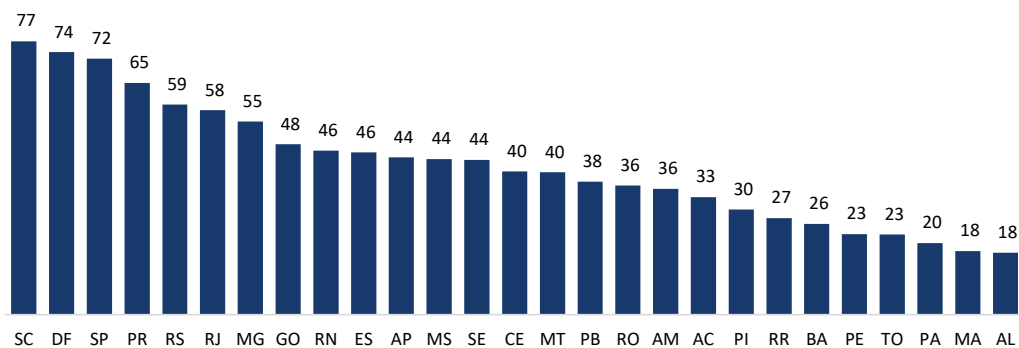
Evolução do Mix de Velocidade de Conexão no Brasil (%)



Fonte: ANATEL

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Densidade de Banda Larga por Estado (Acesso a cada 100 domicílios)

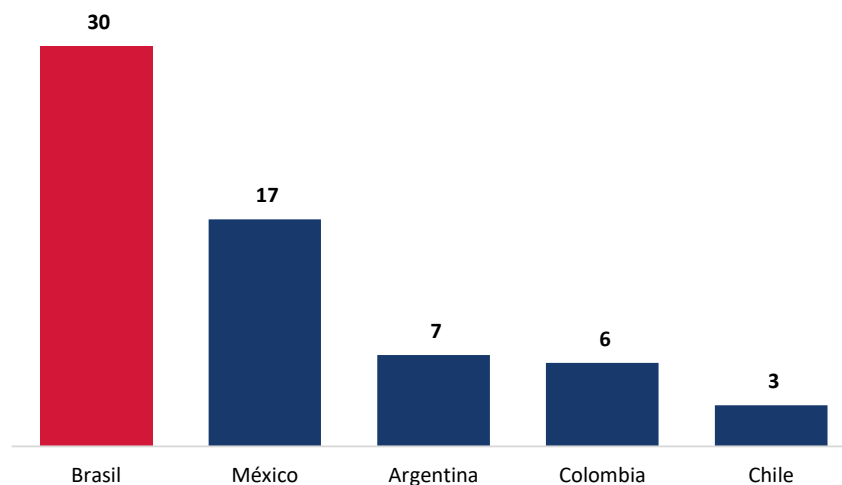


Fonte: ANATEL em 19/04/2021

A pandemia não só aumentou, mas também acelerou a grande demanda por serviços de internet banda larga, visto que a população e as empresas precisaram passar por uma mudança significativa na dinâmica de trabalho, com diversas empresas passando a adotar o trabalho remoto para parte ou a totalidade de seus funcionários. A penetração de fibra ótica nos municípios brasileiros atingiu um total de 51% dos acessos totais de banda larga no Brasil em fevereiro de 2021, considerando sua relação direta com o número de acessos que totalizou 16,8 milhões de acessos no mesmo período.

Adicionalmente, o Brasil vem apresentando crescimento relevante no mercado de banda larga quando comparado a outros países na América Latina, liderando em conexões na região, apesar de ainda apresentar uma penetração baixa.

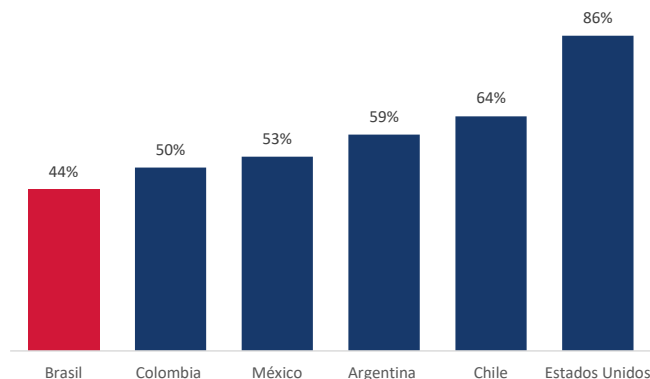
Usuários de banda larga em 2017 (em milhões)



Fonte: Teleco

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Penetração de Banda Larga em 2017 (%)



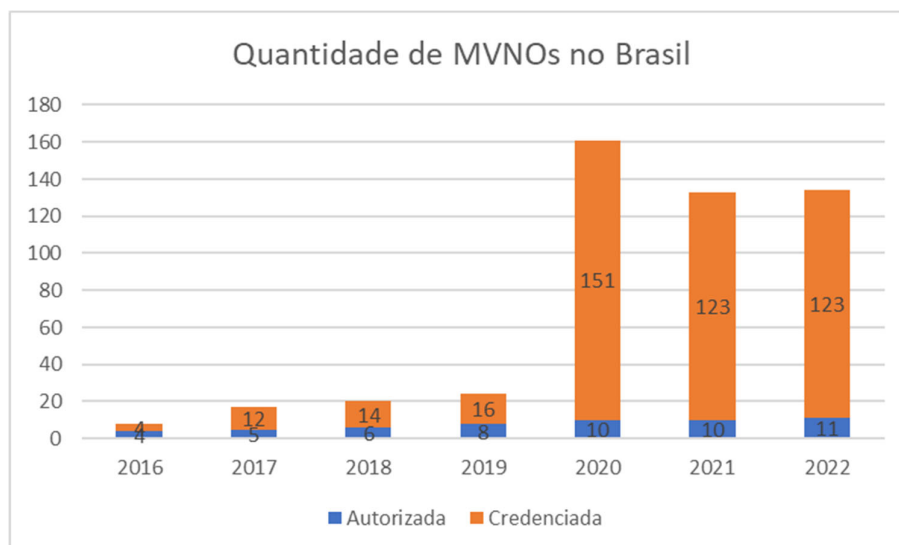
Fonte: Teleco

Em 2017, com 30,1 milhões de usuários de banda larga, o Brasil já liderava em número de acessos em relação aos outros países da América Latina. Em segundo lugar estava o México, com 57% dos usuários do Brasil: 17,1 milhões. Todavia, o Brasil possuía ainda uma penetração de banda larga inferior à de outros países de 44% no ano, enquanto outros países da América Latina, como Chile, Argentina, e México já apresentavam taxas como 64%, 59%, e 53%, respectivamente. Dessa forma, observa-se que o Brasil possui ainda vasto potencial de crescimento com um potencial aumento da penetração.

Sendo assim, entendemos que a oferta no segmento de CPaaS para ISPs possui um mercado amplo e com potencial de crescimento, sustentando as premissas utilizadas. A Companhia, no momento, possui 21 contratos assinados, sendo 10 em plena operação Algo em trono de 14% do mercado

Atualmente, o crescimento das MVNOs no Brasil vem se consolidando com uma expressiva quantidade de credenciadas mas ainda aquém do mercado.

Quantidade de MVNOs no Brasil



Fonte: Anatel e Teleco

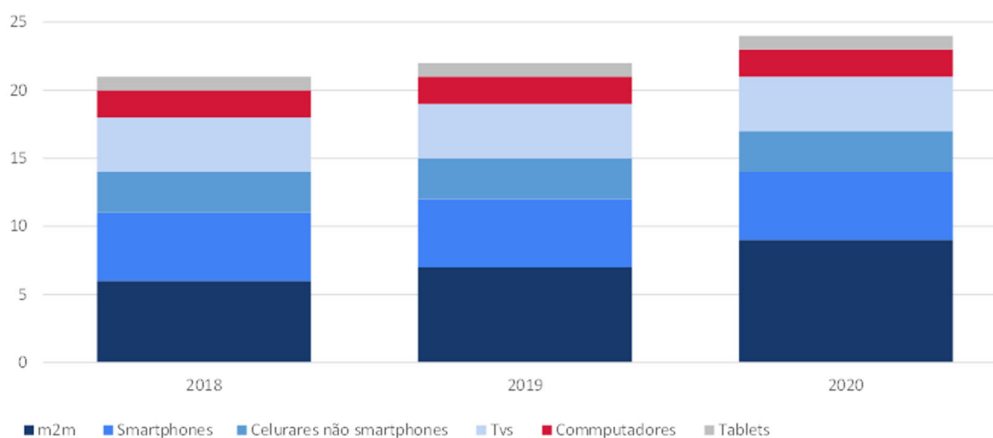
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A possível estagnação das aberturas de MVNOs Credenciadas pode ter relação a pandemia, no qual a os impactos da economia atrasaram os planos de varejistas e clubes de futebolm entre outros. Todavia a tendência para os próximos anos é o aumento de MVNOs no Brasil, fortalecendo mais a experiência do cliente ao oferecer uma gama maior de serviços e benefícios.

3. Over-the-Top (OTT)

OTT é um serviço de mídia oferecido diretamente para espectadores através da internet. Ele vem se desenvolvendo muito, com empresas grandes liderando essa mudança, como o Netflix, Amazon Prime, Airbnb, 99, Uber, entre outros. A busca por conectividade de dados e acesso a serviços de streaming online de filmes, séries e vídeos, jogos eletrônicos e o aumento do uso de dispositivos como smart-tvs, smartphones e tablets, vem de um aumento significativo no número de usuários de banda larga, tornando essa busca um processo natural. Vale destacar que houve um aumento significativo na presença de dispositivos conectados que passam a fazer parte da rotina das pessoas, sendo possível notar essa mudança tanto no Brasil quanto no resto do mundo.

Evolução dos Dispositivos Conectados no Mundo



Fonte: Cisco

Mesmo com as evoluções recentes e o crescimento contínuo do setor de banda larga fixa no Brasil, percebe-se que o país ainda possui baixa penetração. Quando comparado com outros países da América Latina e países desenvolvidos, é possível perceber que mesmo com um crescimento contínuo no setor e com as evoluções crescentes, o Brasil ainda é um país com baixa penetração, com um consumo de velocidade relativamente inferior quando comparado com as outras economias no mundo. Sendo assim, existe uma significativa oportunidade de crescimento desses serviços no Brasil. Vale destacar que, com o desenvolvimento de tecnologias e o aumento da qualidade de streaming para 4K, câmeras de segurança eletrônicas, eletrodomésticos inteligentes, entre outros eletrônicos e eletrodomésticos que requerem o uso da internet, o crescimento no consumo de banda larga faz parte de uma tendência mundial e irreversível.

Velocidade Média por Região Global (Mbps)

Região	2018	2019	2020	2021
Global	45.9	52.9	61.2	77.4
Ásia Pacífico	62.8	74.9	91.8	117.1
América Latina	15.7	19.7	34.5	41.2
América Do Norte	56.6	70.1	92.7	106.8
Europa Ocidental	45.6	53.2	72.3	87.4
Europa Central e Oriental	35	37.2	57	65.5
África e Oriente Médio	9.7	11.7	25	29

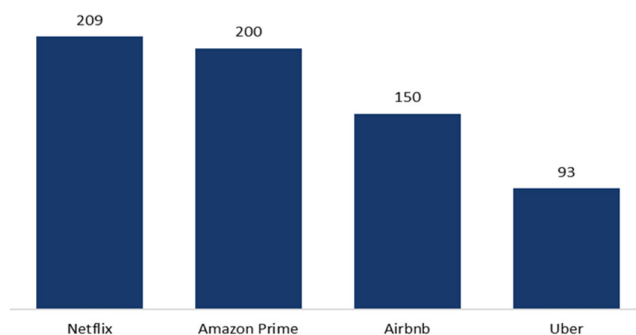
Fonte: Cisco

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Apesar de em termos de volume o segmento de OTT ter um impacto menor, temos forte convicção de que o mercado de soluções via aplicativos continuará a crescer. Neste cenário, a Companhia continuará exercendo o papel de autenticadora dos usuários, uma vez que a Companhia liga a camada de IT à camada de telecomunicações.

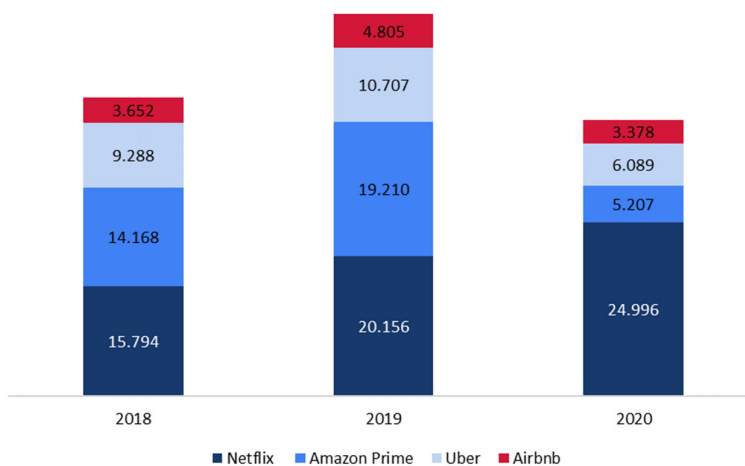
O mercado de OTT está se desenvolvendo ano a ano, com grandes empresas americanas já atraindo milhões de clientes para seus aplicativos e plataformas. Empresas como Netflix, Amazon Prime, Airbnb e Uber, vem desenvolvendo seus negócios para melhor atender seus clientes existentes e atrair novos clientes. Vale ressaltar um produto que tem relação a este mercado e telecomunicação, que é o mercado de MFA ou autenticação Multi Fator. Este mercado foi valorado em USD 12,9 bilhões em 2022 e prevê que se atinja USD 26,7 Bilhões nos próximos 5 anos, de acordo com o estudo da Markets and Markets (<https://www.marketsandmarkets.com/Market-Reports/multifactor-authentication-market-231220047.html>), Segundo a pesquisa a demanda é alimentada por crescentes roubos e violações de identidades, aumento no uso de dispositivos IOT / BYOD (traga seu próprio equipamento em inglês. Para o processo de autenticação, os OTTs utilizam vários serviços que permitem e fazem a conectividade, incluindo serviços de mensagens (SMS – Short Message Services), numeração local, números especiais, conferência de chamadas acionada via API e chamadas de voz.

Número de Usuários das Grandes Cias de OTT em 2021 (em milhões)



Fonte: Business Apps, SEC, Property Management, Black Linko

Receita das Grandes Cias de OTT em 2018-2021 (em milhões de USD)

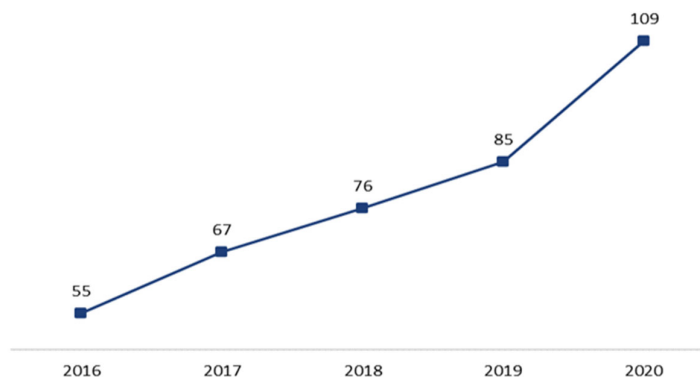


Fonte: 10-K SEC Reports

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

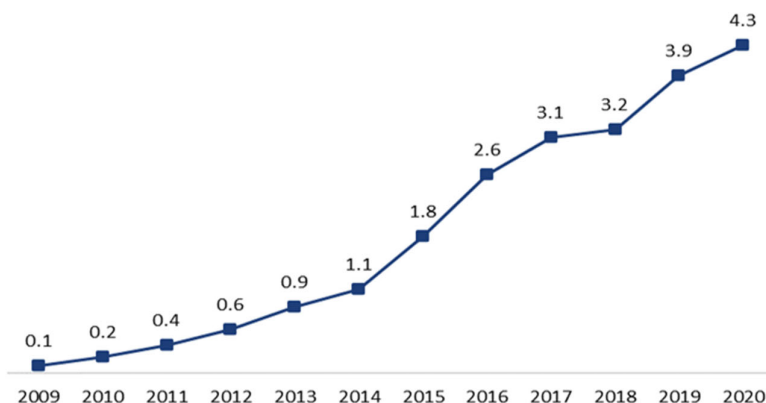
O crescimento no número de aplicativos baixados mundialmente segue em forte crescimento ao longo dos anos como demonstram os gráficos abaixo. Esse crescimento sustenta e impulsiona também os aplicativos de OTT, que ganharam uma relevância ainda maior com a chegada da pandemia com usuários se habituando cada vez mais com as tecnologias de streaming.

Número de apps baixados no Google Play (em bilhões)



Fonte: Sensor Tower

Número de apps e jogos na Apple Store (em milhões)



Fonte: PocketGamer

(d) eventual sazonalidade

Não aplicável, tendo em vista que os serviços prestados pela Companhia não estão sujeitos a sazonalidade.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia possui em sua cadeia de produção fornecedores importantes que se dividem em categorias distintas de acordo seu respectivo papel na cadeia. A Companhia tem fornecedores de insumos no segmento de CPaaS-IoT, que fornecem o plástico (Sim Card inativo) para a sua operação. Esta é uma cadeia ligada a cadeia de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

semicondutores, mas que não apresentou indícios de quebra no abastecimento ou atrasos em entregas. Por ser um mercado com muitos players, não há dependência de fornecedor e nem volatilidade de preço em virtude da demanda. Apesar de hoje ter um papel importante na cadeia de CPaaS-IoT, os fornecedores de plástico não representam o volume maior de fornecedores da Companhia, que é constituído pelos fornecedores de serviços, acoplados a camada de conectividade e que permitem à Companhia o acesso à outras redes e, por consequência, a outras pessoas, empresa máquinas, animais monitorados etc. Nesta categoria, destacam-se a nossa MNO (*Mobile Network Operator*), TIM, com a qual a Companhia possui um contrato de serviço de uso das antenas da TIM em território nacional com renovação automática a cada 2 anos.

O contrato, celebrado em 2013, passa por discussões de escopo e preço a cada 5 anos. Apesar de ser um contrato privado entre empresas privadas, o contrato está sob o guarda-chuva da ANATEL, que dá proteção a qualquer tipo de arbitrariedade de uso de poder econômico e/ou risco de interrupção, uma vez que os serviços prestados não podem sofrer interrupção. Além do CPaaS-IoT, o contrato com a MNO TIM, garante acesso a rede de antenas na oferta *White Label* de pacotes de telefonia fixa, móvel, de dados e produtos de IoT para ISPs e redes de varejo.

Já na parte de VoIP, destaque para os grupos Claro, Oi, Vivo, TIM e Algar, que também possuem seus contratos sob o guarda-chuva da ANATEL, e cobrem a possibilidade de encaminhamento e recebimento de chamadas e mensagens de texto em território nacional. Estes contratos também abrem para a empresa a possibilidade de produtos adicionais como 0800, 4004, 3003 etc. Para destinos internacionais, a Companhia também possui fornecedores internacionais, que cobrem suas demandas de terminação de chamadas em território internacional. Importante destacar também que estes mesmos fornecedores atuam como clientes, tornando a relação de perpetuidade dos contratos ainda mais forte. Por último, mas não menos importante, estão os contratos da Companhia com os fornecedores de solução de TI, softwares que geram a inteligência da camada de serviços de valor agregado que a Companhia oferece. Neste caso, a Companhia busca sempre se assegurar da inteligência por trás dos serviços, garantindo a manutenção dos serviços em caso de dificuldades observadas. Junto com os softwares, a Companhia também faz uso de equipamentos, gateways, servidores, mas neste caso, há, além de uma gama grande de fornecedores, também uma gama grande de soluções.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia não depende de fornecedores, pois mesmo no IoT, em caso de uma ruptura com TIM, a Companhia poderá hospedar seu serviço em outra operadora regulada. Importante destacar que, como a camada de conectividade é regulada, a ANATEL protege a operação contra potenciais riscos de descontinuidade do serviço. Na parte de conectividade de chamadas e mensagens de texto, a Companhia depende das operadoras, pois elas garantem os contratos de interconexão. Contudo, além do papel da ANATEL como reguladora, há também a interdependência das redes, isto é, as operadoras não podem operar sozinhas, pois precisam garantir as chamadas entre redes, o que torna a dependência irrelevante no que diz respeito à disponibilidade dos serviços.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

No mercado de VoIP existe a dependência no valor de terminação de tráfego pelas operadoras com poder de mercado (PMS), porém, esses preços seguem uma base regulada pela ANATEL.

1.5 Principais clientes

1.5 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022	
	2022	%
US Matrix Telecommunications, Inc.	141.926	20,9%
Bharti Airtel (UK) Limited	109.169	16,1%
Receita operacional líquida	677.896	100,0%

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

O segmento de VoIP é afetado pelas receitas provenientes dos clientes US Matrix Telecommunications e Bharti Airtel, conforme descritas acima, considerando que a Companhia possui contratos com tais clientes nestes segmentos.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) **necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Regulamentação aplicável ao Setor de Telecomunicações

Panorama Regulatório

Duas empresas do grupo econômico da Companhia – Datora Telecomunicações Ltda. e Datora Mobile Telecomunicações S.A. – prestam serviços de telecomunicações, estando sujeitas à regulação e à fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (“**ANATEL**”) e de outras leis, decretos e regulamentações aplicáveis ao setor. A depender do serviço prestado, regulações específicas da ANATEL serão aplicáveis.

Compete à ANATEL a adoção das medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras. Suas atribuições incluem a implementação da política nacional de telecomunicações, a administração do espectro de radiofrequências e a expedição das normas aplicáveis à sua exploração, a fiscalização dos serviços de telecomunicações e de sua qualidade, atendimento às reclamações dos usuários de serviços de telecomunicações, dentre outras atividades relacionadas ao desenvolvimento das telecomunicações do País.

Além da criação da ANATEL, a Lei Geral de Telecomunicações estabelece a organização dos serviços de telecomunicações, incluindo, entre outros aspectos, a disciplina e a fiscalização da execução, comercialização e uso dos serviços e da implantação e funcionamento de redes de telecomunicações, bem como da utilização dos recursos de órbita e espectro de radiofrequências.

A Lei Geral de Telecomunicações estabelece requisitos objetivos para a obtenção de autorização de serviço de interesse coletivo pela empresa: (i) estar constituída segundo as leis brasileiras, com sede e administração no País; (ii) não estar proibida de licitar ou contratar com o Poder Público, não ter sido declarada inidônea e não ter sido punida, nos dois anos anteriores, com a decretação da caducidade de concessão, permissão ou autorização de serviço de telecomunicações, ou da caducidade de direito de uso de radiofrequência; (iii) dispor de qualificação técnica para prestação adequada do serviço, capacidade econômico-financeira, regularidade fiscal e estar em situação regular com a Seguridade Social; (iv) não ser, na mesma região, localidade ou área, encarregada de prestar a mesma modalidade de serviço.

A prestação de serviços de telecomunicações também está sujeita às disposições da Resolução ANATEL nº 73, de 25 de novembro de 1998, que estabelece o Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, os princípios fundamentais para a prestação dos serviços de telecomunicações e suas diretrizes regulatórias, obrigações inerentes à prestação dos serviços (tanto no regime público quanto no regime privado), dentre outras disposições a serem observadas pelas prestadoras em suas atividades. Ademais, cada um dos serviços de telecomunicações possui um regramento específico emitido pela ANATEL, a ser observado quando de sua prestação.

Na condição de autorizadas a prestar serviços de telecomunicações de interesse coletivo, a Datora Telecomunicações Ltda. e a Datora Mobile Telecomunicações S.A. estão sujeitas às disposições do Regulamento Geral de Outorgas, aprovado pela Resolução ANATEL nº 720, de 10 de fevereiro de 2020. Nesse sentido, no âmbito da fiscalização e regulação exercidas pela ANATEL, as prestadoras de serviços de telecomunicações estão sujeitas ao pagamento de taxas, encargos setoriais e preços públicos decorrentes das outorgas detidas. A Datora Telecomunicações Ltda. e a Datora Mobile Telecomunicações S.A. possuem débitos junto à ANATEL, sob discussão em recurso com efeito suspensivo e/ou em sede judicial, e/ou parcelados, o que permite a emissão de certidão de débitos com efeito de negativa das receitas administradas pela ANATEL.

O não cumprimento das regras do setor pode resultar na aplicação das seguintes penalidades, individual ou cumulativamente: (i) advertência; (ii) multa; (iii) suspensão temporária; (iv) caducidade; e (v) declaração de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

inidoneidade. Os valores das multas podem variar de R\$ 100,00 a R\$ 50.000.000,00, a depender da gravidade da infração. Antes de aplicar qualquer sanção administrativa, a ANATEL deve iniciar um processo administrativo para investigar a infração, no qual a empresa em questão terá a oportunidade de se defender. A Resolução ANATEL nº 589, de 7 de maio de 2012, que aprova o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, estabelece critérios a serem observados pela agência ao aplicar sanções administrativas. De acordo com essa norma, a ANATEL considerará, para a aplicação de sanções administrativas, a natureza e a gravidade da infração, os danos resultantes para o serviço e seus usuários, as vantagens obtidas pelo infrator, a existência de circunstâncias agravantes, o histórico do infrator e a reincidência específica.

A Datora Telecomunicações Ltda. e a Datora Mobile Telecomunicações S.A. são partes em diversos contratos celebrados com prestadores de serviços de telecomunicações, incluindo contratos de interconexão, de disponibilização mútua de mensagens, de transporte de tráfego, de *roaming* e de exploração de serviço móvel pessoal por meio de rede virtual (*Mobile Virtual Network Operator – “MVNO”*). A regulamentação de telecomunicações estabelece que os contratos de interconexão e de MVNO devem ser homologados pela ANATEL para que possuam eficácia. O instituto da homologação é medida promotora da transparência nos relacionamentos constituídos, evitando práticas anticompetitivas ou comportamentos que ponham em risco o desenvolvimento sustentável do setor.

Os contratos de interconexão – definidos como aqueles que regem os condicionamentos que possibilitam a ligação entre redes de telecomunicações funcionalmente compatíveis, de modo que os usuários de serviços de uma das redes possam comunicar-se com usuários de serviços de outra ou acessar serviços nela disponíveis – são regidos pela Resolução ANATEL nº 693, de 17 de julho de 2018. As condições para a interconexão de redes são objeto de livre negociação entre interessados, mediante acordo, que deve ser formalizado por contrato, cuja eficácia depende de homologação pela ANATEL.

De acordo com a Resolução ANATEL nº 550/2010, há duas formas de operadora móvel virtual: “Credenciada” ou “Autorizada”. A “Autorizada de Serviço Móvel Pessoal” é uma pessoa jurídica autorizada junto à ANATEL para prestar o Serviço Móvel Pessoal, por meio de compartilhamento de rede com a Prestadora Origem. A empresa utiliza a radiofrequência da Prestadora Origem para montar sua própria infraestrutura. Neste modelo, a autorizada atua como uma empresa de telecomunicações, devendo prestar informações diretamente à ANATEL, sendo este o caso da Datora Mobile, podendo, portanto, credenciar outras operadoras móveis virtuais.

Já a “Credenciada de Rede Virtual” é uma empresa credenciada junto à Anatel apta a representar a prestadora origem na oferta do serviço móvel pessoal. Nesta opção, o credenciado utiliza toda a infraestrutura da prestadora de origem para oferecer serviços. Ambas as empresas são responsáveis em conjunto pela qualidade do serviço.

Prestação dos serviços de telecomunicações no regime público e privado

Como regra geral, a prestação de serviços de telecomunicações requer uma outorga a ser concedida pela ANATEL, a qual é emitida para serviços de interesse coletivo ou de interesse restrito, nos termos do Regulamento Geral de Outorgas (Resolução nº 720/2020). A ANATEL é responsável por analisar os requerimentos para a prestação destes serviços, considerando principalmente sua finalidade para os usuários, e os requisitos para a obtenção de cada outorga variam de acordo com o tipo de serviço.

A Lei Geral de Telecomunicações determina que a prestação de serviços de telecomunicações poderá ser realizada em regime público ou privado. Os serviços prestados sob o regime público são aqueles prestados mediante concessão ou permissão, com atribuição de obrigações, por meio da definição de metas de universalização e de continuidade. Os serviços prestados sob o regime privado dependem de autorização prévia da ANATEL, não estando sujeitos a obrigações de universalização e continuidade.

A Datora Telecomunicações Ltda. e a Datora Mobile Telecomunicações S.A. prestam serviços de telecomunicações em regime privado, sendo necessária a obtenção de autorização prévia da ANATEL. As empresas exploram o Serviço de Comunicação Multimídia, o Serviço Telefônico Fixo Comutado e o Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual, conforme será detalhado na tabela abaixo.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

O Serviço de Comunicação Multimídia (“**SCM**”) é o serviço fixo de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em âmbito nacional e internacional, sob o regime privado, que permite a transmissão, emissão e recepção de informação multimídia, incluindo o fornecimento de conexão à Internet de banda larga, por qualquer meio, aos assinantes dentro de uma área de serviço. O SCM foi criado para ser um serviço flexível que pudesse acomodar as muitas funções possibilitadas pela convergência tecnológica, e é regulado pelo Regulamento do SCM (Resolução ANATEL nº 614, de 28 de maio de 2013). Os prestadores de SCM (licenciados ou dispensados do licenciamento) devem submeter regularmente informações operacionais à ANATEL, incluindo informações relacionadas com receitas e despesas, capacidade de rede, número de acessos, número de empregados e comprimento da fibra óptica.

O Serviço Telefônico Fixo Comutado (“**STFC**”) é o serviço de telecomunicações que permite a transmissão de voz e outros sinais entre estações fixas, por meio de processos de telefonia, podendo ser prestado sob regime público e privado, regulado pelo Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado (Resolução ANATEL nº 426, de 9 de dezembro de 2005). Existem três modalidades de prestação do STFC destinados ao uso público: (i) serviço local; (ii) serviço de longa distância nacional (“**LDN**”); e (iii) serviço de longa distância internacional (“**LDI**”). Vale destacar que a Resolução ANATEL nº 426/2005 veda a uma mesma prestadora, sua controladora, coligada ou controlada, a prestação de uma mesma modalidade de STFC, por meio de mais de uma autorização ou concessão, em uma mesma área de prestação de serviço, ou parte dela. A ANATEL concede prazo para a regularização, o que poderá ocorrer por meio de renúncia de autorização, ou por meio de consolidação de outorgas.

A prestação do Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual constitui serviço de telecomunicações, classificando-se a autorizada de rede virtual como prestador autorizado do SMP e sujeitando-se a todas as regras contidas no Regulamento sobre Exploração de SMP por meio de Rede Virtual (RRV-SMP), aprovado pela Resolução ANATEL nº 550, de 22 de novembro de 2010, bem como às demais normas aplicáveis. A exploração caracteriza-se pelo oferecimento do serviço à população, segmentado ou não por mercado, com as características do SMP de interesse coletivo, isonomia e permanência, permitindo, por meio de processos simplificados e eficientes, a existência de um maior número de ofertantes do serviço no mercado, com propostas inovadoras de facilidades, condições e relacionamento com os usuários do SMP, agregando, entre outros, volumes e serviços de valor adicionado. O SMP é o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre estações móveis e de estações móveis para outras estações, na forma da Resolução ANATEL nº 477, de 7 de agosto de 2007.

Considerando que, em regra, as autorizações para prestação de serviços de telecomunicações não têm vigência sujeita a termo final, isto é, possuem prazo indeterminado, poderão ser extintas somente por: (i) cassação; (ii) caducidade; (iii) decaimento; (iv) renúncia; ou (v) anulação, conforme a especificidade de cada modalidade trazida pela Lei Geral de Telecomunicações.

Diante disso, a Datora Telecomunicações Ltda. e a Datora Mobile Telecomunicações S.A. obtiveram perante a ANATEL autorizações para prestação de serviços de telecomunicações, por cada serviço prestado, conforme demonstrado abaixo:

Outorgada	Serviço	Ato	Data
Datora Telecomunicações Ltda.	SCM	Termo de Autorização n.º 104/2006	24/08/2006
	STFC <i>Local</i>	Termo de Autorização n.º 311/2004	14/05/2004
	STFC <i>Longa Distância Nacional</i>	Termo de Autorização n.º 312/2004	14/05/2004
	STFC <i>Longa Distância Internacional</i>	Termo de Autorização n.º 313/2004	14/05/2004
Datora Mobile Telecomunicações S.A.	SMP por meio de Rede Virtual	Termo de Autorização n.º 47/2011	17/11/2011

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

	Termo de Autorização n.º 48/2011	17/11/2011
	Termo de Autorização n.º 49/2011	17/11/2011

Cumprir notar que a Resolução nº 720/2020 da ANATEL trouxe uma modificação com relação às outorgas para a prestação de serviços de telecomunicações. Se, no passado, as outorgas eram concedidas para os serviços específicos, atualmente, as autorizações são referentes à exploração de serviços de telecomunicações, de interesse coletivo ou restrito.

Nesse sentido, a autorização para a exploração de serviços de telecomunicações de interesse coletivo pela ANATEL confere à autorizada a possibilidade de prestar quaisquer serviços de telecomunicações, de interesse coletivo ou restrito. Já a autorização para a exploração de serviços de telecomunicações de interesse restrito pela ANATEL confere à autorizada a possibilidade de prestar quaisquer serviços de telecomunicações de interesse restrito. Nos dois casos, bastará notificação à ANATEL sobre os serviços de interesse, mediante registro no sistema informatizado da agência.

Em razão da referida mudança, a ANATEL consolidou e adaptou as autorizações para exploração de serviços de telecomunicações de interesse coletivo e de interesse restrito detidos pela Datora Telecomunicações Ltda., pela Datora Mobile Telecomunicações S.A. e por outras prestadoras, expedidas até a data de entrada em vigor do RGO, em uma única outorga para explorar os serviços de interesse coletivo e restrito. Portanto, atualmente, os serviços prestados pela Datora Telecomunicações Ltda. e pela Datora Mobile Telecomunicações S.A. estão autorizados pelo Ato nº 4.334/2020 e pelo Ato nº 622/2021 da ANATEL, respectivamente.

Serviço de Valor Adicionado

A Datora Telecomunicações Ltda. e a Datora Mobile Telecomunicações S.A. também prestam Serviços de Valor Adicionado (SVA), o quais são definidos pelo artigo 61 da Lei Geral de Telecomunicações como as atividades que acrescentam e dão suporte a um serviço de telecomunicações e a este atribuem novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações. Os SVAs não constituem um serviço de telecomunicações e, por esse motivo, não dependem de autorização prévia da ANATEL e não estão sujeitos à regulamentação da agência.

Radiofrequência

As radiofrequências são ondas eletromagnéticas que trafegam pelo ar e possuem frequências menores que a luz visível, compreendidas no intervalo entre 8,3 kHz a 3000 GHz, no qual é possível a radiocomunicação. O espectro de radiofrequências é um recurso limitado, considerando como um bem público sob a Lei Geral de Telecomunicações e sendo administrado pela ANATEL. A Resolução ANATEL nº 671/2016 aprova o Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, disciplinando e estabelecendo os parâmetros gerais de administração, condições de uso, autorização e controle de radiofrequências.

De acordo com a Resolução ANATEL nº 720/2020 e com a Resolução nº 65/1998, que aprovou o Regulamento de Licitação para Concessão, Permissão e Autorização de Serviço de Telecomunicações e de Uso de Radiofrequência, a validade da notificação de interesse em prestar serviço de telecomunicações que dependa do uso de radiofrequências está condicionada à prévia obtenção da autorização de uso de radiofrequências.

Nos termos da Resolução ANATEL nº 671/2016, o uso das radiofrequências pode ocorrer em caráter primário ou em caráter secundário. O uso em caráter primário é caracterizado pelo direito à proteção contra interferência prejudicial; o uso em caráter secundário é caracterizado pelo direito à proteção contra interferência prejudicial, exceto quando proveniente do uso em caráter primário, ou uso subsidiário de radiofrequências associado a contrato de exploração industrial.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Contudo, cumpre notar que os serviços de telecomunicações atuais prestados pela Datora Telecomunicações Ltda. e a Datora Mobile Telecomunicações S.A. não dependem da utilização de radiofrequências. Ademais, há casos em que são utilizados apenas meio confinados ou equipamentos de radiocomunicação de radiação restrita, hipóteses que dispensam autorização para o uso de radiofrequências. Compete à ANATEL homologar ou reconhecer a certificação de produtos e equipamentos de telecomunicações, observados os padrões e normas definidos pela Resolução ANATEL nº 715, de 23 de outubro de 2019, de modo que as prestadoras de serviços de telecomunicações somente podem utilizar produtos e equipamentos devidamente certificados e homologados pela ANATEL.

Como MVNO, a Datora Mobile compartilha a infraestrutura da rede de acesso da sua Prestadora Origem – TIM, inclusive suas radiofrequências.

A Datora Telecomunicações Ltda., através do Ato nº 4.499, de 21 de junho de 2021, foi autorizada pela ANATEL à utilização não exclusiva, em caráter secundário, das radiofrequências associadas à execução do SCM, pelo prazo de 5 anos, a partir da data de publicação do ato. Nos termos do Ato nº 4.499/2021, o uso das radiofrequências autorizados é condicionado à obtenção das licenças para funcionamento das estações, o que deve ocorrer no prazo de 18 meses contados do ato.

Neste sentido, apresentamos abaixo o ato da ANATEL que autoriza a utilização de radiofrequências pela Datora Telecomunicações Ltda., assim como sua validade:

Outorgada	Ato	Validade
Datora Telecomunicações Ltda.	4.499/2021 - ANATEL	5 anos

As autorizações de uso de radiofrequências serão extintas pelo advento de seu termo final ou no caso de sua transferência irregular, assim como por caducidade, decaimento, renúncia ou anulação da autorização para prestação do serviço de telecomunicações que dela se utiliza, nos termos da Lei Geral de Telecomunicações.

Obrigações relacionadas ao atendimento ao consumidor e ao controle de qualidade

Os direitos dos consumidores de serviços de telecomunicações são regulamentados pela Resolução ANATEL nº 632, de 7 de março de 2014, que aprovou o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (“**RGC**”), que estabelece diversas regras e obrigações para o suporte ao consumidor de telecomunicações.

As operadoras de telecomunicações estão explicitamente autorizadas, de acordo com o RGC, a fornecer suporte telefônico ao cliente através de seus próprios *call centers* ou através de *call centers* terceirizados. Em qualquer caso, o não cumprimento das regras regulatórias resultará em multas e outras possíveis penalidades aplicáveis à operadora.

Adicionalmente, a ANATEL supervisiona a qualidade dos serviços oferecidos pelos provedores de telecomunicações, monitorando os indicadores de desempenho operacional dessas empresas. Cada indicador tem uma meta associada, que deve ser cumprida mensalmente pelo prestador de serviços, em cada área geográfica definida no regulamento dentro de sua área de serviço.

Os indicadores, assim como seus respectivos métodos de coleta, cálculo e outros requisitos de qualidade, são definidos pela Resolução ANATEL nº 717, de 23 de dezembro de 2019, que aprovou o Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações (“**RQUAL**”). Além dos indicadores de desempenho, a ANATEL também monitora a disponibilidade dos serviços através da coleta sistemática de dados de eventos de interrupção, tanto programadas quanto decorrentes de falhas. Com o objetivo de avaliar o uso correto das disposições regulamentares relativas à coleta, cálculo e envio das informações solicitadas, a ANATEL realiza procedimentos de supervisão sistemática e periódica junto aos provedores. Vale destacar que as obrigações descritas no RQUAL devem ser igualmente cumpridas pelos grupos que não se enquadram como Prestadora de Pequeno Porte (“**PPP**”), não sendo de cumprimento obrigatório pelas PPPs, portanto.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Prestadoras de Pequeno Porte

O setor de telecomunicações tem demonstrado diversas iniciativas para contribuir com a expansão da banda larga e conectividade no Brasil, considerados objetivos gerais de políticas públicas de telecomunicações, de acordo com o Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018. É neste contexto que as Prestadoras de Pequeno Porte (“PPP”) – categoria em que a Datora Telecomunicações Ltda. e a Datora Mobile Telecomunicações S.A. se enquadram – se destacam, promovendo inclusão digital em diversas áreas do Brasil.

A ANATEL, reconhecendo o potencial positivo que as PPPs representam para o mercado de telecomunicações brasileiro, vem gradualmente implementando condições específicas e mais flexibilizadas a essas prestadoras em suas regulamentações e ações. Nesse sentido, um dos primeiros incentivos ao desenvolvimento das PPPs pode ser observado na redução do valor das outorgas de serviços de telecomunicações, desburocratizando e agilizando o início de prestação desses serviços, assim como por meio da dispensa de outorga para as prestadoras de SCM que possuem até 5.000 acessos e que utilizem exclusivamente meios confinados e/ou equipamentos de radiocomunicação de radiação restrita para a prestação do serviço.

Em 2012, o Plano Geral de Metas de Competição da ANATEL (“PGMC”), aprovado pela Resolução ANATEL nº 600, de 8 de novembro de 2012, estabeleceu os conceitos de ‘Mercado Relevante’ e ‘Poder de Mercado Significativo’ (“PMS”), reconhecendo a necessidade de aperfeiçoar a regulamentação relativa ao estabelecimento de medidas regulatórias assimétricas para minimizar a probabilidade de surgimento de poder de mercado, tais como o controle de preços de produtos de atacado, transparência, tratamento isonômico e não discriminatório, dentre outras medidas, visando incentivar e promover a livre, ampla e justa competição.

Em 2018, a Resolução ANATEL nº 694, de 17 de julho de 2018, trouxe a definição de ‘Prestadora de Pequeno Porte’, entendida como o grupo detentor de participação de mercado nacional (*market share*) inferior a 5% em cada mercado de varejo em que atua (por exemplo, banda larga fixa, voltada ao atendimento das demandas dos usuários finais dos serviços de telecomunicações), levando em consideração que prestadoras detentoras de participação até tal proporção não possuem poder de mercado, capaz de influenciar de forma significativa as condições do mercado relevante.

O PGMC ainda determinou que a ANATEL poderá estabelecer medidas assimétricas de maior ou menor intensidade nos mercados relevantes de atacado com base no nível de competição municipal dos mercados de varejo, considerando municípios competitivos, potencialmente competitivos, pouco competitivos e não competitivos. Além disso, a agência poderá estabelecer obrigações diferenciadas para as PPPs, possibilitando que as prestadoras conquistem mais espaço no mercado de telecomunicações, principalmente em municípios menos competitivos.

Com relação às obrigações de atendimento, cobrança e oferta de serviços relativos ao STFC, SMP e SCM perante os consumidores finais, o RGC prevê obrigações mais flexíveis às PPPs, relacionadas ao Centro de Atendimento Telefônico, Fidelização, Contrato e Planos de Serviços, Cobrança, Suspensão e Rescisão Contratual por falta de pagamento ou inserção de crédito, Suspensão a Pedido do Assinante, Franquia de Consumo de Dados, Portabilidade Numérica e Privacidade do Código de Acesso. Igualmente à flexibilidade do RGC, o RQUAL não estabelece que as PPPs deverão cumprir com as obrigações de qualidade nele previstas.

Conselhos Profissionais

A Lei Federal nº 6.839/1980 determina que, para o exercício de certas atividades, é necessário o registro prévio no Conselho Profissional competente. Para que seja realizado tal registro, é necessário registro de um profissional legalmente habilitado na função de responsável técnico, com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida pelo Conselho Profissional.

Eventual descumprimento das regulamentações do Conselho Profissional em questão poderá sujeitar a Companhia a determinadas penalidades como: (i) advertência; (ii) multa (a ser definida conforme a gravidade da infração); e (iii) cancelamento do registro (entre outras penalidades civis e criminais), em qualquer caso, após o devido processo legal.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A Lei Federal nº 5.194/1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, determina que as empresas que executam obras e serviços relacionados às atividades elencadas pela legislação relativas à engenharia só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico. As atividades da Datora Telecomunicações Ltda. e da Datora Mobile Telecomunicações S.A. estão sujeitas a registro prévio no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

Ademais, de acordo com o Regulamento Geral de Outorgas, quando se tratar de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, a obtenção de autorização está condicionada à qualificação técnica para bem prestar o serviço pela empresa, comprovada através do envio de declaração de que a empresa possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente bem como a existência de pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da autorização.

Regulação de Proteção de Dados Pessoais

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (aqui definidos como toda e qualquer informação passível de identificar ou tornar identificável uma pessoa natural) podem ser utilizados pelas organizações.

Em agosto de 2018, com a promulgação da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“**LGPD**”), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um sistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que os tratam, trazendo novas obrigações e limitações a serem observadas.

A título exemplificativo, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam: (i) finalidade; (ii) adequação; (iii) necessidade; (iv) livre acesso; (v) qualidade dos dados; (vi) transparência; (vii) segurança; (viii) prevenção; (ix) não discriminação; e (x) responsabilização e prestação de contas.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas naturais e pessoas jurídicas, de direito público ou privado, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no Brasil.

Além disso, a LGPD: (i) estabelece diversas hipóteses, bases legais autorizadas do tratamento de dados pessoais, as quais não se resumem ao consentimento do titular de dados pessoais; (ii) dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; e (iii) prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de uma multa, no valor equivalente a até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração.

A LGPD também autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados no Brasil, exercendo as funções de (i) investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção de dados e medidas de segurança da informação no país.

Além da ANPD, outros órgãos do Poder Público já possuem histórico de atuação no tema, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais,

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

exercendo a função de fiscalização baseada na LGPD, sendo competentes para aplicar, todavia, apenas as penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor ou no Marco Civil da Internet.

Nesse sentido, necessário esclarecer que a maior parte das disposições da LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, exceto quanto às suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54), de competência exclusiva da ANPD, que estão vigentes desde 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

Além das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos do Poder Público, como de defesa do consumidor.

Em relação às sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, estará sujeita à (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; obrigação de divulgação de incidente; (iii) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (d) eliminação de dados pessoais correspondentes à infração; (iv) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (v) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (vi) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (vii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

A Companhia implementou as Políticas de Privacidade e Proteção de Dados, bem como de adequação das atividades de tratamento de dados pessoais, as quais os gaps identificados no *data mapping* de todas suas áreas estão sendo tratados. A Companhia já estruturou o seu registro das atividades de tratamento de dados pessoais, também conhecido como ROPA (*Record of Processing Activities*), e j contratou o Encarregado de Dados/DPO (*Data Protection Officer*) externo (*DPO as a service*).

Correspondente Bancário

A Datora Pag Ltda. (“**Datora Pag**”), controlada da Companhia, CNPJ 37.945.736/0001-42, tem como atividade principal a prestação de serviços de atividades auxiliares a serviços financeiros, em especial, a atividade de correspondente bancário, mas no ano de 2022 não teve movimentação.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A Companhia não possui uma política ambiental, política social ou políticas de responsabilidade socioambiental formalizadas até o momento, e tampouco aderiu a padrões internacionais de proteção ambiental, uma vez que as atividades da Companhia podem ser consideradas de baixo impacto ambiental. De qualquer forma, a Companhia adota práticas pontuais voltadas à sustentabilidade no imóvel onde está localizada sua sede, tais como separação de resíduos recicláveis.

Além disso, ressalta-se que as atividades desenvolvidas pela Companhia não estão sujeitas ao licenciamento ambiental.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a um padrão internacional de proteção ambiental, bem como não incorre em custos relevantes para o cumprimento da regulação ambiental.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas, domínios e patentes

Na data deste Formulário de Referência, o grupo econômico da Companhia é titular de 12 registros de marca junto ao INPI, em nome próprio, dentre as quais se destaca a marca “DATORA” na promoção dos negócios da Companhia, e 33 nomes de domínios, registrados no Brasil e no exterior.

A Companhia investe no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias inovadoras visando aprimorar os seus processos. Como resultado, muitas das inovações geradas são passíveis de proteção da propriedade intelectual nos países em que a empresa atua. Uma das modalidades de proteção da inovação utilizada é a patente de invenção ou modelo de utilidade.

Na data deste Formulário de Referência, o grupo econômico da Companhia é titular de dois pedidos de patentes depositadas junto ao INPI.

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

A Companhia não efetuou contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, conforme previsto em Código de Ética e Conduta.

ii. em favor de partidos políticos

A Companhia não realiza contribuições financeiras, direta ou indiretamente, em favor de partidos políticos, no Brasil ou no exterior, conforme previsto em Código de Ética e Conduta.

ii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia não exerce e não custeia de maneira direta ou indireta, especificamente, a atividade de influência ou de engajamento em decisões acerca de políticas públicas, incluindo o conteúdo de quaisquer atos normativos, conforme previsto em Código de Ética e Conduta.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil foi de R\$ 271.351 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 276.924 mil em 2021), equivalente a 40,0% (42,3% em 2021) da receita líquida da Companhia.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A tabela abaixo indica a receita líquida consolidada da Companhia por país, excluindo o Brasil, no exercício social de 2021 e 2022:

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em			
	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	R\$	% receita líquida	R\$	% receita líquida
América do Norte	200.288	29,5%	193.455	29,5%
Canada	4.013	0,6%	7.142	1,1%
EUA	196.275	29,0%	186.311	28,4%
Demais	-	0,0%	2	0,0%
América do Sul	6.604	1,0%	8.998	1,4%
Argentina	1.840	0,3%	5.496	0,8%
Chile	4.759	0,7%	3.396	0,5%
Colômbia	5	0,0%	106	0,0%
Ásia	41.074	6,1%	23.028	3,5%
Hong Kong	30.131	4,4%	20.981	3,2%
Singapura	10.919	1,6%	1.683	0,3%
Emirados Árabes Unidos	24	0,0%	364	0,1%
Europa	158.580	23,4%	152.899	23,3%
Total	406.545	60,0%	378.380	57,7%
Receita Líquida Emissor	677.897	100%	655.304	100%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 - Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor.

A Companhia possui subsidiárias nos Estados Unidos da América, na França e na Suécia, assim como presta serviços em 31 países. Os negócios da Companhia nessas jurisdições estão sujeitos à regulação usual de mercado, tais como cível, trabalhista e tributária. As exigências e normas regulatórias desses países podem ser alteradas pelos governos locais, sem prévio aviso, devendo a Companhia e suas subsidiárias observá-las. A observância de tais exigências e normas pode eventualmente exigir da Companhia e de suas subsidiárias dispêndios financeiros adicionais. Para assegurar o cumprimento contínuo das leis, normas e regulamentos existentes, a Companhia monitora as demandas de seus principais mercados.

NGN Latam Corp

A subsidiária NGN Latam Corp, é uma empresa estabelecida na cidade de Miami, no estado da Flórida, nos Estados Unidos da América (“**Estados Unidos**”), 100% controlada pela Companhia. Tem como administradores designados os Srs. Raul Fuchs e Daniel Fuchs.

A NGN Latam Corp tem como objetivo comercialização de chamadas VoIP tráfego telefônico, dados e SMS, no mercado de internacional e doméstico nos Estados Unidos, através de tecnologia VoIP, se conectando com operadoras de telecomunicações e OTTs, nos Estados Unidos e no mundo.

O Federal Communications Commission (FCC) é o órgão regulador da área de telecomunicações e radiodifusão dos Estados Unidos. Nenhuma entidade ou empresa deve oferecer serviços de telecomunicações nos Estados Unidos antes da autorização fornecida pela FCC ou operar de forma diferente dos termos e condições especificadas.

A NGN presta serviço de revenda de serviços de telecomunicações através de tecnologia VoIP, portanto, para ofertar o este serviço foi obtida licença denominada FCC 214, com a seguinte identificação File Number: ITC-214-20100818-00338, a qual prevê os tipos de serviço a seguir: *Global or Limited Global Resale Authority (Section 63.18(e)(2)); Individual Facilities-Based and Resale Service (Section 63.18(e)(3)); Individual Non-Interconnected Private Line Resale Service (Section 63.18(e)(3))*. Como obrigatoriedade anual é necessário declarar receita e informações de tráfego comercializado pela empresa. Adicionalmente a empresa deve seguir os regulamentos de telefonia definido pela Comissão (FCC).

Como característica do serviço transporte de chamadas VoIP, grande parte de seus clientes também são fornecedores. Desta forma, cria-se uma forte proteção de receita praticamente não tendo inadimplência, por exemplo a empresa vende terminação de chamadas VoIP com destino ao Haiti, para determinada empresa cliente, mas também compra desta mesma empresa, terminação de chamadas VoIP na Guatemala. Este serviço também se caracteriza por alto volume de chamadas e faturamento, mas com baixa margem operacional.

A plataforma é operada remotamente pela equipe técnica no Brasil e por terceiros no exterior, tendo, portanto, baixa necessidade de empregados. Atualmente possui dois empregados diretos, ambos na área comercial. Outros serviços necessários para a operação, como suporte regulatório, contábil e societário, são executados principalmente por empresas e escritórios externos.

Datora France Communication

A subsidiária na França é uma empresa estabelecida em Paris e que, no ano de 2022, incorporou totalmente a NGN Sweden, estabelecida em Estocolmo, na Suécia, 100% controlada pela Companhia.

A Datora France, tem como objetivo a comercialização de Chamadas VoIP, dados e SMS no mercado internacional, através da tecnologia VoIP, estabelecendo relações comerciais com operadoras de telecomunicações e OTTs. Como não tem comercialização de serviços domésticos no país onde é estabelecida, não é necessária a licença de operação por órgão regulador de telecomunicações. A característica é a mesma da subsidiária americana, possuindo um negócio de alto volume de chamadas VoIP e faturamento com baixa margem operacional. A plataforma também é operada e instalada fora do país onde é estabelecida, sendo instalada no Brasil e nos Estados Unidos. Não possui

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

qualquer empregado local, sendo as atividades executadas remotamente e com escritórios de suporte legal, contábil e fiscal terceirizados.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9- Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

(a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia não possui uma política ASG e não publica relatório de sustentabilidade. A Companhia entende que o sistema de gestão ambiental atualmente é suficiente para assegurar que as suas atividades atendam aos requisitos legais e as normas ambientais aplicáveis. Adicionalmente, a Companhia mantém projeto social como o apoio ao Instituto Escola Conectada na Sociedade (<https://escolaconectada.org/>) cuja evolução e impacto são informados nas Demonstrações Financeiras.. Dadas as características de sua atuação, com baixo ou nulo impacto ambiental, a Companhia não possui planos de adotar uma política ASG ou de elaborar relatório de sustentabilidade.

(b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório de sustentabilidade.

(c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais. Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório de sustentabilidade.

(d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório de sustentabilidade.

(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório de sustentabilidade.

(f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório de sustentabilidade.

(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas 1.9.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório de sustentabilidade.

(h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas.

A Companhia não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Dadas as características de sua atuação, com baixo ou nulo impacto ambiental, a Companhia não identificou a necessidade de elaborar relatório de sustentabilidade, e ações sociais são divulgadas nas Demonstrações Financeiras.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Dadas as características de sua atuação, com baixo ou nulo impacto ambiental, a Companhia não identificou a necessidade de elaborar relatório de sustentabilidade, e ações sociais são divulgadas nas Demonstrações Financeiras.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Dadas as características de sua atuação, com baixo ou nulo impacto ambiental, a Companhia não identificou a necessidade de adotar indicadores-chave de desempenho ASG, e ações sociais são divulgadas nas Demonstrações Financeiras.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Dadas as características de sua atuação, com baixo ou nulo impacto ambiental, a Companhia não identificou a necessidade de elaborar relatório de sustentabilidade, e ações sociais são divulgadas nas Demonstrações Financeiras.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Dadas as características de sua atuação, com baixo ou nulo impacto ambiental, a Companhia não identificou a necessidade de elaborar relatório de sustentabilidade, e ações sociais são divulgadas nas Demonstrações Financeiras.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa.

Dadas as características de sua atuação, com baixo ou nulo impacto ambiental, a Companhia não identificou a necessidade de realização de inventário de emissão de gases do efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 - Sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 - Negócios extraordinários

Todos os eventos ocorridos no decorrer dos últimos três exercícios sociais que importem aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante se enquadram dentro da operação normal dos negócios da Companhia e já foram devidamente descritos no item 15.7 deste Formulário de Referência.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Não houve nenhuma celebração, extinção ou modificação do acordo de acionistas em 2022.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

No decorrer dos últimos três exercícios sociais, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

No decorrer dos últimos três exercícios sociais, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 - Outras informações relevantes – Negócios extraordinários

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, são apresentadas pelos Diretores da Companhia e extraídas das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as quais foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Neste item são apresentadas, pelo corpo diretivo da Companhia, informações que se destinam à auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Certas tabelas da seção 10 deste Formulário de Referência contém os termos “AH” e “AV” que significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações; ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido, nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa operacional da Companhia, em conjunto com a captação de recursos de terceiros, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Medições não contábeis (em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2022	2021
(+) Ativo Circulante	155.537	157.480
(-) Passivo Circulante	(145.400)	(168.556)
(=) Capital Circulante Líquido (CCL)	10.137	(11.076)
(+) Caixa e equivalentes de caixa	22.976	13.291
(-) Empréstimos e Financiamentos Circulante e não circulante	(42.045)	(32.883)
(=) Dívida líquida	19.069	19.592
(+) Caixa e equivalentes de caixa	22.976	13.291
(-) Empréstimos e Financiamentos Circulante	(6.344)	(7.112)
(-) Passivo de Arrendamento	(1.728)	(1.431)
(-) Dividendos a Pagar	(4.029)	(4.191)
(=) Saldo de Tesouraria	10.875	557
(+) Contas a Receber de Clientes	122.249	133.359
(+) Estoques	1.923	2.106

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(+) Tributos a recuperar	6.596	5.618
(+) Despesas antecipadas	747	2.205
(+) Outros ativos	1.046	901
(=) Ativo Circulante Operacional	132.561	144.189
(+) Fornecedores e outras contas a pagar	(115.017)	(137.961)
(+) Impostos a recolher	(7.810)	(6.418)
(+) Imposto de renda e contribuição social a pagar	(646)	(1.223)
(+) Salários, férias e encargos sociais	(7.996)	(8.628)
(+) Adiantamento de clientes e passivo contratual	(1.830)	(1.535)
(+) Outros passivos	0	(57)
(=) Passivo Circulante Operacional	(133.299)	(155.822)
(+) Ativo Circulante Operacional ⁽¹⁾	132.561	144.189
(-) Passivo Circulante Operacional ⁽²⁾	(133.299)	155.822
Necessidade de Capital de Giro (NIG)	(738)	(11.633)

⁽¹⁾ É composto de valores que mantêm estreita relação com a atividade operacional. São originados basicamente das operações de compra, venda, produção e estocagem. Seus valores dependem do ciclo operacional da Companhia. As contas do ativo circulante operacional são contas a receber de clientes, estoques, tributos a recuperar, despesas antecipadas e outros ativos.

⁽²⁾ São obrigações vinculadas diretamente com o ciclo operacional. São relacionados com a operação da Companhia e representados pelas contas de fornecedores e outras contas a pagar, impostos a recolher, imposto de renda e contribuição social a pagar, salários, férias e encargos sociais, adiantamento de clientes e passivo contratual e outros passivos.

Índice de Liquidez Corrente (em R\$ mil, exceto índice)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2022	2021
Ativo Circulante	155.537	157.480
Passivo Circulante	(145.400)	(168.556)
Índice de Liquidez Corrente ⁽¹⁾	1,07	0,93

⁽¹⁾ O índice de liquidez corrente é calculado dividindo-se o ativo circulante da companhia pelo passivo circulante e é um indicador financeiro que mostra a capacidade de uma empresa de quitar todas as dívidas a curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante da Companhia era de R\$155.537 mil enquanto o passivo circulante era de R\$145.400 mil, representando um índice de liquidez corrente de 1,07x. isto é, a Companhia não teria dificuldades de cumprir com as suas obrigações de curto prazo. A posição representa um capital circulante líquido de R\$10.137 mil positivo, denotando um equilíbrio entre fontes de financiamento de curto prazo com investimentos com retorno de curto prazo uma vez que não temos ativos de longo prazo com fontes de financiamento de curto prazo. Abrindo o capital circulante líquido, conseguimos separar risco financeiro de curto prazo dos impactos do negócio na necessidade de financiamento da operação no curto prazo. Neste caso, em 31 de dezembro de 2022, observa-se saldo de tesouraria de R\$10.875 mil, mostrando que em um cenário de estresse, a Companhia cobriria 100,00% da sua obrigação com capital de terceiros oneroso, dívidas bancárias, e outros itens de caráter financeiro, como com acionistas e mesmo assim teria sobra de caixa. Além disso, nesta mesma data, a Companhia registrou NIG de R\$738 mil negativos, mostrando que não precisou fazer uso de capital de terceiros oneroso ou do seu caixa para financiar suas operações de curto prazo, uma vez que elas são financiadas pelos seus fornecedores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Índice de Endividamento Geral (em R\$ mil, exceto índice)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2022	2021
(+) Passivo Circulante	(145.400)	(168.556)
(+) Passivo não Circulante	(42.946)	(39.936)
Passivo Total	(188.346)	(208.492)
Patrimônio Líquido	71.672	57.326
Índice de Endividamento Geral	2,63	3,64

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Índice de Endividamento Geral¹ da Companhia era de 2,63x e 3,64x, respectivamente. Os Diretores esclarecem que a redução do Índice de Endividamento Geral entre os exercício de 31 de dezembro de 2022 e 2021, corresponde, principalmente, ao aumento do patrimônio líquido decorrente dos resultados de lucro líquido do exercício de 2022 que geraram alta significativa no patrimônio líquido e, desta forma, queda no endividamento total. Importante destacar, que o passivo circulante t caiu em função da queda da conta fornecedores, fruto da valorização do real frente ao dólar compensando a alta do endividamento e desta forma favorecendo a queda do índice de endividamento...

(em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	18.178	21.331

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia registrou lucro líquido de R\$18.178 mil e R\$21.331 mil, respectivamente.

Os Diretores indicam que a redução, de 14,78% do lucro líquido registrado, decorreu sobretudo dos impactos do ativo fiscal diferido reconhecido em 2021.: .Mediante o histórico e perspectiva de lucratividade, em 2021, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido remanescente de R\$ 7.506 mil e em 2022, a Companhia passou a realizar o uso do seu ativo fiscal diferido. Se desconsiderarmos as implicações do ativo fiscal diferido, teríamos um Lucro Líquido em 2022 acima de 2021.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada, apesar de conservadora, para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento.

A Companhia apresentou a seguinte estrutura de capital entre capital próprio e de terceiros na data de encerramento em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2022	2021
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	188.346	208.492
Capital Próprio (patrimônio líquido)	71.672	57.326
Capital Total (terceiros + próprio)	260.018	265.818

A redução de R\$ 5.800 (R\$ 260.618 em 2022 versus R\$ 265.818 em 2021) no capital total está relacionado aos seguintes principais fatores: a. Redução no montante de R\$ 24.068 mil na conta de fornecedores, relacionados a valorização do real impactando os fornecedores em moeda estrangeira; b. Aumento no montante de R\$ 9.162 mil na conta de empréstimos e financiamentos, atrelados as novas captações de empréstimos em R\$ 13.940 mil abatida pelo pagamento de principal e juros no montante de R\$ 6.754 mil e provisão de juros do exercício no montante de R\$ 1.976 mil; c. Redução das obrigações tributárias no longo prazo em R\$ 2.328 mil decorrentes, sobretudo, da reversão do *tax allocation reserve* em R\$ 1.542 mil da controlada NGN Sweden Communications AB, que foi incorporada à Datora Communications em 2022. Ao longo dos exercícios sociais, em anuência com a lei Sueca a NGN Sweden Communications AB provisionou parte dos impostos sobre lucro, mantendo a obrigação no passivo. Com o encerramento das atividades da NGN Sweden, foi apurado o imposto sobre lucro devido final, e conseqüentemente, a diferença foi revertida para o resultado; d. alta do PL de R\$ 14.346 mil devido ao lucro líquido auferido no exercício de 2022 no montante de R\$ 18.178 mil, constituição de dividendos mínimos obrigatórios em R\$ 4.317mil e ajuste de avaliação patrimonial positivo de R\$ 485 mil, referente a conversão das demonstrações financeiras de cada subsidiárias convertidas para o real, parte dos efeitos das conversões são reconhecidos no patrimônio líquido.

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de captar novos recursos provenientes de investimentos e empréstimos, além do próprio acesso ao mercado de capitais, a Diretoria acredita que a Companhia tem plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais, caso necessário no futuro. Não há, no plano da Companhia, intenção de utilizar os recursos da captação primária via oferta inicial de ações para quitação do endividamento atual.

Nos últimos exercícios sociais, as necessidades de recursos da Companhia foram financiadas pela sua capacidade de geração de caixa operacional e por meio de recursos de terceiros, em sua maioria, destinados para as atividades de investimento. Assim, considerando o endividamento e o seu fluxo de caixa, a Companhia acredita que terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses, embora não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando as incertezas oriundas da volatilidade observada no mercado global, ainda decorrentes dos impactos da COVID 19, como inflação e alta nas taxas de juros, bem com as incertezas a respeito da economia brasileira, e desta forma, seus impactos nas operações e nos fluxos de caixa futuros da Companhia. Caso entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar as suas atividades e investimentos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram os empréstimos e financiamentos de terceiros e condições de prazo de pagamento junto a fornecedores maiores que os prazos de recebimento junto a clientes, conforme descritos no item 2.1(a) e 2.1(f) abaixo.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende manter a utilização do caixa gerado por meio de suas atividades operacionais, empréstimos e financiamentos de terceiros e captações junto ao mercado de capitais como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta a evolução do endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Empréstimos e financiamento (circulante e não circulante)			
(em R\$ mil)	Taxa anual de encargos (%)	Em 31 de dezembro de	Em 31 de dezembro de
		2022	2021
FINEP	Taxa pré-fixada 0,23% a.m. (2,80% a.a.)	35.140	21.786
Capital de giro - Banco Bradesco	Taxa pré-fixada 0,59% a.m. (7,35% a.a.)	3.377	7.622
Capital de giro - Banco Bradesco	Taxa pré-fixada 0,64% a.m. (7,96% a.a.)	57	256
Capital de giro - Banco Mercantil	0,33% a.m. (4,03% a.a.) + CDI	979	1.299
Capital de giro - Banco Safra	0,27% a.m. (3,28% a.a.) + CDI	1.446	1.920
Comprar – Banco Bradesco	Taxa pré-fixada 17,70% a 17,73% a.a.	1.046	-
Total		42.045	32.883

Seguem abaixo as descrições dos instrumentos financeiros relevantes da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2022:

Contrato de Financiamento FINEP nº 02.21.0003.00

Em 08 de janeiro de 2021, a Companhia celebrou contrato com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, contrato de financiamento, com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (referência nº0467/20), na qual já foram captados ao longo dos exercício o montante de R\$ 34.681, sendo R\$ 12.901 mi em 2022 e R\$ 21.780 mil em 2021, frente a uma linha de crédito já aprovada no montante de R\$34.681.536,08, A linha de crédito é composta por seis tranches, tendo a Companhia se obrigado a participar dos custos de elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação com recursos próprios. Sobre o principal da dívida incidem, *pro rata temporis*, a Taxa Referencial (TR) divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do spread de 2,80% ao ano.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O referido contrato prevê uma carência de 36 meses, devendo o principal da dívida decorrente do instrumento ser pago à FINEP em 85 parcelas mensais e sucessivas, resultando em vencimento em Fevereiro de 2031. Em garantia ao contrato, a Companhia possui cartas fianças bancárias emitidas pelo Banco Itaú Unibanco S.A. (cartas fianças bancárias nº D-100692-3 e D-103729-0) e pelo Banco Bradesco S.A. (carta fiança nº 2.085.878-8) e apólices de seguro fiança emitidas pelo BTG Pactual Seguros S.A.

Cédulas de Crédito Bancário – Capital de Giro (sem numeração)

Em 24 de janeiro de 2020, a Companhia emitiu em favor do Banco Bradesco S.A. cédula de crédito bancário, no valor de R\$2.000 mil, com taxa de juros efetiva pré-fixada de 0,6400% ao mês e 7,9562% ao ano, a ser paga em 12 parcelas, com vencimento em 09 de janeiro de 2023. Esta CCB é garantida por Cessão de Direitos Creditórios conforme Contrato de Prestação de Serviços existente entre a Companhia e a Embratel.

Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro – FGI/PEAC

Em 08 de setembro de 2020, a Datora Telecomunicações Ltda. emitiu em favor do Banco Bradesco S.A. cédula de crédito bancário, no valor de R\$8.000 mil reais, com taxa de juros efetiva pré-fixada de 0,5926% ao mês e 7,3476% ao ano, a ser paga em 24 parcelas, com vencimento em 08 de setembro de 2023. Esta CCB tem como avalista a Companhia e garantia complementar no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), com o provimento de recursos do Fundo Garantidor para Investimentos – FGI, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Cédula de Crédito Bancário nº 15875087-0

Em 18 de maio de 2020, a Companhia emitiu em favor do Banco Mercantil de Investimentos S.A. a cédula de crédito bancário nº 15875087-0, no valor de R\$5.000.000,00, com taxa de juros calculada com base em 100% do CDI acrescida de 0,33% ao mês e 4,03% ao ano, a ser paga em 36 parcelas, com vencimento em 29 de maio de 2023. Esta CCB é garantida por cessão fiduciária de direitos creditórios outorgada pela Datora Mobile Telecomunicações S.A. e tem como avalista a Datora Telecomunicações Ltda.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não era devedora de qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo avais e fianças das entidades do grupo econômico da Companhia, recebíveis e carta fiança e .

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo acontecerá de acordo com o disposto na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, observando a seguinte ordem: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as obrigações materiais constantes nos contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia junto às instituições financeiras.

Essas obrigações referem-se a determinadas restrições, incluindo distribuição de dividendos, alienação de ativos, alienação de controle societário e reorganização societária, dentre outras cláusulas usuais de mercado, conforme descrito abaixo:

Contratos de Empréstimo	
<i>FINEP</i>	(i) a aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa; (ii) diplomação como deputado(a), senador(a) ou vereador(a) de pessoa que exerça função remunerada na Companhia; (iii) a constituição, sem prévia autorização da Finep, de gravame sobre as garantias estabelecidas no Contrato; (iv) o descumprimento de solicitação de reforço ou substituição de garantia feito pela Finep; (v) a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos pela Companhia; (vi) alteração do controle efetivo, direto ou indireto, da financiada, sem prévia e expressa anuência da Finep; (vii) a inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da financiada, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores; (viii) aplicação dos recursos do financiamento em desacordo com o Cronograma de Desembolso previsto no Contrato; (ix) existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida à Finep; (x) inexatidão nas informações prestadas à Finep; (xi) paralisação do Plano Estratégico de Inovação (conforme descrito no Contrato); (xii) outras circunstâncias que, a juízo da Finep, tornem inseguro ou impossível o cumprimento, pela Companhia e/ou pelas intervenientes coexecutoras, das obrigações assumidas; e (xiii) na hipótese de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou falência decretada
<i>Banco Bradesco Linha FGI BNDES</i>	(i) se a Companhia, e/ou o(s) Avalista(s) sofrer(em) legítimo protesto de título; se a Companhia requerer a sua recuperação judicial; se houver o requerimento da sua falência; (ii) se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar a garantia ou os direitos creditórios do Credor; (iii) se a Companhia deixar de substituir qualquer um dos Avalistas que vierem a encontrar-se em qualquer das situações acima; (iv) se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou da titularidade das quotas sociais da Emitente, bem como se houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária, sem que o Credor tenha sido notificado a esse respeito com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência; (v) se chegar ao conhecimento do Credor, por qualquer meio, a informação no sentido de que a Companhia pretende fazer qualquer espécie de movimentação societária; (vi) o Credor considerará, ainda, antecipadamente o vencimento desta Cédula nos casos de cassação da licença ambiental; e (vii) se a Companhia, e/ou o(s) Avalista(s) inadimplir(em) quaisquer de suas obrigações.
<i>Banco Mercantil</i>	(i) vencida normal ou antecipadamente e CCB, por qualquer motivo nela previsto ou na lei, se a Companhia não tiver feito o integral pagamento do seu débito; (ii) é facultado ao credor considerar antecipadamente vencida a presente CCB e imediatamente exigível o pagamento da dívida, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação prévia, se a Companhia e/ou seu(s) avalista(s)/devedor(es) solidário(s); requerer(em) sua recuperação judicial ou tiver(em) sua falência requerida ou decretada; sofrer(em) protesto de título e/ou pedido de insolvência; tiver(em) seu(s) nome(s) figurando no Cadastro de Emitentes de Cheques Sem Fundos; (iii) tiver(em) cheque(s) devolvido(s) por insuficiência de fundos; figurar(em) como devedor principal ou coobrigado em ação de execução; tiver(em) seu(s) nome(s) figurando no cadastro de devedores da Serasa, do SPC ou de qualquer outro órgão encarregado de cadastrar atrasos nos pagamentos; tiver(em) sua(s) conta(s) corrente(s) bloqueada(s) ou penhorada(s) por determinação judicial; ocorrer quaisquer alterações no controle acionário/societário do emitente; nos casos de cassação da licença ambiental, quando aplicável, e de sentença condenatória transitada em julgado, em razão de prática, pelo emitente, de atos que importem trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, proveito criminoso da prostituição ou danos ao meio ambiente.
<i>Banco Itaú</i>	a) se a Companhia, e/ou Terceiro(s) Garantidor(es) e/ou o(s) Avalista(s) inadimplir(em) quaisquer de suas obrigações; b) se a Companhia, e/ou Terceiro(s) Garantidor(es) e/ou o(s) Avalista(s) sofrer(em) legítimo protesto de título(s); se a Companhia requerer a sua recuperação judicial; se houver o requerimento da sua falência ou na eventualidade de se verificar qualquer outro evento indicador de mudança do estado econômico-financeiro da Companhia; c) se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos creditórios do Credor; d) se a Companhia deixar

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	<p>de substituir qualquer um dos Avalistas que vierem a encontrar-se em qualquer das situações acima; e) se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou da titularidade das quotas sociais da Companhia, bem como se houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária, sem que o Credor tenha sido notificado a esse respeito com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência do protocolo da movimentação societária, e sem que o Credor tenha concordado com ela por escrito. O vencimento antecipado poderá ocorrer, também a critério do Credor, se uma vez notificado a respeito da proposta de movimentação societária, não concordar com ela, e, nesta hipótese, a dívida poderá ser antecipadamente vencida a qualquer tempo, seja antes ou após a efetivação da movimentação societária; f) se chegar ao conhecimento do Credor, por qualquer meio, a informação no sentido de que a Companhia pretende fazer qualquer espécie de movimentação societária.</p>
<p><i>Banco Bradesco</i></p>	<p>a) falta de cumprimento, pelo Contratante e/ou por qualquer Devedor Solidário, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória, decorrente deste Contrato ou de qualquer outra dívida financeira de responsabilidade do Contratante e/ou de qualquer Devedor Solidário, inclusive contraída perante terceiros; b) falta de cumprimento, pelo Contratante e/ou por qualquer Devedor Solidário, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação não pecuniária prevista no Contrato não sanada no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do descumprimento; c) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil (Lei nº 10.406/02); d) se o Contratante sofrer requerimento de falência, desde que não elidida no prazo legal, requerer ou tiver decretada sua falência, for dissolvido, ou caso o Contratante seja pessoa física, ocorra a morte, insolvência (independentemente de ter sido declarada) interdição; e) se a Contratante sofrer legítimo protesto de título por cujo pagamento seja responsável, ainda que na condição de garantidora, desde que não cancelado no prazo de 5 (cinco) dias úteis; f) morte, insolvência, interdição, dissolução, requerimento e/ou decretação de falência de qualquer Devedor Solidário ou de outros coobrigados, sem que o Contratante apresente substituto(s) idôneo(s), aceito(s) previamente pelo Banco, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da ocorrência do evento; g) se o Contratante, ou o(s) Devedores Solidário(s), propuser(em) plano de recuperação extrajudicial ao Banco ou a qualquer outro credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação do referido plano; h) se o Contratante, ou o(s) Devedores Solidário(s), ingressar(em) em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; i) mudança relevante no estado econômico-financeiro do Contratante e/ou de qualquer Devedor Solidário; j) mudança ou alteração no objeto social e/ou atividades realizadas pelo Contratante, ou por qualquer Devedor Solidário, de forma a substituir ou agregar às atuais atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas; k) se houver alteração ou modificação da composição do capital social do Contratante e/ou de qualquer Devedor Solidário, ou se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão do Contratante e/ou de qualquer Devedor Solidário, sem a prévia e expressa autorização do Banco; l) se houver a cessão, venda, alienação e/ou qualquer outra forma de transferência, gratuita ou onerosa, pelo Contratante ou por qualquer Devedor Solidário (i) de bens escriturados no respectivo ativo imobilizado cujo valor corresponda a mais do que 10% do valor desta rubrica contábil, ou (ii) de ativos e/ou participações societárias em subsidiária e/ou controladas que gerem, de forma individual ou agregada, mais do que 10% da receita líquida do Contratante ou de qualquer Devedor Solidário, conforme o caso, considerando um período de 12 meses findo na data-base das respectivas demonstrações financeiras consolidadas mais atuais disponíveis; m) se as garantias reais ou fidejussórias, ora e/ou eventualmente convencionadas, não forem devidamente formalizadas e constituídas pelo Contratante, pelo(s) Devedor(es) Solidário(s) ou por terceiros garantidores, segundo os dispositivos contratuais e/ou legais aplicáveis, ou se elas, por qualquer fato atinente ao seu objeto se tornarem inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento do valor devido, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado pelo Banco de forma bastante e suficiente para cumprimento integral de todas as obrigações; n) se for apurado qualquer descumprimento, falsidade, incorreção ou omissão imputável ao Contratante ou a qualquer Devedor Solidário, em qualquer declaração, informação ou documento que houver sido firmado, prestado ou entregue pelo Contratante, ou por qualquer Devedor Solidário; ou o) a inobservância pelo Contratante ou por qualquer Devedor Solidário da Legislação Socioambiental, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como, se o Contratante incentivar, de qualquer forma, a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga a de escravo, não se aplicando a esta hipóteses qualquer prazo de cura.</p>

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía um saldo de R\$42.045 mil em empréstimos e financiamentos tomados. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras consideradas de primeira linha pela administração permite o acesso a linhas de créditos adicionais

(h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, com as informações financeiras consolidadas da Companhia e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (datora.net/relacoes-com-investidores) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	677.897	631.811
Custo de vendas	(565.844)	(532.594)
Depreciação e amortização	(13.404)	(9.790)
Lucro bruto	98.649	89.427
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas de vendas	(18.657)	(15.921)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(2.396)	(660)
Despesas administrativas	(50.194)	(43.735)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	158	(2.563)
Lucro operacional	27.560	26.548
Despesas financeiras, líquidas	(4.175)	(5.689)
Receitas financeiras	7.097	3.486
Despesas financeiras	(11.272)	(9.175)
Lucro antes de impostos	23.385	20.859
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(2.164)	(5.865)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	(3.043)	6.337
Lucro do líquido	18.178	21.331

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita líquida

A receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$677.897 mil comparativamente a R\$631.811 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$46.086 mil ou 7,29%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento da companhia em todos os segmentos em que atua. O segmento VoiP que cresceu 3,37% frente a 2021 (alta no montante de R\$ 17.087 mil). Além do segmento VoiP, tivemos o segmento CPaaS_IoT que cresceu 33,07% frente a 2021 (alta de R\$ 23.286 mil) e respondeu por 50,53% da alta de receita. Os segmentos CPaaS_Geral e CPaaS_OTT também registraram crescimento frente a 2021, de 2,90% (alta de R\$ 1.238 mil) e 38,06% (alta de R\$ 4.475 mil) respectivamente, mas tiveram um menor impacto em relação à alta da receita, respondendo por 2,69% e 9,71% do total.

Custos de vendas

O custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$579.248 mil comparativamente a R\$542.384 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$36.864 mil ou 6,80%. O custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas representou 85,45% e 85,85% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. O aumento dos custos dos serviços prestados segue a performance do aumento da receita líquida, com o diferencial de que a alta da margem bruta, evidenciada pela queda da participação dos custos dos serviços prestados em relação a receita, se dá pela alta dos segmentos de CPaaS, cuja a margem bruta (sem considerar depreciação) opera com valores de 39,40% versus a margem do segmento VoiP que opera com margem de 4,92% (em linha com a sua finalidade de atuar como uma camada de conectividades para os segmentos de CPaaS). Dentre os segmentos de CPaaS, destaca-se o CPaaS_IOT, que rodou com margem bruta (sem considerar a depreciação) de 65,02% e teve alta de 15% na margem bruta absoluta frente a 2021. A Companhia também observou alta nos seus custos de depreciação, oriundo de um ciclo de investimentos mais robustos em 2021.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$98.649 mil comparativamente a R\$89.427 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$9.222 mil ou 10,31%. O lucro bruto representou 14,55% e 14,15% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento na participação percentual do lucro bruto reflete a alta da participação dos segmentos de CPaaS no resultado da empresa, que juntos cresceram seu lucro bruto (sem considerar depreciação) em 13,55% frente a 2021 e responderam por 80,18% da alta do lucro bruto no período. Vale destacar que apesar da alta no lucro bruto (sem considerar depreciação) dos segmentos de CPaaS juntos, tivemos uma queda de 4.79 p.p. na margem destes segmentos em conjunto. A queda se deu a uma estrutura de rede mais robusta para suportar as operações de IoT, fruto da entrada do Core Redundante. Destaque para o segmento CPaaS_IoT que cresceu 15,17% seu lucro bruto (sem considerar depreciação) frente a 2021 e respondeu por 62,50% da alta do lucro bruto (sem considerar depreciação).

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$71.089 mil comparativamente a R\$62.879 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$8.210 mil ou 13,06%. As despesas operacionais representaram 10,49% da receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 contra 9,95% em 31 de dezembro de 2021. A variação, ocorrida durante os exercícios, está relacionada aos seguintes fatores: a. Aumento com despesas de vendas em R\$ 2.736mil, atrelados à alta das vendas e às ações da Companhia na parte de marketing e comercial, que tiveram alta também devido às reduções dos impactos da COVID à eventos presenciais; b. Variação de despesas administrativas, ligados ao aumento do quadro de colaboradores do Grupo Datora, contratação de consultorias fiscais, financeiras, contábeis, tecnológicas e jurídicas decorrentes de maiores investimentos na governança da empresa. C. Perda do contas a receber por conta do aumento de inadimplência dos clientes nos segmentos IoT e CPaaS d. Melhoria dos resultados em Outras Receitas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e Despesas Operacionais está relacionada, principalmente, em função das despesas com oferta pública dispendidas pela Companhia em 2021, no montante de R\$ 6.382mil.

Lucro operacional

O lucro operacional no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$27.560mil comparativamente a R\$26.548 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$1.012 mil ou 3,81%, conforme os fatores mencionados acima. O lucro operacional representou 4,07% e 4,20% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento dos valores absolutos é atribuído substancialmente ao crescimento dos negócios dos segmentos de CPaaS, conforme destacado acima. A queda do Lucro Operacional % está relacionada a alta dos gastos em depreciação e aos gastos de rede, uma vez que a margem de contribuição nos segmentos não registrou queda, reforçando a força competitiva na empresa nos segmentos em que atua..

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$4.175 mil negativos comparativamente a R\$5.689 mil negativos no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$1.514 mil ou 26,61%. O resultado financeiro líquido representou 0,62% negativo e 0,90% negativo da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Esta redução no resultado financeiro é atribuída ao ganho líquido de variação cambial sobre a posição dos ativos e passivos em moeda estrangeira, que resultou no montante de R\$ 3.361 mil.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$23.385 mil comparativamente a R\$20.859 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$2.526 mil ou 12,11% conforme os fatores mencionados acima. Em destaque, o aumento dos negócios do segmento de CPaaS-IoT, CPaaS Geral e CPaaS_OTT, no qual contribuem com uma margem de ganho maior em relação aos demais segmentos.

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e contribuição social corrente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$2.164 mil comparativamente a R\$5.865 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$3.701 mil ou 63,10%. O imposto de renda e contribuição social corrente representou 0,32% negativo e 0,93% negativo da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Esta redução está atribuída a redução do lucro tributável da controlada Datora Mobile Telecomunicações S.A., o que gerou um impacto de redução de R\$ 1.644 mil no imposto de renda e contribuição social corrente. A queda é decorrente do aumento dos seus custos fixos de rede em decorrência da implementação do CORE redundante e da alta da depreciação associada aos investimentos do CORE.

Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$3.043 mil negativos comparativamente com o montante de R\$6.337 mil positivo no mesmo período de 2021, o que representou uma variação negativa de R\$9.380 mil ou 148,02% negativos. O principal impacto é que em 2021 foi reconhecido o montante de R\$ 7.506 mil de ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias e realização do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 1.169mil, representando um efeito líquido no resultado de R\$ 6.337mil. Por conta do lucro tributável auferido pelas Companhias do Grupo, foi reconhecido no resultado de 2022 a realização de R\$ 3.034 mil de ativo fiscal diferido.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$18.178 mil comparativamente a R\$21.331 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação negativa de R\$3.153 mil ou 14,78% negativo. O lucro líquido do exercício representou 2,68% e 3,38% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Conforme apresentado anteriormente, as principais linhas de resultado tiveram um aumento em relação ao exercício anterior, todavia, o imposto de renda e contribuição social contribuíram com o aumento das despesas em 2022, com impacto de R\$ 5.679 mil negativo, por conta do reconhecimento do ativo fiscal diferido de R\$ 7.506 mil em 2021. Como todo o ativo fiscal diferido já se encontra reconhecido em 2021, em 2022, tivemos a realização do ativo fiscal diferido no montante R\$ 3.043 mil negativo.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A seguir, são apresentadas as variações nas demonstrações do fluxo de caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2022	31/12/2021
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	25.217	8.305
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(15.332)	(14.616)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(9)	(2.891)

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$25.217 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acima dos R\$8.305 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando uma variação positiva de R\$16.912 mil ou 203,64%. Esse aumento no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais é justificada, principalmente, pelo aumento relacionado ao desempenho dos segmentos CPaaS, com destaque para o segmento IoT, alta desta performance gerou um maior potencial de geração e caixa operacional, que teve alta em fruto de um menor desembolso de impostos (IRPJ-CSLL), há uma maior depreciação em 2022 frente a 2023 e uma maior provisão de PPR em 2022 frente a 2023.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$15.332 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$14.616 mil no mesmo exercício de 2021. Esse aumento de R\$716 mil, ou 4,90%, deve-se, principalmente, às saídas de caixa referente a aplicação de investimentos em novos projetos, MVNO Credenciadas, Marketplace, bem como, a implementação do novo Core redundante de IoT, o primeiro Core de IoT 5G adaptado da América Latina. Com novo Core, a Companhia pode capturar as oportunidades oriunda da rede 5G, e expandirá a quantidade de serviços de valor agregado que a companhia poderá oferecer no mercado, sem contar com o aumento na segurança dos serviços prestado, por conta da redundância que irá proporcionar para a Companhia.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento totalizou R\$9 mil negativo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$2.891 mil negativo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de R\$2.882 mil, ou 99,69%, deve-se, pelos seguintes fatores: a. O montante pago de dividendos em 2022

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

foi R\$14.955 mil menor em relação ao montante pago em 2021; e b. A captação de empréstimos em 2022 foi R\$ 10.681 menor em relação ao montante captado em 2021.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é obtida por meio da prestação de serviços em quatro segmentos distintos em que a Companhia opera. O segmento mais antigo é o segmento de VoIP, no qual através da tecnologia de Voz sobre IP (*internet protocol*), a Companhia oferece serviços de transporte de tráfego de voz nacional e internacional para empresas no Brasil e no exterior. Ainda no negócio de VoIP, a Companhia oferece também porta IP em POPs (*Point of Presence*— espaços técnicos para instalação e operação de equipamentos/serviços) internacionais para grandes operadoras brasileiras, como o Grupo Claro e a Oi.

Já no segmento de CPaaS-IoT, o segundo maior em receita, mas o maior em crescimento absoluto e percentual ao longo dos anos, a Companhia oferece serviços de conectividade e gestão da conectividade através de seus SIM Cards. Neste modelo, em determinados casos, a Companhia avança na cadeia IoT e, além da conectividade e gestão de SIM Cards, oferece também *devices* e soluções finais para o cliente final. Neste segmento, destaca-se a atuação da Companhia nas verticais automotivas, financeira e de segurança, bem como o eminente crescimento na vertical de Agro. Na vertical financeira, a Companhia oferece seus serviços para máquinas POS, máquinas de banco 24 horas etc. Já na vertical automotiva, além de serviços para rastreamento de veículos automotivos e frotas, a empresa oferece serviços para a conectividade dos carros, como internet, voz etc. Na vertical de segurança, destaca-se os serviços de conectividade e gestão de conectividade para câmeras e dispositivos de segurança. Em todos estes casos, além da conectividade e a gestão da conectividade, a Companhia oferece com recursos próprios SMS (*short message services*), voz e *devices* (este último no modelo de aluguel e venda), como é caso dos rastreadores para motos, carros etc.. Ainda no IoT, a Companhia também oferece soluções de banda larga junto com os *devices* de modem para atividades de IoT que exigem maior consumo de banda.

Outro segmento importante para a Companhia é o CPaaS-Geral, no qual se enquadram as atividades de suporte para pequenas e médias empresas no Brasil. Neste segmento, a Companhia oferece uma camada de serviços de telecomunicações suportados pela estrutura de rede VoIP, como transporte de tráfego, numeração especial (0800, 3003, 4004 etc.), numeração fixa e móvel, dentre outras, que é enriquecida por uma camada extensa de serviços de tecnologia da informação, como plataforma de *billing* e provisionamento, serviço antifraude, serviço de gestão de chamadas simultâneas, sistema preditivo de detecção e falhas no número. Neste segmento, destaca-se também a oferta MVNO da Companhia para ISPs (Internet Service Providers) e redes de varejo. Até o momento, a Companhia detém 21 contratos firmados com ISPs e redes de varejo, sendo 5 já em operação, na qual oferece uma estrutura 100% White Label, permitindo aos seus clientes reproduzirem junto aos seus clientes finais ofertas de telefonia móvel, voz e dados, telefonia fixa e IoT.

Por último, temos o CPaaS-OTT, segmento em que a Companhia oferece numeração fixa e móvel, bem como números especiais, transporte e terminação e tráfego e SMS para empresas que atuam no mercado de aplicativos e necessitam destes serviços no mercado brasileiro. O serviço possui relevância para estes aplicativos, pois faz o papel de autenticador do usuário final, evitando fraudes, bem como viabiliza sua operação no mercado.

Segue abaixo a segregação da receita líquida da Companhia por serviço com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(Em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2022	2021
Serviços		
Serviço Detraf / Detrat / Minutos	522.998	505.489
Serviço técnico e uso de plataforma	80.215	74.796
M2M	40.603	36.812
Serviço de telecomunicações	34.948	23.782
SMS	12.629	9.327
Receita de locação de equipamentos	5.001	-
Serviço de infraestrutura em telecomunicações	1.952	2.385
Colocation	1.779	1.564
Outras receitas	2.756	924
Receita Bruta	708.881	655.079
Impostos e deduções	(24.984)	(23.268)
Receita Líquida dos serviços	677.897	631.811

Abaixo apresentamos a definição de cada uma das principais linhas de produto:

- **Detrat/Detraf/Minutos:** receita decorrente da comercialização do transporte de chamadas de tráfego de voz para operadoras licenciadas no Brasil que precisam transportar chamadas de telefone móvel ou fixo. (Ex.: Grupo Oi, Claro, Vivo etc.) e comercialização do transporte de chamadas de tráfego de voz para clientes internacionais, em sua maioria operadoras;
- **Uso da plataforma:** receita proveniente de serviços de valor agregado ofertados através das plataformas operacionais que gerenciam os elementos de conectividade ofertados aos clientes. Através destes serviços, a Companhia permite uma maior autonomia da gestão dos serviços contratados pelos clientes, como também amplia a possibilidade de aplicações dos clientes. Atende às operações de IoT com as plataformas de gestão da conectividade e serviços de valor agregado, como também às operações Cpaas com os serviços de gestão inteligente de tráfego e numeração, antifraude, controle de chamadas etc.
- **M2M (Machine-to-Machine):** receita decorrente da venda de conectividade através de planos de dados para comunicação máquina a máquina. Exemplo deste tipo de conectividade são os serviços de conectividade prestados para as máquinas de cartão de crédito e/ou rastreadores de veículos automotores;
- **Telecomunicações:** receita de serviço de voz, banda larga e DID (*Direct Inward Dialing*, números virtuais que possibilitam realizar e receber chamadas via conexão com a internet).
- **SMS (Short message service):** refere-se à venda de planos de mensagens curta de texto. Exemplos de clientes são aqueles que enviam mensagens para confirmação de transações ou código para certificação de usuário. Serviço concentrado em aplicações P2A, *person to application*;
- **Locação:** receita proveniente de locação de equipamentos.
- **Infraestrutura:** receita proveniente de instalações e/ou uso de equipamentos de telecomunicações.
- **Colocation:** trata-se das receitas de locação de espaços para armazenagem de equipamentos e plataforma no datacenter da empresa

2.2 Resultados operacional e financeiro

Adicionalmente, segue abaixo a receita líquida por segmento e a descrição dos quatros segmentos reportáveis com base em produtos identificados:

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em	Exercício social encerrado em
	31 de dezembro de	31 de dezembro de
	2022	2021
VoIP	524.105	507.018
CPaaS-IoT	93.692	70.406
CPaaS Geral	43.867	42.629
CPaaS-OTT	16.233	11.758
Total	677.897	631.811
Receita operacional líquida	677.897	631.811

VoIP: compreende as operações de atacado do Grupo no âmbito nacional e internacional. Por meio desse segmento, o Grupo oferece comunicações de voz e sessões de multimídia em redes de Protocolo de Internet (IP) (“serviços de transporte”). Além dos serviços de transporte, o Grupo atende demandas de telecomunicações no exterior, como IRU, Porta IP e outras.

CPaaS-Geral: Nesse caso, temos como clientes, integradores de PBX, call centers, integradores VoIP, ISPs etc. Através dos insumos de conectividade e de uma gama de serviços oferecidos nas plataformas da Datora (antifraude, gestão preditiva de tráfego, controle de chamadas por segundo, controle de chamadas, plataforma de billing, plataforma de provisionamento etc.), esses clientes desenvolvem suas ofertas, ganhando eficiência e vantagem competitiva. No caso dos ISPs e redes de varejo, a oferta é ainda mais ampla, uma vez que além dos serviços, estas empresas estruturam a venda de ofertas de mobilidade, permitindo assim abordar as ofertas “*quadri play*”, comuns no mercado residencial.

CPaaS-IoT: neste segmento, permitimos aos nossos clientes conectar dispositivos, animais etc. e monitorá-los/obter informações em tempo real, garantindo assim maior eficiência na tomada de decisão, bem como gerando informações de cunho estratégico que podem garantir enorme vantagem competitiva, uma vez que nossos clientes podem atuar de forma proativa junto aos seus clientes e demais stakeholders. Neste segmento, oferecemos soluções de conectividade em conjunto com soluções de valor agregado, como gerenciamento de conectividade, serviços de localização, compartilhamento de dados entre dispositivos conectados, e plataforma de provisionamento (ativação, cancelamento etc) etc. Nesse caso, o conjunto de plataformas é estritamente voltado para a IoT.

CPaaS-OTT: por meio desse segmento, o Grupo oferece soluções para empresas globais que atendem empresas de aplicativos de alcance global, como Uber, Didi, Airbnb, Google etc. Nesse caso, o Grupo se posiciona oferecendo seus serviços de autenticação de usuários, conectando o mundo IP ao mundo das telecomunicações, garantindo assim que essas empresas não tenham que montar estruturas operacionais específicas no Brasil.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os contratos entre a Companhia e seus clientes são reajustados, em sua maioria, pela inflação medida pelo IPCA no segmento de CPaaS-IoT. Já na linha de CPaaS-Geral e VoIP para clientes no Brasil seguem a movimentação de mercado que possuem como referência as tarifas de interconexão estipuladas pela ANATEL.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Em contrapartida, os custos ligados a prestação dos serviços possuem reajustes definidos em contrato, alguns de natureza semelhante aos clientes, como o CPaaS-IoT e outros seguem definições de preços regulados pela ANATEL, como o CPaaS-Geral e VoIP para clientes no Brasil.

Contudo, parte dos custos de receitas em reais, possui componentes em dólar e, desta forma, sofrem com oscilações cambiais. Nesta categoria, destacamos o segmento VoIP e o segmento CPaaS-IoT, o primeiro com custos associados aos serviços de tráfego de voz, Porta IP e plataformas operacionais e o segundo com custos associados à SIM Cards, roaming internacional e plataformas operacionais. Em todos estes casos, a Companhia, de modo a proteger a sua margem, faz hedge dos pagamentos internacionais, retirando assim o efeito de imprevisibilidade do câmbio.

Na parte das despesas e custos fixos, aquelas em moeda em real possuem reajustes associados a inflação, seja IPCA ou IPCM, como reajustes salariais, materiais e locações

Na maioria das vezes, a receita mensal segue um valor contratado pelo cliente, contudo, existe a possibilidade de aumento ou redução do escopo contratual a qualquer tempo, tornando ainda mais importante a percepção de qualidade e a relação com tomador do serviço.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Assim como citado no item (b) acima, os reajustes de receita e custo possuem *hedge* natural, pois ambos são reajustados pela inflação no caso do CPaaS-IoT. Nos demais segmentos, há uma flutuação natural de preços associadas aos custos, com as tarifas de interconexão definidas pela ANATEL atuando como um proxy destas variações.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As seguintes novas normas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2);
- Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 9); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação.

Todos os novos pronunciamentos contábeis, adotados a partir de 1 de janeiro de 2023, foram avaliados pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 e não foram identificados impactos relevantes a serem refletidos nas informações contábeis.

Novas normas, interpretações e alterações adotadas em 2022

Normas ou alterações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022, mas não afetaram significativamente as demonstrações financeiras do Grupo:

- Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37).
- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
- Ativo imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (Alterações no CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Alteração em contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (Alteração CPC 26/IAS 37)

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia afirmam que não houve ressalvas ou ênfases nos relatórios de auditoria das demonstrações financeiras relativos e aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve nos últimos exercícios sociais, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não ocorreram constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 2021, ocorreu o evento a seguir:

a. evento	Reorganização societária Controladores
b. principais condições do negócio	Por meio de instrumento particular, celerado em 23 de agosto de 2021, a T&T Investimentos Ltda. (“ T&T Investimentos ”) transferiu a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade para os Srs. Tomas Henrique Fuch, Daniel Tibor Fuchs, Raul Fuchs, Samy Uziel, Fernando Antonio Pires de Castro, Jorge Alberto Bichara de Melo, Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva e Eduardo Henriques Resende (em conjunto, “ Pessoas Físicas ”).
c. sociedades envolvidas	Companhia, T&T Investimentos e Pessoas Físicas.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A T&T Investimentos deixou de ser acionista, e as pessoas físicas passaram a ser acionistas da Companhia.
e. quadro societário antes e depois da operação	<div style="text-align: center;"> <p>Antes</p> <pre> graph TD TI[T&T Investimentos] --- C[Companhia] CODEMGE[CODEMGE] --- C </pre> <p>Depois</p> <pre> graph TD PF[Pessoas Físicas] --- C2[Companhia] CODEMGE[CODEMGE] --- C2 </pre> </div>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

(c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operação não usuais realizadas pela Companhia no decorrer dos três últimos exercícios.

2.5 Medições não contábeis

2.5 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*earnings before interest, taxation, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada ("**Instrução CVM 527**"), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("**IFRS**") e apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade e não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (ou prejuízo) líquido ou como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia utiliza o EBITDA e Margem EBITDA como indicadores adicionais de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

ROE

O ROE (*Return on Equity*) é uma métrica gerencial utilizada para estimar o retorno sobre o capital investido exclusivamente pelos acionistas, ou seja, o patrimônio líquido. O ROE é a resultante a divisão do lucro líquido do exercício pelo patrimônio líquido do exercício.

Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA

A Dívida Líquida é representada pela soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa. O índice Dívida Líquida/EBITDA representa o nível de cobertura de dívida com a geração anual de resultado, uma medida usada para definição de risco de alavancagem em termos de endividamento, tendo sido usada cada uma dessas medidas não contábeis descritas acima e abaixo.

Ativo Circulante Financeiro

Não apresenta um vínculo direto com o ciclo operacional da empresa. Varia de acordo com a conjuntura de risco de liquidez que os gestores desejem assumir. As contas do ativo circulante que se enquadram como financeiro são caixa e equivalentes de caixa.

Ativo Circulante Operacional

É composto de valores que mantêm estreita relação com a atividade operacional. São originados basicamente das operações de compra, venda, produção e estocagem. Seus valores dependem do ciclo operacional da empresa. As contas do ativo circulante operacional são contas a receber de clientes, tributos a recuperar, estoques, despesas antecipadas e outros ativos.

Passivo Circulante Financeiro

Não apresenta vínculo direto com o ciclo operacional da Companhia. São valores monetários representados pelas contas como empréstimos e financiamentos, arrendamentos e dividendos a pagar.

2.5 Medições não contábeis

Passivo Circulante Operacional

São obrigações vinculadas diretamente com o ciclo operacional. São relacionados com a operação da empresa e representados pelas contas, fornecedores e outras contas a pagar, impostos a recolher, imposto de renda e contribuição social a pagar, salários, férias e encargos sociais, adiantamento de clientes e passivo contratual e outros passivos.

Necessidade de Capital de Giro (NIG)

É a diferença entre o ativo circulante operacional e o passivo circulante operacional e representa de fato, a necessidade de investimento em capital de giro da Companhia.

Saldo de Tesouraria e Capital Circulante Líquido (CCL)

O saldo de tesouraria representa a diferença entre o Ativo Circulante Financeiro e o Passivo Circulante Financeiro. Ele mede a capacidade da empresa de arcar com suas obrigações financeiras de curto prazo representando um indicador que mede risco financeiro de curto prazo. O Capital Circulante Líquido (CCL) representa a diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. Ele mede a capacidade da Companhia arcar com suas obrigações de Passivo Circulante frente ao Ativo Circulante. O saldo de tesouraria mais a necessidade de capital de giro é igual ao Capital Circulante Líquido.

Índice de Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente é calculado dividindo-se o ativo circulante da empresa pelo passivo circulante e é um indicador financeiro que mostra a capacidade de uma empresa de quitar todas suas dívidas a curto prazo.

Índice de Liquidez Geral

A liquidez geral é um indicador utilizado para medir a capacidade que uma empresa tem de honrar com as suas obrigações de curto e longo prazo. A partir de um cenário de encerramento das atividades e liquidação de todos os bens, a liquidez geral é calculada. O índice é calculado dividindo-se os ativos totais pelos passivos totais.

Índice de Endividamento Geral

O Índice de Endividamento Geral é utilizado como um indicador financeiro na análise do endividamento da empresa. De maneira geral, ele mede quanto a empresa está alavancada do ponto de vista de fonte de capital. Seu cálculo é feito dividindo-se o passivo circulante mais o passivo não circulante pelo patrimônio líquido.

Seguem abaixo os valores das medições não contábeis da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

2.5 Medições não contábeis

Medições não contábeis (em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2022	2021
Ativo Circulante Financeiro	22.976	13.291
Ativo Circulante Operacional	132.561	144.189
Passivo Circulante Financeiro	12.101	12.734
Passivo Circulante Operacional	133.299	155.822
EBITDA	40.964	36.338
Margem EBITDA	6,04%	5,75%
ROE	25,36%	37,21%
Dívida Líquida	19.069	19.592
Dívida Líquida/EBITDA	0,466	0,539
NIG	(738)	(11.633)
Saldo de Tesouraria	10.875	557
Capital Circulante Líquido	10.137	(11.076)
Índice de Liquidez Corrente	1,07	0,93
Índice de Liquidez Geral	1,38	1,28
Índice de Endividamento Geral	2,63	3,64

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a reconciliação das medições não contábeis divulgadas pela Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

EBITDA e Margem EBITDA Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

Medições não contábeis (em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	18.178	21.331
+ Resultado financeiro líquido	4.175	(5.689)
+ Depreciação e amortização	13.404	(9.790)
+ Imposto de renda e contribuição social	5.207	472
EBITDA	40.964	36.338
Receita operacional líquida	677.897	631.811
Margem EBITDA	6,04%	5,75%

ROE

Medições não contábeis (em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	18.178	21.331
Patrimônio líquido	71.672	57.326
ROE	25,36%	37,21%

2.5 Medições não contábeis

Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA

Medições não contábeis (em R\$ mil, exceto dívida líquida/EBITDA)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2022	2021
(-) Empréstimos e financiamentos (Circulante)	6.344	7.112
(-) Empréstimos e financiamentos (Não Circulante)	35.701	25.771
(+) Caixa e equivalentes de caixa	22.976	13.291
Dívida Líquida (Caixa líquido)	19.069	19.592
EBITDA	40.964	36.338
Dívida Líquida/EBITDA	0,466	0,539

Ativo Circulante Financeiro, Ativo Circulante Operacional, Passivo Circulante Financeiro, Passivo Circulante Operacional, Necessidade de Capital de Giro, Capital Circulante Líquido (CCL) e Saldo de Tesouraria

Medições não contábeis (em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2022	2021
(+) Ativo Circulante	155.537	157.480
(-) Passivo Circulante	145.400	168.556
(=) Capital Circulante Líquido (CCL)	10.137	(11.076)
(+) Caixa e equivalentes de caixa	22.976	13.291
(=) Ativo Circulante Financeiro	22.976	13.291
(+) Empréstimos e Financiamentos Circulante	6.344	7.112
(+) Passivo de Arrendamento	1.728	1.431
(+) Dividendos a Pagar	4.029	4.191
(=) Passivo Circulante Financeiro	12.101	12.734
(+) Ativo Circulante Financeiro	22.976	13.291
(-) Passivo Circulante Financeiro	12.101	12.734
(=) Saldo de Tesouraria	10.875	557
(+) Contas a Receber de Clientes	122.249	133.359
(+) Estoques	1.923	2.106
(+) Tributos a recuperar	6.596	5.618
(+) Adiantamentos concedidos	984	901
(+) Outros ativos	809	2.205
(=) Ativo Circulante Operacional	132.561	144.189
(+) Fornecedores e outras contas a pagar	115.017	137.961
(+) Obrigações trabalhistas e tributárias	16.452	16.269
(+) Adiantamento de clientes e passivo contratual e outros passivos	1.830	1.592
(=) Passivo Circulante Operacional	133.299	155.822
(+) Ativo Circulante Operacional	132.561	144.189
(-) Passivo Circulante Operacional	133.299	155.822
Necessidade de Capital de Giro	(738)	(11.633)

2.5 Medições não contábeis

Índice de Liquidez Corrente

Medições não contábeis (em R\$ mil, exceto índice)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2022	2021
Ativo Circulante	155.537	157.480
Passivo Circulante	145.400	168.556
Índice de Liquidez Corrente	1,07	0,93

Índice de Liquidez Geral

Medições não contábeis (R\$ mil, exceto índice)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2022	2021
Ativo Total	260.018	265.818
Passivo Total	188.346	208.492
Índice de Liquidez Geral	1,38	1,28

Índice de Endividamento Geral

Medições não contábeis (em R\$ mil, exceto índice)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2022	2021
(+) Passivo Circulante	145.400	168.556
(+) Passivo não Circulante	42.946	39.936
Passivo Total	188.346	208.492
Patrimônio Líquido	71.672	57.326
Índice de Endividamento Geral	2,63	3,64

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA e a Margem EBITDA são utilizados como medida de desempenho pela administração da Companhia, por ser uma medida prática para aferir o desempenho operacional e permitir a comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras companhias possam calculá-lo de maneira diferente. O EBITDA e a Margem EBITDA são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados. O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelo IFRS, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes apresentados por outras companhias. A companhia utiliza EBITDA para determinar o potencial de geração e caixa do negócio e a margem % para entender a sua eficiência operacional em transformar receita em resultado.

ROE

A Companhia entende que o ROE é útil para a avaliação do resultado e do retorno da Companhia em relação aos investimentos efetuados pelos acionistas da Companhia, sendo uma ferramenta comparativa importante para avaliar e monitorar o desempenho operacional da Companhia, de modo a oferecer informações relevantes para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O ROE não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROE de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que

2.5 Medições não contábeis

pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A companhia utiliza o RoE como um indicador de retorno para os acionistas.

Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA

A Dívida Líquida e o índice Dívida Líquida/EBITDA não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia. A companhia utiliza a dívida líquida e o ratio dívida líquida/EBITDA como medidas de alavancagem financeira.

Ativo Circulante Financeiro

O Ativo Circulante Financeiro não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Ativo Circulante Financeiro de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Ativo Circulante Financeiro para entender sua capacidade de conversão de ativos em dinheiro no curto prazo numa situação de estresse.

Ativo Circulante Operacional

O Ativo Circulante Operacional não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Ativo Circulante Operacional de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Ativo Circulante Operacional para entender quanto do ciclo operacional precisa ser financiado.

Passivo Circulante Financeiro

O Passivo Circulante Financeiro não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Passivo Circulante Financeiro de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Passivo Circulante Financeiro para entender suas necessidades financeiras de curto prazo que exigirão liquidez disponível para que sejam honradas numa situação de estresse.

Passivo Circulante Operacional

O Passivo Circulante Operacional não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Passivo Circulante Operacional de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Passivo Circulante Operacional para entender se há necessidade de se fazer uso de recursos adicionais para financiar o giro da empresa em virtude do seu tamanho frente ao ativo circulante operacional.

Necessidade de Capital de Giro (NIG)

O Necessidade de Capital de Giro (NIG) não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Necessidade de Capital de Giro (NIG) de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza a NIG e suas variações período a período para entender o quanto a Companhia está tendo necessidade de injetar recursos para financiar seu giro, do mesmo modo que possui uma medida se seus ciclos operacionais estão perdendo força competitiva, isto é, se está tendo que dar mais prazo para vender e se está tendo que pagar seus fornecedores mais cedo.

2.5 Medições não contábeis

Saldo de Tesouraria e Capital Circulante Líquido

O Saldo de Tesouraria não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Saldo de Tesouraria de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Saldo de Tesouraria para medir sua capacidade de arcar com suas obrigações financeiras de curto prazo.

Índice de Liquidez Corrente

O Índice de Liquidez Corrente não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Índice de Liquidez Corrente de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Índice de Liquidez Corrente para entender o equilíbrio entre investimentos de curto prazo e fontes de curto prazo.

Índice de Liquidez Geral

O Índice de Liquidez Geral não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Índice de Liquidez Geral de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Índice de Liquidez Geral para entender o quanto do seu ativo é financiado por recursos de terceiros.

Índice de Endividamento Geral

O Índice de Endividamento Geral não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Índice de Endividamento Geral de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Índice de Endividamento Geral para medir sua alavancagem do ponto de vista de fonte de capital.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não ocorreram eventos relevantes entre o encerramento do exercício e a publicação das demonstrações financeiras do exercício de 2022.

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022
a. regras sobre retenção de lucros	A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E – Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária.
a.i. valores das retenções de lucros	R\$ 12.952 mil
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	71,25%
b. regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da companhia determina a destinação de um dividendo mínimo obrigatório no final do exercício correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas transações patrimoniais das reservas, na forma da legislação societária.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A Companhia vem realizando a distribuição de dividendos nos últimos três exercícios sociais findos em 2022, 2021 e 2020.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	O dividendo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e, na companhia aberta, seus administradores encaminharão à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 (cinco) dias da realização da assembleia geral, exposição justificativa da informação transmitida à assembleia.
e. política de destinação de resultados	<p>O estatuto social da Companhia determina a destinação de um dividendo mínimo obrigatório no final do exercício correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas transações patrimoniais das reservas, na forma da legislação societária.</p> <p>Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e o excedente das reservas de lucros, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades por Ações, serão objeto de deliberação na próxima Assembleia Geral Ordinária.</p>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período corrente e ao último exercício social.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período corrente e ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período corrente e ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período corrente e ao último exercício social.

2.10 Planos de negócios

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são direcionados, em sua maioria, para ampliação da capacidade e desenvolvimento de novos negócios e funcionalidades para o aumento da oferta de valor agregado para os clientes dos diversos segmentos da companhia. Além disso, a companhia mantém sua estratégia de ampliar crescimento e vantagem competitiva por meio de operações de fusões e aquisições (“M&A”), onde destacamos os objetivos de (i) acesso a uma nova base de clientes acelerando o crescimento de receita da companhia; (ii) ingresso em novas regiões, locais e internacionais; (iii) adição de novas soluções para ofertar aos clientes; (iv) escala para captura de sinergias administrativas e operacionais; e (v) aumento no volume de negócios proporcionando um ambiente positivo para o desenvolvimento de novas lideranças na Companhia.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não investiu em aquisições, mas ao longo de 2022 mapeou mercado identificando potenciais targets nos segmentos de CPaaS- no Brasil e no exterior. Em 2022 e 2021, a Companhia investiu na ampliação e na atualização das suas estruturas de core, que suportam não apenas as operações de CPaaS-IoT, mas também de VoIP, CPaaS-Geral e CPaaS-OTT. Os investimentos têm se dado tanto na estrutura de hardware quanto na de software, incluindo investimentos em infraestrutura relacionados aos seus pontos de interconexão com operadoras. Também neste período, a companhia investiu em desenvolvimento de soluções com seus dispêndios transformados em ativo intangível. Estes desenvolvimentos buscam ampliar a gama de serviços e ofertas, com o objetivo de aumentar o potencial de receita de ativos operacionais. Em especial ao longo de 2022, a Companhia passou a oferecer equipamentos em formato de aluguel junto às suas soluções de IOT, aumentando os investimentos em imobilizado; Em 2022, a Companhia colocou em operação 5 MVNOs e o seu core redundante compatível com 5G, oriundos dos investimentos ocorridos em 2021. Tais investimentos, , têm feito parte do plano de investimento da Companhia trazendo ganhos efetivos na forma como atua junto aos seus clientes e na forma como seus processos internos se automatizam. .

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente (i) pela geração de caixa oriunda das operações da Companhia; (ii) pelas operações de empréstimos e financiamentos captados com instituições financeiras; e (iii) obtenção de crédito de longo prazo no mercado local com emissão de debêntures, instrumento não utilizado até 31 de dezembro de 2022, mas parte integrante das opções de financiamento.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia na data deste Formulário de Referência.

(c) novos produtos e serviços

IoT Move: Projeto de ampliação do nosso portfólio de conectividade para Internet das Coisas. Com esse produto, conseguimos ampliar a cobertura de nossos serviços utilizando rede complementar da Vivo oferecendo mais segurança para as operações de nossos clientes.

2.10 Planos de negócios

IoT Light: Com o lançamento desse produto conseguimos também complementar nosso portfólio de conectividade para Internet das Coisas para a rede Claro com a cobertura complementar da rede Claro e, com isso, conseguimos oferecer a mais completa opções de planos e coberturas do mercado. Tanto o IoT Move quanto o IoT lot Light também podem ser gerenciados através da nossa plataforma de gestão, possibilitando um controle unificado e centralizado do parque de conectividade de nossos clientes.

Market Place; Lançamento do primeiro Market Place de Internet das Coisas do Brasil aonde em um único lugar o cliente pode adquirir conectividade IoT e Banda Larga, equipamentos de IoT e aplicações. A solução tem por objetivo criar um grande ecossistema e potencializar seu efeito de rede. A Plataforma possibilita a criação de "sellers" para que parceiros e clientes criem seu próprio ambiente já 100% integrado com micro serviços como meio de pagamento e correios.

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia vem aumentando os seus investimentos em soluções de conectividade, IoT e 5G para o mercado de agronegócio e outras verticais do segmento de IoT, de forma a proporcionar e trazer mais soluções para os seus clientes

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Durante o exercício de 2022, foram investidos em projetos em andamento o montante de R\$ 6.057 mil, relacionados aos seguintes principais principalmente: a) e-SIM em testes de pré-operação para o IoT; b) automação dos processos de ativação dos clientes CPaaS; c) Unificação e melhoria das Plataformas de Gestão dos clientes IoT na fase final de implementação; d) Migração da Plataforma de Billing e Autenticação dos clientes CPaaS para ambiente 100% em nuvem e redundante; e) Plataforma makertplace IoT; e f) Investimento em core redundante.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desenvolvimento de novos produtos e serviços.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O Instituto Escola Conectada é uma Associação Civil que tem como propósito impulsionar a transformação da sociedade por meio da conectividade. Sua missão é auxiliar no processo de universalização do acesso à internet de alta velocidade para todas as escolas públicas do Brasil até 2026. Para cumpri-la, o instituto busca provedores de internet de todo Brasil para conectar escolas públicas com baixa conectividade, gratuitamente, por pelo menos 3 anos.

O Instituto que começou com apenas 1 instalação, na Escola Municipal Prudente de Moraes, no município de Miracema/RJ, em fevereiro de 2021, em parceria com a empresa Sumicity, encerrou o ano de 2022 presente em 90 escolas públicas, beneficiando cerca de 55 mil alunos e alunas.

A metodologia do Instituto Escola Conectada para fazer a ponte entre provedores e escolas públicas conta com 4 etapas: diagnóstico, conexão, monitoramento e mensuração de resultados.

Diagnóstico- Nessa fase são identificadas as escolas aptas a receber conectividade. Consideramos aptas todas as escolas que não sejam exclusivamente de ensino infantil e que contem com pelo menos um computador para uso pedagógico.

Conexão- Buscamos um provedor que tenha fibra nas áreas dessas escolas e fazemos a intermediação.

Monitoramento- Instalamos sistema próprio que impede o acesso dos alunos à sites maliciosos e monitoramos a utilização da internet para verificar se a escola está se conectando.

2.10 Planos de negócios

Mensuração de resultados- Acompanhamos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica Brasileira (IDEB) de todas as escolas, para atestarmos a efetividade do apoio.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Outros fatores com influência relevante

Os principais fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia foram comentados nos subitens anteriores desta seção 2

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não divulga projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

(a) objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

A Companhia não divulga projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 - Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas.

Os negócios, a reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, inclusive, mas não limitado aos efeitos decorrentes da COVID 19 (efeitos na cadeia de suprimentos que continuam impactando o mercado de forma globalizada e nos mercados globais, como inflação e conseqüentemente alta na taxa de juros) e da contínua guerra da Ucrânia.

O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

- (a) **Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens. à Companhia**

A Companhia poderá sofrer com falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos expondo a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar riscos e os controles internos da Companhia podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia são baseados no histórico do comportamento de mercado ou em estatísticas derivadas de modelos históricos e podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas.

Métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas. Além disso, podem ocorrer falhas nos mecanismos de controles internos das sociedades do grupo, das transações realizadas e do ambiente informatizado da Companhia, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios, reputação e situação financeira da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia, contudo, mantém indicadores de performance constantemente atualizados, em alguns casos com monitoramento real, e promove discussões a respeito dos resultados e objetivos os traçados. As discussões são de natureza departamental e interdepartamental, de modo a cobrir diferentes perspectivas sobre os resultados, estimativas e as análises de fato, causa e ação.

Pandemias como a da COVID-19 e sua extensão podem produzir impactos voláteis e imprevisíveis sobre receita bruta, métricas financeiras e operacionais e os resultados da Companhia.

A Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global da doença coronavírus (“COVID-19”). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. A declaração da pandemia desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, e fechamento prolongado de locais de trabalho.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos nossos negócios, bem como na economia brasileira. Nesse sentido, surtos de doenças também podem (i) impossibilitar que os funcionários da Companhia se dirijam às suas instalações (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala de seus colaboradores), o que poderia prejudicar o regular desenvolvimento dos negócios da Companhia, (ii) impactar significativamente as operações da Companhia caso os clientes da Companhia tenham sua renda impactada, percam seus empregos, tenham suas operações interrompidas, encerradas temporariamente ou sofrerem os efeitos de um agravamento ou uma nova onda de disseminação da pandemia.

Os impactos da pandemia, portanto, são severos e generalizados; além disso, permanecem em constante evolução. Tanto a pandemia quanto as respostas dadas pelos governos e pelo setor privado já afetaram a economia e os mercados financeiros de uma maneira generalizada. Desencadeou-se um movimento de desaceleração econômica que não somente vem negativamente afetando, como pode continuar a afetar, a demanda por nossos produtos. Cabe citar os contínuos problemas nas cadeias de suprimentos com dependência da China, bem como os efeitos inflacionários sobre as economias globais afetando as taxas de juros e por conseguinte as economias, afetando PIB e os custos de captação.

Como resultado da pandemia, muitos dos colaboradores da Companhia trabalharam remotamente, e pode-se perceber com o novo formato não houve impacto negativo no resultado operacional planejado da Companhia, uma vez que a experiência com o trabalho remoto foi gerenciada e não se demonstrou um risco.

As incertezas em relação à duração das interrupções dos negócios, bem como em relação aos níveis de disseminação mundial do vírus, impactaram e provavelmente continuarão a impactar adversamente as economias nacional e global e produzirão impactos negativos sobre os níveis de gastos dos consumidores. Dentre eles, incluem-se a duração e os níveis de propagação da pandemia da COVID-19 e seu impacto sobre os mercados financeiro e de capitais, além de quaisquer novas informações que venham a surgir sobre a gravidade do vírus, sua disseminação para outras regiões e as ações tomadas para contê-lo. Qualquer um desses resultados pode ter um impacto adverso relevante nos negócios da Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais e capacidade de executar e capitalizar suas estratégias.

Por fim, a Companhia não consegue garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, a Companhia não consegue garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia do COVID-19, agravando demais riscos aos quais a Companhia está sujeita.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Dessa forma, dependendo da extensão e duração de todos os efeitos descritos acima em seus negócios e operações, os custos da Companhia podem aumentar, incluindo custos para tratar da saúde e segurança de seus colaboradores e sua capacidade de obter certos equipamentos, suprimentos ou serviços podem ser restringidos, o que poderá impactar de forma adversa as operações da Companhia.

A Companhia busca sempre manter baixos níveis de alavancagem e atua em diferentes segmentos que de forma natural mitigam impactos em crises e situações como a da COVID 19. Por mais que seja imprevisível entender as consequências de uma crise global, a Companhia busca sempre estar preparada para enfrentar situações de alta volatilidade.

Crescente utilização dos serviços de dados em substituição aos serviços de voz tradicional e às comunicações via serviço de mensagens curtas, ou SMS para usuários finais pode gerar efeito material adverso sobre os negócios de MVNO da Companhia junto à ISPs em seus resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Os clientes da Companhia na oferta *Mobile Virtual Network Operator* (“MVNO”) para *Internet Service Providers* (“ISPs”) enfrentam crescente concorrência dos serviços de dados não tradicionais que agregam serviços de voz e mensagens sobre as tecnologias de Internet, em especial, aplicativos *over-the-top* (“OTT”), como Whatsapp o Skype, Google Talk e FaceTime, entre outros. Esses aplicativos são muitas vezes gratuitos e permitem que seus usuários tenham acesso potencialmente ilimitado a mensagens e serviços de voz através da Internet, resultando em menor uso de serviços tradicionais de voz mais caros e serviços de mensagens, como o SMS, que têm sido historicamente uma fonte de receitas para as operadoras de redes móveis no Brasil. Com o uso crescente de smartphones, tablets e computadores no Brasil, um número crescente de clientes está usando os serviços de aplicativos OTT em substituição aos tradicionais de voz ou SMS. Como resultado, o mercado de MVNO em que a Companhia se encontra pode vir a ser afetado por uma maior competição e preços e acirramento de margens. Se os serviços não tradicionais móveis de voz e de dados ou serviços similares continuarem a aumentar em popularidade, tal fator poderá contribuir para novas quedas na receita média por usuário, ou *average revenue per user* (ARPU). Consequentemente, as margens mais baixas em produtos e serviços, poderiam ocasionar um efeito material adverso sobre os seus negócios de MVNO, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

O desempenho da Companhia é fortemente relacionado a performance de membros de sua alta administração e, portanto, a perda de membros da alta administração da Companhia ou sua incapacidade de identificar, atrair, contratar, treinar e manter pessoas chave pode ter um efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Não há garantia de que os administradores e empregados qualificados, cujo desempenho está fortemente relacionado ao sucesso da Companhia, permaneçam no futuro atuando na Companhia, sendo que nenhuma dessas pessoas está sujeita a contrato de trabalho de longo prazo ou a pacto de não concorrência.

Além disso, a Companhia não pode garantir que terá sucesso em identificar, atrair, contratar, treinar e manter pessoal qualificado para integrar a sua alta administração e outras pessoas chave. Adicionalmente, a contratação, capacitação e integração de um novo membro da alta administração, seja uma contratação interna ou externa, podem ser demoradas e não ter êxito. Dessa forma, a perda de qualquer dos membros da alta administração da Companhia e outras pessoas chave e a sua incapacidade de contratar profissionais com a mesma experiência e qualificação, podem causar um efeito adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Os contratos financeiros e outros instrumentos representativos das dívidas da Companhia estabelecem obrigações específicas para a Companhia, sendo que qualquer inadimplemento em decorrência da inobservância dessas obrigações pode acarretar o inadimplemento ou vencimento antecipado dessas obrigações e afetar adversamente e de forma relevante a condição financeira da Companhia e sua capacidade de conduzir seus negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Inadimplementos a instrumentos representativos de dívidas da Companhia que não sejam sanados ou renunciados pelos respectivos credores poderão acarretar a decisão desses credores em declarar inadimplemento ou o vencimento antecipado de tais dívidas, bem como podem resultar no vencimento antecipado ou inadimplemento cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*) de outras obrigações da Companhia, o que poderia afetar adversamente e de forma relevante a condição financeira da Companhia e sua capacidade de conduzir seus negócios. Além disso, a Companhia pode enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras na eventual renegociação dos instrumentos financeiros em vigor, ou até eventuais restrições de caixa,.

Caso qualquer de suas dívidas sejam vencidas antecipadamente, inclusive em razão de inadimplemento cruzado (*cross-default*), a Companhia, suas subsidiárias e/ou as sociedades sob controle comum, conforme o caso, serão ou poderão ser obrigadas a realizar o pagamento integral da(s) respectiva(s) dívida(s) vencida(s), o que poderá causar um impacto adverso relevante na capacidade financeira da Companhia. Adicionalmente, caso as garantias outorgadas pela Companhia, suas subsidiárias e/ou as sociedades sob controle comum, conforme o caso, no âmbito de tais endividamentos sejam executadas, em virtude do vencimento antecipado de dívidas ou da insuficiência de recursos para seu integral pagamento no vencimento, os negócios e a condição financeira da Companhia poderão sofrer um efeito adverso relevante. Para mais informações acerca dos contratos financeiros firmados pela Companhia, por suas subsidiárias e pelas sociedades sob controle comum, vide item 2.1 (f) deste Formulário de Referência.

A falta de disponibilidade de financiamento para o programa de investimentos da Companhia pode afetar a capacidade competitiva, negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia utiliza, para efetuar os investimentos necessários à modernização, criação de novos produtos, ampliação e manutenção dos seus *cores* de rede e outros, além de recursos próprios, recursos de terceiros, obtidos por meio de empréstimos e financiamentos. Recentemente, a Companhia aprovou uma linha de crédito no valor de R\$34.681 mil composta por seis tranches (tendo ocorrido a liberação das duas tranches mais relevantes), ao passo que o saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022 era de R\$13.792 mil. Não há garantia de que a Companhia consiga obter os recursos necessários ou a custos aceitáveis para a realização da totalidade de seus programas de investimentos, obtendo recursos para desenvolver ou adotar novas tecnologias em tempo adequado para a manutenção da sua competitividade, o que poderá afetar os negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia. Ademais, caso a Companhia incorra em endividamento adicional em grande proporção, os riscos associados à sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de a Companhia não conseguir gerar caixa suficiente por meio de suas subsidiárias para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida, causando um efeito adverso sobre seus resultados e negócios.

A Companhia, contudo, mantém níveis de alavancagem dentro de padrões de mercado aceitáveis de mercado, bem como trabalha com caixa de segurança para suas obrigações de curto prazo

Os titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o disposto no Estatuto Social, a Companhia deverá pagar aos seus acionistas, a título de dividendo obrigatório, no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Não obstante, o resultado de determinado exercício pode ser utilizado para compensar prejuízos acumulados ou para o pagamento de eventuais participações estatutárias de colaboradores, o que reduz o valor passível de distribuição aos acionistas. Por exemplo, a Companhia poderá não distribuir dividendos a seus acionistas caso a Assembleia Geral, em atendimento a recomendação da administração da Companhia, entenda que tal pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia.

Além disso, a isenção de imposto sobre a renda na distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual está sendo revista atualmente no Projeto de Lei nº 2.331/2021, de iniciativa do Governo Federal, o qual procura estabelecer a cobrança de Imposto de Renda na distribuição de lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas aos seus sócios e acionistas. Além disso, referido projeto propõe eliminar a dedutibilidade dos juros sobre o capital próprios, para fins da apuração de

4.1 Descrição dos fatores de risco

IRPJ e CSLL. Assim, tanto os dividendos recebidos quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e, no caso dos juros sobre capital próprio, haver redução de sua atratividade para fins tributários, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados. No mais, os impostos sobre juros sobre o capital próprio podem ser aumentados, impactando assim o valor líquido que os acionistas da Companhia podem receber.

Qualquer falha no recebimento de dividendos pode frustrar as expectativas dos investidores de retornos em dinheiro, potencialmente levando a uma queda no valor de mercado das ações ordinárias da Companhia.

A Companhia poderá vir a registrar prejuízos em suas demonstrações financeiras. Caso a Companhia não tenha reserva de lucros suficientes para absorver eventuais prejuízos, a Companhia poderá deixar de distribuir o dividendo mínimo obrigatório e realizar reduções de capital até o montante dos eventuais prejuízos acumulados.

Caso a Companhia não seja capaz de gerar receitas em níveis superiores aos seus custos e demais despesas operacionais, a Companhia poderá apurar prejuízos em suas demonstrações financeiras. A este respeito, a Companhia destaca, que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 detinha o valor de R\$ 39.655 em sua Reserva de Lucros. Nesse sentido, a Companhia não pode assegurar que terá lucros ou reservas de lucros a serem distribuídos aos seus acionistas na forma de dividendos, sendo que, neste caso, a Companhia poderá inclusive deixar de distribuir o dividendo mínimo obrigatório, mesmo considerando a posição em 31 de dezembro de 2022 de sua conta de Reserva de Lucros. Para mais informações veja o fator de risco "Os titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio" neste item 4.1.

Adicionalmente, a Companhia poderá realizar reduções de seu capital social até o montante dos prejuízos acumulados registrados em seu balanço patrimonial, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações.

As receitas com clientes corporativos geradas pela Companhia dependem da manutenção e renovação dos seus contratos de serviços integrados de tecnologia junto aos seus clientes.

As receitas com clientes corporativos da Companhia são dependentes de serviços integrados de tecnologia suportadas por contratos, muitos dos quais de longo prazo. A manutenção e a renovação destes contratos dependem da qualidade dos serviços prestados e da competitividade da oferta. Quando não atingidos, poderão ensejar a vontade dos clientes de mudarem de provedor, mesmo frente aos custos de mudança. Caso a Companhia apresente queda nas suas taxas de entrega de níveis de serviços ou, ainda, caso haja aumento da concorrência ou ocorra condições adversas de mercado ou demanda por tais tipos de serviços, poderá haver um efeito adverso nos resultados operacionais, financeiros, incluindo fluxos de caixa, rentabilidade e liquidez da Companhia.

A necessidade de obter capacidade adicional para a rede da Companhia com os provedores de core, VoIP e IoT, e com os provedores de serviço, CPaaS, plataformas, poderia aumentar os custos da Companhia.

A Companhia opera em cima da rede de terceiros para *Internet of Things* ("IoT") e *Voice over Internet Protocol* ("VoIP"), através de contrato de VoIP com as grandes operadoras no Brasil e no mundo e com a sua *Mobile Network Operator* ("MNO") no caso de IoT. Se estes provedores de infraestrutura e capacidade VoIP e os de IoT, bem como os provedores de serviços *Communications Platform as a Service* ("CPaaS") sofrerem dificuldades financeiras ou falência, a Companhia poderá incorrer em problemas de capacidade. A Companhia também pode incorrer em despesas materiais se tiver que buscar novos fornecedores de core, no caso de IoT. A Companhia pode não conseguir obter razoáveis recursos de rede alternativos, se necessário. A falta de utilização de recursos de rede alternativa, se necessário, poderia ter um efeito adverso relevante na capacidade de realizar operações comerciais.

Os preços são regulados pela ANATEL para o segmento VoIP referente às receitas obtidas no Brasil e aos custos de obtenção de serviços de outras operadoras, que compreendem uma proporção das despesas operacionais de transporte de longa distância de dados e voz. Desta forma, uma grande proporção dos custos de fornecimento do serviço consiste em pagamentos à outras operadoras. Mudanças na regulamentação de telecomunicações e de provedores de redes de acesso locais, poderiam indiretamente, mas significativamente, afetar a posição competitiva

4.1 Descrição dos fatores de risco

da Companhia. Essas mudanças podem aumentar os custos de fornecer nossos serviços, causando um efeito adverso relevante para os negócios e resultados financeiros da Companhia.

Do mesmo modo, a regulamentação referente à MVNOs pode gerar mudanças no equilíbrio das forças entre os players de mercado.

As operações da Companhia dependem de sua rede de core de VoIP, CPaaS e IoT. Uma eventual falha dos componentes core de rede pode causar atrasos ou interrupções no serviço, o que pode reduzir ou inviabilizar a capacidade da Companhia prestar os serviços adequadamente a seus clientes.

Danos e/ou falhas no core de rede e sistemas de suporte da Companhia podem resultar em atrasos ou interrupções nos serviços prestados e impactar sua capacidade de oferecer aos clientes serviços adequados por meio de sua rede. Alguns dos riscos para as redes de infraestrutura de conectividade e a rede de TI de sistemas de suporte da Companhia incluem: (i) danos físicos no core de rede IoT, principal e redundância, e no core de VoIP nas localidades onde estão com evento ocorrendo de forma simultânea; (ii) apagões de eletricidade com duração maior do que a autonomia do sistema de energia do *datacenter* da empresa e demais *colocations* que a empresa faz uso; (iii) defeitos de *hardware* e *software* em sistemas de suporte; (iv) falhas por motivos além do alcance da Companhia; (v) falhas de segurança, ataques cibernéticos; (vi) falhas no sistema de resfriamento do *datacenter*, gerando a superaquecimento dos equipamentos hospedados; e (vii) desastres naturais, inclusive por incêndio, explosão, tempestades ou quaisquer outros eventos inesperados nos pontos de presença da Companhia. Eventuais danos ou falhas no sistema podem causar atrasos ou interrupções no serviço, o que pode reduzir ou inviabilizar a capacidade da Companhia em prestar os serviços adequadamente a seus clientes, podendo reduzir as suas receitas operacionais, e adicionalmente, pode fazer com que a Companhia incorra em despesas adicionais. Além disso, a ocorrência de qualquer um desses eventos pode submeter a Companhia a multas e outras sanções impostas pela ANATEL, além da obrigação de conceder aos clientes os devidos descontos em caso de indisponibilidade ou degradação do serviço prestado, afetando seus negócios e resultados operacionais.

Os processos de governança, gestão de riscos e compliance da Companhia, estão em fase de implementação para fins de adequação às regras do Novo Mercado, portanto, a Companhia poderá não ser capaz de detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes nos seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação de mercado das ações da Companhia.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção da Companhia, bem como os controles internos de gestão de riscos e *compliance*, ainda estão em fase de implementação, no entanto, mesmo depois de serem implementados, estes podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da administração, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que agem em nome da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita.

Qualquer investigação de má conduta por parte da Companhia e/ou descumprimento das leis anticorrupção no Brasil e no exterior pode causar danos à sua reputação e sujeitá-la a multas, bem como outras penalidades aplicáveis. Nesse sentido, a Companhia também está exposta ao risco de membros de sua administração, colaboradores ou representantes tomarem medidas que violem leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis no Brasil.

A Companhia e/ou seus acionistas, administradores, empregados ou representantes estão sujeitos, entre outras, às seguintes normas: o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (“Código Penal”), a Lei nº 8.137/1990 (“Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária”), a Lei nº 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”), a Lei nº 8.666/1993 (“Lei de Licitações”), a Lei nº 9.613/1998 (“Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro”), a Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”), Decreto nº 8.420/2015 (“Decreto Anticorrupção”), às diretrizes emitidas pela Controladoria Geral da União, assim como outras normas relacionadas. Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, bem como os controles internos da Companhia podem não ser capazes de prevenir, identificar, analisar, quantificar, avaliar ou monitorar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, à Lei Anticorrupção ou a leis similares, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus acionistas, administradores, empregados ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

representantes agindo em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia (iii) gerenciar todos os riscos que a sua política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, ou (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

A Lei Anticorrupção impõe responsabilidade objetiva às empresas por atos de corrupção, fraude ou manipulação de licitações públicas e contratos governamentais, e interferência com investigações ou fiscalizações pelas autoridades governamentais. As empresas consideradas responsáveis nos termos da Lei Anticorrupção podem ter multas de até 20% de sua receita bruta no ano imediatamente anterior ao da instauração do processo administrativo ou, se essa receita bruta anual não puder ser estimada, tais multas podem variar entre R\$ 6.000,00 e R\$ 60.000.000,00.

No âmbito da Lei de Improbidade Administrativa, a Companhia e seus administradores estão sujeitos às sanções de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, ressarcimento integral do dano, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos, entre outras sanções.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de prevenir ou detectar violações de suas políticas internas. Adicionalmente, seus processos internos de controle e gerenciamento de riscos e de *compliance* podem não ser capazes de evitar, prevenir, mitigar ou detectar violações às leis de combate à corrupção ou outras leis e regulamentos aplicáveis, nas esferas cível, administrativa ou criminal, ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos que sejam praticados no nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, inclusive por parte de administradores, empregados, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes/terceiros que possam representar ou atuar em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, e outras ocorrências de comportamento não condizentes com princípios éticos e morais.

A existência, atual ou passada, de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, contra a Companhia, administradores, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio ou terceiros que atuam em nome da Companhia pode resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (iii) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; (v) publicação extraordinária da decisão condenatória; (vi) apreensão de bens ou benefícios obtidos ilegalmente e/ou (vii) a dissolução da entidade, sem prejuízo da apuração da responsabilidade criminal dos responsáveis. Todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas, ou, no âmbito dos respectivos contratos, consorciadas, o que poderia afetar material e adversamente sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais ou a cotação de mercado de ações de sua emissão.

O risco decorrente da percepção negativa do nome da Companhia pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, reguladores e o público em geral, pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilícitas praticadas por terceiros, parceiros de negócios ou clientes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Decisões judiciais, administrativas ou arbitrais desfavoráveis à Companhia e/ou seus administradores e/ou suas controladas podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia e eventuais divergências na interpretação da legislação entre a Companhia, suas controladas e as autoridades competentes podem trazer efeitos adversos relevantes à Companhia e suas atividades.

A Companhia, seus acionistas, suas controladas e seus respectivos administradores são e poderão vir a ser réus em processos administrativos, judiciais e arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas, criminais, ambientais e regulatórias, dentre outras. A Companhia não pode garantir que os resultados desses processos serão favoráveis, ou, ainda, que os critérios e valores de provisionamento adotados pela Companhia (quando houver) serão adequados e suficientes para responder por todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos.

Caso as decisões nos processos acima mencionados sejam desfavoráveis, a Companhia poderá ser afetada negativa e materialmente. Ainda, decisões contrárias aos interesses da Companhia, que impeçam a realização de negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado e suficiente podem causar um efeito adverso significativo nos negócios, na situação financeira e na reputação da Companhia.

Além disto, a Companhia não pode assegurar que qualquer pessoa, direta ou indiretamente ligada à Companhia, sejam acionistas, empregados, diretores, conselheiros, clientes, fornecedores, prestadores de serviços, subcontratados ou outros colaboradores não estejam ou venham a ser envolvidos em processos judiciais, arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais, além de processos administrativos sancionadores/punitivos, no âmbito de órgãos reguladores tais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, órgãos de vigilância sanitária estaduais e municipais, Polícia Federal, Comissão de Valores Mobiliários, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Processos dessas naturezas contra pessoas ligadas à Companhia podem impactar adversamente a imagem e reputação da Companhia perante seus clientes, fornecedores e investidores, bem como causar um efeito adverso relevante nos negócios e resultados da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não mantinha provisões referentes a contingências.

No caso específico de eventuais processos de natureza criminal envolvendo um ou mais dos administradores da Companhia, decisões desfavoráveis podem impossibilitá-los de exercer suas funções na Companhia, bem como impactar a capacidade de a Companhia celebrar contratos com o poder público e/ou receber incentivos/benefícios fiscais.

A Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócios.

A Companhia não pode garantir que quaisquer de seus objetivos e estratégias serão integralmente realizados. Por exemplo, à medida que a Companhia busca expandir suas atividades para outras regiões do Brasil e do mundo, a Companhia pode não ser capaz de replicar seu modelo de negócios de forma a atender às demandas dos diferentes mercados. Nesse cenário, a efetiva produtividade, investimentos, custos operacionais e estratégia de negócios da Companhia poderão se revelar substancialmente menos favoráveis do que aqueles estimados. As dificuldades poderão advir, especialmente, de questões regulatória, fiscais, demográficas, de concorrência e/ou de tecnologia entre outros, podendo causar efeitos adversos em suas expectativas de resultado operacionais.

Importante destacar, contudo, que em 31 de dezembro de 2022, os objetivos estratégicos e resultados esperados foram entregues conforme planejado.

As vendas da Companhia podem ser suspensas em razão de problemas com a qualidade dos seus serviços.

A ANATEL e outros órgãos judiciários e administrativos têm a autoridade para suspender a comercialização dos serviços e produtos ofertados pelas Sociedades controladas pela Companhia que fazem uso de seu set de licenças com o intuito de melhorar a qualidade geral dos serviços de telecomunicações. As suspensões de vendas geralmente se aplicam aos serviços que receberam reclamações de consumidores e de organizações de proteção ao consumidor.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A ANATEL coloca à disposição dos consumidores um canal específico para registro de reclamações contra as prestadoras com base em vários atributos, dentre eles o atributo “Qualidade, Funcionamento e Reparo”. Caso haja um aumento nas reclamações de clientes no futuro, a comercialização de um ou mais serviços pode ser suspensa até um plano ser produzido e aprovado pela ANATEL, o que pode afetar o negócio e os resultados das operações da Companhia de forma significativa.

O uso não autorizado dos serviços pode afetar adversamente os custos e resultados operacionais da Companhia.

O uso não autorizado ou indevido dos serviços da Companhia por agentes fraudulentos poderá causar um efeito adverso relevante nos seus custos e resultados operacionais, tendo em vista os custos incorridos na prestação dos serviços. A Companhia poderá sofrer perdas em suas receitas decorrentes da prestação de serviços vinculados a contratos celebrados de forma fraudulenta por agentes no ato da contratação, bem como despesas devido à sua obrigação de reembolsar os fornecedores pelos custos de serviços fornecidos a agentes fraudulentos.

Além disso, a Companhia incorre em custos associados com o uso não autorizado e/ou indevido da sua rede, incluindo custos administrativos e de capital associados com a implementação e monitoramento de sistemas e políticas antifraude.

A ANATEL mantém a Fiscalização Regulatória para realizar atividade de investigação e monitoramento de práticas de geração de tráfego adulterado com técnicas de *spoofing* (“*spoofing*” é utilizado para enganar o destinatário de uma chamada ou mensagem, produzindo uma informação falsa sobre o originador do tráfego) sob a responsabilidade de Prestadoras de Pequeno Porte (“PPP”). A prática manipula um elemento de rede, de responsabilidade das prestadoras, para fraudar informações sobre o *Caller Identification* (“*Caller ID*”), em violação às normas do setor, consistindo em atividade fraudulenta.

Assim, o uso não autorizado da rede pode afetar adversamente os custos e resultados operacionais da Companhia, bem como gerar contingências, aplicação de penalidades para a Companhia, impactando de forma adversa as suas atividades e resultado operacional. Para mais informações, veja a descrição dos processos administrativos no Item 4.3 deste Formulário de Referência.

Danos não segurados, não cobertos pelos seguros contratados pela Companhia ou sobre os quais não seja possível contratar seguro poderão resultar em prejuízos, impactando de forma adversa os negócios da Companhia.

A ocorrência de quaisquer dos eventos não segurados, não cobertos nos termos das apólices contratadas pela Companhia ou a ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado poderá gerar prejuízos significativos à operação da Companhia. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado.

Seguradoras podem reduzir ou questionar a cobertura ou aumentar seus prêmios no caso de novos sinistros. No caso de reduções significativas na cobertura do seguro, a responsabilidade da Companhia aumentaria significativamente. Havendo aumento significativos nos prêmios de seguros, as despesas operacionais aumentariam, afetando negativamente os resultados das operações da Companhia. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Uma eventual falha da Companhia em pagar esses prêmios, cumulada com a ocorrência de um sinistro, pode colocar a Companhia em uma situação de risco, dado que, nessa hipótese, danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Adicionalmente, as seguradoras podem aumentar significativamente os prêmios de seguros da Companhia, e reduzir valores de cobertura de seguro de responsabilidade civil em relação a danos resultantes de atos de guerra, terrorismo, acidentes, apreensões ou eventos similares.

Alguns riscos de negócios são mantidos sem cobertura de seguro, incluindo interrupções nos negócios ou lucros cessantes, e perdas decorrentes de problemas técnicos. Na eventual materialização de riscos não segurados, os

4.1 Descrição dos fatores de risco

negócios e os resultados financeiros da Companhia podem ser adversamente afetados. Além disso, não há garantia de que, nos casos em que exista um seguro contratado, a cobertura abrangerá todos os potenciais riscos envolvidos. Caso as perdas efetivas incorridas para a Companhia excedam o montante segurado, esta ser obrigada a arcar com prejuízos substanciais, que terão um impacto adverso nas operações e situação financeira da Companhia.

A Companhia está sujeita a erros, atrasos ou falhas de medidas de segurança de tecnologia da informação (“TI”), que poderão também ser violadas ou comprometidas, além de estar sujeita a indisponibilidades imprevistas de sistema de TI, que podem resultar em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

A Companhia desenvolve uma infraestrutura comum de tecnologia, processos e pessoas. Certas redes e sistemas de informação são essenciais para as atividades da Companhia e suas controladas. Os sistemas de informação devem suportar de maneira adequada todas as necessidades de arquivamento e processamento de informações, além de garantir o acesso a todos os interessados, obedecendo aos critérios de confidencialidade e proteção de dados determinados, inclusive nos termos da legislação vigente aplicável. Falhas em determinados sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem resultar em perdas de negócios.

A contaminação (intencional ou acidental) de suas redes e sistemas por terceiros com quem compartilha dados pessoais e informações, acesso não autorizado a dados confidenciais de clientes por pessoas dentro ou fora da organização, ataques cibernéticos ou falhas de sistemas que causam degradação aos sistemas ou indisponibilidade de serviço, e penetração nos sistemas de tecnologia da informação e plataformas por terceiros e infiltração de *malware* (tais como vírus de computador) nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem afetar a Companhia adversamente, podendo, provocar, inclusive interrupção da prestação dos serviços da Companhia e, conseqüentemente, afetar as operações dos seus clientes.

Em tais hipóteses, a Companhia estará sujeita a responsabilidades significativas perante seus clientes ou os clientes de seus clientes em virtude da violação das disposições contratuais, tanto no que diz respeito à adequada disponibilidade do serviço quanto com relação às suas obrigações de confidencialidade ou leis de privacidade e de proteção de dados pessoais.

Ademais, a Companhia pode ser obrigada a despender significativos recursos financeiros e de outra natureza para seguir os parâmetros de segurança exigidos por leis ou normas aplicáveis, se proteger da ameaça de quebras de segurança e para minimizar os problemas causados por violações, bem como por qualquer indisponibilidade imprevista dos sistemas internos de TI. Portanto, a incapacidade da Companhia em operar suas redes e sistemas devido a ciberataques pode resultar em despesas significativas e/ou perda de participação de mercado para outras operadoras.

Além disso, se a Companhia não conseguir impedir o roubo de informações valiosas, tais como dados financeiros, informações confidenciais e propriedade intelectual, ou se não conseguir proteger a privacidade dos clientes e funcionários e dados confidenciais contra violações de rede ou de segurança de TI, esta pode ter danos à sua reputação, ter a confiança dos investidores e clientes quebrada e, ainda, ser obrigada a, eventualmente, pagar multas ao órgão regulador em virtude de suas práticas.

Assim, a divulgação não autorizada de dados exclusivos ou confidenciais de clientes, bem como de quaisquer dados pessoais, seja pela violação de sistemas de computador, falha de sistema, ataques cibernéticos ou por qualquer outra forma, pode (i) prejudicar a reputação da Companhia e fazer com que esta perca os clientes existentes e os clientes em potencial, (ii) sujeitar a Companhia a penalidades previstas em lei; e (iii) afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais, a imagem e situação financeira da Companhia.

Por fim, os custos associados a um ataque cibernético podem incluir incentivos dispendiosos, oferecidos a clientes e parceiros comerciais atuais para manter seus negócios, acrescidos de despesas com medidas de cibersegurança e o uso de recursos alternativos, perda de receita com a interrupção de atividades e ações judiciais. Caso não seja possível lidar adequadamente com tais riscos de cibersegurança, ou a rede operacional e os sistemas de informação

4.1 Descrição dos fatores de risco

sejam comprometidos, poderá haver um efeito adverso nos negócios, na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia. Caso a Companhia seja responsabilizada por qualquer violação de medidas de segurança ou caso venha a sofrer danos, sua reputação, negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser materialmente e adversamente afetados. ~~Para mais informações, vide item 5.6 deste Formulário de Referência.~~

Implementamos um ambiente cada vez mais segregado e redundante, não apenas logicamente, mas fisicamente, sobretudo para os elementos integrantes da estrutura Core e seus subsistemas periféricos. Ferramentas operacionais críticas ao negócio foram e estão sendo migradas para ambientes em nuvem, em datacenters distribuídos não apenas no Brasil, mas em outros países. Além da garantia de redundância e persistência dos serviços, existem ganhos associados à escala e a capacidade de processamento associados a esse movimento.

Cyber segurança foi um dos riscos mais trabalhados ao longo de 2022, dado não apenas o contexto da Companhia e sua indústria mas o contexto global, cujo risco de ataques é crescente. O plano é constituído pela implementação de um processo de monitoramento e equipe especializada (através de consultoria) de SOC (*Security Operation Center*) 24x7x365, com processos formais estabelecidos de monitoramento (incluindo equipe, alertas, painéis e dashboards), controle e gestão, integrados ao ambiente operacional da Companhia.

Além das implementações sistêmicas, também são realizados testes periódicos de penetração da rede (simulações de ataques) e análise da consultoria sobre os níveis de maturidade de cyber segurança da Companhia, com laudos contendo eventuais deficiências e seus respectivos planos de ação associados para correção e mitigação de cada item. Atualmente a companhia se encontra em um nível de maturidade em segurança cibernética acima da média de mercado (empresas de tecnologia), conforme metodologia de controle "CIS", que leva em consideração os controles de ativos corporativos e de software, proteção de dados, configuração segura de ativos corporativos, gestão de contas e controles de acesso, gestão contínua de vulnerabilidade, registros de auditoria, proteções de e-mail e navegadores, recuperação de dados, gerenciamento da infraestrutura de redes, monitoramento ativo e defesa da rede, testes de invasão e, por fim, conscientização e treinamento de pessoas sobre segurança.

O maior nível de maturidade em segurança cibernética se traduz em menores riscos de invasões, ataques, indisponibilidades ou perdas de dados.

Os preços de mercado de muitos dos serviços da Companhia podem diminuir, resultando em menores receitas e margens do que prevemos.

A estrutura de conectividade para as chamadas, base da oferta do segmento de VoIP e parte do pacote de serviços ofertados nos segmentos CPaaS e CPaaS-OTT, observou queda de preços no passado oriunda de regulamentações definidas pela ANATEL a respeito de tarifas de interconexão. As tarifas de interconexão servem como um proxy na definição de preços para ofertas que compreendem o Brasil e que compõem grande parte da receita de conectividade dos segmentos de atuação da Companhia. À medida que os preços de alguns dos serviços diminuem, os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados, causando um efeito relevante adverso para a Companhia. Atualmente as tarifas de interconexão são definidas através de um modelo de custos gerenciado pela ANATEL que, dependendo das condições econômicas, pode inclusive gerar aumento nas tarifas, mas também quedas.

A Companhia depende da infraestrutura logística do Brasil e da execução de estratégias internas de recebimento, armazenagem e transporte de produtos e equipamentos, os quais podem ser impactados por eventos diversos.

No segmento de CPaaS-IoT, a Companhia faz uso da infraestrutura de logística no Brasil, uma vez que distribui SIM Cards (elemento que carrega a conectividade do seu pacote de serviços) e os dispositivos de IoT através de tal estrutura logística. Os SIM Cards e os dispositivos são também armazenados e estocados. O crescimento dos negócios da Companhia exigirá que seu sistema de armazenamento, controle de estoque e distribuição evoluam. Em face do crescimento das vendas online no Brasil, a Companhia pode vir a ter problemas em umas destas etapas,

4.1 Descrição dos fatores de risco

impactando sua política de abastecimento de estoque, isto é, problemas com espaço físico, escassez ou alta de preços, o que pode impactar preços e volume total a estocar. Problemas com manuseio do estoque podem gerar atrasos na ativação de novos clientes, diminuindo, desta forma, a competitividade da Companhia. Além disso, problemas no envio, em decorrência de falhas nos sistemas de logística no Brasil, também podem impactar a competitividade e atratividade da Companhia no mercado, afetando adversamente seus negócios e resultados operacionais.

As receitas geradas pela Companhia dependem da manutenção e renovação dos seus contratos com seus clientes.

A Companhia possui diferentes contratos para os segmentos em que atua. No segmento de CPaaS-IoT, a Companhia opera com contratos performados (obrigações de pagamento mensal pelo cliente, independente do uso) que são iniciados a cada nova ativação de um SIM Card e ou dispositivo conectado. O mesmo ocorre com a oferta de numeração no segmento de CPaaS-OTT e CPaaS. Contudo, há um volume elevado de receita nos segmentos VoIP, CPaaS e CPaaS-OTT em contratos que são a performar (o cliente é faturado de acordo com o uso), isto é, o faturamento auferido pela Companhia provém do uso de seus serviços e conectividade disponíveis em plataforma. No caso dos contratos performados, sua duração varia de 12 a 36 meses para CPaaS-IoT e possuem prazo indeterminado para CPaaS e CPaaS-OTT. Já os contratos a performar possuem prazo indeterminado e podem ser cancelados por aviso prévio de qualquer uma das partes. Importante destacar, que os contratos a performar ou sob demanda, não possuem volumes mínimos de uso ou vedações em caso de uso da concorrência. Nestes dois casos, a Companhia pode vir a sofrer a não renovação destes contratos, impactando, desta forma, os resultados nos segmentos em que atua.

Os riscos reais ou percebidos para a saúde ou outros problemas referentes à tecnologia de telecomunicações móveis podem levar ao litígio ou diminuição do uso de comunicações móveis, o que poderia prejudicar a Companhia e a indústria móvel como um todo.

Os efeitos e danos causados pela exposição a um campo eletromagnético foram e são objeto de avaliações cuidadosas pela comunidade internacional científica, com resultados poucos conclusivos até agora. Assim, a Companhia não pode desconsiderar que a exposição aos campos eletromagnéticos ou outras emissões originárias de aparelhos eletrônicos serão identificados como um risco à saúde no futuro. Além disso, a mídia e outros relatórios sugerem que as emissões de radiofrequências dos aparelhos eletrônicos podem causar problemas à saúde. Essas preocupações podem ter um efeito adverso na indústria de telecomunicações sem fio e, possivelmente, expor os fornecedores de serviços sem fio, incluindo a Companhia, a litígios. A Companhia pode ser considerada responsável pelos custos ou danos associados a essas preocupações, o que poderia ter um efeito adverso nos seus negócios, condição financeira e resultados operacionais. A Companhia não pode garantir que a pesquisa médica e estudos adicionais refutarão uma ligação entre a tecnologia móvel em questão e esses problemas de saúde, causando um efeito adverso relevante para a Companhia.

A Companhia pode ser incapaz de responder à tendência recente de consolidação do mercado brasileiro de telecomunicações.

O mercado brasileiro de telecomunicações vem sendo objeto de consolidação. Empreendimentos conjuntos, incorporações e aquisições entre os prestadores de serviço de telecomunicações, a exemplo dos ISPs – *Internet Service Provider*, são possíveis no futuro. À medida que a consolidação ocorre, ela pode resultar no aumento de concorrência dentro do mercado de atuação da Companhia, que por sua vez, talvez seja incapaz de responder adequadamente às pressões de preço resultantes da consolidação do mercado, afetando adversamente o negócio, condição financeira e resultados de operações da Companhia. Esse cenário também pode envolver a Companhia na atividade de incorporação ou aquisição de outras companhias em resposta às mudanças no ambiente competitivo, o que pode desviar recursos e atenção da administração da Companhia de outras frentes prioritárias dos seus negócios.

Terceiros podem impedir a Companhia de usar a tecnologia necessária para fornecer os serviços da Companhia ou sujeitá-la a litígios de propriedade intelectual.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia depende da tecnologia (propriedade intelectual) desenvolvida por terceiros para conduzir os seus negócios, a saber, patentes, programas de computador, licenças de uso, dentre outros, de modo que, se o uso da propriedade intelectual de terceiros, pela Companhia para fornecer os serviços, for considerado ilegal e/ou irregular, a Companhia pode ser impedida, inclusive judicialmente, de continuar utilizando tal propriedade intelectual.

Ainda, a incapacidade da Companhia de negociar uma licença para a propriedade intelectual, de titularidade de terceiros, essencial para a condução de seus negócios, em termos aceitáveis, poderia obrigá-la a deixar de usar a respectiva propriedade intelectual, bem como obrigá-la a deixar de oferecer serviços que incorporem a propriedade intelectual. Nessas hipóteses, a Companhia poderá ser condenada a indenizar terceiros e/ou se envolver em litígios onerosos e complexos, os quais, independentemente do resultado, poderão causar efeito adverso relevante para os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode ser prejudicada se não for capaz de proteger e fazer valer seus direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral ou se seus parceiros ou fornecedores utilizarem propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros sem autorização

O sucesso da Companhia depende significativamente da capacidade de proteger e preservar os seus direitos de propriedade intelectual, incluindo marcas registradas, patentes, segredos comerciais e know-how. Quaisquer problemas relacionados aos ativos de propriedade intelectual detidos pela Companhia e suas controladas podem afetar a Companhia negativamente e, ainda, o seu crescimento e desempenho financeiro podem ser afetados caso parte ou a totalidade destas informações comercialmente sensíveis sejam acessados por concorrentes.

Além disto, eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (“INPI”) ou o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia, ou, ainda, o reconhecimento de nulidade administrativa dos seus registros marcários podem diminuir o valor das marcas da Companhia e afetar adversamente a sua reputação.

A Companhia pode não conseguir renovar o registro de alguma de suas marcas em tempo hábil ou seus concorrentes podem contestar ou invalidar quaisquer de suas marcas existentes ou futuras solicitadas ou licenciadas pela Companhia. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo de direitos de propriedade intelectual da Companhia, sendo que não há garantias de que a Companhia obterá êxito em tais litígios e, portanto, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente de forma significativa.

Ainda, a Companhia não pode garantir que fará ou terá sucesso no monitoramento de uso não autorizado de ativos de propriedade intelectual, uma vez que, quando realizado, tal monitoramento demanda esforços e recursos significativos. Portanto, não há como garantir que terceiros não tenham registado ou adquirido direitos sobre marcas idênticas ou similares para produtos ou serviços que atendam ao mesmo mercado de atuação da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Lei nº 13.709/2018, conforme alterada pela Lei nº 13.853/2019, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”) regula o tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de sistema de regras que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança informação, vazamentos de dados pessoais e a transferência internacional de dados pessoais, bem como estabelece sanções para o descumprimento de suas disposições.

Ainda, a LGPD também autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD.

Necessário esclarecer que a maior parte das disposições da LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, exceto quanto às suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54), de competência exclusiva da ANPD, que estão vigentes desde 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, poderá estar sujeita, de forma isolada ou cumulativa, às sanções de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio e/ou eliminação de dados pessoais, multa de até 2% (dois por cento) de seu faturamento (ou de seu grupo ou conglomerado no Brasil) no último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração e multa diária, observado limite global mencionado. Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Além das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas em tal normativa tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados pessoais atualmente vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Portanto, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, como divulgação ou uso indevido de informações pessoais, em desacordo com a LGPD, podem acarretar multas elevadas para a Companhia, divulgação do incidente para o mercado, bloqueio temporário ou eliminação dos dados pessoais da base e até a suspensão das atividades da Companhia. No âmbito das atividades da Companhia, que envolvem tratamento, armazenamento e gerenciamento de dados, a Companhia está suscetível a violações à LGPD que podem acarretar sanções. Ainda, a Companhia poderá ser responsabilizada solidariamente, nos termos da LGPD, que a impõe tanto para o controlador quanto para o operador.

Da mesma forma, os mecanismos de segurança e controles podem não ser suficientemente eficazes para impedir eventual divulgação não autorizada de dados que constem nos sistemas da Companhia e de suas controladas. Caso tais sistemas sejam violados e haja a divulgação não autorizada de informações de clientes/consumidores, a Companhia poderá estar exposta às penalidades da Lei 13.709/2018, demandas judiciais decorrentes de erros, falhas, fraudes ou falsidade ideológica pela divulgação ou pelo uso não autorizado dos dados, o que poderá afetar negativamente a reputação, os resultados e, conseqüentemente, o valor das ações da Companhia.

Os auditores independentes da Companhia identificaram deficiências nos controles internos da Companhia e, se a Companhia não for capaz de adotar as medidas corretivas necessárias, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas ou erros, o que pode ter um efeito adverso significativo para a Companhia.

Os sistemas, políticas e procedimentos de controles internos da Companhia podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas ou erros. Como parte da auditoria das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, os auditores independentes da Companhia identificaram certas deficiências nos controles internos da Companhia, conforme definido nas normas brasileiras e internacionais de auditoria. Não há garantias de que a Companhia conseguirá sanar essas falhas e que seus esforços de remediação serão bem-sucedidos. A Companhia pode não conseguir concluir tempestivamente qualquer correção necessária.

Nesse sentido, o relatório circunstanciado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 apontou certas deficiências nos controles internos da Companhia, incluindo certas deficiências qualificadas como significativas, conforme definido nas normas brasileiras e internacionais de auditoria. Especificamente, as falhas nos controles e procedimentos internos que representaram deficiências significativas foram: (i) Reconhecimento de receita (cut-off) (aplicável a todas as empresas); (ii) processo de fechamento contábil (aplicável a todas as empresas); e (iii) ambiente de TI (aplicável a todas as empresas). A Companhia pode não conseguir concluir tempestivamente qualquer correção necessária.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Durante o curso de documentação e teste de seus procedimentos de controles internos, a Companhia poderá identificar outras fraquezas e deficiências em seus controles internos sobre relatórios financeiros. Se a Companhia não for capaz de tornar seus controles internos eficazes, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas ou erros. A falha ou a ineficácia nos controles internos, tais como aquelas apontadas pelos auditores da Companhia, poderá ter um efeito adverso significativo para a Companhia, bem como no valor dos valores mobiliários de sua emissão. Para mais informações, vide item 5.3(d) deste Formulário de Referência.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar riscos e os controles internos da Companhia podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia são baseados no histórico do comportamento de mercado ou em estatísticas derivadas de modelos históricos e podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas.

Métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas. Além disso, podem ocorrer falhas nos mecanismos de controles internos das sociedades do grupo, das transações realizadas e do ambiente informatizado da Companhia, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios, reputação e situação financeira da Companhia.

Os controles internos da Companhia podem não ser suficientes para evitar violações de leis de combate à corrupção, infrações à concorrência, prevenção à lavagem de dinheiro, fraudes ou práticas irregulares por parte de seus administradores, funcionários, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que atuem em nome da Companhia.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção da Companhia, além dos seus controles internos, podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da administração, funcionários, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que atuem em nome da Companhia estejam sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção e a infrações à concorrência a que a Companhia está sujeita, como por exemplo, a título exemplificativo, a Lei nº 12.529/2012 (“**Lei de Defesa da Concorrência**”), o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992 (“**Lei de Improbidade Administrativa**”), a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 9.613/1998 (“**Lei de Lavagem de Dinheiro**”), a Lei nº 12.846/2013 (“**Lei Anticorrupção**”), o Decreto nº 8.420/2015, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006, assim como outras normas relacionadas.

As sanções aplicadas com base em tais leis incluem multas, perdimento de bens, direitos e valores ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial das atividades, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, sanções estar que, se aplicadas, podem afetar adversamente resultados da Companhia.

Os processos de governança, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem não ser capazes de prevenir ou detectar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, Lei Anticorrupção, Lei de Lavagem de Dinheiro, Lei de Defesa da Concorrência ou leis similares; (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte dos administradores, funcionários ou terceiros contratados para representar a Companhia; (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente sua

4.1 Descrição dos fatores de risco

reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de assegurar que todos os seus administradores, funcionários, representantes ou fornecedores atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos aplicáveis voltados à prevenção e combate à corrupção. Deste modo, a Companhia poderá estar sujeita a violações de suas políticas internas, das leis e regulamentos listados acima e legislação correlata, em decorrência de conduta dos negócios e ocorrências de comportamento fraudulento e ilícito por parte de seus administradores, funcionários, parceiros de negócios e terceiros que atuem em seu nome ou em benefício da Companhia.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer das leis indicadas acima, em face da Companhia, seus administradores, funcionários ou terceiros que atuam em nome da Companhia podem resultar, dentre outras consequências, em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (iii) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Todas as referidas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante nos negócios, resultados operacionais e financeiros da Companhia, bem como podem afetar negativamente sua reputação.

Por fim, a Companhia pode ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladas, controladoras, coligadas, que nesse caso podem, também, afetar negativamente a sua reputação, negócios, condições e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos de liquidez que podem afetar suas operações e seus resultados.

A manutenção de nível de liquidez adequado é fundamental para os negócios da Companhia, evitando que escassez de caixa gere dificuldades em honrar suas obrigações, inclusive perante clientes.

Caso, por qualquer motivo, haja um problema de liquidez e/ou de fluxo de caixa, levando a um desenquadramento ou descasamento entre ativos e passivos, a Companhia poderá não ser capaz de cumprir com suas obrigações.

A deterioração do cenário de crédito, uma piora na situação financeira dos clientes da Companhia ou um aumento dos níveis de pagamentos em atraso e/ou inadimplência podem afetar o fluxo de caixa da Companhia, bem como comprometer a habilidade da Companhia de cumprir com suas obrigações. Também, danos à imagem da Companhia e de suas controladas ou administradores podem gerar perda de confiança de credores e clientes, que poderão optar por rescindir seus contratos com a Companhia e, assim, colaborar para um descasamento ainda maior entre a liquidez dos ativos e passivos.

A captação de recursos por meio de uma oferta de ações, ou de títulos conversíveis em ações, poderá diluir a participação acionária dos acionistas da Companhia, bem como o valor econômico do investimento dos acionistas.

A Companhia poderá, no futuro, captar recursos por meio da emissão pública ou privada de ações, títulos de dívida ou outros valores mobiliários, conversíveis ou não em ações. A captação de recursos por meio da emissão de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), ser feita com exclusão do direito de preferência dos acionistas e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos acionistas no capital social da Companhia. Adicionalmente, nos casos em que haja direito de preferência, investidores podem não considerar o preço de emissão vantajoso e deixar de subscrever as ações ou títulos conversíveis em ações objeto da emissão, o que também pode levar à sua diluição.

Adicionalmente, os acionistas poderão sofrer pela alteração no preço das ações de emissão da Companhia, e imediata e substancial diluição de seus investimentos, caso a Companhia tenha necessidade de captar recursos, no

4.1 Descrição dos fatores de risco

futuro, para suas atividades por meio de operações de emissão pública ou privada de novas ações de emissão da Companhia ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia ou permutáveis por elas. A Companhia poderá ainda realizar emissão de novas ações ordinárias, ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas, por valor inferior ao valor contábil das ações ordinárias de sua emissão na data em questão. Tais emissões podem resultar na alteração do preço das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação dos investidores no capital social, além de ter um efeito adverso na cotação nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Incêndios ou outros desastres naturais ou de origem humana podem afetar as instalações e a estrutura de custos da Companhia, o que pode causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultado operacional.

Incêndios, danos causados por desastres naturais ou de origem humana, danos ambientais e outras condições imprevistas ou imprevisíveis podem causar danos significativos às redes da Companhia, danificar ou destruir as suas instalações e propriedades, ocasionar atrasos em seus projetos e causar custos adicionais. Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica podem implicar aumentos significativos nos custos.

A Companhia poderá enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia contrata e poderá contratar novas transações com partes relacionadas. As partes relacionadas à Companhia podem ter interesses que não sejam alinhados aos interesses da Companhia.

Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, os mecanismos de governança existentes para lidar com estas situações poderão ser insuficientes, levando a potenciais impactos negativos para os negócios da Companhia, afetando adversamente suas atividades, situação financeira e resultados, bem como seus acionistas e sua reputação.

A Companhia poderá celebrar contratos de indenidade com determinados administradores, conforme previsão em seu Estatuto Social, os quais podem resultar em conflito de interesses e impacto patrimonial relevante

Conforme previsto no artigo 37 do Estatuto Social, a Companhia poderá indenizar e manter indenidos seus Administradores e membros externos do Comitê de Auditoria e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ou em suas controladas e, ainda, aqueles, funcionários ou não, que tenham sido indicados pela Companhia para exercer cargos estatutários ou não em entidades das quais a Companhia participe na qualidade de sócia, associada ou patrocinadora (em conjunto ou isoladamente “Beneficiários”), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício de suas funções na Companhia, conforme acordos de indenidade que venham a ser celebrados entre a Companhia e os respectivos Beneficiários. O Conselho de Administração deverá deliberar se um evento é passível de indenização.

A celebração dos Acordos de Indenidade, pode gerar conflitos de interesses entre os membros do Conselho de Administração que determinam se um evento é passível de indenização. Além disso, tais aprovações podem não estar alinhadas ao melhor interesse da Companhia. Por fim, caso seja aprovado o pagamento de alguma indenização em favor de um Beneficiário, a Companhia poderá sofrer impactos patrimoniais relevantes no caso de execução de seus termos.

A Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia não contém determinadas recomendações constantes no Código Brasileiro de Governança Corporativa

A Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia não inclui, dentre suas diretrizes, (i) as hipóteses de transações com partes relacionadas que devem ser embasadas por laudos de avaliação independentes,

4.1 Descrição dos fatores de risco

elaborados sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação em questão, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros; e (ii) que reestruturações societárias envolvendo partes relacionadas devem assegurar tratamento equitativo para todos os acionistas.

Companhia não pode garantir que as transações serão realizadas em estrita observância a tais previsões. Portanto, caso situações de potencial conflito de interesse entre partes relacionadas não tenham sido ou não sejam realizadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado poderá haver impacto negativo para os negócios da Companhia, o que poderá causar um impacto adverso em suas atividades, situação financeira e resultados, bem como a seus acionistas.

(b) seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os interesses do atual acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

Os interesses do atual acionista controlador podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, seu acionista controlador têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o seu controle por eles detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação de seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias nos seus resultados operacionais, causando um efeito relevante adverso para a Companhia.

O exercício do poder de controle da Companhia por um novo acionista ou grupo de acionistas controladores, dependerá de anuência prévia da ANATEL.

Caso a Companhia deixe de contar com um acionista que detenha controle, tal como definido no Regulamento para Apuração de Controle e de Transferência de Controle em Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução ANATEL nº 101/1999 e na legislação em vigor, estará suscetível ao surgimento de um novo acionista ou grupo de acionistas que passe a deter tal controle e, conseqüentemente, exercer o poder decisório das atividades da Companhia. A transferência de controle e, portanto, o efetivo exercício do poder de controle da Companhia por um novo acionista ou grupo de acionistas controladores dependerá de anuência prévia da ANATEL, nos termos da Lei Geral de Telecomunicações, e da regulamentação vigente da ANATEL, sobretudo a Resolução ANATEL nº 101/1999 e o Regulamento Geral de Outorgas, aprovado pela Resolução ANATEL nº 720/2020.

Neste sentido, o exercício de quaisquer direitos políticos atrelados às ações desta oferta pública inicial, tais como o direito de participar ou indicar pessoa para membro de Conselho de Administração, da Diretoria ou órgão com atribuição equivalente e direito de voto e/ou veto estatutário em qualquer matéria ou deliberação da Companhia, excetuados os direitos já conferidos por lei, deve observar as regras regulatórias editadas pela ANATEL que disciplinam a transferência de controle de prestadora de serviços de telecomunicações.

De acordo com o Regulamento Geral de Outorgas, a anuência prévia da ANATEL é requisito para a transferência do controle societário das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações quando: (i) as partes envolvidas na operação se enquadrarem nas condições dispostas no artigo 88 da Lei Federal nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; ou (ii) a transferência de controle envolver concessionária, permissionária ou autorizatória cuja outorga de serviços decorra de procedimento licitatório, acompanhada dos requisitos de habilitação constantes do Regulamento de Licitação para Concessão, Permissão e

4.1 Descrição dos fatores de risco

Autorização de Serviço de Telecomunicações e de Uso de Radiofrequência, aprovado pela Resolução nº 65, de 29 de outubro de 1998.

Além disso, nos termos do Decreto Federal nº 2.617, de 5 de junho de 1998, as concessões, permissões e autorizações para exploração de serviços de telecomunicações de interesse coletivo poderão ser outorgadas ou expedidas somente a empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, em que a maioria das cotas ou ações com direito a voto pertença a pessoas naturais residentes no Brasil ou a empresas constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no país. Nesse sentido, eventual transferência de controle também deverá observar a referida regra. Vale mencionar que, em 27 de agosto de 2021, foi publicada a Lei Federal nº 14.195/2021, que revogou o dispositivo da Lei Geral de Telecomunicações que conferia fundamento de validade ao Decreto Federal nº 2.617/1998, não mais autorizando o Poder Executivo a estabelecer limites à participação estrangeira no capital de prestadora de serviços de telecomunicações.

Independentemente da configuração da eventual necessidade de submissão prévia da aquisição de controle da Companhia à ANATEL, a aquisição de direitos políticos que possam configurar controle para fins do setor de telecomunicações estará sujeita a determinadas restrições. O novo controlador, direto ou indireto, não poderá (i) prestar, direta ou indiretamente, o Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) na mesma modalidade e área de atuação das subsidiárias da Companhia, conforme determinado pelo art. 10-E da Resolução ANATEL nº 426, de 9 de dezembro de 2005, que aprovou o Regulamento do STFC (“RSTFC”), devendo haver a regularização das outorgas no prazo de 18 meses; (ii) direta ou indiretamente, ou por meio de empresa sob controle comum, controlar ou deter participação igual ou superior a 30% do capital social votante em concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e de produtoras e programadoras com sede no Brasil, conforme determinado pelo art. 5º, §1º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que aprovou a Lei do Serviço de Acesso Condicionado (“Lei do SeAC”).

Do ponto de vista regulatório, eventual inobservância dos deveres decorrentes da legislação e da regulamentação aplicáveis sujeitará os infratores às seguintes sanções, aplicáveis pela ANATEL, sem prejuízo das de natureza civil e penal, assegurada a oportunidade de prévia e ampla defesa: (i) advertência; (ii) multa; (iii) suspensão temporária; (iv) caducidade; e (v) declaração de inidoneidade. Conforme a Resolução ANATEL nº 589, de 7 de maio de 2012, que aprova o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, além das sanções previstas na Lei Geral de Telecomunicações, a ANATEL também poderá aplicar sanções de obrigação de fazer e obrigação de não fazer.

- **aos acionistas da Companhia**

A Companhia não vislumbra qualquer risco relevante relacionado aos seus acionistas, que sejam capazes de influenciar, de modo relevante, a decisão de investimento, além daqueles descritos no acima.

- (c) **às controladas e coligadas da Companhia**

Parte da receita da Companhia é decorrente do resultado operacional das sociedades controladas e as atividades de algumas de suas controladas estão intimamente relacionadas com as atividades da Companhia. A descontinuidade de algumas das controladas da Companhia poderá afetar negativamente as operações e os resultados.

A Companhia detém participação direta e indireta em sociedades no Brasil e em determinados países em que atua, e, portanto, depende dos resultados operacionais das suas subsidiárias e controladas. A capacidade da Companhia de adimplir suas dívidas e outras obrigações depende não apenas da sua geração de fluxo de caixa, mas também da geração de fluxo de caixa de suas subsidiárias e da capacidade delas de disponibilizar caixa na forma de pagamentos de juros sobre capital próprio, repagamento de dívida, dividendos, entre outros. Ademais, restrições legais e contratuais podem limitar a capacidade da Companhia de obter caixa de suas subsidiárias e controladas. Se essa limitação se verificar, a Companhia pode ser incapaz de efetuar os pagamentos exigidos de principal e juros de suas dívidas, ou de honrar suas obrigações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Qualquer alteração adversa na condição financeira ou nos resultados operacionais das subsidiárias, controladas e participadas da Companhia poderia afetar adversa e relevantemente os negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxo de caixa da Companhia.

Adicionalmente, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos prevista na legislação atual poderá ser revista e os dividendos poderão passar a ser tributados no futuro, impactando negativamente a Companhia, haja vista que impostos poderão ser devidos sobre a distribuição de dividendos por suas subsidiárias.

Eventual processo de liquidação da Companhia, de suas subsidiárias e/ou de outras sociedades do seu grupo econômico pode ser conduzido em bases consolidadas.

O judiciário brasileiro pode determinar que eventual processo de liquidação da Companhia, de suas subsidiárias e/ou de outras sociedades de seu grupo econômico seja conduzido considerando que a Companhia, suas subsidiárias e/ou outras sociedades do seu grupo econômico fossem uma única sociedade. Caso isso aconteça, os acionistas da Companhia poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores de suas subsidiárias e de outras sociedades do seu grupo econômico.

A Companhia pertence a um grupo econômico no qual participam outras sociedades operacionais que são ou poderão ser parte em processos judiciais nos quais a Companhia poderá ser solidária ou subsidiariamente responsável.

A Companhia detém participação em sociedades operacionais. No curso de suas atividades, essas sociedades são e poderão ser parte em processos judiciais nos quais, caso condenadas, o resultado da condenação poderá afetar a Companhia de forma solidária ou subsidiária. Isso inclui processos de diversas naturezas, inclusive questões previdenciárias e trabalhistas. Caso alguma das sociedades do grupo econômico da Companhia sofra condenação judicial e a Companhia seja chamada a responder subsidiária ou solidariamente por tal condenação, a imagem, os resultados operacionais e financeiros da Companhia poderão ser adversamente impactados.

Consta no objeto social de subsidiária da Companhia atividades próprias de Instituição de Pagamento reguladas pelo Banco Central do Brasil.

No contrato social de Datora Pag Ltda. (“**Datora Pag**”), subsidiária da Companhia, constam atividades próprias de instituição de pagamento que são reguladas e cujo respectivo exercício depende de autorização pelo Banco Central do Brasil (“**BACEN**”). Caso a Datora Pag não venha a alterar o seu objeto social de modo a excluir as atividades exclusivas de instituições reguladas pelo BACEN, as quais não são atualmente exercidas pela respectiva entidade, esta estará sujeita à potencial fiscalização e imposição de penalidades pelo BACEN, o que poderá afetar negativamente os negócios, condições e resultados operacionais da Companhia.

(d) seus administradores

Não há garantia de que os administradores, cujo desempenho está fortemente relacionado ao sucesso da Companhia, permaneçam no futuro atuando na Companhia.

A saída de um ou mais administradores da atual gestão pode implicar em mudança da estratégia, e com a saída de administradores, a Companhia pode ter dificuldade em encontrar outros profissionais igualmente qualificados. E, em caso de eventuais processos ou investigações que venham a ocorrer envolvendo um ou mais desses administradores, podem causar efeito adverso aos negócios e/ou a imagem da empresa.

(e) aos fornecedores da Companhia

Certos insumos-chave estão sujeitos a riscos relacionados à importação e a Companhia adquire outros insumos-chave de um número limitado de fornecedores domésticos, o que pode limitar ainda mais a capacidade da Companhia de adquirir tais insumos de forma oportuna e econômica.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O elevado crescimento dos mercados de dados, tecnologia e IoT em particular podem resultar em um fornecimento limitado de equipamentos e insumos essenciais para a prestação de tais serviços, tais como equipamentos de gestão de chamadas IP, SIMCARDS, equipamentos de conectividade, servidores, gateways, softwares e outros. Adicionalmente, podem ocorrer aumentos de preço dos equipamentos, softwares e insumos essenciais para a prestação de tais serviços, em valores superiores àqueles apurados pelos índices de reajustamento dos respectivos contratos, inclusive devido à pandemia da COVID-19 que ainda gera impactos na cadeia de suprimentos, sendo que a Companhia poderá não ser capaz de repassar esses acréscimos para seus clientes e, conseqüentemente, deverá absorver tais acréscimos, o que poderá afetar negativamente os resultados e o fluxo de caixa da Companhia.

Ademais, restrições ao número de fabricantes, critérios de importação e taxas de produtos importados impostas pelo governo brasileiro para certos insumos, principalmente equipamentos, Sim Cards, gateways, modems, servidores e softwares, e as localizações geográficas dos fabricantes internacionais desses insumos, apresentam certos riscos, incluindo:

- vulnerabilidade às flutuações cambiais nos casos em que os insumos são importados e pagos com dólares norte-americanos, euros ou outra moeda estrangeira;
- dificuldades em gerenciar inventário devido a uma incapacidade de prever com precisão a disponibilidade doméstica de certos insumos, ou atrasos na entrega de tais insumos; e
- a imposição de direitos aduaneiros ou outros direitos sobre insumos-chave que são importados.

Se algum desses riscos se concretizar, eles podem resultar na incapacidade da Companhia de fornecer serviços aos clientes em tempo hábil ou podem afetar os preços dos serviços da Companhia, que podem ter um efeito adverso sobre o negócio, a situação financeira e os resultados das operações da Companhia.

Companhias do setor de tecnologia dependem de vários fornecedores, incluindo para tecnologia, equipamentos, serviços, insumos e softwares, sendo que dificuldades na manutenção do fornecimento de produtos e serviços essenciais ao desenvolvimento de suas atividades podem afetar negativamente seus negócios.

As companhias do setor de tecnologia dependem de vários fornecedores, incluindo para tecnologia, equipamentos, serviços, software e insumos. Qualquer dificuldade em obter ou manter o fornecimento de tais produtos e serviços em decorrência de pouca oferta, demanda excessiva das empresas mundiais, descontinuidade das operações de um ou mais fornecedores importantes, restrição ao uso de tecnologia específica, problemas de fornecimento devido a situações adversas, renovação dos contratos de fornecimento existentes em condições favoráveis, entre outros, podem comprometer os planos de expansão da Companhia, ou prejudicar a continuidade de seus serviços.

Alguns fornecedores de equipamentos, por exemplo, estão sediados em outros países, de forma que a Companhia está sujeita a problemas na economia ou política daqueles países, que podem afetar a continuidade de tal fornecimento à Companhia.

Quaisquer desses fatores podem afetar a continuidade dos serviços prestados pela Companhia, afetando adversamente seus negócios, condição financeira e resultado operacional.

A Companhia pode não ser capaz de repassar integralmente aos clientes os aumentos de custos em que incorre, incluindo os aumentos de preço de fornecedores.

Os custos e investimentos da Companhia são afetados pelo preço pago pelos produtos e serviços oferecidos pelos fornecedores, entre outros fatores. Ainda, as receitas oriundas dos contratos firmados com clientes não são necessariamente ajustadas pelos mesmos índices pelos quais são ajustados os contratos com os fornecedores. Se os custos aumentarem e a Companhia não for capaz de repassar esses acréscimos para seus clientes, a Companhia terá que absorver tais acréscimos, o que poderá afetar negativamente os resultados e o fluxo de caixa da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Renovação de acordos com os provedores da camada de conectividade podem afetar a continuidade dos serviços da Companhia.

Os segmentos de VoIP, CPaaS, incluindo IoT e OTT, tem como sustentação acordos comerciais que garantem a camada de conectividade com as operadoras TIM, Claro, Oi, Vivo e Algar. Exceto pelo CPaaS-IoT, todos os acordos possuem período indeterminado, mas podem ser encerrados quando por decisão de uma das partes e seguindo as cláusulas de rescisão. Já o acordo de CPaaS-IoT possui prazo determinado com cláusulas de renovação automática, mas que também possui cláusulas de rescisão. Eventuais contratemplos na renovação que afetem a provisão dos serviços por estes fornecedores poderão causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira.

A constante evolução da rede GSM no Brasil e no mundo tem gerado redução gradual de investimentos na rede 2G, 3G e 4G por parte da indústria de equipamentos. Descontinuidades na manutenção, ampliação e suporte podem causar deterioração de qualidade nos serviços prestados pela companhia que operam em cima de 2G.

A evolução da tecnologia GSM cada vez mais traz maior velocidade, menor latência e uma ampliação exponencial de serviços e aplicações. As tecnologias novas, como 5G, suportam aplicações em tecnologias anteriores, mas demandam equipamentos e estruturas compatíveis. Com a demanda crescendo em tecnologias novas, redes mais antigas podem sofrer deterioração de qualidade, devido à escassez de equipamentos que suportem operações em redes de tecnologia mais antiga, como 2G, bem como as operadoras, no caso da Companhia a TIM (sua MNO), podem reduzir investimentos na rede, no suporte e na manutenção. Estes efeitos podem trazer dificuldades e deterioração de qualidade para a base que opera em tecnologias antigas da Companhia. A deterioração total destas redes e a falta de componentes para suprir as necessidades de aplicações poderão causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira.

Neste cenário, a Companhia poderá ser demandada a gerar soluções que permitam aos seus clientes fazer o upgrade para tecnologias mais recentes, o que também poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira.

Os imóveis que a Companhia aluga estão sujeitos a licenças municipais e do corpo de bombeiros. Não há garantia de que a Companhia conseguirá obter as licenças pendentes ou renovar tais licenças.

Os imóveis atualmente ocupados ou que vierem a ser ocupados pela Companhia estão sujeitos a alvarás para funcionamentos, licenças municipais e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (“AVCB”). Os alvarás de funcionamento em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Não há garantia de que a Companhia conseguirá obter as licenças pendentes ou renovar tais licenças, caso necessário. Ainda, a obtenção de tais licenças pode ocorrer em tempo superior ao previsto no cronograma de abertura das filiais. A falta, o atraso, ou o indeferimento da obtenção ou renovação dessas licenças poderá implicar, conforme o caso, na impossibilidade de abertura e operação das filiais e até, conforme o caso, na interdição e no fechamento das atuais filiais, bem como na aplicação de multas e autos de infração à Companhia, além de expor a Companhia a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, o que poderá afetar adversamente e expor a Companhia, bem como seus representantes, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações.

Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita à regulação e controle de outras autoridades públicas, além daquelas hoje entendidas como sendo as competentes, vez que não se pode garantir que tais autoridades públicas não tenham um entendimento contrário ao da Companhia, quanto à necessidade de obtenção de outras licenças, alvarás, autorizações e demais cadastros adicionais aos que a Companhia entende atualmente necessário ao desenvolvimento das atividades. A estratégia comercial da Companhia pode ser afetada negativamente caso ocorra (i) a impossibilidade de abertura e operação de novas filiais; e/ou (ii) a interdição ou o fechamento de filiais atuais, em decorrência da não obtenção ou renovação (conforme o caso) de cadastros, alvarás e licenças exigidos, o que poderá impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia e suas subsidiárias podem figurar como responsáveis solidárias ou subsidiárias das dívidas trabalhistas e previdenciárias de terceirizados, o que pode impactar seu negócio.

A utilização de mão-de-obra terceirizada por parte da Companhia e das subsidiárias pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída à Companhia ou às suas subsidiárias, na condição de tomadoras de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando essas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias.

A Companhia pode, por sua vez, vir a responder pelas eventuais contingências trabalhistas e previdenciárias relativas às suas subsidiárias. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a situação financeira da Companhia e os seus resultados, bem como impactar negativamente sua imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização. Ademais, a Companhia e suas subsidiárias podem ser objeto de fiscalizações do Ministério do Trabalho e Previdência e do Ministério Público do Trabalho e, conseqüentemente, estão sujeitas a eventual instauração de inquérito civil, assinatura de termo de ajustamento de conduta (TAC) e lavratura de auto de infração. Todos estes fatores podem ter um impacto adverso na Companhia e sua reputação, sua capacidade de se valer de benefícios fiscais e/ou de contratar com o poder público.

A Companhia não pode garantir que os seus prestadores de serviços observem integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, ambiental e anticorrupção. Logo, eventual constatação de práticas irregulares pelos fornecedores, tais como a falta de recolhimento de verbas trabalhistas e previdenciárias devidas aos respectivos trabalhadores, práticas de trabalhos abusivas ou análogas à escravidão, ou mesmo resultados indesejados provocados por acidentes de trabalho, podem impactar negativamente a imagem e reputação da Companhia e, por consequência, seus resultados financeiros e operacionais.

A Companhia está sujeita a regras trabalhistas e ao cumprimento estrito da legislação trabalhista brasileira. Além disso, uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia pode afetar as suas operações.

A Companhia depende do uso da força de trabalho nas suas atividades. A maioria dos trabalhadores é representada por sindicatos, e seus contratos de trabalho são regulamentados por convenções e acordos coletivos de trabalho. Novos acordos coletivos podem ter prazos mais curtos do que os anteriormente firmados e, se não for possível negociar acordos coletivos em termos aceitáveis para a Companhia, esta pode suportar um aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações com trabalhadores, diminuição do ritmo de trabalho ou interrupções no trabalho, que podem gerar um efeito adverso relevante nos resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Adicionalmente, segundo as leis e os regulamentos trabalhistas existentes, é dever da Companhia prover e assegurar o uso adequado de equipamentos de segurança para os seus empregados e outros indivíduos realizando atividades em seus locais de trabalho. No caso de omissão da Companhia em prover todos os equipamentos de segurança necessários ou de assegurar o seu uso adequado a Companhia pode ser responsabilizada por quaisquer acidentes que venham a ocorrer em seus locais de trabalho. Qualquer acidente nos locais de trabalho pode expor a Companhia ao pagamento de indenizações, multas e penalidades. Além disso, qualquer alteração nos atuais regulamentos de segurança pode submeter a Companhia a obrigações adicionais e acarretar o aumento das despesas relativas a equipamentos e procedimentos de segurança. A título de exemplo, alterações que imponham uma jornada de trabalho diária reduzida por razões de segurança podem resultar na redução da produtividade, forçando a contratação de empregados adicionais. Da mesma forma, disposições legais que requeiram a instalação ou a compra de equipamentos de segurança adicionais poderiam aumentar os custos da Companhia relativos à mão de obra e afetar adversamente seus resultados operacionais.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

movimentos trabalhistas relacionados em qualquer um dos fornecedores terceirizados da Companhia, podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

A Companhia e suas subsidiárias podem figurar como responsáveis solidárias pelos danos ambientais causados por seus fornecedores, o que pode impactar seu negócio e reputação.

Na esfera civil, a responsabilidade por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá ser atribuída a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da comprovação de culpa ou dolo dos agentes. Portanto, caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia (tais como supressão de vegetação e gerenciamento de resíduos) não atendam às exigências da legislação ambiental, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelos eventuais danos por elas causados. Neste cenário, a Companhia pode ser incluída no polo passivo de processos ambientais por condutas de terceiros e, eventualmente, ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, incluindo medidas de reparação do dano ambiental, o que poderá afetar adversamente os resultados e atividades da Companhia. Caso a Companhia seja responsabilizada por eventuais danos ambientais, seus resultados, imagem e reputação poderão ser adversamente afetados.

(f) aos clientes da Companhia

A Companhia possui alguns contratos relevantes com determinados clientes. O término do vínculo com tais clientes poderá causar impacto significativo na receita da Companhia.

A Companhia possui vínculos e contratos relevantes com grandes clientes em seus segmentos de atuação. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os contratos celebrados com a US Matrix Telecommunications, Inc., Bharti Airtel (UK) Limited e Grupo Claro, principais clientes da Companhia, representaram 47,3% da receita operacional bruta da Companhia. Caso tais clientes decidam por rescindir unilateralmente os contratos que celebraram (os quais possuem prazo indeterminado e podem ser rescindidos mediante simples notificação prévia e escrita de, no mínimo, 30 dias da parte contrária) ou não renovar os contratos atuais, a receita da Companhia poderá ser materialmente impactada. Para mais informações sobre os clientes responsáveis, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total da Companhia, vide item 1.5 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode experimentar diminuição na base de clientes e alta taxa de rotatividade de clientes, que podem aumentar os custos operacionais e reduzir a receita.

A taxa de aquisição de clientes pode ser afetada de forma negativa pela penetração total no mercado e pelos ciclos de vida dos produtos. O mercado brasileiro de tecnologia está enfrentando mudanças significativas em seu panorama. Diversos fatores além das pressões de concorrência podem influenciar a taxa de aquisição de assinantes e a taxa de rotatividade da Companhia, incluindo cobertura de rede, falta de serviço confiável e condições econômicas no Brasil, causando um efeito relevante adverso para a Companhia.

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado aos clientes.

As operações dependem significativamente da capacidade dos clientes de pagarem pelos serviços contratados junto à Companhia. Se a Companhia não puder realizar medidas para limitar a inadimplência de pagamento dos clientes ou que a permita aceitar novos clientes com base no histórico de crédito, a Companhia permanecerá sujeita aos valores não cobráveis vencidos e não pagos, o que pode ter um efeito adverso nos resultados de operações da Companhia.

Em caso de inadimplência recorrente de um ou mais clientes ou de um ou mais grupos de clientes, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa.

As hipóteses que podem gerar a interrupção no pagamento destes clientes ou grupos de clientes incluem rescisão de contrato por fusões ou aquisições de clientes corporativos, dificuldades financeiras nos negócios de clientes, término

4.1 Descrição dos fatores de risco

de vigência de contratos, recuperação judicial ou extrajudicial, falência de clientes, aumento do desemprego, diminuição da renda disponível, e outros, inclusive inadimplemento não justificado. Além disso, uma falha da Companhia na análise de crédito ou no acompanhamento da situação financeira destes clientes pode provocar a não identificação prévia deste e as provisões para créditos de liquidação duvidosa da Companhia podem ser insuficientes, causando um efeito relevante adverso para a condição financeira da Companhia.

Alguns dos contratos de longo prazo celebrados pela Companhia com clientes contêm disposições que permitem a rescisão unilateral de tais contratos por seus clientes.

A maior parte dos contratos de prestação de serviço com clientes da Companhia contém exigências de nível de serviço e desempenho, incluindo exigências relacionadas à qualidade dos serviços e ao tempo demandado para a conclusão deles. Caso a Companhia não cumpra de forma consistente, recorrente e sem remediação as exigências de serviço de um cliente e/ou haja falhas no curso da prestação dos serviços, os contratos poderão ser (i) rescindidos unilateralmente pelo cliente, (ii) renovados em condições desvantajosas para a Companhia, ou (iii) não ser renovados, causando um efeito relevante adverso para os negócios da Companhia.

A Companhia investe tendo como base expectativas de demandas que podem ser imprecisas devido à volatilidade econômica e resultar em receitas abaixo do volume estimado.

Qualquer variação significativa no cenário econômico brasileiro pode afetar a demanda e, portanto, as expectativas da Companhia podem se mostrar imprecisas. Por exemplo, crises econômicas podem restringir o crédito às empresas, e incertezas relacionadas com o nível de emprego podem resultar em atrasos na decisão de adquirir novos produtos ou serviços afetando toda a cadeia e, desta forma, a Companhia. Como resultado, é possível que, com base em expectativas da demanda, a Companhia faça investimentos mais altos que o necessário, dada a demanda efetiva no respectivo tempo, o que pode afetar o fluxo de caixa. Além disso, melhorias nas condições econômicas podem ter o efeito oposto. Por exemplo, um aumento na demanda que não venha acompanhado de investimentos na rede pode resultar em perda da oportunidade de aumentar a receita da Companhia ou resultar na degradação da qualidade de seus serviços, causando um efeito relevante adverso para a Companhia.

Os clientes da Companhia dependem de seus produtos e serviços para permitir que eles cumpram as leis aplicáveis, o que exige que a Companhia e seus fornecedores terceirizados monitorem constantemente as leis aplicáveis e façam as mudanças necessárias às suas soluções.

Os clientes utilizam as soluções da Companhia esperando que tais soluções garantam que certas funcionalidades cumpram as leis aplicáveis, como o gerenciamento e armazenamento de dados dos *data centers* da Companhia. Qualquer falha em tal cumprimento, bem como alterações em impostos, benefícios e outras leis e regulamentos que poderão exigir que a Companhia faça modificações significativas em seus produtos ou que atrase ou cesse as vendas de certos produtos, podem afetar adversamente a Companhia, incluindo uma redução de receitas e/ou crescimento de despesas.

Caso a Companhia não seja capaz de proteger de maneira eficiente seus sistemas e plataformas contra ataques cibernéticos, isso pode ocasionar: violações à privacidade de dados pessoais e confidencialidade de clientes (sujeitando a Companhia a todas as contingências materiais e penalidades relacionadas LGPD e a regulação de proteção de dados no Brasil); prejuízos decorrentes de danos à segurança de rede e violação de dados de clientes; conflitos com clientes; danos de imagem e sua reputação; responsabilidade de mídia e custos relacionados; processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenções, reembolsos e outros custos de indenização; custos decorrentes de gerenciamento de crises para identificação e preservação de dados, consultoria jurídica, contratação de terceiros, defesas emergenciais e indenizações; custos necessários à restauração de ambientes (custos relativos à utilização da estrutura de backup para restaurar informações ou seus sistemas); e custos relacionados a indenizações decorrentes de ações judiciais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

O setor de tecnologia está sujeito a frequentes mudanças tecnológicas. A capacidade da Companhia de continuar competitiva depende de sua habilidade de implementar novas tecnologias, o que poderá afetar seus negócios.

Empresas que atuam no setor de tecnologia devem adaptar-se às rápidas mudanças tecnológicas. As mudanças tecnológicas podem tornar os equipamentos, serviços e tecnologia da Companhia, obsoletos ou ineficientes, o que pode afetar sua competitividade e obrigá-la a aumentar seus investimentos de modo a manter sua competitividade.

Há a expectativa de que a evolução para o 5G e a *Internet of Things – IoT* tragam mudanças significativas para o setor, com a criação de novos produtos, serviços e modelos de negócios e que, ainda, impulse o surgimento de novas indústrias. É possível que esta tecnologia seja implantada no mercado a custos acessíveis, gerando uma concorrência direta a tecnologia de banda larga fixa oferecida pela Companhia. A incapacidade da Companhia de concorrer de maneira eficaz pode resultar em perda e sua fatia de mercado, afetando de maneira adversa e relevante sua receita operacional e rentabilidade.

O mercado de tecnologia e a base de clientes da Companhia podem ser afetados adversamente por mudanças na economia brasileira que tenham impacto negativo sobre o poder de compra da população e, por conseguinte, os resultados das empresas no Brasil e a atratividade do mercado brasileiro para empresas internacionais.

A base de clientes da Companhia pode ser afetada por mudanças na legislação brasileira e nas condições econômicas e financeiras no país, como o poder de compra da população, a disponibilidade, a qualidade e o custo de serviços concorrentes.

Nesses casos, as empresas com as quais a Companhia trabalha no Brasil, poderão ter suas receitas e caixa atingidos, afetando os negócios da Companhia, bem como podem afetar a qualidade do mercado brasileiro, restringindo e ou mesmo gerando impactos que levem empresas internacionais que usam a Companhia para operar no mercado brasileiro a reduzir e ou sair do mercado brasileiro, afetando os negócios da Companhia.

A forte concorrência do setor pode reduzir a participação de mercado da Companhia e prejudicar seu desempenho econômico e financeiro.

O aumento da atratividade do mercado brasileiro para a concorrência e o aquecimento do mercado em que a Companhia opera, como o IoT, pode atrair novos concorrentes, acirrando a competição e afetando o *market share* da Companhia. A Companhia enfrenta concorrência nos quatro diferentes segmentos em que atua, bem como nas regiões e países em que está presente.

O aumento de tal concorrência pode aumentar a taxa de *churn* (perda de clientes) dos clientes e prejudicar a participação da Companhia no mercado e suas margens. A capacidade da Companhia de concorrer dependerá da eficácia do *marketing*, da qualidade do serviço oferecido, da percepção dos clientes em relação aos seus diferenciais, da capacidade financeira para dar continuidade ao seu plano de investimentos, de prever e reagir rapidamente aos fatores competitivos que afetam o setor, incluindo novos serviços, mudanças na preferência dos clientes, tendências demográficas, situação econômica, estratégias de preços e descontos dos concorrentes.

Para fazer frente à concorrência, portanto, a Companhia poderá incorrer em maiores custos com propaganda, publicidade, investimentos para manutenção dos serviços atuais, investimentos em novas tecnologias, atualizações tecnológicas, bem como com atendimento aos clientes e/ou com serviços agregados que busquem representar valor e diferenciação para os clientes.

A incapacidade da Companhia de concorrer de maneira eficaz pode resultar em perda e sua fatia de mercado, afetando de maneira adversa e relevante sua receita operacional e rentabilidade.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A concorrência pode se intensificar em virtude do ingresso de novas empresas no mercado, consolidação do setor e do rápido desenvolvimento de novas tecnologias, produtos e serviços.

A eficácia da Companhia na competição nos segmentos em que atua depende do êxito de comercialização de seus serviços, da retenção de seus clientes, de seus recursos financeiros e de outros recursos (incluindo o acesso a capital) em comparação com seus concorrentes e sua capacidade de antecipar e responder aos fatores competitivos que afetam o setor, incluindo a introdução de novos serviços, mudanças nas preferências do consumidor, mudanças na regulamentação, tendências demográficas, condições econômicas e estratégias de desconto nos preços utilizadas pelos concorrentes, bem como uma adicional consolidação setorial. Não é possível prever exatamente quais fatores impactarão a competitividade da Companhia, tal como a crescente necessidade de promoções, descontos e outras iniciativas de marketing, ou quais investimentos serão necessários para desenvolver e fornecer as tecnologias, produtos e serviços necessários. Isso poderá afetar adversamente a participação de mercado e as margens da Companhia.

Adicionalmente, a intensificação da concorrência, especialmente na região de atuação da Companhia, pode resultar na redução da taxa de crescimento da Companhia, diminuição das tarifas, aumento da taxa de rotatividade de clientes, diminuição da base de assinantes, aumento de suas despesas e perda de profissionais importantes para concorrentes e/ou para outros segmentos de mercado, causando um efeito negativo sobre as atividades, resultados e condição financeira da Companhia.

Eventuais conflitos surgidos com outras companhias quanto à interconexão entre redes de prestadoras de telecomunicações podem afetar adversamente os negócios da Companhia.

A interconexão entre redes de prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo é obrigatória por disposição da Lei Geral de Telecomunicações e permite que a Companhia realize interconexão com outras redes de serviços, possibilitando atender demandas de seus clientes de VoIP e CPaaS, na forma do Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução Anatel nº 693, de 17 de julho de 2018. A Companhia pode vir a utilizar a rede de outras prestadoras de serviços de telecomunicações para possibilitá-la a fornecer seus serviços, como transporte de tráfego, DIDs (*Direct Inward Dialing* ou numeração telefônica) e tráfego local. A eficácia dos contratos de interconexão de redes, depende de homologação pela ANATEL, conforme estabelecido pela Lei Geral de Telecomunicações e regulamentação aplicável. Adicionalmente, fatores alheios à Companhia, tais como problemas nas redes de outras empresas que se interconectam na rede da Companhia, ou mesmo eventuais descumprimentos dos contratos de interconexão por tais empresas, podem, enquanto não resolvidos, diminuir a quantidade e qualidade dos serviços prestados pela Companhia, afetando seus negócios, condição financeira e resultados operacionais. A rescisão, extinção ou modificação dos acordos de interconexão estabelecidos, bem como a não conclusão de novos acordos favoráveis à Companhia podem afetar negativamente o desempenho operacional e a capacidade competitiva da Companhia.

Adicionalmente, problemas ou falhas nas redes da Companhia podem reduzir as receitas de detraf (demonstrativo de tráfego) e detrat (demonstrativo de transporte de tráfego) o que pode afetar negativamente os resultados e a condição financeira da Companhia.

Os preços de mercado de muitos dos serviços da Companhia diminuíram no passado e podem diminuir no futuro, resultando em menores receitas e margens do que prevemos.

Ao longo dos últimos anos, os preços de mercado de muitos dos serviços da Companhia diminuíram no segmento VoIP. Estas reduções resultaram da pressão do mercado e outros fatores, incluindo:

- mudanças tecnológicas e expansões de rede que resultaram em aumento da capacidade de transmissão disponível para venda da Companhia e dos seus concorrentes;
- alguns dos concorrentes da Companhia estão dispostos a aceitar margens operacionais menores a curto prazo em uma tentativa de aumentar a receita a longo prazo; e

4.1 Descrição dos fatores de risco

- aumento da participação de pequenos operadores sujeitos a menor carga tributária e a benefícios e regimes fiscais que diminuem os seus custos operacionais, e que por vezes praticam informalidade, refletindo em preços ao consumidor menores e mais atrativos e competitivos.

Para reter clientes e receita, muitas vezes a Companhia deve reduzir os preços em resposta às condições do mercado e tendências. À medida que os preços de alguns dos serviços diminuem, os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados, causando um efeito relevante adverso para a Companhia.

A evolução da tecnologia é sempre um risco à tecnologia dominante. Não apenas por poder trazer soluções disruptivas, mas também pelo descompasso da regulamentação de uso, o que pode gerar falta de regulação e vantagem competitiva para novos entrantes operando em tecnologias não licenciadas.

O setor de tecnologia é extremamente dinâmico e está em constante evolução. Novas tecnologias surgem e em alguns casos podem trazer soluções mais competitivas, não apenas em relação ao seu custo operacional, mas também em relação a estarem disponíveis antes da regulamentação de seu uso. Estes casos podem gerar distorções no ambiente de negócios em que a Companhia está inserida, provocando desequilíbrio entre as vantagens competitivas dos *players* de mercado. Situações como esta, podem trazer desvantagem para a Companhia, uma vez que esta opera em cumprimento com a regulamentação do setor, o que pode causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira.

(h) à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

Parte da oferta CPaaS da Companhia se dá para o mercado de call centers. Novas regulações neste setor podem mudar seu modelo de negócios, gerando impacto nos resultados da Companhia.

No segmento de CPaaS, parte dos clientes da Companhia são oriundos do mercado de call centers. Devido a sua atuação em áreas como cobrança, marketing, campanhas eleitorais e demandas de comunicação em massa, há em discussão normativas para regular as chamadas originadas via robôs, bem como os direitos dos consumidores de não serem perturbados por chamadas dessa natureza. Mudanças na regulação do mercado de call centers podem alterar a estrutura do seu modelo de negócios, gerando impactos nos clientes da Companhia e, dessa forma, podendo vir a causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira.

Alterações na regulamentação, cujos efeitos dependerão do comportamento dos usuários, podem vir a afetar adversamente os negócios das companhias que operam com licenças de telecomunicações.

Alterações no modelo de prestação de serviços de telecomunicações, como, por exemplo, regras de suspensão, cancelamento e reativação, podem ser aplicadas pela ANATEL. Dessa forma, a Companhia não tem como prever quando e se referidas alterações na regulamentação serão implementadas, tampouco todos os impactos dessas alterações em suas atividades, que podem ser afetadas adversamente.

Eventual elevação nos tributos incidentes sobre o setor de telecomunicações e tecnologia no Brasil e potenciais reduções ou cancelamentos de benefícios tributários vigentes, bem como alterações na legislação tributária brasileira e conflitos em sua interpretação podem afetar adversamente os resultados da Companhia, aumentando impostos que a Companhia é obrigada a pagar.

Um eventual aumento da carga tributária no Brasil pode causar efeitos adversos na rentabilidade da Companhia, incluindo a potencial perda ou redução de benefícios tributários aplicáveis à Companhia e/ou suas subsidiárias. A majoração dos impostos incidentes sobre o setor de telecomunicações e tecnologia normalmente resulta em tarifas mais elevadas para os clientes finais da Companhia, resultando em um menor uso dos serviços comercializados e prestados e/ou em perda de competitividade, conseqüentemente, numa menor receita da Companhia. Uma receita menor resulta em menores margens de lucro sobre os serviços prestados.

A legislação tributária brasileira é alterada regularmente pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. Tais alterações incluem criação de novos tributos, alterações nas alíquotas e, por vezes, criação de tributos temporários

4.1 Descrição dos fatores de risco

destinados à determinados propósitos governamentais específicos, bem como alterações na interpretação de tal legislação por tribunais brasileiros. Essas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária devida pela Companhia e a carga tributária devida pelos clientes e fornecedores, o que, conseqüentemente, terá impactos na lucratividade e até nos preços dos serviços prestados no setor de atuação da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a fiscalizações da Receita Federal de tempos em tempos. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais, gerando procedimentos e processos fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos de seus procedimentos e processos serão suficientes, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional nem que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

Atualmente, o Congresso brasileiro está analisando propostas para a implementação de uma reforma tributária, que considera, dentre outras coisas, a eliminação dos impostos federais IPI, PIS e COFINS, o imposto estadual ICMS e o imposto municipal ISS, para criar um novo imposto único, o Imposto sobre Transações de Bens e Serviços (IBS), ser aplicado sobre o consumo.

Tal reforma tributária pode também gerar modificações quanto à isenção de dividendos com a implementação de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) ou outro imposto quando do pagamento desses. Qualquer potencial tributação imposta sobre os dividendos entraria em vigor apenas no ano seguinte à promulgação da lei pertinente.

Mudanças na parte regulatória podem afetar o segmento de CPaaS-IoT, sobretudo alterações na lei de desoneração do Fistel para IoT, que tem validade de cinco anos, e decisões a respeito do roaming permanente.

O Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (“Fistel”), que tem como principal objetivo arrecadar recursos para financiar a ANATEL, constituía um dos maiores custos de aquisição para IoT até dezembro de 2020. Com a Lei Federal nº 14.108/2020, foi aprovada a desoneração do Fistel para dispositivos de IoT. Caso o prazo não seja renovado, os custos de aquisição da Companhia sofrerão forte aumento, o que pode vir a causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira dependendo das condições de negócio vigentes em 2026.

Por outro lado, a alteração da Lei Geral de Telecomunicações, que hoje proíbe o roaming permanente, pode mudar o cenário de competição decorrente de alinhamento ao posicionamento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), permitindo que empresas com operações fora do país possam explorar o mercado brasileiro sem ter que se licenciar como operadora no Brasil. Apesar das dificuldades impostas quanto ao custo operacional de roaming no Brasil, diferenças tributárias e ou referentes a legislação trabalhista e custos de insumo, podem gerar vantagem competitiva para estas empresas que atuam do exterior o que pode vir a causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira.

A extensa regulamentação e as condições impostas pelos Órgãos Reguladores do setor das Telecomunicações poderão limitar a flexibilidade da Companhia para responder às condições de mercado, concorrência e mudanças em sua estrutura de custos.

Quaisquer autoridades regulatórias que possuem jurisdição sobre nosso negócio podem implementar ou alterar regulamentações ou tomar outras ações que podem afetar adversamente as operações da Companhia e suas controladas. No ano de 2020, foram promovidas algumas inovações regulamentares, dentre as quais cabe destacar a publicação do Regulamento Geral de Licenciamento, aprovado pela Resolução Anatel nº 719, de 10 de fevereiro de 2020 (Resolução Anatel nº 719/2020), e do Regulamento Geral de Outorgas, aprovado pela Resolução Anatel nº 720/2020. Alterações nas regras que disciplinam o setor de telecomunicações no Brasil, incluindo alterações nos critérios de remuneração do uso de redes, cadastramento de estações, obtenção de outorgas e transferência de

4.1 Descrição dos fatores de risco

controle societário podem afetar significativo e adversamente os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A ANATEL é responsável, dentre outras atividades estabelecidas pela Lei Geral de Telecomunicações, por:

- Implementar a política nacional do setor e a regulamentação do setor;
- Expedir normas quanto à outorga, prestação e fruição dos serviços de telecomunicações no regime público;
- Editar atos de outorga e extinção de direito de exploração do serviço no regime público;
- Exercer, relativamente às telecomunicações, as competências legais em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações da ordem econômica, ressalvadas as pertencentes ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE;
- Arrecadação e alocação de recursos de telecomunicações;
- Regulação de taxas e tarifas;
- Fixação de padrões de serviços e equipamentos;
- Fixação de padrões técnicos de qualidade;
- Estabelecer medidas que propiciem padrões de qualidade compatíveis com a exigência dos usuários;
- Expedir normas e padrões que assegurem a compatibilidade, a operação integrada e a interconexão entre as redes; e
- Supervisão das obrigações de universalização.

Portanto, os resultados das operações, receitas e condições financeiras podem ser afetados negativamente pelas ações das autoridades brasileiras, incluindo, particularmente, o seguinte:

- Introdução de novas ou mais rigorosas exigências operacionais;
- Outorga de novas licenças de operação de serviços de telecomunicação nas áreas de outorga da Companhia;
- Atrasos na homologação de acordos; e
- Limitações antitruste impostas pela ANATEL, no âmbito de sua competência em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações da ordem econômica, e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A estrutura de regulamentação das telecomunicações no Brasil se altera continuamente. As alterações e adequações da regulamentação definidas pelo órgão regulador, neste processo de construção evolutiva do setor de telecomunicações, não podem ser previstas antecipadamente pela Companhia.

A Companhia e suas subsidiárias operam sob o regime de autorização do Estado e, portanto, à luz da estrutura de regulação, não se pode assegurar aos potenciais investidores que a ANATEL não modificará os termos da prestação de serviços da Companhia e suas subsidiárias, as quais operam segundo a regulamentação gerenciada pela ANATEL.

A Companhia, por meio de suas subsidiárias, opera sob o regime de autorização do Estado e, portanto, à luz da estrutura de regulação estatal, não se pode assegurar aos potenciais investidores que a ANATEL não modificará os termos da prestação de serviços da Companhia e suas subsidiárias. A manutenção de outorgas para a prestação de serviços de telecomunicações depende do cumprimento contínuo da regulamentação editada pela ANATEL.

Nos termos da Lei Federal nº 9.472/1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a autorização de serviço de telecomunicações poderá ser extinta por cassação, caducidade, decaimento, renúncia ou anulação, conforme as hipóteses legalmente previstas. Quando houver perda das condições indispensáveis à

4.1 Descrição dos fatores de risco

expedição ou manutenção da autorização, a ANATEL poderá extinguir a autorização por meio de cassação. Em caso de prática de infrações graves, de transferência irregular da autorização ou de descumprimento reiterado de compromissos assumidos, a outorga poderá ser extinta por meio da decretação de caducidade. Quanto ao decaimento, será decretado se, por razões de excepcional relevância pública, as normas vierem a vedar o tipo de atividade autorizada ou a suprimir a exploração no regime privado. Em relação à renúncia, trata-se de ato formal unilateral, irrevogável e irretroatável, pelo qual a prestadora manifesta seu desinteresse pela autorização.

Além disso, a Companhia é obrigada a cumprir determinados requisitos e a manter um mínimo de qualidade, cobertura e padrões de serviço. Falhas no cumprimento dessas exigências podem resultar na imposição de multas ou outras sanções administrativas, incluindo o término de suas operações ou a extinção de outorgas, inclusive por meio da aplicação da sanção de caducidade. Uma revogação parcial ou total teria um efeito adverso substancial sobre seus negócios, condição financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas.

Não é possível prever se o atual regime de regulamentação continuará a ser adotado ou se alguma mudança futura na regulamentação poderá causar um efeito adverso nos resultados operacionais da Companhia.

A fiscalização da ANATEL e o não cumprimento da regulamentação aplicável à prestação de serviços de telecomunicações podem afetar adversamente a Companhia, com reflexos em seus resultados e condição financeira.

A Companhia está sujeita à fiscalização da ANATEL com relação ao cumprimento da regulamentação aplicável aos serviços de telecomunicações oferecidos pela Companhia. Eventuais descumprimentos de obrigações normativas e dos indicadores de qualidade pela Companhia poderão afetar a qualidade dos serviços prestados, além de sujeitá-la às sanções impostas pela ANATEL, podendo afetar adversamente a Companhia, com reflexos em seus resultados e condição financeira. Todos os serviços de telecomunicações oferecidos pela Companhia também estão sujeitos à regulamentação expedida pela ANATEL e obrigações previstas nas respectivas autorizações, em especial com relação à qualidade dos serviços e direitos dos usuários.

Caso as empresas controladas pela Companhia não sejam capazes de cumprir satisfatoriamente com as obrigações de serviço relacionadas à respectiva autorização outorgada, a ANATEL pode instaurar processos administrativos sancionadores relacionados a este descumprimento.

O cumprimento da regulamentação e das obrigações aplicáveis à prestação de serviços de telecomunicações, podem resultar na aplicação de multas pela ANATEL, bem como das seguintes penalidades, sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal, conforme a Lei Geral de Telecomunicações: (i) advertência; (ii) multa com valores diversos, definidas de acordo com o serviço prestado pela autorizatória; (iii) suspensão temporária; (iv) caducidade; e (v) declaração de inidoneidade.

Ainda, em caso de descumprimento da legislação e da regulamentação aplicável, as autorizações para prestação de serviço de telecomunicações poderão ser extintas, por (i) cassação, quando houver perda das condições indispensáveis à manutenção da autorização; (ii) caducidade, em caso de prática de infrações graves, de transferência irregular da autorização ou de descumprimento reiterado de compromissos assumidos; ou (iii) decaimento, caso as normas vierem a vedar o tipo de atividade autorizada diante de razões de excepcional relevância pública.

A capacidade das empresas controladas pela Companhia de cumprir tais obrigações e metas pode ser impedida por fatores além do controle Companhia e suas Controladas e estas não podem garantir que cumprirão essas metas e obrigações no futuro ou que não serão multadas no futuro ou não terão contra si aplicada penalidade mais severa.

A Companhia e suas controladas não podem assegurar que serão capazes de cumprir integralmente cada uma das leis, regulamentos e autorizações aplicáveis ou que poderão cumprir as futuras alterações nas leis e regulamentos aos quais estão sujeitas. Esses desenvolvimentos regulatórios ou eventual falha em cumpri-los podem ter um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia, bem como os membros de sua administração, seus funcionários e representantes estão expostos a riscos em relação ao cumprimento das leis e regulamentos anticorrupção, o que pode gerar para a Companhia sanções cíveis e administrativas, além de danos à reputação, incluindo potencial responsabilização criminal para membros da sua administração, funcionários ou representantes.

A Companhia é obrigada a cumprir as leis e regulamentos brasileiros contra a corrupção, bem como leis e regulamentos sobre o mesmo assunto em jurisdições onde tem operações e seus títulos negociados. Em particular, a Companhia, os membros de sua administração, seus funcionários e representantes estão sujeitos, no Brasil, ao Decreto-Lei nº 2.848/1940, à Lei nº 8.137/1990, à Lei nº 8.429/1992, à Lei nº 8.666/1993, à Lei nº 9.613/1998, à Lei nº 12.846/2013 ("**Lei Anticorrupção**"), ao Decreto nº 3.678/2000, ao Decreto nº 4.410/2002, ao Decreto nº 5.687/2006, ao Decreto nº 8.420/2015, e às portarias e instruções normativas expedidas pela Controladoria Geral da União, assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia acompanha a implementação de políticas internas formais para o cumprimento das leis e regulamentos anticorrupção e outras potenciais violações ao seu código de conduta ética. Não há garantia de que a estrutura da Companhia seja suficiente para a prevenção de ações contrárias às leis anticorrupção relevantes e regulamentos. Assim como não se pode garantir que os funcionários, administradores, parceiros, agentes, membros do conselho fiscal, membros de comitês, e os provedores de serviços não adotarão condutas irregulares e/ou contrárias às leis anticorrupção relevantes e regulamentos, para os quais todos podem ser responsabilizados em última instância. Ainda, a Lei Anticorrupção determina que as sociedades controladoras, controladas, ou coligadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos ali previstos.

Nesse sentido, violações de leis e regulamentos anticorrupção podem levar a penalidades nas esferas administrativa, civil e penal, tais como de (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) publicação extraordinária da decisão condenatória; (iii) perdimento de bens, direitos ou valores relacionados à vantagem ilícita; (iv) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (v) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; (vi) dissolução compulsória da Companhia; (vii) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; e/ou (viii) responsabilização individual criminal dos membros da sua administração, funcionários e representantes, além de danos à reputação da Companhia ou outras consequências legais, causando um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira.

A Companhia não pode garantir que suas políticas e procedimentos internos serão suficientes para prevenir ou detectar quaisquer práticas inadequadas, fraudes ou violações da lei por parte de suas subsidiárias, funcionários, diretores, executivos, parceiros, agentes, fornecedores e prestadores de serviços, nem que tais pessoas não tomarão medidas que violem suas políticas e procedimentos. Quaisquer violações pela Companhia ou qualquer uma de suas subsidiárias, funcionários, diretores, diretores, executivos, parceiros, agentes, fornecedores e prestadores de serviços das leis antissuborno e anticorrupção ou regulamentos de sanções podem ter um efeito adverso material em nos negócios da Companhia, sua reputação, resultados de operações e condição financeira.

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("**CPC**") e as normas internacionais de relatório financeiro ("**IFRS**") são emitidas pelo International Accounting Standards Board ("**IASB**"). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, os quais poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras sejam alteradas em razão de novos

4.1 Descrição dos fatores de risco

pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia.

Caso a Companhia e suas controladas deixem de ser consideradas prestadoras de pequeno porte para os fins da regulamentação da ANATEL, a Companhia estará sujeita a obrigações e exigências regulatórias adicionais às que está sujeita atualmente

Nos termos do artigo 4º, inciso XV, do Plano Geral de Metas de Competição (“PGMC”), aprovado pela Resolução Anatel nº 600/2012 e alterado pela Resolução Anatel nº 694/2018, as prestadoras de serviços de telecomunicações serão consideradas prestadoras de pequeno porte (“PPP”) quando pertencerem a grupos econômicos que detenham participação de mercado nacional inferior a 5% em cada mercado de varejo que atua. Conforme interpretação do Ato nº 6.539/2019, as prestadoras de serviços de telecomunicações que não pertencem aos Grupos Econômicos da (i) Telefônica, (ii) Grupo Telecom Américas, ao (iii) Grupo Telecom Itália, ao (iv) Grupo Oi e ao (v) Grupo Sky/AT&T, serão consideradas PPPs, como é o caso da Companhia e suas controladas. Publicado em outubro de 2019, há previsão de que o Ato Nº 6.539/2019 fosse revisado no prazo mínimo de dois anos, o que não ocorreu até o momento.

Nos termos da regulamentação da ANATEL, as PPPs estão sujeitas a um regime mais simplificado de obrigações regulatórias. Além das PPPs, a regulamentação da ANATEL também estabelece a figura dos grupos econômicos com Poder de Mercado Significativo (Poder de Mercado Significativo – “PMS”), cuja identificação considera os seguintes critérios: (i) participação de mercado; (ii) capacidade de explorar as economias de escala do mercado relevante; (iii) capacidade de explorar as economias de escopo do mercado relevante; (iv) controle sobre infraestrutura cuja duplicação não seja economicamente viável; e (v) atuação concomitante nos mercados de atacado e varejo.

A partir da identificação dos grupos com PMS, a ANATEL determina a incidência de medidas regulatórias assimétricas, que consistem em obrigações que devem ser cumpridas pelos grupos com PMS como forma de minimizar a probabilidade de exercício de poder de mercado e incentivar e promover a livre competição no setor. As medidas regulatórias assimétricas que podem ser impostas pela ANATEL se dividem nas seguintes categorias: (i) medidas de transparência; (ii) medidas de tratamento isonômico e não-discriminatório; (iii) medidas de controle de preços de produtos de atacado; (iv) medidas de obrigação de acesso e de fornecimento de recursos de rede específicos; (v) obrigações de oferta de produtos de atacado nas condições especificadas pela Anatel; (vi) obrigações para corrigir falhas de mercados específicas ou para atender ao ordenamento legal ou regulatório em vigor; e (vii) separação contábil, funcional ou estrutural. Apenas as prestadoras integrantes dos grupos econômicos que não são PPPs estão sujeitas às medidas regulatórias assimétricas.

Entre outras obrigações específicas para cada mercado relevante de atacado, os grupos com PMS deverão elaborar Ofertas de Referência dos Produtos para homologação pela ANATEL, que consiste na oferta pública isonômica e não discriminatória que estabelece condições para contratação de produtos no Mercado de Atacado. As medidas regulatórias assimétricas aplicáveis são das categorias de transparência e tratamento isonômico e não discriminatório, cumuladas com medidas de controle de preços de produtos de atacado.

Caso as controladas da Companhia deixem de ser consideradas prestadoras de pequeno porte – seja por meio da alteração da regulamentação da ANATEL ou por meio de reorganização societária, passando a integrar algum dos grupos econômicos cujas empresas não são considerados PPPs, a Companhia estará sujeita a obrigações regulatórias adicionais, a exemplo das obrigações acima descritas referentes aos grupos com poder significativo de mercado, que podem impactar a forma como a Companhia conduz os seus negócios por meio de suas controladas.

(i) **aos países estrangeiros em que a Companhia atua**

As operações internacionais da Companhia estão sujeitas a riscos, e qualquer deterioração nas condições políticas, econômicas e sociais dos países onde a Companhia opera e planeja operar poderá prejudicar sua condição financeira e seus resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia possui subsidiárias nos Estados Unidos da América e na França, assim como presta serviços em 31 países. Não se pode assegurar que os regimes políticos, fiscais ou legais dos países onde a Companhia opera ou espera operar não gerem aumentos nos custos ou reduzam a demanda pelos serviços oferecidos pela Companhia.

A Companhia pode ser afetada adversamente por restrições comerciais, alterações nas políticas fiscais, requisitos para licenciamento e autorizações e outros fatores que estão fora de seu controle nesses mercados, tais como: deterioração das condições econômicas; instabilidade da taxa de câmbio e desvalorização das moedas locais; política monetária; liquidez e solvência do sistema financeiro; alterações nas leis trabalhistas ou posicionamentos jurisprudenciais; alterações nas leis e políticas fiscais, incluindo royalties e o efeito das leis tributárias nas distribuições das subsidiárias da Companhia; dificuldade e custos relativos ao cumprimento das leis, tratados e regulamentos; consequências negativas resultantes de mudanças regulatórias; controles de preço ou regulamentos de fixação de preços, ou qualquer interferência dos governos locais em políticas econômicas; e outros desenvolvimentos políticos, sociais e econômicos, incluindo instabilidade política, social ou econômica, no país ou que afetem o país onde cada negócio está sediado.

A ocorrência de qualquer um desses riscos, bem como outros fatores que afetem as condições econômicas, políticas e sociais dos mercados domésticos dos países onde a Companhia atua, pode afetar negativa e materialmente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia poderá não obter ou não renovar todas as licenças em países estrangeiros de operação necessárias à condução dos seus negócios.

A Companhia não pode assegurar que as licenças necessárias ao desenvolvimento das suas atividades, expedidos pelos países estrangeiros, que devem ser obtidos e mantidos válidos, não sofram falhas em sua obtenção ou renovação no futuro, nem que serão regularmente mantidos em vigor ou tempestivamente renovados junto às autoridades públicas competentes.

A Companhia não pode prever as medidas e políticas que os governos podem vir a adotar no futuro. A incerteza sobre quais governos implementarão mudanças nas políticas ou regulamentações, ou quais serão estas eventuais mudanças, que afetem esses ou outros fatores poderá contribuir com a incerteza econômica e volatilidade elevada nos mercados de títulos e valores mobiliários, o que pode gerar um efeito adverso e relevante nos negócios, situação financeira e resultados da Companhia, bem como no preço de negociação de suas ações.

(j) questões sociais

O Instituto Escola Conectada leva internet de alta velocidade para escolas públicas, a partir do apoio de provedores locais e tem como principal financiador o Grupo Datora.

A ONG faz a ponte entre provedores e escolas públicas por meio de uma metodologia própria.

O Instituto Escola Conectada começou as suas atividades em novembro de 2020 e neste momento, segue em franca expansão, para cumprir seu propósito de impulsionar a transformação da sociedade por meio da conectividade!

A atuação do Instituto Escola Conectada é validada periodicamente por um conselho integrado.

(k) questões ambientais

O setor de tecnologia poderá ficar sujeito à regulamentação mais rigorosa e os negócios da Companhia poderão sofrer efeitos adversos.

O poder público pode editar novas normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes para empresas do setor de tecnologia, incluindo a Companhia. Em tal caso, a Companhia poderia incorrer em gastos adicionais para fins de adequar suas atividades a estas novas regras. Além disso, no âmbito de expansão de seus negócios a Companhia poderá passar a estar sujeita ao licenciamento ambiental.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nesse caso, a Companhia não pode garantir que conseguirá obter eventuais licenças e autorizações ambientais que venham a ser requeridas, bem como não pode assegurar que a legislação ambiental não se tornará cada vez mais restritiva e complexa, o que pode exigir da Companhia investimentos adicionais na melhoria e adequação de suas atividades. Os gastos para cumprimento das atuais e futuras leis e regulamentos, além de demoras ou indeferimentos na emissão de licenças ambientais ou dispensas, podem prejudicar as atividades, resultados operacionais ou a situação financeira da Companhia.

O gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos gerados pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia está sujeita ao gerenciamento de seus resíduos sólidos, nos termos da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 (“**Política Nacional de Resíduos Sólidos**”), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Tendo em vista que os resíduos sólidos gerados poderão, em função de sua natureza, gerar impactos à atmosfera, solo, água subterrânea e ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final, fica a Companhia responsável pela segregação, armazenamento, transporte e destinação final de resíduos ou disposição final de rejeitos de forma ambientalmente adequada, podendo também ser obrigada a reparar qualquer sorte de danos ambientais decorrentes da gestão inadequada de tais resíduos.

O processo de descarte de resíduos está sujeito à fiscalização dos órgãos ambientais competentes. Caso deixe de observar e cumprir as condições exigidas pela legislação ambiental em relação ao gerenciamento adequado de resíduos sólidos, a Companhia pode sofrer a imposição de sanções como multa, suspensão parcial ou total de atividades, e proibição de contratar com o Poder Público, potencialmente impactando a obtenção, pela Companhia, das autorizações necessárias à condução de suas atividades, o que pode afetar adversamente as suas operações, resultados financeiros e reputação.

Penalidades podem ser aplicadas se a Companhia deixar de cumprir as condições exigidas pela legislação ambiental em relação ao gerenciamento adequado de resíduos sólidos, o que pode afetar adversamente as suas operações, resultados financeiros e reputação.

(I) questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Como ocorreu em março de 2020, quando a OMS decretou a pandemia decorrente do COVID-19, e que caberia aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo.

Tais restrições aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer em caso de novas pandemias, surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do coronavírus (“COVID- 19”), a Zika, o Ebola, a febre aftosa, a gripe suína, a gripe aviária, etc., podem ter um impacto relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Outra preocupação crescente é sobre as alterações climáticas quanto aos impactos causados pelo aumento das temperaturas globais, mudança dos padrões de tempo e a maior frequência e gravidade dos climas extremos e desastres naturais.

Diante dessa preocupação é possível que sejam estabelecidas novas medidas legais que imponham novas obrigações à Companhia e à economia em geral. Tais obrigações poderão resultar em aumento do custo da energia

4.1 Descrição dos fatores de risco

e do transporte. Eventual aumento das pressões regulatórias e/ou sociais sobre este poderá gerar custos adicionais à Companhia.

(m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores

A Companhia entende que não há outros riscos além dos já citados.

- **fatores macroeconômicos**

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado dos últimos eventos mundiais (desdobramentos dos efeitos da COVID) pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

A incerteza contínua nos mercados financeiros globais e na economia global pode negativamente afetar os resultados financeiros da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas e emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Os resultados operacionais da Companhia e a situação financeira podem ser negativamente afetados, devido, dentre outras, às seguintes condições econômicas globais, se:

- os clientes cancelam, adiam ou renunciam às compras de nossos serviços;
- os clientes não podem nos fazer pagamentos em dia;
- a demanda e os preços de nossos serviços são reduzidos devido a ações de nossos concorrentes ou de outra forma;
- os principais fornecedores nos quais a Companhia confia não estão dispostos ou não podem fornecer os materiais que precisa para a rede em tempo hábil ou em termos que a Companhia considere aceitáveis; ou
- as contrapartes financeiras, provedores de seguros ou outras contrapartes contratuais podem não cumprir, ou não cumprem, os compromissos contratuais perante a Companhia.

A Companhia está exposta a riscos decorrentes de oscilações nas taxas de juros, que poderão afetar negativamente sua situação financeira e seus resultados operacionais.

A Companhia e suas controladas estão expostas a perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, principalmente as dívidas referenciadas em Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”) e Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”). Esse risco está atrelado predominantemente aos empréstimos e aos financiamentos que a Companhia e suas controladas contratam junto a instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimentos e crescimento.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Alguns dos passivos da Companhia têm taxas de juros indexada ao CDI, o que gera uma exposição às oscilações de mercado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha R\$42 milhões em endividamento bancário, dos quais 7,8% estavam sujeitos a instrumentos ligados à taxa CDI. Caso esses índices e taxas de juros venham a subir, poderão afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Instabilidades de grandes grupos econômicos no mercado de capitais que deflagrem pedidos de recuperação judicial e ou situação de default em suas obrigações também podem provocar volatilidade na liquidez do mercado gerando aversão ao risco por parte dos investidores e bancos, bem como aumentando os custos de captação.

A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia ao preço e na ocasião desejados.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de suas ações.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países da União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes, bem como conflitos referentes a relacionamentos comerciais entre países, podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Por conseguinte, a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e no momento desejados poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das ações da Companhia. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações da Companhia poderão prejudicar o valor de negociação das ações da Companhia.

A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

O Brasil já experimentou, no passado, índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de controlar a inflação ou até mesmo por receio e especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas. Esse

4.1 Descrição dos fatores de risco

cenário contribuiu diretamente para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

O Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com histórico de altas taxas de juros, o que pode restringir a disponibilidade de crédito e reduzir o crescimento econômico. Uma das consequências deste combate à inflação é a variação significativa das taxas de juros oficiais no Brasil na sua medição acumulada de doze meses, que variaram de 6,3% a.a. em 31 de dezembro de 2018, % 6,06% a.a. em 31 de dezembro de 2019, 2,86 em 31 de dezembro de 2020, e 4,52% em 31 de dezembro de 2021 e 12,49% a.a. em 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (COPOM).

Nesse sentido, o Brasil continua sujeito a variações inflacionárias e por conseguinte a volatilidade nas taxas de juro sem consequência da intervenção do governo no mercado de câmbio e na definição da taxa de juros pela autoridade monetária . O risco para a Companhia é o de que caso o Brasil volte a experimentar índices de inflação elevada, a Companhia não seja capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos do aumento da inflação sobre a sua estrutura de custos, o que poderá desencadear em um aumento nos custos e redução da margem operacional líquida da Companhia, bem como esta alta na taxa de juros gere instabilidade no mercado de crédito, seja via sua liquidez, seja via alta nos custos.

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, pode afetar adversamente as atividades da Companhia e o preço de mercado de suas ações.

O Governo Federal intervém com frequência na economia brasileira e, ocasionalmente, faz mudanças significativas na política, nas normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias e seus regulamentos diversos. As medidas do Governo Federal e da autoridade monetária para controlar a inflação e outras políticas e regulamentos muitas vezes envolvem, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controles de preço, desvalorizações de moeda, controles de capital, limites sobre importações e outras medidas.

Com os acontecimentos políticos e econômicos recentes, e o aumento da pressão sobre o Governo Federal por modificações e reformas na economia nacional por meio de mudanças nas políticas fiscais, creditícias e tarifárias, podem ser realizadas mudanças com impactos adversos que não podemos prever no momento. Frente ao momento imprevisível, não é possível antever o impacto das reformas nos negócios da Companhia. Os negócios da Companhia, a sua posição financeira, o resultado de suas operações, as suas perspectivas de negócios, bem como o valor de mercado das ações de sua emissão podem ser impactados negativamente por novas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores como:

- instabilidade social, econômica e política;
- contração da economia brasileira;
- controles cambiais e restrições de remessas ao exterior;
- inflação;
- taxas de juros;
- flutuação cambial;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- política fiscal, política monetária e alterações na legislação tributária;
- racionamento de água e energia;
- leis e regulamentos aplicáveis ao setor no qual a Companhia atua;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- interpretação de leis trabalhistas e previdenciárias; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal e da autoridade monetária nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro e de capitais. Assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão eventualmente prejudicar as atividades da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados operacionais, podendo inclusive afetar adversamente a negociação das ações de emissão da Companhia.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países da União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Os preços das ações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para a Companhia. Crises em outros países emergentes, bem como conflitos referentes a relacionamentos comerciais entre países, podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de emissão da Companhia, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Por conseguinte, a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e no momento desejados poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das ações da Companhia. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial ações da Companhia poderão prejudicar o valor de negociação das ações da Companhia.

Crises econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

O Brasil tem apresentado instabilidades econômicas causadas por distintos eventos políticos e econômicos observados nos últimos anos, com a desaceleração do crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”) e efeitos em fatores de oferta (níveis de investimentos, aumento e uso de tecnologias na produção etc.) e de demanda (níveis de emprego, renda etc.). Conseqüentemente a incerteza sobre se o governo brasileiro vai conseguir promulgar as

4.1 Descrição dos fatores de risco

reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia tem levado a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo.

A economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, em não sendo bem-sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. Nos últimos anos, o cenário político brasileiro experimentou uma intensa instabilidade em decorrência principalmente da alta polarização entre partidos de direita e de esquerda que impactaram o balanceamento de poder no congresso gerando mais dificuldade para os governos eleitos de seguirem com sua agenda. Esta polarização gerou os atos de 8 de janeiro de 2023 com a invasão das instituições dos 3 poderes no Brasil.

O potencial resultado desta polarização e das responsabilizações quanto aos atos de 8 de janeiro podem gerar um impacto negativo sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira e t pode afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como o preço de negociação de nossas ações. As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

Além disso, o Congresso brasileiro está analisando um novo arcabouço fiscal e propostas para a implementação de uma reforma tributária, que considera, dentre outras coisas, a eliminação dos impostos federais IPI, PIS e COFINS, o imposto estadual ICMS e o imposto municipal ISS, para criar um novo imposto único, o Imposto sobre Transações de Bens e Serviços (IBS), ser aplicado sobre o consumo.

Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa os resultados operacionais da Companhia.

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar, e a instabilidade da taxa de câmbio pode ter efeito negativo significativo sobre os resultados operacionais da Companhia. Por exemplo, a moeda brasileira durante as últimas décadas experimentou variações frequentes e significativas em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras. . Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de câmbio de venda do Dólar foi de R\$ 5,357 por US\$ 1,00 refletindo a depreciação do Real em relação ao dólar norte-americano e os valores do ano anterior e em 31 de dezembro de 2022, 5,139 com valorização do real.

Variações cambiais abruptas poderão causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira, tendo que parte significativa da receita líquida é proveniente dos clientes atribuídos a países estrangeiros.

As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar também pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, por conta da retração no consumo e aumento dos custos da Companhia. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil, nem dispõe da capacidade de prevê-la. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, eventuais aquisições de equipamentos, e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Qualquer rebaixamento da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências, Fitch BB- perspectiva estável, Standar&Poor's BB-1, perspectiva estável e Moody's Ba2, perspectiva estável. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. Poderão ocorrer outros rebaixamentos no caso do prolongamento ou do agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores. Qualquer novo rebaixamento das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias da Companhia.

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises, inclusive relacionadas ou não ao surto do Coronavírus (COVID-19), nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações de emissão das ações da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis sob quaisquer condições.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países emergentes resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo serem incapazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação das ações da Companhia, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China e União Europeia. Ainda, eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de nossa emissão. Adicionalmente, o risco de default de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados.

Adicionalmente, estamos sujeitos às oscilações do preço do petróleo, o qual, caso aumente, poderá afetar o mercado de commodities e de energia no Brasil e no mundo, o que por sua vez poderá afetar toda a cadeia de produção, logística e consumo, elevando nossos custos operacionais e as despesas dos consumidores e, portanto, afetar adversamente nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado diretamente o mercado de ações.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 - Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos.

- 1) A Companhia poderá sofrer com falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos expondo a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.
- 2) A Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócios.
- 3) A Companhia está sujeita a erros, atrasos ou falhas de medidas de segurança de tecnologia da informação ("TI"), que poderão também ser violadas ou comprometidas, além de estar sujeita a indisponibilidades imprevistas de sistema de TI, que podem resultar em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.
- 4) A falta de disponibilidade de financiamento para o programa de investimentos da Companhia pode afetar a capacidade competitiva, negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.
- 5) Pandemias como a da COVID-19 e sua extensão podem produzir impactos voláteis e imprevisíveis sobre receita bruta, métricas financeiras e operacionais e os resultados da Companhia.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 - Descrição dos principais riscos de mercado

Define-se como riscos de mercado a possibilidade de perdas devidas às flutuações adversas dos preços e taxas de mercado, entre outros, sobre a situação financeira da Companhia, suas controladas, e o valor de seus instrumentos financeiros.

As principais fontes de risco de mercado são, substancialmente, oriundas de: juros pré-fixados, juros em moeda estrangeira, juros reais, câmbio, inflação, ações, *commodities* e suas volatilidades. A Companhia apresenta abaixo os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas.

Risco Cambial

Os riscos cambiais estão relacionados com a possibilidade de aumento de custos com contratos em moeda estrangeira, tendo uma relação direta com a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, o Grupo monitora frequentemente a variação das taxas de câmbio e busca negociar as melhores taxas de fechamento com as instituições financeiras, visando reduzir o impacto dessas variações no fluxo de caixa cambial.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade realizada pelo Grupo considerou uma valorização de 6,5%, do Real (R\$) em relação ao Dólar (US\$) e de 11,9% em relação ao Euro (EUR), correspondentes à avaliação da Administração de possíveis variações nas taxas de câmbio.

A Administração utiliza as projeções de taxas de câmbio das principais instituições financeiras do mercado, Banco Itaú, Banco Santander, Banco Bradesco, Banco ABC e Boletim Focus.

(em R\$ mil)	Exposição (Em milhares de EUR/US\$)	Impacto (perda) - Em milhares de reais- I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Contas a receber de clientes e outros recebíveis (US\$)	406	(147)	530	1.059	(530)	(1.059)
Fornecedores e outras contas a pagar (US\$)	(714)	259	(931)	(1.863)	931	1.863
Exposição líquida (US\$)	(308)	112	(402)	(804)	402	804
Contas a receber de clientes (EUR)	-	-	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar (EUR)	(91)	68	(126)	(253)	127	254
Exposição líquida (EUR)	(91)	68	(126)	(253)	127	254

Risco da Taxa de Juros

O Grupo obtém empréstimos e captação de empréstimos junto às instituições financeiras e está exposta a taxas de juros. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é indexado pelo CDI, neutralizando parcialmente o risco de taxa de juros.

Análise de sensibilidade

O Grupo realizou análises de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade às mudanças nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas na data do balanço. O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. As aplicações financeiras são atualizadas pela variação do CDI enquanto os empréstimos e financiamentos são atualizados pela variação do CDI e taxas pré-fixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras vinculadas, e títulos para negociação com investidores neste mercado. A análise de sensibilidade para as taxas de juros com o aumento e diminuição de 25% e 50% nos números é a seguinte:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Exposição patrimonial (em R\$ mil, exceto %)	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em	I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
			31/12/2022					
1 – Ativo financeiro								
Investimentos de curto prazo	10.599	CDI	13,65%	1.447	1.809	2.171	1.085	724
2 – Passivo financeiro								
Capital de giro	(2.425)	CDI	13,65%	(331)	(414)	(497)	(248)	(166)
		Efeito		1.116	1.395	1.674	837	558

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 - Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como processos individualmente relevantes nos quais a Companhia figura no polo passivo: (i) processos com valor individual igual ou superior a R\$ 2.000 mil; e/ou (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor total provisionado para contingências era de R\$ 391 mil, integralmente referente a contingências cíveis. Não havia na data qualquer valor provisionado para contingências trabalhistas, tributárias ou Regulatórias.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Processos de natureza tributária

Dentre os processos de natureza tributária individualmente relevantes para a Companhia, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

Processo nº 4.062.231-9	
a. juízo	Administrativo
b. instância	3ª instância (Recurso Especial)
c. data de instauração	03/12/2015
d. partes no processo	Autor: SEFAZ/SP Réu Datora Telecomunicações Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.376.108,87
f. principais fatos	O processo tem como objeto a exigência de ICMS por suposta ausência de recolhimento do imposto sobre operações inadimplidas de telecomunicação. Em 12/01/2016 foi proferida decisão que julgou procedente a autuação fazendária para manter integralmente os termos do Auto de Infração. Em 18/02/2016 foi protocolado Recurso Ordinário. Em 03/10/2018 foi publicada decisão que negou provimento ao Recurso Ordinário, decretando a procedência do Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM). Em 14/11/2018 foi protocolizado Recurso Especial e Pedido de Retificação do Julgado. Em 10/12/2018 foi publicado despacho de admissibilidade indeferindo a Petição de Retificação do Julgado e deferindo o Recurso Especial. Em 10/01/2019 a Fazenda Pública apresentou contrarrazões face ao Recurso Especial da Companhia. Em 28/04/2021 foi protocolada petição para requerer a imediata intimação da Fazenda do Estado de São Paulo para que proceda à retificação do status dos débitos consubstanciados no AIIM nº 4.062.231-9, a fim de que estes passem a constar com exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151, inciso III do Código Tributário Nacional e, por conseguinte, não representem mais óbice para a expedição da Certidão de Regularidade Fiscal. Atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Especial.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até a data da apresentação deste formulário não havia decisões de mérito.
h. estágio do processo	Administrativo
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pelo valor
k. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão final desfavorável, a discussão poderá ser levada ao judiciário. Caso, sobrevenha nova decisão final desfavorável, o impacto consistirá no desembolso de valores.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 4.139.787-3	
a. juízo	Administrativo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	21/12/2020
d. partes no processo	Autor: SEFAZ/SP Réu: Datora Telecomunicações Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.680.576,07
f. principais fatos	O processo tem como objeto a exigência de ICMS em função de (i) suposta ausência de recolhimento do ICMS no montante de R\$423.973,30 no período de novembro e dezembro de 2017, em razão da escrituração a menor de valores devidos por CFOP nos livros fiscais; (ii) suposta ausência de recolhimento de ICMS no valor de R\$15.035,00, no período de setembro a novembro de 2017, em razão da aplicação de alíquota menor do que a efetivamente devida; (iii) suposta ausência de recolhimento de ICMS no valor de R\$8.536,81, no período de setembro a outubro de 2017, em razão de terem sido apontados na GIA valores inferiores aos escriturados; (iv) suposto creditamento indevido de ICMS no montante de R\$ 953.869,83, no período de janeiro a março de 2016 e maio de 2016, em razão das notas fiscais apresentadas não corresponderem aos serviços tomados; (v) suposta ausência de emissão de notas fiscais no valor total de R\$ 2.825.432,83, no período de junho de 2016 a julho de 2017, referente aos serviços de telecomunicação; e, (vi) suposta ausência de escrituração de notas fiscais de serviços de telecomunicação no valor de R\$ 39.359,41, no período de janeiro a julho de 2016 e março de 2017.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até a data da apresentação deste formulário não havia decisões de mérito.
h. estágio do processo	Administrativo
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pelo valor
k. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão final desfavorável, a discussão poderá ser levada ao judiciário. Caso, sobrevenha nova decisão final desfavorável, o impacto consistirá no desembolso de valores.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos de natureza regulatória

Dentre os processos de natureza regulatória individualmente relevantes para a Companhia, destacam-se:

Processos nº 53500.037883/2021-71 e 53500.032183/2019-76	
a. juízo	Administrativo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	23/04/2021
d. partes no processo	Autor: ANATEL Réu: Datora Telecomunicações Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 480.000,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de Processo Administrativo de Descumprimento de Obrigação instaurado pela ANATEL, em cumprimento da decisão constante do Despacho Decisório nº 78/2021/COGE/SCO em que alegada a existência de indícios de uso indevido de recursos da rede, em desconformidade com o Regulamento Geral de Numeração (Resolução nº 709/2019) e Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (Resolução nº 426/2005), consistente na prática de <i>spoofing</i>.</p> <p>O referido processo, se deu no âmbito da denominada “Operação Spoofing”, onde um usuário de um cliente da Companhia, utilizou dos meios do serviço deste cliente para usar a falsa identificação do número telefônico. No âmbito do processo a Anatel detectou que existia fragilidade no sistema telefônico de todas as empresas de telefonia, não sendo um problema pontual da Companhia. No desenrolar da fiscalização regulatória, a Companhia desenvolveu ações de mitigação do problema e em conjunto com a Anatel desenvolve ações para que o problema de falsa identificação de número telefônico seja banido de toda rede de telecomunicações do Brasil. O processo está em andamento em fase de alegações finais.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Aguarda o julgamento da defesa apresentada na via administrativa
h. estágio do processo	Administrativo
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pela matéria
k. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão final desfavorável, poderá ser aplicada advertência, multa, obrigação de não fazer, suspensão temporária, bem como poderá haver impacto de imagem da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Processos nº 53500.036062/2018-12	
a. juízo	Administrativo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	08/08/2018
d. partes no processo	Autor: ANATEL Réu: Datora Telecomunicações Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 391.000,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de PADO instaurado contra a DATORA TELECOMUNICAÇÕES por suposta geração artificial de tráfego o que geraria o descumprimento das obrigações do art. 29, do Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução n.º 410, de 11 de julho de 2005.</p> <p>Referido PADO teve origem na Reclamação Administrativa nº 53500.021815/2014-61 que teve por objeto a alegação da TELEFÔNICA de que a DATORA, na qualidade de prestadora do STFC, estaria fomentado a geração de tráfego artificial, com objetivo de auferir receita indevida a título de remuneração por interconexão e, que teve fim após acordo firmado e integralmente pago, entre as partes.</p> <p>Entretanto, a área técnica, após, sinalizar a aplicação da correta metodologia de Descumprimento de Obrigações Contratuais para o caso, o que representaria uma multa de R\$ 2.471,27, conforme cálculo juntado no processo, no Informe 46, considerou a conduta como grave e enquadrou nos arts 8º, VII,9º, 29 do RGI e art. 152 da LGT, chegando a uma multa inicial de R\$ 1.600.000,00.</p> <p>O fato é que a multa no valor de 1,6M representa valor desproporcional quando comparado com a ROL informada pela empresa e constante dos sistemas da Anatel, representando ainda 22% do EBITIDA da DATORA.</p> <p>Contra esta decisão, apresentamos Recurso Administrativo.</p> <p>Assim, ao avaliar as razões expostas pela DATORA, a área técnica, com o objetivo de proteger a atividade econômica, afastou a aplicação do art. 18§2º do RASA e aplicou o art. 18§4º, conforme Informe 621 /2019/COGE/SCO reduzindo a multa para R\$ 29.314,32 (vinte e nove mil, trezentos e quatorze reais e trinta e dois centavos).</p> <p>O PADO foi então sorteado para o Conselheiro Vicente Aquino, que após pedir nova diligência (Memorando 34) e emitir novo Informe (202), aumentou novamente a multa para R\$ 391.346,30 sob a alegação de que "dada a gravidade da infração praticada, neste caso é razoável e proporcional que o valor da multa aplicada seja calculada de acordo com a hipótese do art. 18, §4º, do RASA, na forma solicitada na presente diligência."</p> <p>Assim, foi feito o recálculo considerando como valor base da multa 5% (cinco por cento) da ROL declarada pela Prestadora no SFUST para o ano de 2018 e a aplicação de um fator temporal associado ao tempo de duração da conduta reprovada, chegando-se ao valor de 391K.</p> <p>Multa paga na data de 22/04/2022.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Deferido aumento da multa para R\$ 391.346,30 sob a alegação de que "dada a gravidade da infração praticada, neste caso é razoável e proporcional que o valor da multa aplicada seja calculada de acordo com a hipótese do art. 18, §4º, do RASA.
h. estágio do processo	Extinto por pagamento
i. chance de perda	Provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Não Aplicável

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão final desfavorável, além da multa, poderá haver impacto de imagem da Companhia.
---	--

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que nenhum dos processos descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência teve valor provisionado.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas neste item 4 do Formulário de Referência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia tem uma Política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 24/08/2021.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

Estabelecer as diretrizes, os mecanismos e responsabilidades a serem observados com relação ao processo de gerenciamento de risco da Companhia com vistas a identificar, avaliar, priorizar e gerenciar riscos.

Descrever o processo de gerenciamento de risco, os procedimentos de comunicação e as responsabilidades dos principais órgãos societários da Companhia.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração, está em processo de implementação.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

As práticas de controles internos adotadas pela Companhia estão de acordo com a complexidade de seus negócios e atividades e visam garantir (i) o atendimento à legislação e aos regulamentos aplicáveis, e (ii) a qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia.

Para tanto, a Companhia adota diretrizes a serem seguidas para assegurar a gestão e a disseminação dos seus controles internos, de modo a mitigar os riscos de perdas financeiras e desgaste da reputação institucional, e assegurar o cumprimento das regulamentações existentes.

Ainda assim, os diretores afirmam que a Companhia está em processo de implementação da estrutura de governança para melhor gerenciamento dos riscos e para melhoria contínua do ambiente de controle interno.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

O departamento de contabilidade, por meio da coordenação contábil, é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, atendimento aos auditores independentes e redação das notas explicativas. O processo de revisão das demonstrações financeiras é realizado pela área de reportes, dentro da estrutura de contabilidade, mas sobre coordenação diferente. A Companhia implementou um sistema no qual todos os lançamentos manuais são revisados e aprovados antes de serem lançados no ERP da Companhia, o sistema chama-se PZM Lançamentos Manuais. O módulo PZM lançamento manuais funciona da seguinte maneira: (i) o time contábil vai inputar as informações na plataforma; (ii) Os valores passarão pela revisão e posterior aprovação do especialista contábil e gerente contábil, de acordo com a política de alçada; e (iii) Somente após ter passado por todas as etapas, os lançamentos contábeis são inseridos no ERP da Companhia.

Participam também do processo de revisão o Diretor Financeiro e a diretoria executiva. Conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2021, foi aprovada a instalação do Comitê de Auditoria, como membro de assessoramento do Conselho de Administração, o qual entrará em funcionamento na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado. As deficiências de controles são monitoradas periodicamente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

As deficiências de controles identificadas em trabalhos de auditoria são consolidadas pelo departamento de contabilidade, e apresentadas à Diretoria, responsável pela validação do relatório de consolidação, o qual, após tal validação, é reportado ao Conselho de Administração.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes obtiveram o entendimento dos processos relacionados ao sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022 com o objetivo de determinar a natureza, época e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não com finalidade de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Neste sentido, os auditores independentes da Companhia, emitiram, em 30 de abril de 2023, o “Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos” para aprimoramento dos controles internos

5.2 Descrição dos controles internos

elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras da Companhia, que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis da Companhia e suas controladas.

As deficiências significativas identificadas no referido relatório foram as seguintes:

- (i) Melhorias no processo de emissão de notas fiscais de faturamento
 - Ausência de um controle de monitoramento quanto à identificação do cumprimento das obrigações de desempenho realizadas ao final de cada período de reporte (*revenue cut off*)
 - Cancelamento de notas fiscais: Verificamos um volume de cancelamentos em notas fiscais durante o ano de 2022, sendo parte dos cancelamentos referente a emissão de notas fiscais com valores incorretos e referente a faturamento em duplicidade, dados cadastrais desatualizados de clientes, erros de digitação e repasse sobre redução de ICMS.
- (ii) Processo de fechamento contábil
 - Preparação do balancete contábil: a asseguaração dos dados apresentados no balancete envolve a elaboração de reconciliações contábeis em que documentos suportes (origem da informação) são confrontados com o saldo contábil afim de se verificar se os valores foram registrados adequadamente;
 - Os dados quantitativos das demonstrações financeiras são obtidos a partir do balancete e de planilhas eletrônicas preparadas, manualmente, para suportar a apresentação dos saldos do balanço patrimonial, demonstrações de resultados, demonstrações de resultados abrangentes, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado e notas explicativas.
 - Preparação dos textos das notas explicativas para atenderem os requerimentos de divulgações da base elaboração das demonstrações financeiras (BR GAAP e IFRS). Nessa etapa são utilizados “bonecos” (demonstrações financeiras elaboradas em períodos ou exercícios anteriores), em que os números e textos são atualizados para o exercício corrente.
 - Revisão do documento final, com a compilação de todas as informações produzidas (quantitativas e qualitativas).
- (iii) Assuntos relacionados a revisão dos especialistas em TI
 - Falha no processo de concessão de acesso aos novos colaboradores: A administração possui falhas na formalização e tempestividade sobre a gestão de novos acessos dos colaboradores e terceiros aos sistemas e ferramentas da Companhia. Esse controle faz-se aplicável para as camadas de tecnologia, tais como rede, aplicação e Banco de Dados, envolvendo acessos regulares, genéricos e das contas de super-usuários. É importante ressaltar que esse controle também suporta transferência de profissionais e terceiros, de maneira a endereçar o risco de acúmulo de acessos;
 - Falha na tempestividade na revogação de acesso: A Companhia possui falhas na formalização e tempestividade sobre a gestão de ex-colaboradores e terceiros aos sistemas e ferramentas da Companhia. Esse controle faz-se aplicável para as camadas de tecnologia, tais como rede, aplicação e Banco de Dados. Para os casos de ex-colaboradores com acesso ativo, não há controles de análise de impacto, a fim de avaliar se os acessos foram utilizados indevidamente;
 - Fragilidade nas parametrizações de senhas: Fragilidade nos requisitos de complexidade para criação e alteração de senhas, para acesso ao ambiente de rede, ferramentas, sistemas e Banco de Dados;
 - Falha na gestão de contas genéricas e privilegiadas: A administração não possui controles para atribuição formal e utilização de contas genéricas e com perfis privilegiados ao ambiente de rede,

5.2 Descrição dos controles internos

ferramentas, sistemas e Banco de Dados. Também não identificamos controles de monitoramento sobre as atividades executadas por essas contas.

- Ausência de análise de segregação de funções no momento da concessão dos acessos e revisão de perfis: A administração não possui controles sobre a gestão de novos acessos dos colaboradores e terceiros aos sistemas da Companhia, de maneira que seja verificado se os acessos/perfis liberados estão de acordo com as atividades desempenhada por estes profissionais e, caso não seja possível a criação de perfis livres de conflito, a existência de controles compensatórios (automáticos ou manuais) para mitigação dos riscos. É importante que essa avaliação de segregação de funções/acessos críticos seja avaliada no momento da concessão e transferência dos acessos e que, periodicamente, exista um processo formal de revisão dos perfis e dos acessos. Embora tenha ocorrido a implementação de uma revisão de acesso, esse processo ainda não contempla segregação de funções e formalização dos requisitos de C&A
- Falha no processo de gerenciamento de mudanças: Falha no processo de geração de uma lista sobre o universo de mudanças ocorridas durante o período de auditoria. Há também falhas na gestão do ciclo de mudanças e segregação de funções.
- Falha no registro e monitoramento das operações computacionais: A administração não possui inventário e a gestão de processos automáticos (procedures, batch, robôs, backup, etc.) e interface entre os sistemas, de maneira a fornecer conforto sobre a integridade e precisão das informações
- Cyber: A administração não possui controles formais de segurança e perímetro, de maneira a tratar de maneira preventiva e reativa os principais requisitos de cyber segurança que afetam a Companhia.

Diante deste cenário, os auditores independentes recomendaram:

- Melhorias no processo de emissão de notas fiscais de faturamento e reconhecimento de receita (cut-off): Recomendamos que a Administração implemente controles que permitam a imediata identificação dos serviços prestados conciliados com os respectivos faturamentos dentro do período de competência da prestação de serviços para evitar possíveis distorções nas demonstrações financeiras.
- Processo de fechamento contábil: Devido a importância dos controles para o processo de elaboração de demonstrações contábeis, recomendamos que a Administração implemente ferramentas automatizadas para elaboração das informações a serem incluídas nas demonstrações financeiras, forneça treinamentos recorrentes à equipe de preparação/revisão e implemente atividades e controles de revisão destas informações por profissionais pelas áreas envolvidas, ou seja, das áreas onde as informações são originadas. Adicionalmente, recomendamos que a Administração implemente durante o fechamento contábil mensal o controle de preparação e revisão das conciliações contábeis, a fim de que todos os saldos contábeis sejam analisados e confrontados com as respectivas documentações suportes, como relatórios financeiros e afins. Tais medidas tendem a reduzir os riscos acerca de distorções relevantes.
- Ambiente de TI (aplicável a todas as empresas) recomendamos as seguintes ações: Treinamento dos profissionais envolvidos; Aprovação formal e por alçada competente antes da liberação dos acessos; Retenção de documentação suporte; Avaliar a possibilidade de implementação de uma ferramenta específica para gestão de acesso, desenvolvimento interno ou a utilização da ferramenta de Help-Desk para formalização dos chamados; Monitoramento do controle, de maneira a avaliar desvios e melhorias; Estabelecer análises de impacto, com documentação suporte, para os casos onde foi identificado problemas de tempestividade, de maneira a avaliar se os acessos estão de acordo com as responsabilidades dos profissionais; Definição de requisitos de complexidade, tais como, tamanho de senha, histórico, complexidade, utilização máxima, bloqueio por tentativas inválidas e desbloqueio por profissionais adequados; Avaliar a implementação de Single-Sign-On ou customizações para os sistemas que não tenham a possibilidade de implementar os requisitos de complexidade; Avaliar a

5.2 Descrição dos controles internos

implementação de requisitos mais robustos para as contas com perfis privilegiados; Utilização de cofre de senha e conceitos de FireFighter para utilização das contas; Definição de não utilização de contas genéricas para perfis críticos (Aprovações, etc.) Utilização de controles formais para utilização, com aprovação e uso por período definido, além de monitoramento pós uso, para os acessos críticos; Inventário das contas genéricas e com perfis privilegiados, incluindo contas nativas, com o motivo e responsável por sua utilização; Estabelecer uma documentação suporte, contendo os riscos de segregação e acessos críticos da Companhia. Essa documentação, bem como os acessos dos usuários devem ser periodicamente revisados (incluindo procedimentos de C&A – Completeness & Accuracy) das bases utilizadas nas revisões); Criação de controles compensatórios para os perfis que não estiverem livres de conflitos; Criação de um inventário de interface e rotinas automáticas; Definição de um processo para criação e alteração de rotinas automáticas e interfaces (O fluxo de GMUD pode ser utilizado); Criação de um comitê de crise e fluxo interno de comunicação; Criação de DRP; Avaliar os mecanismos de proteção contra vazamento de informações, criptografia dos equipamentos; etc. Confirmar que a Companhia possui mecanismos para detecção e retomada do ambiente, bem como a continuidade das operações, tais como backup, restore, espelhamento, etc.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os Diretores da Companhia avaliaram e concordaram com todas as recomendações constantes do relatório dos auditores independentes. Visando à implementação de tais recomendações, a Companhia, por meio de seu Comitê de Auditoria, elaborou planos de ação destinados a mitigar cada uma das deficiências significativas apontadas pelos auditores independentes, conforme descritos abaixo:

- Melhorias no processo de emissão de notas fiscais de faturamento e reconhecimento de receita (cut-off): Com o intuito de minimizar a intervenção manual no processo de faturamento, bem como aumentar a precisão de obrigação performada, a Administração efetuará o seguinte procedimento: - Ao longo dos últimos exercícios sociais, a Administração vem intensificando a aplicação de recursos financeiros, e direcionando as áreas de projeto e faturamento para o desenvolvimento de soluções sistêmicas com o objetivo de reduzir significativamente a intervenção manual no processo de faturamento.
- Processo de fechamento contábil: Com o intuito de minimizar o risco de erro no processo de fechamento contábil, a Administração conduziu ou conduzirá as seguintes abordagens (i) Em 2022, a Administração contratou a plataforma PZM – Enterprise Controle Internos, cujo objetivo é automatizar as conciliações contábeis. A plataforma terá interface com o ERP da Companhia e suas controladas, e de forma sistêmica será possível acompanhar e visualizar todo o processo de conciliação contábil, ou seja, desde a preparação das conciliações contábeis, endereçamento das diferenças encontradas, pontos de revisões, e datas e nomes dos profissionais que prepararam e revisaram as conciliações contábeis. (ii) Com o intuito de minimizar o risco de erro no processo de consolidação das informações contábeis e conversão de balanços patrimoniais, a Administração efetuará os seguintes procedimentos: a) Em 2023, a Administração implementará uma plataforma sistêmica, no qual terá interface com o ERP (Enterprise Resource Planning), de modo que toda a consolidação contábil e conversão de balanço patrimoniais, ocorrerá de forma sistêmica, ou seja, sem intervenção manual, diminuindo significativamente o risco de erro na elaboração das informações contábeis consolidadas; (iii) O processo de preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas será direcionado da seguinte forma: a) As balancetes da Companhia e suas controladas serão concluídos até 9º dia útil; b) A consolidação das informações contábeis será concluída até o 10º útil; c) A área de “report contábeis”, com base em um checklist de divulgações contábeis, vai preparar as demonstrações financeiras; d) Após concluída as demonstrações financeiras serão submetidas para a revisão do gerente contábil da Companhia; e) Em seguida, as Demonstrações Financeiras serão revisadas pelo Diretor Financeiro; f) Após concluída toda a etapa de revisão, e endereçamento dos pontos de revisão, as Demonstrações Financeiras serão apresentadas para a revisão dos auditores independentes, conseqüentemente para o conselho

5.2 Descrição dos controles internos

administrativo da Companhia e suas controladas. A Administração entende com a implementação do processo de segregações de funções, na etapa de Demonstrações Financeiras, o risco de erro será remoto. (iv) Com o objetivo de manter o time contábil atualizado, bem como expandir os seus conhecimentos contábeis, ao longo dos exercícios sócias, é concedido ao time contábil e financeiro, treinamentos técnicos de atualização de norma, e expansão de conhecimento. O processo está em linha com a NBC PG 12 (R2) – Educação Profissional Continuada na Companhia.(v) A Companhia implementou um sistema, no qual todos os lançamentos manuais são revisados e aprovados antes de serem lançados no ERP da Companhia, sistema denominado PZM Lançamentos Manuais. O módulo PZM lançamento manuais funciona da seguinte maneira: a) o time contábil vai imputar as informações na plataforma; b) Os valores passam pela revisão e posterior aprovação do especialista contábil, gerente contábil e diretor financeiro, de acordo com a política de alçada; e c) Somente após ter passado por todas as etapas, os lançamentos contábeis são inseridos no ERP da Companhia. Com os processos e controle que foram e que serão implementados e aprimorados, a Administração julga que mitigará risco de erros nas Demonstrações Financeiras.

O Ambiente de TI da Companhia:

Adicionalmente às implementações realizadas ao longo de 2022, conforme situação observada durante o processo de auditoria, em com destaque para itens como automação do processo de faturamento, melhorias na gestão de acessos e usuários, novas políticas de informação definidas e em execução, gestão de senhas e parâmetros de acesso, bem como utilização de diretório em nuvem, processos mais robustos para a registro e aprovação de desenvolvimentos e customizações sistêmicas, melhor versionamento de códigos-fonte, gestão aprimorada de incidentes técnicos, bem como incidentes de segurança cibernética (sem ocorrências de segurança no período), incluindo a implementação de um Centro de Operações de Segurança e maior capacitação dos times técnicos e dos colaboradores de forma geral,.

A Companhia possui em sua programação, na forma de projetos estruturados ou de atividades diárias, a mitigação e correção dos principais itens de atenção considerados importantes, ao longo do ano de 2023, conforme detalhamento abaixo:

- Gerenciamento de perfis, contas e acessos (Concessão, revogação, contas genéricas ou privilegiadas, revisão dos perfis e segregação de funções):
Serão priorizadas as consolidações dos processos que garantam a previsibilidade e repetibilidade de acordo com os parâmetros estabelecidos nos normativos criados especificamente para este item. Serão feitas ações de treinamentos dos envolvidos; criação de alçadas para casos em que haja um risco maior e ritos sumários para ações conhecidas e de baixo risco; inventários de contas nos sistemas críticos serão criados complementados por informações que permitam o devido acompanhamento; por fim, serão definidos os indicadores para acompanhamento dos processos e identificação de potenciais desvios;
- Gerenciamento de mudanças:
Apesar de termos um processo de Gerenciamento de Mudanças (GMUD) com relativo grau de maturidade, trabalharemos no aprimoramento da formalização dos processos, documentação e controles que comprovem aderência às melhores práticas de governança. Desta forma é preciso escrever a política, definir e formalizar as regras e fluxos, treinar os envolvidos, definir critérios de testes, rollback e acompanhamento da eficiência, bem como definir a governança sobre documentação de suporte, definir papéis e funções em prol de uma maior segregação entre demandantes e executores;
- Maior atuação em segurança cibernética:

Em 2022 não tivemos qualquer incidente crítico no quesito segurança, em função principalmente dos esforços realizados ao longo do ano para aumentar o nível de maturidade em cyber segurança de acordo com o framework CISv8. O trabalho em 2023 focará em manter o que foi conquistado e alavancar ainda mais o nível de maturidade principalmente com ações de criação dos planos formais de Recuperação de Desastres e

5.2 Descrição dos controles internos

Continuidade dos Negócios, criação dos fluxos internos de acionamentos e comunicação assim como a formalização de Comitê de Crise para tratamento de eventuais casos de maior impacto;

- Adicionalmente outros tópicos que identificarmos como relevantes e se mostrarem oportunos poderão ser antecipados e realizados também durante o ano de 2023.

Os demais pontos de atenção e sugestões obtidas, consideradas em nossa análise como de menor criticidade, prioridade ou risco segundo nossa matriz de riscos, serão trabalhados mediante o planejamento de médio e longo prazo do grupo, com expectativa de atuação a partir do ano de 2024.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui seu compromisso com a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A fim de consolidar as diretrizes que pautam sua atuação corporativa, a Companhia estruturou algumas de suas práticas em seu Código de Ética e Conduta, o qual foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2021 e retificado em 18 de outubro de 2021.

O Código de Ética pode ser acessado: (i) sede da Companhia: Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34006-056; e (ii) internet: site da Companhia (ri.datora.net), site da CVM (www.gov.br/cvm) e site da B3 (www.b3.com.br).

Além disso, a Companhia faz o acompanhamento das práticas voltadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

O Código de Ética tem por finalidade proteger a Companhia de atos impróprios, seja pelo seu caráter preventivo ou sancionador, prezando sempre pela imagem da Companhia, pela proteção do ambiente de trabalho, pelo tratamento profissional e harmonioso com os clientes, colaboradores e fornecedores e pela postura íntegra perante as autoridades públicas.

O Código de Ética é aplicável a todos os colaboradores do Grupo Datora, composto por empresas coligadas que têm a Datora Participações como acionista comum, bem como terceiros e deve ser observado por todos da Companhia, incluindo seus acionistas, conselheiros, diretores, empregados, colaboradores, estagiários ou aprendizes, quaisquer prestadores de serviços contratados para executar atividades no interesse da Companhia, como também demais representantes do Grupo Datora que atuem em qualquer das afiliadas, coligadas e controladas dos quais a empresa participe.

Todos os destinatários do Código de Ética devem recebê-lo e assinar um termo de compromisso e adesão comprometendo-se a cumpri-lo em sua totalidade, e devem estar cientes de que eventuais desvios de suas disposições ou de outras normas internas do Grupo Datora, seja por ação, omissão ou complacência, constitui base para uma medida disciplinar, podendo ensejar o término do vínculo empregatício.

Os líderes são incentivados ao debate sobre postura ética, íntegra, verdadeira e transparente, apoiando os seus liderados quando estes relatarem condutas que acreditam ser violações às leis ou aos princípios da Companhia.

A reavaliação de riscos e adaptação de políticas será realizada anualmente ou sempre que houver demanda das estruturas organizacionais envolvidas ou mudanças relevantes na Companhia.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A Companhia conta com uma estrutura de monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos, a qual é composta pela área de *Compliance* da Companhia, da Diretoria e do Conselho de Administração. Todas as áreas são responsáveis por monitorar e controlar os riscos aos quais a Companhia pode estar sujeita, bem como por implementar e melhorar continuamente os procedimentos internos de integridade da Companhia.

(iii) código de ética ou de conduta

O Código de Ética é aplicável a todos os colaboradores do Grupo Datora, composto por empresas coligadas que têm a Companhia como acionista comum, bem como terceiros e deve ser observado por todos da Companhia, incluindo

5.3 Programa de integridade

seus acionistas, conselheiros, diretores, empregados, colaboradores, estagiários ou aprendizes, quaisquer prestadores de serviços contratados para executar atividades no interesse da Companhia, como também demais representantes do Grupo Datora que atuem em qualquer das afiliadas, coligadas e controladas dos quais a empresa participe.

Caberá a todos os destinatários do Código a participação em atividades e treinamentos quanto ao conteúdo do Código de Ética, a serem realizados periodicamente sempre que a Companhia entender necessário. Todos os destinatários do Código de Ética devem recebê-lo e assinar um termo de compromisso e adesão comprometendo-se a cumpri-lo em sua totalidade.

Conforme descrito no Código de Ética as sanções aplicáveis serão definidas de acordo com a gravidade da ocorrência, podendo envolver (i) advertências, (ii) suspensão, (iii) rescisão contratual por justa causa ou (iv) outras medidas cabíveis conforme legislação vigente.

As medidas disciplinares podem ter caráter educativo, corretivo ou punitivo e obedecerão a proporcionalidade da gravidade do ato, consequências, responsabilidade dos envolvidos, impacto reputacional à Companhia, independentemente de sua hierarquia.

O Comitê de Auditoria é o responsável pela aplicabilidade do Código de Ética e tem a função, de avaliar e recomendar sanções por descumprimento e recomendar medidas disciplinares, além de promover atualização e adequação periódicas do Código de Ética, conforme necessário para adequá-lo à leis, regulamentos ou exigências aplicáveis.

A aplicação das medidas disciplinares será deliberada pela Diretoria da Companhia, mediante proposta do Comitê de Auditoria, considerando o resultado das investigações internas, a exposição financeira e reputacional da Companhia. Além das medidas disciplinares, a questão poderá ser judicializada no âmbito cível ou criminal, após deliberação da Diretoria.

O Código de Ética e Conduta foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2021 e retificada em 18 de outubro de 2021, e pode ser acessado: (i) sede da Companhia: Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34006-056; e (ii) internet: site da Companhia (ri.datora.net) e site da CVM (www.gov.br/cvm)

(b) canal de denúncia

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia possui, ainda, um canal de denúncia denominado “Canal de Ética”, denuncias@datora.net, para receber toda e qualquer denúncia, seja ela interna ou externa, acerca da prática de ilegais ou ilícitos, que violem ou possam violar a legislação e regulamentações vigentes, bem como eventuais violações ou suspeitas de violações às políticas e procedimentos da Companhia.

O Canal de Ética não é contratado com terceiros.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

As comunicações ao Canal de Ética podem ser realizadas por funcionários, prestadores de serviços, terceiros e pelo público em geral.

(iii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

A Companhia considera como sendo um meio de comunicação seguro, que garante a confidencialidade e preservação das informações prestadas pelos colaboradores, garantindo a boa observância das regras de anonimato e evitando qualquer retaliação ou represália ao denunciante, apesar do Canal de Ética não ser contratado com terceiros. O Canal de Ética pode ser acessado de forma on-line, no *website*: ri.datora.net.

5.3 Programa de integridade

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Os relatos são avaliados, apurados e respondidos individualmente, pela área de Governança da Companhia, com o mais absoluto sigilo, de modo a garantir o anonimato e a devida proteção do denunciante contra possíveis retaliações, as quais são totalmente repudiadas pela Companhia. Atos de retaliação devem ser imediatamente relatados e, se apurada a sua ocorrência, resultarão na aplicação de medidas disciplinares pela Companhia.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não teve nenhum caso de desvios, fraudes, irregularidade e atos ilícito praticados contra a administração pública nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4 – Alterações significativas

Não houve alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

Ainda assim, mencionamos a deflagração do conflito armado entre Rússia e Ucrânia que vem criando maior instabilidade no cenário internacional, com reflexos e maior incertezas sobre taxas de juros, câmbio e pressões inflacionárias tanto no Brasil como a nível internacional. Tais fatores podem vir a influenciar de forma negativa o desempenho dos negócios e resultados da Companhia, conforme descrito nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

Não há, atualmente, outras expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos da Companhia.

Com relação aos riscos:

“As operações da Companhia dependem de sua rede de core de VoIP, CPaaS e IoT. Uma eventual falha dos componentes core de rede pode causar atrasos ou interrupções no serviço, o que pode reduzir ou inviabilizar a capacidade da Companhia prestar os serviços adequadamente a seus clientes.”

E

A Companhia está sujeita a erros, atrasos ou falhas de medidas de segurança de tecnologia da informação (“TI”), que poderão também ser violadas ou comprometidas, além de estar sujeita a indisponibilidades imprevistas de sistema de TI, que podem resultar em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

Implementamos um ambiente cada vez mais segregado e redundante, não apenas logicamente, mas fisicamente, sobretudo para os elementos integrantes da estrutura Core e seus subsistemas periféricos. Ferramentas operacionais críticas ao negócio foram e estão sendo migradas para ambientes em nuvem, em datacenters distribuídos não apenas no Brasil, mas em outros países. Além da garantia de redundância e persistência dos serviços, existem ganhos associados à escala e a capacidade de processamento associados a esse movimento.

Cyber segurança foi um dos riscos mais trabalhados ao longo de 2022, dado não apenas o contexto da Companhia e sua indústria, mas o contexto global, cujo risco é cada vez mais crescente. O plano é constituído pela implementação de um processo de monitoramento e equipe especializada (através de consultoria) de SOC (Security Operation Center) 24x7x365, com processos formais estabelecidos de monitoramento (incluindo equipe, alertas, painéis e dashboards), controle e gestão, integrados ao ambiente operacional da Companhia. Além das implementações sistêmicas, também são realizados testes periódicos de penetração da rede (simulações de ataques) e análise da consultoria sobre os níveis de maturidade de cyber segurança da Companhia, com laudos oficiais contendo eventuais deficiências e seus respectivos planos de ação associados para correção. Atualmente a companhia se encontra em um nível de maturidade em segurança cibernética acima da média de mercado de empresas de tecnologia, conforme metodologia de controle “CIS”, que leva em consideração os controles de ativos corporativos e de software, proteção de dados, configuração segura de ativos corporativos, gestão de contas e controles de acesso, gestão contínua de vulnerabilidade, registros de auditoria, proteções de e-mail e navegadores, recuperação de dados, gerenciamento da infraestrutura de redes, monitoramento ativo e defesa da rede, testes de invasão e, por fim, conscientização e treinamento de pessoas sobre segurança.

Sobre o Risco:

Os auditores independentes da Companhia identificaram deficiências nos controles internos da Companhia e, se a Companhia não for capaz de adotar as medidas corretivas necessárias, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas ou erros, o que pode ter um efeito adverso significativo para a Companhia.

5.4 Alterações significativas

Das deficiências identificadas pelos auditores independentes nos últimos anos, sobretudo 2022, foram realizadas ações corretivas, com destaque para itens como automação do processo de faturamento (com redução significativa das intervenções manuais), melhorias na gestão de acessos e usuários, novas políticas de informação definidas e em execução, gestão de senhas e parâmetros de acesso, bem como utilização de diretório em nuvem, processos mais robustos para registro e aprovação de desenvolvimentos e customizações sistêmicas, melhor versionamento de códigos-fonte, gestão aprimorada de incidentes técnicos e maior capacitação dos times técnicos e dos colaboradores de forma geral, a Companhia possui em sua programação, na forma de projetos estruturados ou de atividades diárias, a mitigação e correção dos principais itens de atenção considerados importantes, ao longo do ano de 2023, conforme detalhamento abaixo:

- Gerenciamento de perfis, contas e acessos (Concessão, revogação, contas genéricas ou privilegiadas, revisão dos perfis e segregação de funções):
 - Serão priorizadas as consolidações dos processos que garantam a previsibilidade e repetibilidade de acordo com os parâmetros estabelecidos nos normativos criados especificamente para este item. Serão feitas ações de treinamentos dos envolvidos; criação de alçadas para casos em que haja um risco maior e ritos sumários para ações conhecidas e de baixo risco; inventários de contas nos sistemas críticos serão criados complementados por informações que permitam o devido acompanhamento; por fim, serão definidos os indicadores para acompanhamento dos processos e identificação de potenciais desvios;
- Gerenciamento de mudanças:
 - Apesar de termos um processo de Gerenciamento de Mudanças (GMUD) com relativo grau de maturidade, trabalharemos no aprimoramento da formalização dos processos, documentação e controles que comprovem aderência às melhores práticas de governança. Desta forma é preciso escrever a política, definir e formalizar as regras e fluxos, treinar os envolvidos, definir critérios de testes, rollback e acompanhamento da eficiência, bem como definir a governança sobre documentação de suporte, definir papéis e funções em prol de uma maior segregação entre demandantes e executores;
- Maior atuação em segurança cibernética:
 - Em 2022 não tivemos qualquer incidente crítico no quesito segurança, em função principalmente dos esforços realizados ao longo do ano para aumentar o nível de maturidade em cyber segurança de acordo com o framework CISv8. O trabalho em 2023 focará em manter o que foi conquistado e alavancar ainda mais o nível de maturidade principalmente com ações de criação dos planos formais de Recuperação de Desastres e Continuidade dos Negócios, criação dos fluxos internos de acionamentos e comunicação assim como a formalização de Comitê de Crise para tratamento de eventuais casos de maior impacto;

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

Informações adicionais ao item 5.1

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, onde estão definidas as diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos, incluindo as etapas de: identificação de riscos, avaliação dos riscos, mensuração dos riscos, priorização e resposta aos riscos e monitoramento dos riscos. Além disso, prevê os papéis e responsabilidades do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Diretoria e demais áreas da companhia.

A Política de Gerenciamento de Riscos foi elaborada de acordo com as diretrizes da Companhia e tem como fundamento as melhores práticas de governança corporativa, o Regulamento do Novo Mercado e as normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada: (i) sede da Companhia: Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34006-056; e (ii) internet: site da Companhia (ri.datora.net).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos da Companhia tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes, controles, procedimentos e responsabilidades relacionadas à identificação, avaliação, análise, tratamento e monitoramento dos riscos que possam afetar a Companhia, a fim de conduzir a gestão de tomada de riscos no processo decisório com o intuito de redução dos níveis de exposição, criação, preservação e crescimento de valor da Companhia.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os principais riscos a seguir, em linha com a metodologia amplamente adotada no mercado:

Risco Estratégico: risco de implementação de uma estratégia errada, inadequada ou ineficaz que deixe de atingir os objetivos da Companhia.

Risco Operacional: risco de prejuízo devido a falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoal e sistemas internos de suporte às atividades da Companhia ou, ainda, eventos externos, incluindo, mas não se limitando, risco de *compliance* associado à inadequação ou deficiência em contratos, assim como sanções devidas ao não cumprimento de leis e regulamentos e indenizações de danos causados a terceiros resultantes das atividades da Companhia. Também inclui fraudes internas e externas.

Risco Financeiro: riscos derivados da exposição a potenciais perdas financeiras, à confiabilidade dos lançamentos contábeis e das suas demonstrações financeiras e a capacidade de gestão do caixa da Companhia.

Risco Regulatório e de Compliance: risco de estar sujeito a quaisquer sanções legais de cunho reputacional ou regulatórias, ou prejuízo financeiro que a Companhia possa sofrer em decorrência de sua falha em cumprir as leis e regulamentos aplicáveis, políticas internas, códigos de conduta e padrões de boas práticas.

Risco de Tecnologia de Informação: risco relacionado à perda, ao mau uso ou à divulgação não autorizada de dados pessoais sensíveis ou informações confidenciais de clientes, fornecedores, parceiros de negócios, acionistas internos ou externos que possam causar danos ou transtornos a qualquer indivíduo, ameaçar os negócios da Companhia ou prejudicar sua reputação.

5.5 Outras informações relevantes

(ii) instrumentos utilizados para proteção

O gerenciamento do risco é um elemento crucial das estratégias da Companhia, já que fornece um processo sistemático para identificar riscos relacionados às atividades da Companhia bem como ao seu mercado de atuação. Tal processo envolve a categorização e a avaliação de cada risco e a aplicação de controles gerenciais para mitigar o risco, baseados em um julgamento acerca do impacto provável caso nenhuma medida seja tomada, combinado com uma avaliação da probabilidade de nova ocorrência do risco.

A Companhia estabelece um processo de gerenciamento de riscos que engloba os seguintes componentes:

- (i) **ambiente interno** – envolve o estabelecimento da base de como riscos e controles são visualizados e tratados pelos empregados da Companhia;
- (ii) **fixação de objetivos** – pressupõe a certificação de que a administração dispõe de um processo para fixar objetivos e que os objetivos escolhidos se alinham à missão e aos princípios da Companhia;
- (iii) **identificação de eventos** - inclui a identificação de fatores internos e externos que possam afetar adversamente as estratégias de negócios e as metas da Companhia;
- (iv) **avaliação do risco** – exige uma análise dos riscos identificados para formar uma base para determinar como deverão ser gerenciados;
- (v) **resposta ao risco** – exige que a administração implemente um conjunto de iniciativas e planos de ação para mitigar riscos quando for o caso, com base no perfil de risco na Companhia;
- (vi) **atividades de controle** – inclui o estabelecimento e a execução de políticas e procedimentos para auxiliar a garantir que a estrutura selecionada de resposta ao risco é adequada e a gestão dos mesmos seja efetivamente realizada;
- (vii) **informação e comunicação** – exige que as informações relevantes sejam identificadas, capturadas e comunicadas em formato e prazo que permitam às pessoas desempenhar suas atribuições; e
- (viii) **monitoramento** – exige revisão e atualização permanentes do processo de gestão de riscos da Companhia para garantir que esta esteja apta a reagir prontamente a circunstâncias diferentes e inesperadas.

A Companhia possui suficiente flexibilidade para reagir rapidamente e para mitigar adequadamente os riscos. A Companhia reconhece que riscos podem ser efetivamente gerenciados se essa gestão estiver incutida na cultura da Companhia.

O processo de gerenciamento do risco será realizado por meio de auditoria interna e externa visando a minimizar as consequências da ocorrência de um risco com base em impacto e probabilidade, reconhecendo-se que o risco pode não ser eliminado.

Os riscos, na etapa de identificação, devem ser categorizados por natureza (estratégica, operacional, financeira, de imagem), tipo (macroeconômico, ambiental, social, tecnológico, legal, trabalhista, cível, financeiro, conformidade) e origem (interna ou externa).

Na etapa de avaliação e mensuração, os riscos devem ser classificados pela respectiva relevância com ênfase no impacto tangível e intangível e sua probabilidade de ocorrência, devendo ser considerados os objetivos estratégicos e a cultura da Companhia, a sua aptidão aos riscos econômicos, mercadológicos e setoriais, não só de natureza financeira, mas também de natureza qualitativa relacionada ao reconhecimento de marca, reputação, imagem, ambiente de trabalho, responsabilidade socioambiental, transparência, idoneidade, etc.

Os riscos deverão ser tratados, buscando eliminá-los, preveni-los, transferi-los, mitigá-los ou aceitá-los. Para cada risco ou conjunto de riscos semelhantes, deverão ser adotadas medidas e planos estruturados de resposta aos riscos,

5.5 Outras informações relevantes

com a respectiva priorização, classificação e severidade, estimativa de custos (com a maior acuidade possível), o cronograma e as responsabilidades, para se atingir respostas adequadas.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, as funções de gerenciamento de risco, no que concerne à estrutura organizacional e de responsabilidades utilizada pela Companhia, serão desenvolvidas pelo Conselho de Administração, pela diretoria e, quando estruturadas, pela área de Auditoria Interna, pela área de Compliance e pelos Gestores Operacionais e/ou de Negócios da Companhia.

A estrutura de gestão de riscos da Companhia considera a atuação conjunta dos órgãos de governança corporativa e de gestão, de acordo com o conceito amplamente divulgado.

Será de responsabilidade do Conselho de Administração: (i) estabelecer as diretrizes gerais das estratégias de gestão de riscos da Companhia; (ii) avaliar e aprovar a matriz de riscos estratégicos e os limites aceitáveis para exposição da Companhia aos riscos (apetite a riscos); (iii) supervisionar o processo de gerenciamento de riscos, executadas pela Diretoria; e (iv) estabelecer a cultura da gestão do risco dentro da Companhia, especialmente com relação a novas iniciativas e riscos emergentes; (v) tomar as decisões principais com relação ao processo de gestão de riscos da Companhia, incluindo os que possam afetar o perfil de risco ou exposição da Companhia; (vi) avaliar a efetividade do sistema de controles internos (vii) revisar, monitorar e aprovar as estratégias gerais da Companhia para a gestão do risco e os papéis e relatórios finais; e (viii) aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia e suas futuras revisões.

Competirá à Diretoria: i) propor ao Conselho de Administração as definições gerais das estratégias de gestão de riscos; (ii) acompanhar e supervisionar o processo de gestão de riscos e as estratégias de mitigação dos riscos prioritários, através dos trabalhos das áreas de Compliance e de Auditoria Interna; (iii) avaliar, monitorar e informar periodicamente o Conselho de Administração sobre os riscos prioritários identificados pelas revisões das áreas de Compliance e de Auditoria Interna, bem como os planos de ação e recomendações aplicáveis; (iv) aprovar e acompanhar a execução do plano anual de auditoria baseado em riscos; (v) propor ao Conselho de Administração a revisão das principais políticas da Companhia, em função de mudanças significativas no ambiente de negócios, incluindo as políticas internas e o Código de Ética e Conduta; (vi) propor os papéis e responsabilidades dos agentes (pessoas) responsáveis pela governança corporativa de tratativa dos riscos, os sistemas de controles, a composição e alçadas desses fóruns, bem como a definição das políticas necessárias; (vii) comunicação e forma de interação dos eventos com os diversos públicos; (viii) promover a cultura de gestão de riscos na empresa; (ix) garantir a implantação de um modelo eficiente de gestão de riscos, alinhado aos objetivos de negócios e metas operacionais; (x) a partir das diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração, propor o nível de apetite a risco em função da relação "risco x retorno" que ela pretende assumir; (xi) avaliar, anualmente, a eficácia da Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos, e prestar contas ao Conselho de Administração a respeito desta avaliação; (xii) conduzir uma revisão periódica desta Política e apresentar quaisquer sugestões ao Conselho de Administração; e (xiii) auxiliar na elaboração dos relatórios relacionados ao Gerenciamento do Risco.

Como parte da linha de defesa, a área de Compliance, Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, será responsável por desempenhar funções de Compliance, gestão de riscos corporativos e controles internos, cujos integrantes não acumulam atividades operacionais, está encarregada de: (i) coordenar a elaboração e revisão das principais políticas da Companhia e do Código de Ética e Conduta da Companhia; (ii) definir e executar as atividades de canal de denúncias, assegurando a autonomia, sigilo, confidencialidade e um ambiente livre de retaliações; (iii) garantir a ampla divulgação e conhecimento acerca das políticas da Companhia e do Código de Conduta da Companhia; (iv) avaliar os riscos nas esferas estratégica, tática e operacional; (v) promover respostas aos riscos identificados e mensurar os riscos residuais; (vi) monitorar processos-chaves e críticos através de revisões periódicas; e (vii) salvaguardar os ativos de prejuízos decorrentes de riscos, fraudes, desperdícios e uso indevido através da adoção de controles formais. A área de Compliance, Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos reporta-se à Diretoria por meio da Diretoria Jurídica.

5.5 Outras informações relevantes

Por fim, compreendem a defesa os gestores operacionais e/ou de negócios da Companhia, os quais são encarregados de: (i) conhecer e executar o controle de acordo com as políticas e diretrizes com o objetivo de mitigar seus riscos; (ii) assegurar a implementação dos planos de ação da Companhia no tratamento dos riscos, garantindo a mitigação dos riscos por meio de controles internos efetivos e eficazes; e (iii) agir em conformidade (compliance) com as políticas e normas internas, garantindo que as operações sejam executadas de forma íntegra e com ética.

A Companhia entende que está vivenciado, neste momento, um período de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O gerenciamento de riscos na Companhia pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas numa estrutura que abarca diversas áreas da Companhia. Nesse sentido, conforme as competências indicadas neste item, a estrutura operacional de controles internos desenvolvida na Companhia permite monitorar e avaliar periodicamente os principais riscos relacionados aos seus negócios e os impactos possíveis nas operações. A Companhia entende que a estrutura organizacional e controles internos existentes ou a serem implementados são adequados ao objetivo estabelecido na Política de Gerenciamento de Riscos e para mitigar ou controlar os riscos aos quais a Companhia está exposta.

Considerando que a Companhia não possui área de auditoria interna instalada, a avaliação de estrutura e orçamento, realizada pelo Conselho de Administração ao menos uma vez ao ano prevista no artigo 23, III, do Regulamento do Novo Mercado da B3, não é aplicável.

A Companhia acredita que conseguirá, com o pleno funcionamento de suas estruturas, acompanhar os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz, exercendo atividades com os departamentos da Companhia que se façam necessários.

Informações adicionais

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não adota uma política específica de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, no entanto, a Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, a qual traz o processo de gerenciamento de riscos da Companhia de uma maneira geral.

A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada: (i) sede da Companhia: Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34006-056; e (ii) internet: site da Companhia (ri.datora.net), site da CVM (www.gov.br/cvm) e site da B3 (www.b3.com.br).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos (i) risco de mercado, que compreende o risco de câmbio e o risco de taxa de juros; (ii) risco de crédito; e (iii) risco de liquidez.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

As atividades da Companhia envolvem a aquisição de equipamentos para a sua operação e pagamentos de serviços em moeda estrangeira, ambos sujeitos à exposição cambial. Tais operações são realizadas através da proteção de hedge das atividades correntes e, sempre que favorável, das atividades não recorrentes, como alguns itens de investimentos que ocorrem em ciclos mais espaçados.

5.5 Outras informações relevantes

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

As atividades da Companhia envolvem a aquisição de equipamentos para a sua operação e pagamentos de serviços em moeda estrangeira, ambos sujeitos à exposição cambial. Tais operações são realizadas utilizando-se Non-Deliverable Forward (NDF) sem fins especulativos e cobrindo apenas os valores incorridos.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia está exposta a determinados riscos de mercado resultantes do curso normal de seus negócios, incluindo variações nas taxas de juros e taxas de inflação. Estas variações podem impactar os pagamentos dos serviços de dívida, juros, da companhia, uma vez que a Companhia opera com linhas de longo prazo e em algumas delas com posição Pós e com variação com base no DI e TJLP. Apesar do risco do impacto da alta de juros em face de altas nestas taxas, a Companhia opera num quadro e de baixa alavancagem

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não opera instrumentos financeiros exceto para os fins de proteção patrimonial das operações realizadas para fins de aquisição de equipamentos e de custos operacionais para a sua operação, conforme mencionado no item (ii) e (iii) acima.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Não há estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado. Tendo em vista a natureza de suas atividades, sua administração entende que, atualmente, não há necessidade de gerenciamento de riscos para nenhum tipo de risco de mercado que justifique uma área independente, porque, na avaliação de seus administradores, tais riscos de mercado são monitorados pelos executivos que fazem parte da diretoria.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

O gerenciamento de riscos na Companhia pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas numa estrutura que abarca diversas áreas da Companhia. Nesse sentido, conforme as competências indicadas neste item, a estrutura operacional de controles internos desenvolvida na Companhia permite monitorar e avaliar periodicamente os principais riscos relacionados aos seus negócios e os impactos possíveis nas operações. A Companhia entende que a estrutura organizacional e controles internos existentes ou a serem implementados são adequados ao objetivo estabelecido na Política de Gerenciamento de Riscos e para mitigar ou controlar os riscos aos quais a Companhia está exposta.

Considerando que a Companhia não possui área de auditoria interna instalada, a avaliação de estrutura e orçamento, realizada pelo Conselho de Administração ao menos uma vez ao ano prevista no artigo 23, III, do Regulamento do Novo Mercado da B3, não é aplicável.

A Companhia acredita que conseguirá, com o pleno funcionamento de suas estruturas, acompanhar os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz, exercendo atividades com os departamentos da Companhia que se façam necessários.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva						
029.165.157-71	Brasil	Sim	Não	23/08/2021		
Não						
710.689	0,821	0	0,000	710.689	0,821	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE						
29.768.219/0001-17	Brasil	Sim	Não	27/12/2019		
Não						
20.247.726	23,378	0	0,000	20.247.726	23,378	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Daniel Tibor Fuchs						
175.969.248-40	Brasil	Sim	Sim	23/08/2021		
Não						
18.114.960	20,916	0	0,000	18.114.960	20,916	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Eduardo Henriques Resende						
003.741.876-90	Brasil	Sim	Não	23/08/2021		
Não						
919.260	1,061	0	0,000	919.260	1,061	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Fernando Antônio Pires de Castro						
330.245.297-72	Brasil	Sim	Não	23/08/2021		
Não						
3.011.895	3,478	0	0,000	3.011.895	3,478	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Jorge Alberto Bichara de Melo						
797.010.357-04	Brasil	Sim	Não	23/08/2021		
Não						
1.441.272	1,664	0	0,000	1.441.272	1,664	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Raul Fuchs						
290.627.538-76	Brasil	Sim	Sim	23/08/2021		
Não						
14.470.843	16,708	0	0,000	14.470.843	16,708	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Samy Uziel						
166.315.788-09	Brasil	Sim	Sim	23/08/2021		
Não						
6.038.320	6,972	0	0,000	6.038.320	6,972	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Tomas Henrique Fuchs						
263.773.858-89	Brasil	Sim	Sim	23/08/2021		
Não						
21.653.451	25,002	0	0,000	21.653.451	25,002	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
86.608.416	100,000	0	0,000	86.608.416	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2022
Quantidade acionistas pessoa física	8
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

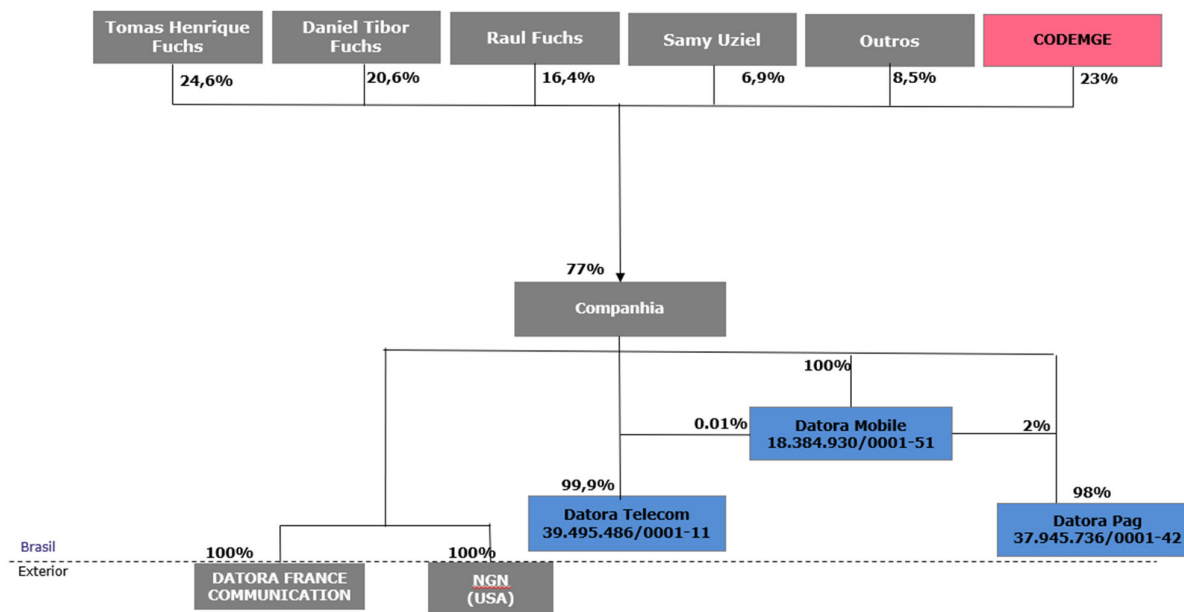
Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
DATORA FRANCE COMMUNICATION	00.000.000/0000-00	100
Datora Mobile Telecomunicações S.A.	18.384.930/0001-51	100
Datora Pag Ltda.	37.945.736/0001-42	98
Datora Telecomunicações Ltda.	39.495.486/0001-11	99,99
NGN LATAM CORP	00.000.000/0000-00	100
NGN SWEDEN COMMUNICATION	00.000.000/0000-00	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este **item 6**.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 - Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

(a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Atualmente a Companhia não utiliza políticas de indicação e preenchimento de cargos e não divulga na rede mundial de computadores para preenchimento de cargos da administração e do Conselho. Em caso de necessidade, para preenchimento de novos cargos, é contratada empresa renomada, especializada no setor.

(b) se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência

As avaliações do Conselho de Administração, da Diretoria e dos órgãos que a ele se reportam devem ser realizadas ao menos uma vez durante a vigência do mandato dos seus membros, ocorrendo costumeiramente com periodicidade anual. As avaliações abrangem tanto avaliação por órgão quanto individual.

O Conselho de Administração realizará, ao menos uma vez durante a vigência do mandato, a avaliação formal do desempenho do próprio Conselho de Administração como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração que estiverem na função por, pelo menos, duas reuniões do Conselho de Administração desde a última avaliação.

Adicionalmente, cabe ao Conselho de Administração a avaliação da Diretoria, como órgão e individual de cada um dos Diretores. O Conselho de Administração poderá, a seu critério, atribuir ao Diretor Presidente e ao Diretor Vice-Presidente da Companhia a responsabilidade de avaliar os demais membros da Diretoria.

Cabe ao Presidente do Conselho de Administração a condução e coordenação do processo de avaliação do Conselho de Administração e da Diretoria.

O resultado da avaliação como órgão colegiado será divulgada a todos os membros do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão divulgados somente ao respectivo Conselheiro ou Diretor objeto da avaliação.

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

A Companhia utilizará avaliações objetivas e subjetivas como metodologia para avaliação de desempenho do Conselho de Administração, de seus comitês de assessoramento, incluindo o Comitê de Auditoria, e da Diretoria, sendo que a avaliação objetiva poderá resultar do cumprimento de metas financeiras e comerciais, enquanto a avaliação subjetiva será realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

O processo de avaliação do Conselho de Administração e da Diretoria leva em consideração as principais responsabilidades específicas de cada órgão e os temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre a operação da Companhia e eventuais alocações de recursos, o desenvolvimento do capital humano, o monitoramento dos riscos, o direcionamento estratégico, o desenvolvimento de inovação e visão de futuro.

(iii) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração, e da Diretoria, no entanto, nos últimos três exercícios sociais não contratou tais serviços.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de identificação e administração de conflitos de interesses, tanto no Conselho de Administração, quanto na administração, pois entende que os regramentos legais em relação a esta matéria atualmente em vigor são instrumentos eficientes e suficientes para identificar, administrar e, quando necessário, coibir a tomada de decisões conflitadas pelos administradores. Tão logo identificado o conflito de interesses ou benefício particular, a pessoa envolvida afastar-se-á das discussões e deliberações, devendo retirar-se temporariamente da reunião em que o possível conflito seja levantado, até o encerramento do assunto.

(d) por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

A Companhia não possui em seus sistemas autodeclarações para identificação de gênero, cor, raça e fatores de diversidade.

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

A Companhia não possui em seus sistemas autodeclarações para identificação de gênero, cor, raça e fatores de diversidade.

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

A Companhia não possui em seus sistemas autodeclarações para identificação de gênero, cor, raça e fatores de diversidade.

(e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia não possui em seus sistemas autodeclarações para identificação de gênero, cor, raça e fatores de diversidade.

(f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Companhia, baseada em plataformas de clima e pesquisas GPTW, analisa mensalmente/anualmente todas as dimensões apontadas e gera um plano de clima onde há ações recorrentes não somente do RH quanto de cada um dos líderes para que os pontos mais críticos sejam trabalhados, bem como para manter as elevadas notas nos demais quesitos.

No final de 2022 fomos certificados pelo terceiro ano como uma empresa GPTW como recorde na nota de 8.9. Já a plataforma Pulses (www.pulses.com.br) mede as dimensões Alinhamento com a Empresa, Desenvolvimento profissional, Feedback e reconhecimento, Justiça, Bem-estar, Embaixadorismo, Felicidade, Liderança, Carreira, Estrutura, Inovação e Relacionamento interpessoal.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	6
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	5
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	3
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	3
TOTAL = 17	0	0	0	0	17

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	6
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	5
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	0	0	3
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	0	3
TOTAL = 17	0	0	0	0	0	0	17

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

(a) órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A Companhia não possui órgãos ou comitês permanentes de assessoramento ao Conselho de Administração.

(b) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia não avalia o trabalho da auditoria independente e não possui política de contratação de serviços de extra auditoria.

(c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Eventuais questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade podem ser encaminhadas através do Canal de Denúncia – denuncias@datora.net, que, ao receber alguma comunicação, é tratada e pode ser levada ao Conselho de Administração, se necessário.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome Bernardo Silvano Brandão Vianna **CPF:** 081.104.076-33 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 15/05/1986

Experiência Profissional: Bernardo Silvano Brandão Vianna é advogado, formado pela Faculdade de Direito Milton Campos de Nova Lima/MG. Trabalhou em empresas nos ramos de construção civil, mineração e saúde, atuando nas áreas de Direito Empresarial, Trabalhista e Cível. Em 2018, Bernardo se candidatou ao cargo de deputado estadual pelo partido NOVO. Após a campanha eleitoral, auxiliou na transição do Governo de Minas Gerais e a partir de janeiro de 2019 passou a ocupar o cargo de Relações Institucionais na Vice-Governadoria do Estado, assessorando o Vice-Governador Paulo Brant. Ainda, de forma voluntária, assessorou a Presidência do Servas - Serviço Social Autônomo. Em novembro de 2019, Bernardo foi nomeado Secretário de Estado Adjunto de Cultura e Turismo do Governo de Minas Gerais, função que atualmente exerce.

O Sr. Bernardo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM 50/21, de 31 de agosto de 2021, em razão do exercício do cargo de Secretário Adjunto de Cultura e Turismo de Minas Gerais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2024	1 ano, até AGO 2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		30/04/2024	Sim	28/04/2023

Nome Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva **CPF:** 029.165.157-71 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 27/02/1973

Experiência Profissional: Executivo, C-level com mais de 22 anos de experiência em setores de telecomunicações e tecnologia. Atuou em diversas posições de liderança, passando por vendas, operações, recursos humanos, produção, planejamento e finanças. Acumula mais de 6 anos de experiência na área financeira, com extensão para as áreas de Planejamento e Recursos Humanos, tendo liderado processos como Planejamento Econômico e financeiro, Planejamento Tributário, Planejamento Estratégico, Planos de Incentivo de curto e longo prazo, desenvolvimento de cultura organizacional, due diligences, valuation, modelagem e gestão de tesouraria, gestão contábil e fiscal, mercado de crédito e mercado de capitais. Experiência em negócios internacionais gerenciando unidades com base na Europa e Estados Unidos. Bagagem de reporte à conselho e mais de 6 anos conduzindo auditorias com Big4 no Brasil. Graduação em Engenharia na UFRJ, Mestrado em Administração e Estratégia na PUC-RJ, Pós em Telecomunicações no Ibmecc/RJ, Pós Graduado pelo PGA – Programa de Gestão Avançada na FDC/Insead e MBA Executivo em Finanças na Saint Paul.

O Sr. Claude não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM 50/21, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/04/2023	2 anos	Diretor de Relações com Investidores		28/04/2023	Sim	28/04/2023

Nome Daniel Tibor Fuchs **CPF:** 175.969.248-40 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 26/09/1973

Experiência Profissional: Daniel Tibor Fuchs é graduado em Computação, com MBA em Marketing pelo Insper, Sócio fundador da Companhia e é responsável pela área de inovação e por embasar o desenvolvimento da Estratégia das empresas do grupo, bem como a concepção de novos produtos e serviços baseados nas mais avançadas tendências tecnológicas. Em 1996, participou na implementação e uso da tecnologia de transmissão de Voz por redes IP (VoIP) e em 2010, da implantação das duas primeiras MVNOs do Brasil. Nos últimos anos, tem se dedicado aos desafios de TI e de Internet das Coisas (IoT), buscando integração entre plataformas especializadas, dispositivos inovadores e elementos da rede móvel. Agora em 2021, fica focado na parte de Inovação da Companhia.

O Sr. Daniel não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM 50/21, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Outros Conselheiros / Diretores	N/A	28/04/2023	Sim	28/04/2023

Nome Eduardo Henriques Resende **CPF:** 003.741.876-90 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 07/03/1973

Experiência Profissional: Eduardo Henrique Resende é Diretor da Companhia desde 2014, onde participou e foi responsável pela gestão da primeira operação de rede móvel (MVNO) brasileira. Tem vasto conhecimento e especialização em mercado de IOT, M2M, desenvolvimento de negócios, gerenciamento de projetos, vendas, marketing, estratégia e inteligência competitiva, parcerias internacionais de atacado, questões regulatórias de telecomunicações e experiência no mercado de telecomunicações, bem como em operações envolvendo startups. Trabalhou durante 16 anos na empresa de telefonia Tim Brasil, onde foi gerente sênior regulatório, gerente sênior de marketing e head de parcerias e estratégias de atacado. Eduardo é engenheiro elétrico pela Universidade de Minas Gerais e pós-graduado em telecomunicações pelo Ibmec.

O Sr. Eduardo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM 50/21, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/04/2023	2 anos	Outros Diretores	N/A	28/04/2023	Sim	28/04/2023

Nome Jorge Alberto Bichara de Melo **CPF:** 797.010.357-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 23/02/1961

Experiência Profissional: Engenheiro, formado pela Universidade Gama Filho com especialização em Análise e Projeto de Sistemas, pelo IBAM (instituto Brasileiro de Administração Municipal) em Empreendedorismo e Novos Negócios pela UFRJ. Com mais de 35 anos de experiência no mercado de telecomunicações, desenvolveu sua carreira na Embratel, onde passou por diversos cargos executivos e de gestão, como por exemplo: gestão técnica, operacional, qualidade de serviços, desenvolvimento de produtos, gestão de negócios de voz nacional e internacional. Chegou em 2010, no Grupo Datora sendo responsável pelo startup técnico e regulatório das duas primeiras operadoras no modelo móvel virtual do Brasil, após assumiu a Diretoria Financeira e atualmente exerce o cargo de Diretor atuando nas áreas de Relacionamento das Grandes Operadoras Nacionais, Regulatória e Jurídica.

O Sr. Jorge não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM 50/21, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/04/2023	2 anos	Outros Diretores	N/A	28/04/2023	Sim	28/04/2023

Nome LEONARDO ALMEIDA BORTOLETTO **CPF:** 034.317.066-30 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 06/07/1978

Experiência Profissional: Administrador, com 11 anos de experiência na área de TIC (Tecnologia da Informação e Computação). Kursou Administração de Empresas pela Universidade FUMEC e é Fundador do Clube de Permuta e Sócio da Nação Empreendedora. Possui ampla experiência em captação e relacionamento com clientes de forma estratégica, trazendo resultados e oportunidades de novos negócios às empresas. Ministra palestras há 20 anos sobre marketing digital, e-commerce, internet, inteligência digital. Presidiu uma das primeiras entidades do setor de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) no Brasil, fundada em 1965 por um grupo de usuários que se reunia para debater e buscar soluções para problemas comuns em conjunto. Atuou nos conselhos de administração e Consultivo da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, e de empresas nos segmentos mídia digital, tecnologia da informação e tecnologia. Atuou como Sócio Fundador do Clube de Permuta, criado para dar alternativa para empresas que procuram soluções criativas econômicas conquistando cada vez mais o mercado mundial e para que as empresas possam aproveitar todas as vantagens do negócio.

O Sr. Leonardo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019, em razão do exercício do cargo de Diretor Estatutário da CODEMGE

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/02/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		26/02/2024	Não	26/02/2024

Nome Leonardo Paiva Dias Garcia **CPF:** 445.774.908-70 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 08/04/1996

Experiência Profissional: O Sr. Leonardo é graduado em Ciência Contábeis pela São Judas Tadeu e, no momento, está cursando MBA em Gestão Financeira Pela Universidade de São Paulo; é registrado no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo e no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI; Com aproximadamente 8 anos de experiência nas áreas de contabilidade e auditoria, atuando em diversos segmentos de negócio (telecomunicações, varejo e construção) e tendo conhecimento em diversas normas de contabilidade e auditoria brasileiras e internacionais (BRGAAP/BRGAAS, USGAAP/USGAAS, IFRS, SOX, PCAOB e COSO), com as seguintes atribuições: - Entendimento e mapeamento de processos por área, elaboração de fluxograma, identificação de riscos, assertivas impactadas e controles que mitigam tais riscos; - Avaliação de desenho e efetividade operacional dos controles, participação ativa em reuniões junto a Alta Administração dos clientes, objetivando demonstrar deficiências e melhorias identificadas e recomendações. Afinidade com os requerimentos exigidos no COSO e na Lei Sarbanes-Oxley (SOX); - Cruzamento e revisão de reporting packages, demonstrações financeiras e consolidação, incluindo notas explicativas e análise das variações dos números apresentados; - Gerenciamento e liderança de equipes de trabalho, planejando e distribuindo atividades aos profissionais a ele subordinados, de modo a atender os prazos regulatório e dos clientes, além de fornecer feedback constantes quanto a performance da equipe; - Conhecimentos adquiridos nas normas de contabilidade IFRS e USGAAP, bem como nas recentes alterações ocorrida, principalmente IFRS 16 / ASC 842; - CRC ativo e conhecimento avançado no pacote office (Excel, Word, Power Point); e - Conhecimento em processo para abertura de capital (IPO) e em auditoria de clientes regulados pela CVM. Suas experiências profissionais são: - Stone Pagamentos S.A. (atual), líder de contabilidade gerencial; e KPMG Auditores Independentes – Firma de auditoria mundialmente conhecida, sendo uma das 4 maiores globalmente (Big Four) – (jan/15 a dez/22) aproximadamente 4 mil funcionários no Brasil, chegando a gerente de auditoria. O Sr. Leonardo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM 50/21, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2024	1 ano, até a AGO de 2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		30/04/2024	Sim	28/04/2023

Nome Lívia Maurizi Passos Araújo **CPF:** 106.200.906-18 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 27/10/1989

Experiência Profissional: Lívia Maurizi Passos Araújo é graduada em Ciências Econômicas (UFMG), MBA em Finanças (IBMEC). Atuou como consultora da Diretoria da MGI – Minas Gerais Participações, atualmente ocupa o cargo de Assessora da Presidência da Codemge.

A Sra. Lívia não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que é considerada pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM 50/21, de 31 de agosto de 2021, em razão do exercício do cargo de Assessora da Presidência da CODEMGE.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2024	1 ano, até AGO 2025	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas			Sim	28/04/2023

Nome Luiz Carlos Ribeiro de Oliveira **CPF:** 127.945.387-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 21/05/1945

Experiência Profissional: Graduado em engenharia Elétrica e de Telecomunicações desde 1976, com pós graduação em Engenharia Econômica e Segurança do Trabalho. Mais de 40 anos no mercado de telecomunicações nas áreas de operações de serviços e vendas, abrangendo estudos de viabilidade, planos estratégicos e de negócios, além de ampla visão do sistema de telecomunicações do Brasil e por 25 anos, professor da área de Telecomunicações do CEFET-RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro.

O Sr. Luiz Carlos não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM 50/21, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2024	1 ano, até AGO 2025	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador			Sim	28/04/2023

Nome Maria Angela Salustiano e Silva Oliveira **CPF:** 062.650.698-02 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheira **Data de Nascimento:** 15/01/1958

Experiência Profissional: Engenheira, formada pelo Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos - UNIFEB, com MBA em Direito Contratual pela Fundação Getúlio Vargas – GV e especialização em Compliance pelo INSPER. Com mais de 30 anos de experiência nos setores de tecnologia e telecomunicações, desenvolveu sua carreira em empresas como Metal Leve Automação, Allen Bradley – Rockwell Automation, Octel /Telesisa, onde passou por diversos cargos de gestão e executivos. Chegou em 2010 ao grupo econômico da Datora, desde então atua na área Regulatória e Jurídica.

A Sra. Maria Angela não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM 50/21, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2024	1 ano, até AGO 2025	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador			Sim	28/04/2023

Nome Plinio Villares Musetti **CPF:** 954.833.578-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 27/01/1954

Experiência Profissional: Plinio atualmente é sócio da gestora de investimentos Janos Holding, membro dos Conselhos de Administração das empresas de capital aberto Adecoagro, RaiaDrogasil, e Grupo Notre Dame Intermédica. Começou sua carreira no Grupo Villares em administração de projetos de expansão, evoluindo para a área financeira onde foi Diretor Financeiro até 1991. Por 10 anos, foi Presidente Executivo da Elevadores Atlas S.A. e posteriormente da Elevadores Atlas Schindler S.A. Em 2002 tornou-se sócio do JPMorgan Partners, braço de Private Equity do banco JPMorgan Chase e por seis anos participou de operações de investimento em empresas, desinvestimentos e gestão de empresas do portfólio. A partir de 2008 foi Presidente Executivo da Satipel Industrial S.A., tendo participado de todo o processo de fusão com a Duratex, concluído em setembro de 2009. A partir de 2010 tornou-se sócio da Pragma Patrimônio responsável pela área de Participações em empresas, que posteriormente se transformou na Janos Holding. É formado em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, com especialização pelo "Program for Management Development" da Harvard Business School (EUA).

O Sr. Plinio não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM 50/21, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Sim	28/04/2023

Nome Raul Fuchs **CPF:** 290.627.538-76 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 14/02/1979

Experiência Profissional: Raul Fuchs possui certificação de Gestão na Fundação Dom Cabral e no IMD International Institute for Management Development. Foi por 4 anos membro do Conselho de Administração da Datora Mobile Telecomunicações S.A. Atualmente é Diretor Comercial da área internacional na Datora Telecom e membro do Conselho de Administração da Datora Participações S.A. Com mais de 26 anos de experiência no mercado de VOIP e é sócio fundador da Companhia.

O Sr. Raul não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM 50/21, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Sim	28/04/2023

Nome Samy Uziel **CPF:** 166.315.788-09 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 22/06/1974

Experiência Profissional: Samy Uziel é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, com especialização em Administração Industrial pela Fundação Vanzolini. Na sua carreira atuou nas áreas de desenvolvimento de infraestrutura e da qualidade. Com mais de 20 anos de experiência no mercado de telecomunicações. Na Datora, além de fundador atuou como Diretor nas áreas de Engenharia, TI e Operações. Atualmente exerce a função de Vice Presidente da Companhia na área de Inovação e Novos Negócio.

O Sr. Samy não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM 50/21, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/04/2023	2 anos	Outros Diretores	N/A	28/04/2023	Sim	28/04/2023

Nome Sergio Lopes Cabral **CPF:** 906.498.501-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 17/09/1979

Experiência Profissional: Economista, com 12 anos de experiência nas áreas financeira e de investimentos. Gerenciou projetos na área de investimento em participações imobiliárias e mobiliárias na Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF. Atuou nos conselhos de administração e Fiscal de empresas nos segmentos de Infraestrutura, Telecom e Etanol, além de compor comitês de investimento de fundos imobiliários e de private equity. Atuou como Sócio-Diretor da Houer Capital, onde liderou a implantação do Fundo de Investimento Imobiliário de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro e Fundo de Investimento em Participações no setor de iluminação pública. Atualmente é Sócio e CEO da B2I Holding de Participações em Concessões e Parcerias Público Privada nos setores de mercados públicos, parques públicos, rodovias e energia fotovoltaica. Formado em Economia pela Universidade Católica de Brasília, Pós Graduado em Gestão de Controle Empresarial pela UFSC, com MBA em Finanças pelo IBMEC e cursou Vision Management Program pela IE Business School.

O Sr. Sergio não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM 50/21, de 31 de agosto de 2021, em razão do exercício do cargo de Diretor de Gestão de Ativos e Mercado da CODEMGE.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Sim	28/04/2023

Nome Tomas Henrique Fuchs **CPF:** 263.773.858-89 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 19/01/1977

Experiência Profissional: Tomas Henrique Fuchs é graduado em Administração de Empresas com especialização em Harvard University no curso OPM (Owner and President Management). Também é membro certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Atua como CEO da Companhia, bem como Presidente do Conselho de Administração da TelComp – Associação Brasileira das Operadoras Competitivas e membro do Conselho de Administração do Museu da Imaginação. Ademais, atuou como Presidente do Conselho de Administração da Datora Mobile Telecomunicações S.A. até dezembro de 2019.

O Sr. Tomas não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM 50/21, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/04/2023	2 anos	Diretor Presidente / Superintendente		28/04/2023	Sim	28/04/2023

Nome Vinicius Saraiva Caraça Benedito **CPF:** 406.506.808-80 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 08/11/1991

Experiência Profissional: O Sr. Vinicius possui formação acadêmica com MBA em Gestão Financeira Pela FGV e é graduado em Ciência Contábeis pela Universidade Nove de Julho. É registrado no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o no SP295505/O-9; também possui registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI sob o nº 5112; é atual membro da Comissão de Auditoria e Normas Contábeis (CANC) da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, representando a Aegea Saneamento e Participações S.A.; também é subcoordenador do Comitê Técnico de Saneamento Básico do Instituto dos Contadores do Brasil (ICBR). Possui experiência profissional consolidada pela atuação sempre em empresas de grande porte, tendo, aproximadamente, 4 anos em Big Four, com méritos e promoções antecipadas nesse período, migrando para a maior Companhia privada de saneamento do Brasil, desenvolvendo, durante esse período, funções de gestão nas áreas de controladoria, contábil e fiscal; possui domínio na elaboração e consolidação de demonstrações financeiras, tanto em BRGAAP (CPC) quanto em IFRS; realizou atuação e domínio do processo de estrutura de capital (Próprio e Terceiros), tendo já atuado na emissão de: - Bond (High Yield), através de empresa no exterior; - Debêntures locais (ICVM 400 ou ICVM 480); - Ações Preferencias; - Operações híbridas; efetivou atuação e domínio no processo listagem como Companhia aberta junto à CVM (categoria B); também esteve como especialista contábil nos processos de M;A e Novos Negócios, desde a elaboração do base case para proposta até alocação do preço pago – PPA – CPC 15 / IFRS 3 – Combinação de Negócios; Atuação também como ponto focal para discussões técnicas e/ou explicações à alta administração, Comitê de Auditoria e Conselho. O Sr. Vinicius é atualmente Controller da Aegea Saneamento e Participações S.A. – Maior empresa privada de saneamento do Brasil – (jun/18 a atual) aproximadamente 10 mil funcionários.; e KPMG Auditores Independentes – Firma de auditoria mundialmente conhecida, sendo uma das 4 maiores globalmente (Big Four) – (set/13 a jun/18) aproximadamente 4 mil funcionários no Brasil. O Sr. Vinicius não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM 50/21, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2024	1 ano, até a AGO de 2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		30/04/2024	Sim	28/04/2023

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2021, foi aprovada a instalação do Comitê de Auditoria, como membro de assessoramento do Conselho de Administração, o qual entrará em funcionamento na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado. Para mais informações sobre os membros do Comitê de Auditoria, veja o item 12.12 abaixo.

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	DANIEL TIBOR FUCHS	07.704.246/0001-93	
Diretor Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Tibor Fuchs	175.969.248-40	DANIEL TIBOR FUCHS	07.704.246/0001-93	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Presidente do Conselho de Administração e Diretor sem designação específica	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	DANIEL TIBOR FUCHS	07.704.246/0001-93	
Diretor Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Raul Fuchs	290.627.538-76	DANIEL TIBOR FUCHS	07.704.246/0001-93	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Raul Fuchs	290.627.538-76	DANIEL TIBOR FUCHS	07.704.246/0001-93	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Tibor Fuchs	175.969.248-40	DANIEL TIBOR FUCHS	07.704.246/0001-93	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Presidente do Conselho de Administração e Diretor sem designação específica	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2021**Administrador do Emissor**

Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

029.165.157-71
N/A

Prestação de serviço
Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Datora Mobile Telecomunicações S.A.
Diretor Financeiro

18.384.930/0001-51
N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Administrador do Emissor**

Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

029.165.157-71
N/A

Prestação de serviço
Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Datora Telecomunicações Ltda.
Diretor

39.495.486/0001-11
N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Administrador do Emissor**

Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

029.165.157-71
N/A

Prestação de serviço
Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Datora Pag Ltda.
Diretor Financeiro

37.945.736/0001-42
N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Administrador do Emissor**

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	029.165.157-71 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> VDF Tecnologia da Informação Ltda. Diretor	26.433.865/0001-35 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tomas Henrique Fuchs Diretor Presidente	263.773.858-89 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Datora Mobile Telecomunicações S.A. Diretor Presidente	18.384.930/0001-51 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tomas Henrique Fuchs Diretor Presidente	263.773.858-89 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Datora Telecomunicações Ltda. Diretor Presidente	39.495.486/0001-11 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tomas Henrique Fuchs Diretor Presidente	263.773.858-89 N/A	Prestação de serviço Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Datora Pag Ltda. Diretor Presidente	37.945.736/0001-42 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor

Tomas Henrique Fuchs Diretor Presidente	263.773.858-89 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
--	-----------------------	------------------------------------	---------------------

Pessoa Relacionada

VDF Tecnologia da Informação Ltda. Diretor Presidente	26.433.865/0001-35 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
--	---------------------------	------------------------	--

Observação**Exercício Social 31/12/2020****Administrador do Emissor**

Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	029.165.157-71 N/A	Prestação de serviço Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta
--	-----------------------	--	-------------------

Pessoa Relacionada

Datora Mobile Telecomunicações S.A. Diretor Financeiro	18.384.930/0001-51 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
---	---------------------------	------------------------	--

Observação

N/A

Administrador do Emissor

Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	029.165.157-71 N/A	Prestação de serviço Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta
--	-----------------------	--	-------------------

Pessoa Relacionada

Datora Telecomunicações Ltda.	39.495.486/0001-11		
-------------------------------	--------------------	--	--

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva	029.165.157-71	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Datora Pag Ltda.	37.945.736/0001-42		
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva	029.165.157-71	Controle	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VDF Tecnologia da Informação Ltda.	26.433.865/0001-35		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Datora Mobile Telecomunicações S.A.	18.384.930/0001-51		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
N/A			
Administrador do Emissor			
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Datora Telecomunicações Ltda.	39.495.486/0001-11		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Datora Pag Ltda.	37.945.736/0001-42		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VDF Tecnologia da Informação Ltda.	26.433.865/0001-35		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui apólice de seguro de responsabilidade civil para administradores da Companhia (“D&O”). Contudo, quando necessário/obrigatório será negociado com seguradoras de primeira linha, em condições usuais de mercado, visando a garantir aos administradores da Companhia o pagamento ou o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia e do pagamento de multas, penalidades e acordos contratuais e administrativos impostos aos administradores da Companhia, durante o regular exercício de suas atividades.

Nos termos de seu estatuto social, a Companhia indenizará e manterá indenidos seus membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria, dos comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam cargo ou função relevante de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente “Beneficiários”), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

A Companhia não indenizará os Beneficiários por despesas decorrentes de: (a) atos praticados fora do exercício de suas atribuições que forem conferidas pela lei, estatuto ou deliberação dos demais órgãos da Companhia; (b) atos praticados com má fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude em prejuízo à Companhia; (c) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; (d) indenizações decorrentes de ações sociais previstas no artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações, ou ressarcimento de prejuízos de que trata o artigo 11, parágrafo 5º, inciso II da Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976; e (e) outros excludentes de indenização previstos em contrato de indenidade que venha a ser firmado com os Beneficiários.

Quando solicitado, por qualquer Beneficiário, reembolso ou indenização por eventual prejuízo ou dano sofrido, nos termos do caput deste Artigo, a Companhia deverá aferir a efetividade do fato apresentado, anteriormente a qualquer decisão de concessão. Caso a Companhia delibere pelo adiantamento de despesas antes da decisão final proferida em âmbito arbitral, judicial ou administrativo, o Beneficiário ficará obrigado a devolver quaisquer valores adiantados, caso restar comprovado que o ato praticado pelo Beneficiário não é passível de indenização, nos termos deste Estatuto Social e do contrato de indenidade.

As condições e as limitações da indenização objeto do presente Artigo serão determinadas em contrato de indenidade, a ser celebrado entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, observada as disposições da regulamentação aplicável, cujo modelo padrão deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

Não obstante, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não celebrou com seus administradores qualquer compromisso de indenidade que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, e (iii) quórum de instalação:

Evento	Principais Matérias	Data	Convocação	Quórum
Assembleia Geral Extraordinária	(i) retificação e ratificação da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/12/2019.	03/02/2020	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) retificação dos itens 5.1, 5.1.1(i) e 5.1.2 da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/12/2019; e (ii) ratificação dos demais itens da referida Assembleia Geral Extraordinária.	10/02/2020	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) projeto FINTECH, empresa com finalidade de explorar serviços financeiros para atender as necessidades dos parceiros do Grupo Datora; (ii) abertura de subsidiária na França para migração dos negócios da Suécia, de acordo com o planejamento apresentado no ARCA de 09/03/2020; e (iii) criação de uma ONG – Escola Conectada, de acordo com a apresentação sugerida pela administração na ARCA de 09/03/2020.	09/03/2020	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Ordinária	(i) tomada de contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e (ii) instauração do Conselho Fiscal.	30/04/2020	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) o ingresso de sócios na subsidiária da Companhia, Datora Telecomunicações Ltda.	27/05/2020	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) renúncia de membro do Conselho de Administração; e (ii) eleição e reeleição dos membros do Conselho de Administração.	02/06/2020	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Em AGO, (i) ratificação da remuneração da Administração da Companhia para o exercício de 2020. Em AGE: (i) apresentação da posição do JCP das empresas do Grupo e do benefício fiscal esperado; (ii) absorção de prejuízos da Companhia, mediante a utilização do saldo da conta de Reserva de Capital e parte mediante redução do capital social da Companhia e (iv) alteração do artigo 5º do estatuto social e sua consolidação.	18/11/2020	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) renúncia de membro do Conselho de Administração; e (ii) eleição de novo membro do Conselho de Administração e ratificação da atual composição dos demais membros.	22/04/2021	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) alteração do endereço da sede; (ii) estabelecimento de alçada de aprovação bancária; (iii) inclusão de parágrafo 5º no artigo 24 do estatuto social para estabelecer a competência do Conselho de Administração para deliberar acerca do pagamento de Juros sobre o	24/02/2021	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%

7.8 Outras informações relevantes

	Capital Próprio (JCP); (iv) a distribuição e pagamento de JCP referente ao exercício de 2020; e (v) outros assuntos de interesse da Companhia.			
Assembleia Geral Ordinária	(i) a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2020; (ii) distribuição de dividendos e a destinação do lucro; e (iii) eleição do Conselho Fiscal da Companhia.	23/04/2021	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) renúncia de membro do Conselho de Administração; (ii) eleição de novos membros titulares do Conselho de Administração; (iii) ratificação da atual composição do Conselho de Administração; (iv) renúncia de membro efetivo e membro suplente do Conselho Fiscal; (v) eleição de novos membros titular e suplente do Conselho Fiscal; (vi) ratificação da atual composição do Conselho Fiscal; e (vii) ratificação da remuneração global do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, referente ao exercício social de 2021.	07/07/2021	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) a autorização para realizar a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria "A", perante a CVM; (ii) a autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento de Novo Mercado da B3; (iii) a realização de oferta pública inicial de distribuição de ações, a ser registrada junto à CVM ("Oferta").	24/08/2021	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) a alteração da composição do número de membros do Conselho de Administração; (ii) a eleição de membros do Conselho de Administração; (iii) a eleição, sob condição suspensiva, de novos membros do Conselho de Administração; (iv) a alteração do objeto social da Companhia; e (v) a reforma e consolidação do Estatuto Social	24/08/2021	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) retificação e ratificação da remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social de 2021; (ii) a aprovação do Primeiro Plano de Concessão de Ações Restritas da Companhia; e (iii) a aprovação do Segundo Plano de Concessão de Ações Restritas da Companhia	27/08/2021	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) conhecimento da renúncia de membro do Conselho de Administração da Companhia; (ii) eleição de novo membro para compor o Conselho de Administração da Companhia; (iii) reforma e consolidação do estatuto social da Companhia; e (iv) a retificação e ratificação da remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social de 2021.	30/11/2021	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) Remuneração de diretoria; (ii) distribuição de dividendos e JCP	22/12/2021	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao	29/04/2022	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%

7.8 Outras informações relevantes

	exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados dos pareceres dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger o Conselho de Administração e; (iv) eleger os membros do conselho fiscal. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o montante global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2022.			
Assembleia Geral Extraordinária	Alteração objeto social	09/09/2022	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Alteração objeto social	31/10/2022	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) Remuneração da Administração 2023; (ii) Incorporação da Datora Telecom pela Datora Mobile; (iii) Distribuição de JCP	15/12/2022	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%

Governança Corporativa

Código Brasileiro de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“**IBGC**”), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeram, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código Brasileiro de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- (i) capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- (ii) obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;

7.8 Outras informações relevantes

- (iii) contratação de empresa de auditoria independente que tenha prestado serviços de auditoria interna para a companhia há mais de três anos;
- (iv) conselho de administração composto por, no mínimo, um terço de membros independentes;
- (v) não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- (vi) adoção de política de gerenciamento de riscos, código de ética e conduta e política de negociação de valores mobiliários;
- (vii) definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- (viii) atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registrem as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- (ix) utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Política de Remuneração da Companhia, estabelece as diretrizes que deverão ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria (em conjunto, os “**Administradores**”), dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) da Companhia (em conjunto com os Administradores, “**Executivos**”).

A Política de Remuneração tem como principal função alinhar os interesses dos Executivos e os objetivos da Companhia, utilizando como base as melhores práticas adotadas pelo mercado. Os seus princípios norteadores são: (i) a aplicação de critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e gestão das diferentes estruturas funcionais da Companhia; (ii) assegurar o alinhamento dos incentivos aos colaboradores de maneira meritocrática e compatíveis com as responsabilidades de cada cargo; e (iii) garantir a competitividade frente o mercado de trabalho.

A Política de Remuneração pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34006- 056; e (ii) internet: site da Companhia (<https://datora.net/relacoes-com-investidores/>), site da CVM (www.gov.br/cvm) e site da B3 (www.b3.com.br).

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

A remuneração global dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) é fixada pela Assembleia Geral, sendo que, em relação ao Conselho Fiscal, a remuneração é fixada na Assembleia Geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Além disso, cabe ao Conselho de Administração determinar a proporção de cada componente da remuneração dos Executivos, dentre aqueles acima relacionados, bem como determinar a remuneração dos membros de seus Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A fixação e reajuste da remuneração consideram, dentre outros elementos, as atribuições e funções do administrador, assim como o seu desempenho, e estudos de mercado relacionados a empresas comparáveis.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

O Conselho de Administração revisita as premissas e diretrizes das práticas de remuneração adotadas pela Companhia uma vez por ano, assegurando a sua consistência e compatibilidade com as necessidades da Companhia e a realidade competitiva do mercado.

8.1 Política ou prática de remuneração

(c) composição da remuneração

➤ descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles, e seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A remuneração global dos Executivos poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) remuneração baseada em ações; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, exceto com relação aos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, os quais farão jus somente à remuneração fixa.

Ressalta-se que os Administradores poderão ter componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, dentre outras características. Ainda, os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração são remunerados de acordo com o que determinar o Conselho de Administração.

Remuneração fixa

A remuneração fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado.

Remuneração Variável

A remuneração variável tem como objetivo direcionar as ações dos Administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia, visando a atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais, de área e coletivas.

Benefícios

O pacote de benefícios tem por objetivo oferecer aos Administradores um pacote compatível com a prática de mercado.

Remuneração baseada em ações

A remuneração baseada em ações tem o condão de promover o crescimento e a lucratividade a longo prazo da Companhia, buscando o alinhamento de objetivos entre os executivos e acionistas da Companhia e proporcionando às pessoas que estão ou estarão envolvidas no seu crescimento, a oportunidade de adquirir um direito de propriedade na Companhia, estimulando essas pessoas a contribuírem e participarem do seu sucesso.

➤ Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Os membros do Conselho de Administração da Companhia renunciaram às suas respectivas remunerações referentes aos cargos de conselheiros nos últimos três exercícios sociais. Com relação ao Conselho Fiscal, este foi instalado em 29 de abril de 2022. A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total no último exercício social:

8.1 Política ou prática de remuneração

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022				
% em relação à remuneração total				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria	75%	25%	N/A	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, a remuneração dos membros da Diretoria foi integralmente suportada pela Companhia.

➤ Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O limite da remuneração global dos administradores é determinado anualmente pela Assembleia Geral de Acionistas, mediante proposta da administração da Companhia, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, conforme disposto no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, e as diretrizes da Política de Remuneração. Este valor poderá ser reajustado de acordo com as práticas de mercado ou corrigido monetariamente.

Uma vez definido o valor global da remuneração dos administradores, cabe ao Conselho de Administração distribuir a remuneração entre seus próprios membros, os membros da Diretoria e os membros dos comitês de assessoramento, observadas as diretrizes da Política de Remuneração.

➤ Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

A remuneração fixa dos Executivos é determinada com base nas melhores práticas e valores de referência no mercado, por meio de pesquisas salariais. A remuneração variável de curto prazo (ICP) está pautada em metas financeiras e comerciais, tais como crescimento de receita líquida, EBITDA, geração de caixa operacional, índice de satisfação de clientes (através do NPS de cada linha de negócio). Referidos indicadores estão diretamente relacionados com o desempenho operacional e financeiro da Companhia, capturando as metas de crescimento definidas e garantindo o alinhamento dos executivos ao planejamento da Companhia anualmente.

(i) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração pagam aos Executivos são incentivos para melhoria de sua gestão e retenção, visando ao ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(ii) membros não remunerados

Atualmente, todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, com exceção dos membros independentes do Conselho de Administração, renunciaram às suas respectivas remunerações referentes ao cargo de conselheiros.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

8.1 Política ou prática de remuneração

Nos termos da Política de Remuneração da Companhia, a remuneração dos Executivos poderá ser paga pela Companhia ou por meio de suas controladas. Nesse sentido, a prática adotada pela Companhia referente à aprovação do montante global da remuneração da administração considera a aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia, do valor total a ser suportado pela Companhia e/ou por suas controladas com relação à remuneração dos Administradores da Companhia.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração dos membros da Diretoria, que inclui salário/pró-labore, benefícios diretos/indiretos e participação nos resultados, foi integralmente suportado pela Companhia.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Exceto pelos Planos de Ações, os quais possuem eficácia condicionada à precificação da oferta de distribuição inicial de ações de emissão da Companhia (IPO), não há qualquer outra remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	3,00	9,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados em função dos cargos ocupados.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	5.537.143,71	117.000,00	5.654.143,71
Benefícios direto e indireto	0,00	757.893,50	0,00	757.893,50
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.305.796,97	0,00	1.305.796,97
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	7.600.834,18	117.000,00	7.717.834,18

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	3,00	9,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados em função dos cargos ocupados.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	5.238.545,40	117.000,00	5.355.545,40
Benefícios direto e indireto	0,00	698.023,40	0,00	698.023,40
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.253.532,55	0,00	2.253.532,55
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	15.000.000,00	0,00	15.000.000,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	23.190.101,35	117.000,00	23.307.101,35

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	3,00	9,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados em função dos cargos ocupados.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	4.007.195,00	96.850,00	4.104.045,00
Benefícios direto e indireto	0,00	564.113,03	0,00	564.113,03
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.537.699,87	0,00	1.537.699,87
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	6.109.007,90	96.850,00	6.205.857,90

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	2,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	2,00	8,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados em função dos cargos ocupados.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.655.103,00	87.750,00	2.742.853,00
Benefícios direto e indireto	0,00	473.824,00	0,00	473.824,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.306.786,00	0,00	1.306.786,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2021 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.			
Total da remuneração	0,00	4.435.713,00	87.750,00	4.523.463,00

8.3 Remuneração Variável**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	6,00		11,00
N° de membros remunerados	0,00	6,00		6,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados em função dos cargos ocupados.			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2773000,00		2.773.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	998658,22		998.658,22
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	6,00		11,00
N° de membros remunerados	0,00	6,00		6,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados em função dos cargos ocupados.			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4721000,00		4.721.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1305796,97		1.305.796,97
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	907428,85		907.428,85

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	6,00		11,00
N° de membros remunerados	0,33	6,00		6,33
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	655334,78		655.334,78
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3656768,16		3.656.768,16
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2146221,48		2.146.221,48
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1748502,15		1.748.502,15

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	6,00		11,00
N° de membros remunerados	0,00	6,00		6,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados em função dos cargos ocupados.			

EM RELAÇÃO AO BÔNUS

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	275418,00		275.418,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	15561110,70		15.561.110,70
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	918060,00		918.060,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1306786,13		1.306.786,13

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

Primeiro Plano de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de agosto de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o Primeiro Plano de Concessão de Ações Restritas da Companhia ("**Primeiro Plano de Ações**"), cujo objeto é a concessão, pela Companhia, de ações de sua emissão, as quais poderão ser concedidas a administradores, prestadores de serviços e empregados de nível gerencial da Companhia, bem como os indivíduos considerados "chave" para a Companhia indicados pelo Conselho de Administração.

Segundo Plano de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de agosto de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o Segundo Plano de Concessão de Ações Restritas da Companhia ("**Segundo Plano de Ações**") e, em conjunto com o Primeiro Plano de Ações, "**Planos de Ações**", cujo objeto é a concessão, pela Companhia, de ações de sua emissão, as quais poderão ser concedidas a administradores, prestadores de serviços e empregados de nível gerencial da Companhia, bem como os indivíduos considerados "chave" para a Companhia indicados pelo Conselho de Administração.

(b) data de aprovação e órgão responsável

Data de Aprovação: 27/08/2021

Órgão Responsável: Conselho de Administração

(c) número máximo de ações abrangidas

Primeiro Plano de Ações

O número de Ações Restritas que serão concedidas no âmbito do Primeiro Plano de Ações será definido em cada um dos programas (ou em um único programa, conforme aplicável), porém não poderá exceder o limite total de 3% das ações representativas do capital social total da Companhia na data de concessão, em bases totalmente diluídas. O número total de Ações Restritas emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Primeiro Plano de Ações deverá estar sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Segundo Plano de Ações

O número de Ações Restritas que serão concedidas no âmbito do Segundo Plano de Ações será definido em cada um dos programas (ou em um único programa, conforme aplicável), porém não poderá exceder, o limite total de 3% das ações representativas do capital social total da Companhia na data de concessão, em bases totalmente diluídas. O número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Segundo Plano de Ações deverá estar sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Os Planos de Ações são os únicos instrumentos de remuneração baseada em ações da Companhia. Dessa forma, não há opções a serem outorgadas.

(e) condições de aquisição de ações

A concessão de ações será formalizada mediante a celebração de instrumento particular de concessão entre a Companhia e o respectivo beneficiário, que deverá especificar o número de ações a serem concedidas ao beneficiário bem como o prazo, preço e demais condições para a transferência das ações, inclusive eventuais restrições impostas

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

a tais ações e opções de recompra pela Companhia, observadas as disposições dos Plano de Ações e dos respectivos programas.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Considerando que, nos Planos de Ações, o instrumento de incentivo a longo prazo é a concessão de ações, não há que se falar em fixação do preço de aquisição ou exercício.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Considerando que, nos Planos de Ações, o instrumento de incentivo a longo prazo é a concessão de ações, não há que se falar em fixação do prazo de exercício.

(h) forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer a concessão de Ações Restritas nos termos dos Planos de Ações, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado, alienando-as, sem custo para os beneficiários, nos termos da lei e regulamentação aplicável.

(i) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das Ações Restritas, podendo reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Ações Restritas.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os Planos de Ações poderão, a qualquer tempo, ser extintos por decisão do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, sem prejuízo, porém, das concessões já realizadas.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Planos de Ações

Na hipótese de desligamento por: (i) vontade própria, por meio de demissão voluntária ou renúncia ao cargo de administrador; ou (ii) vontade da Companhia, mediante justa causa nos termos da legislação em vigor, ou destituição do seu cargo de administrador por violar os deveres e atribuições de administrador, o beneficiário perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas concedidas a ele e ainda não recebidas da Companhia, restando automaticamente extintas na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização ao Beneficiário, de modo que as Ações Restritas serão automaticamente canceladas.

Na hipótese de desligamento por vontade da Companhia, por meio de demissão sem justa causa ou sem que o administrador tenha incorrido em qualquer evento que resulte em destituições por justo motivo, o beneficiário perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas concedidas e ainda não recebidas da Companhia, restando automaticamente extintas na data de desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização ao beneficiário, de modo que as Ações Restritas serão automaticamente canceladas.

Na hipótese de desligamento por aposentadoria normal ou invalidez permanente, o beneficiário fará jus ao recebimento da totalidade das Ações Restritas a que tem direito a receber, considerando 100% (cem por cento) de desempenho das metas de *performance*, desde a data de concessão até a data de desligamento.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de desligamento por falecimento, os seus herdeiros ou sucessores legais farão jus ao recebimento da totalidade das Ações Restritas a que o beneficiário tem direito a receber, considerando 100% (cem por cento) de desempenho das metas de *performance*, desde a data de concessão até a data de desligamento.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios sociais, não houve qualquer remuneração baseada em ações para o conselho de administração e para diretoria estatutária ou para qualquer colaborador.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 Em relação a cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. data de outorga e. quantidade de opções outorgadas

f. prazo para que as opções se tornem exercíveis

g. prazo máximo para exercício das opções

h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções i. valor justo das opções na data da outorga

j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Órgão	N/A
Número Total de Membros	N/A
Número membros Remunerados	N/A
data de outorga e. quantidade de opções outorgadas	N/A
prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A
prazo máximo para exercício das opções	N/A
prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções i. valor justo das opções na data da outorga	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A

8.7 Opções em aberto

8.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia no final do último exercício social.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações ou em opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores nos últimos três exercícios sociais.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários**

Não se Aplica.

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação a cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. data de outorga e. quantidade de ações outorgadas**
- f. prazo máximo para entrega das ações**
- g. prazo de restrição à transferência das ações**
- h. valor justo das ações na data da outorga**
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga**

Não se Aplica

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, pois nos últimos três exercícios sociais, não houve qualquer remuneração baseada em ações para o conselho de administração e para diretoria estatutária ou para qualquer colaborador.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, o Conselho de Administração não havia aprovado qualquer programa ou concessão no âmbito dos Planos de Ações.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, o Conselho de Administração não havia aprovado qualquer programa ou concessão no âmbito dos Planos de Ações.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, tendo em vista que nos dois planos de remuneração baseados em ações da Companhia, atualmente vigentes, o instrumento de incentivo a longo prazo é a concessão de ações, não havendo que se falar em exercício.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, o Conselho de Administração não havia aprovado qualquer programa ou concessão no âmbito dos Planos de Ações.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, tendo em vista que nos dois planos de remuneração baseados em ações da Companhia, atualmente vigentes, o instrumento de incentivo a longo prazo é a concessão de ações, não havendo outorga de opções.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

A tabela abaixo contém a participação consolidada em ações ou cotas, conforme o caso, emitidas pelas seguintes sociedades controladoras, controladas ou sob seu controle comum da Companhia na data deste Formulário de Referência:

	Ações de emissão da Companhia 2021	
Órgão	Quantidade	%
Conselho de Administração	32.585.803	37,02%
Diretoria ⁽¹⁾	31.679.176	35,993%
Conselho Fiscal	0	0,00%

(1) Exclui participações detidas por Diretores que também são Conselheiros da Companhia.

	Ações de emissão da Companhia 2022	
Órgão	Quantidade	%
Conselho de Administração	32.585.803	37,02%
Diretoria ⁽¹⁾	46.150.019	52,42%
Conselho Fiscal	0 0	0,00%

	Quotas de emissão da Datora Telecomunicações Ltda.	
Órgão	Quantidade	%
Conselho de Administração	0	0,00%
Diretoria	4	0,01%
Conselho Fiscal	0	0,00%

Os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia não possuíam quaisquer outras ações, cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas emitidas pela Companhia, seus controladores, por sociedades controladas ou sob seu controle comum da Companhia na data deste Formulário de Referência.

8.14 Planos de previdência

8.14 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	6,00	6,00	5,00	5,00	3,00	2,00
Nº de membros remunerados	6,00	6,00	0,00	0,00	3,00	2,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1.241.018,60	1.428.315,33	0,00	0,00	39.000,00	29.250,00
Valor da menor remuneraçãoReal	624.159,08	190.182,76	0,00	0,00	39.000,00	29.250,00
Valor médio da remuneraçãoReal	940.762,44	739.285,50	0,00	0,00	39.000,00	29.250,00

Observações e esclarecimentos

Diretoria Estatutária	
Observação	Esclarecimento

Conselho de Administração	
Observação	Esclarecimento
31/12/2021	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados em função dos cargos ocupados.
31/12/2020	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados em função dos cargos ocupados.

Conselho Fiscal	
Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não havia celebrado com seus administradores qualquer compromisso de indenidade que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

A tabela abaixo apresenta o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	Previsto 2023	2022	2021	2020
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria	40,6%	40%	22%	15%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	0%	N/A

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração dos membros da Diretoria da Companhia foi integralmente suportada pela Datora Participações e Serviços S/A. Com relação ao Conselho Fiscal, este foi instalado em 30 de abril de 2020 de forma independente não sendo parte relacionada aos controladores.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.17 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022 a remuneração dos membros da Diretoria foi integralmente suportada pela da Companhia,

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (em R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas	N/A	502.537,44	N/A	501.863,52
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (em R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas	N/A	1.988.846,27	N/A	1.988.846,27
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (em R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas	N/A	2.758.823,36	N/A	2.758.823,36
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 - Estimativa (em R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas	N/A	3.082.302,07	N/A	3.082.302,07
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

8.20 Outras informações relevantes

8.20 - Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que os valores previstos para 2023 não consideram nenhuma alteração no quadro do conselho de administração e fiscal.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
29/06/2021	29/06/2021		
Descrição dos serviços prestados			
Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018; (ii) auditoria das demonstrações financeiras combinadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018; e (iii) serviço de procedimentos pré-acordados.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O montante total bruto da remuneração paga aos auditores independentes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 585.000,00 mil.			
Justificativa da substituição			
Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.			

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda	Juridica	61.366.936/0001-25	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
20/04/2023	20/04/2023		
Descrição dos serviços prestados			
Serviço de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Datora Participações e Serviços S.A., para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023. Revisão e emissão de relatório sobre as informações financeiras intermediárias não auditadas da Datora Participações e Serviços S.A. com encerramento em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
R\$ 495.000,00 (Quatrocentos e noventa e cinco mil reais)			
Justificativa da substituição			
A substituição da KPMG Auditores Independentes S.A. foi realizada com o objetivo de fazer um rodízio da empresa responsável pela auditoria externa da Companhia, de acordo com as melhores práticas de governança corporativa.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável, tendo em vista que não houve discordância da justificativa do emissor.			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 - Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Não houve outro serviço prestado além da auditoria das Demonstrações Financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e revisão das informações intermediárias de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 - Outras Informações relevantes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não ocorreram outras informações relevantes.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	14	31	0	0	0
Não-liderança	69	108	0	0	0
TOTAL = 222	83	139	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

Há um esclarecimento do DRI para os dados informados em 'prefere não responder': Em 2023, a Companhia adotou sistema de gestão de folha que permite auto declaração de cor e raça. É reforçada, com frequência, a necessidade de atualização dos dados pessoais e todos possuem liberdade para preenchimento no portal do colaborador. No entanto, o sistema não estava em uso no ano de 2022, o que justifica a ausência dos dados para o ano.

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	0	0	0	0	0	45
Não-liderança	0	0	0	0	0	0	177
TOTAL = 222	0	0	0	0	0	0	222

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	1	35	9
Não-liderança	41	123	13
TOTAL = 222	42	158	22

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	45	0	0
Não-liderança	0	0	0	171	0	6
TOTAL = 222	0	0	0	216	0	6

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	81	135	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	2	4	0	0	0
TOTAL = 222	83	139	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

Há um esclarecimento do DRI para os dados informados em 'prefere não responder': Em 2023, a Companhia adotou sistema de gestão de folha que permite auto declaração de cor e raça. É reforçada, com frequência, a necessidade de atualização dos dados pessoais e todos possuem liberdade para preenchimento no portal do colaborador. No entanto, o sistema não estava em uso no ano de 2022, o que justifica a ausência dos dados para o ano.

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0

Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0	0	216
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	6
TOTAL = 222	0	0	0	0	0	0	222

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	40	154	22
Sul	0	0	0
Exterior	2	4	0
TOTAL = 222	42	158	22

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 - Descrição dos recursos humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de terceirizados:

Número de terceirizados			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
São Paulo			
Prestadores de serviço	8	5	11
Total	8	5	11
Minas			
Prestadores de serviço	2	3	5
Total	10	8	5

Nos números apresentados acima não são contabilizados os três conselheiros financeiros da empresa remunerados em folha localizados em Minas.

(c) índice de rotatividade

A Companhia apresenta abaixo o índice de rotatividade:

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
2,68%	2,79%	2,21%

10.2 Alterações relevantes

10.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 - Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia possui uma remuneração fixa para seus empregados, determinada com base nas condições de mercado e nas convenções trabalhistas dos sindicatos aplicáveis. Determinados empregados da Companhia fazem jus a uma remuneração variável baseado no Plano de Participação nos Resultados (“PPR”).

O PPR estabelece pagamento de participação nos resultados para seus empregados vinculada ao atingimento de metas claras e objetivas, conforme negociado anualmente com o sindicato representante dos empregados da Companhia.

As metas, bem como o múltiplo salarial que cada empregado terá direito, caso as metas sejam atingidas, são apresentados anualmente a cada empregado, no início do período de apuração, e estão atrelados ao nível de carreira em que o empregado está alocado.

O PPR é atualizado e divulgado anualmente com base nas premissas negociadas junto ao sindicato, e definidas no planejamento estratégico e no orçamento disponibilizado para o período a ser apurado, normalmente de janeiro a dezembro de cada ano. O pagamento, caso as metas sejam atingidas, é realizado de acordo com os critérios definidos no plano negociado junto ao sindicato.

(b) política de benefícios

Os empregados da Companhia contam com um pacote de benefícios que inclui: (i) vale-refeição e/ou alimentação, na modalidade “Flash”; (ii) vale transporte; (iii) plano de saúde e odontológico; e (iv) seguro de vida.

Além dos benefícios mencionados acima, como parte da estratégia para retenção de seus empregados, a Companhia possui diversos programas que promovem o engajamento, desenvolvimento e bem-estar de seus empregados, por exemplo, bolsa de estudos, Bolsa de inglês, licença maternidade/paternidade estendida, ações para bem-estar físico e mental, “*happy day*”, premiação por tempo de casa, outstanding, dentre outros.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

- (i) grupos de beneficiários
- (ii) condições para o exercício
- (iii) preços de exercício
- (iv) prazos de exercício
- (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável, tendo em vista que na data deste Formulário de Referência não havia planos de remuneração baseados em ações para empregados não administradores.

(d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

A proporção é calculada baseada na remuneração do CEO frente a mediana da empresa (desconsiderando a remuneração do principal administrador do grupo). Destaca-se que a mediana da remuneração mensal bruta do grupo é no valor de R\$4.418,86. Com isso, temos a proporção de 1 para 21 conforme exposto na fração abaixo.

Reforça-se que o grupo possui política de cargos e salários, bem como análises recorrentes do mercado para adequação e competitividade salarial.

Todas as movimentações de pessoal são validadas pelo RH e diretoria e seguem classes e steps previamente definidas para que haja equiparação salarial entre funções.

1 :: 21

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Os empregados da Companhia são representados pelos seguintes sindicatos:

Nome	UF
SINTETEL - Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de São Paulo	SP
SINTTEL - Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações de Minas Gerais	MG

A Companhia também preza e mantém bom relacionamento com referidas entidades sindicais, e divulga aos seus colaboradores as principais convenções coletivas e outras ações promovida pelas entidades sindicais. Não houve qualquer tipo de paralisação ou greve, por parte dos funcionários da Companhia, nos últimos três exercícios sociais.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 - Outras informações relevantes

Não possuímos em sistema a informação de identidade autodeclarada de cor ou raça. O Grupo Datora encontra-se em 2023 em migração de sistema operacional de folha para que tais estatísticas de diversidade possam ser acompanhadas e trabalhadas. Segundo informações do Great Place to Work 2022, tivemos 198 participantes, com as seguintes respostas: Amarela; 7 | Branca; 125 | Parda; 54 | Preta; 12.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota uma Política de Transações com Partes Relacionadas, a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2021 e retificada em 18 de outubro de 2021, que entrará em vigor a partir da data de início da vigência do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

A Política de Transações com Partes Relacionadas define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas, transações com partes relacionadas e situações envolvendo conflitos de interesses, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações. A Política de Transações com Partes Relacionadas tem como objetivo assegurar que as transações da Companhia e suas controladas com Partes Relacionadas sejam realizadas no melhor interesse da Companhia e suas controladas, conforme o caso, e fundamentadas em princípios de transparência e comutatividade.

A Política de Transações com Partes Relacionadas abrange, mas não se limita a, todos os administradores da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas, bem como aos seus respectivos procuradores, responsáveis técnicos e/ou administrativos, colaboradores, consultores, terceiros interpostos e seus respectivos familiares, incluindo cônjuges ou companheiros(as), seus filhos, os filhos de seus cônjuges ou companheiros(as) e seus dependentes ou de seus cônjuges e companheiros(as). É considerada transação com parte relacionada, para fins da Política de Transações com Partes Relacionadas e nos termos da legislação aplicável, qualquer operação da Companhia que trate de transferência de bens, recursos, direitos, obrigações, contratação ou prestação de serviços, negócios, disputas ou ações que envolvam partes relacionadas, independentemente de haver ou não um preço em contrapartida à transação e de estarem representadas por outras pessoas jurídicas ou físicas ("**Transações com Partes Relacionadas**").

A Companhia, quando da celebração de operações com partes relacionadas, adota práticas que têm por objetivo não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para a Companhia ou para quaisquer outras partes, com base em termos e condições que seriam aplicáveis a operações semelhantes com terceiros, utilizando-se de cotações e pesquisas de mercado na implementação de seus negócios e contratação de serviços, tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão da realização das transações, independentemente desta ser realizada entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Por fim, a Companhia adota um Código de Ética, aplicável a todas as sociedades de seu grupo econômico, que tem como objetivo orientar as ações e a tomada de decisões de todos os colaboradores das empresas do grupo, nos diversos níveis de relacionamento empresarial e operacional.

A prática recomendada pela Companhia para possíveis conflitos de interesse é baseada no princípio de que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve-se recusar a promover qualquer forma de favorecimento ou a agir contra os interesses da Companhia.

A Política de Transações com Partes Relacionadas entra em vigor a partir da data da entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3 e pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas

11.1 Regras, políticas e práticas

Gerais, CEP 34006-056; e (ii) internet: site da Companhia (ri.datora.net), site da CVM (www.gov.br/cvm) e site da B3 (www.b3.com.br).

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Datora Mobile Telecomunicações S.A.	31/12/2022	0,00	186.000,00	186.000,00	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Prestação de serviços gerais intragrupo estão relacionados a BackOffice (financeiro, contábil, fiscal, recursos humanos, administrativo, jurídico, gestão de projetos e Tecnologia da Informação), serviço de plataforma de gerenciamento de conectividade e de valor agregado. O valor devido pela Companhia no âmbito do contrato é estabelecido com base na alocação dos custos entre as empresas integrantes do seu grupo econômico e, portanto, não há um valor fixo a se reportar nos campos “montante envolvido” e “montante”					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	A Companhia e sua controlada integram o mesmo grupo econômico, no qual a controladora é responsável por centralizar a prestação de serviços gerais de BackOffice do Grupo.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
DATORA MOBILE TELECOMUNICAÇÕES S.A.	31/12/2022	0,00	7.000,00	7.000,00	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Adiantamentos de recursos financeiros da controladora para a Datora Mobile Telecomunicações S.A. para que a empresa possa fazer frente as suas obrigações operacionais, o adiantamento poderá ser compensado atrás do serviço prestado gerais de BackOffice (financeiro, contábil, fiscal, recursos humanos, administrativo, jurídico, gestão de projetos e Tecnologia da Informação), serviço de plataforma de gerenciamento de conectividade e de valor agregado					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	A Companhia e sua controlada integram o mesmo grupo econômico, no qual a controladora é responsável por centralizar a prestação de serviços gerais de BackOffice do Grupo.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
DATORA MOBILE TELECOMUNICAÇÕES S.A.	31/12/2022	0,00	3.930.000,00	3.930.000,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Controlada					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber da controlada Datora Mobile Telecomunicações S.A					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber da controlada Datora Mobile Telecomunicações S.A.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Datora Pag Ltda.	31/12/2022	0,00	1.217.000,00	1.217.000,00	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Adiantamentos de recursos financeiros da controladora para a Datora Pag, para que a empresa possa fazer frente as suas obrigações operacionais nesse período pré-operaciona					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Recursos financeiros disponibilizados pela Datora Participações e Serviços S.A. para a controlada Datora Pag Ltda.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Datora Pag Ltda.	31/12/2022	0,00	175.000,00	175.000,00	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Transações financeiras de conta corrente, as quais não possuem a incidência de juros remuneratórios					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	O Mutuário poderá, durante a vigência do Contrato, proceder ao pagamento antecipado e integral do mútuo ora concedido.					
Natureza e razão para a operação	Recursos financeiros disponibilizados pela Datora Participações e Serviços S.A. para a controlada Datora Pag Ltda					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
DATORA PAG LTDA.	31/12/2022	0,00	72.000,00	72.000,00	Indeterminada	0
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Prestação de serviços gerais intragrupo estão relacionados a BackOffice (financeiro, contábil, fiscal, recursos humanos, administrativo, jurídico, gestão de projetos e Tecnologia da Informação), serviço de plataforma de gerenciamento de conectividade e de valor agregado. O valor devido pela Companhia no âmbito do contrato é estabelecido com base na alocação dos custos entre as empresas integrantes do seu grupo econômico e, portanto, não há um valor fixo a se reportar nos campos “montante envolvido” e “montante”					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	A Companhia e sua controlada integram o mesmo grupo econômico, no qual a controladora é responsável por centralizar a prestação de serviços gerais de BackOffice do Grupo.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Datora Telecomunicações Ltda.	31/12/2022	16.416.000,00	16.416.000,00	16.416.000,00	31/12/2023	0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Transações financeiras de conta corrente, as quais não possuem a incidência de juros remuneratórios					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	O Mutuário poderá, durante a vigência do Contrato, proceder ao pagamento antecipado e integral do mútuo ora concedido.					
Natureza e razão para a operação	Transações de recursos financeiros, disponibilizados pela controlada Datora Telecomunicações Ltda., para a controladora Datora Participações e Serviços S.A. Devido a não incidência de juros remuneratórios, o montante envolvido do contrato é o mesmo que o saldo existente.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Datora Telecomunicações Ltda.	31/12/2022	0,00	490.000,00	490.000,00	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Prestação de serviços gerais intragrupo estão relacionados a BackOffice (financeiro, contábil, fiscal, recursos humanos, administrativo, jurídico, gestão de projetos e Tecnologia da Informação), serviço de plataforma de gerenciamento de conectividade e de valor agregado. O valor devido pela Companhia no âmbito do contrato é estabelecido com base na alocação dos custos entre as empresas integrantes do seu grupo econômico e, portanto, não há um valor fixo a se reportar nos campos "montante envolvido" e "montante"					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	A Companhia e sua controlada integram o mesmo grupo econômico, no qual a controladora é responsável por centralizar a prestação de serviços gerais de BackOffice do Grupo.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Datora Telecomunicações Ltda.	31/12/2022	0,00	3.163.000,00	3.163.000,00	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Prestação de serviços gerais intragrupo estão relacionados a BackOffice (financeiro, contábil, fiscal, recursos humanos, administrativo, jurídico, gestão de projetos e Tecnologia da Informação), serviço de plataforma de gerenciamento de conectividade e de valor agregado. O valor devido pela Companhia no âmbito do contrato é estabelecido com base na alocação dos custos entre as empresas integrantes do seu grupo econômico e, portanto, não há um valor fixo a se reportar nos campos "montante envolvido" e "montante"					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	A Companhia e sua controlada integram o mesmo grupo econômico, no qual a controladora é responsável por centralizar a prestação de serviços gerais de BackOffice do Grupo.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Datora Telecomunicações Ltda.	31/12/2022	0,00	3.072.000,00	3.072.000,00	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Prestação de serviços gerais intragrupo estão relacionados a BackOffice (financeiro, contábil, fiscal, recursos humanos, administrativo, jurídico, gestão de projetos e Tecnologia da Informação), serviço de plataforma de gerenciamento de conectividade e de valor agregado. O valor devido pela Companhia no âmbito do contrato é estabelecido com base na alocação dos custos entre as empresas integrantes do seu grupo econômico e, portanto, não há um valor fixo a se reportar nos campos "montante envolvido" e "montante"					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	A Companhia e sua controlada integram o mesmo grupo econômico, no qual a controladora é responsável por centralizar a prestação de serviços gerais de BackOffice do Grupo.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
DATORA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	31/12/2022	0,00	109.000,00	109.000,00	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Adiantamentos de recursos financeiros da controladora para a Datora Mobile Telecomunicações S.A. para que a empresa possa fazer frente as suas obrigações operacionais, o adiantamento poderá ser compensado através do serviço prestado gerais de BackOffice (financeiro, contábil, fiscal, recursos humanos, administrativo, jurídico, gestão de projetos e Tecnologia da Informação), serviço de plataforma de gerenciamento de conectividade e de valor agregado					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	A Companhia e sua controlada integram o mesmo grupo econômico, no qual a controladora é responsável por centralizar a prestação de serviços gerais de BackOffice do Grupo.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(n) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Os procedimentos adotados pela Companhia para identificar conflitos de interesse são aqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações e na Política de Transações com Partes Relacionadas. Adicionalmente, a Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado e no Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas.

As práticas de governança corporativa, recomendadas e/ou exigidas pela legislação, são aplicadas pela Companhia. Segundo estas regras, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido.

Além disso, a Política de Transações com Partes Relacionadas prevê que, ao identificarem uma situação envolvendo partes relacionadas ou outros potenciais conflitos de interesses, os envolvidos devem se afastar, imediatamente, do processo específico, opinião e da tomada de decisão respectiva ao conflito, devendo aguardar orientações superiores e o cumprimento do processo de análise previsto na Política de Transações com Partes Relacionadas. Em hipótese alguma, entretanto, deve o envolvido deixar de cumprir seus deveres legais e de proteção aos demais riscos da Companhia.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações, prevê que conselheiros e diretores são proibidos de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

As transações com Partes Relacionadas previstas no item 11.2 deste Formulário de Referência, seguiram os parâmetros e diretrizes previstos neste item.

(o) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas são realizadas observando as condições praticadas em mercado à época, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado, e tomando-se como base, ainda, negociações da mesma natureza realizadas anteriormente pela Companhia com terceiros.

As transações com partes relacionadas devem ser formalizadas por meio de instrumento escrito, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas. Neste sentido, quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, a Companhia age de forma a garantir que tais transações não venham a gerar quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

A Companhia busca sempre observar as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordos ou estabelecer relações comerciais. Dessa forma, a Companhia entende que os procedimentos acima e outros previstos na Política de Transação com Parte Relacionadas, asseguram a realização de todas as suas transações com partes relacionadas em caráter estritamente comutativo com as condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado.

Neste sentido, quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, a Companhia age de forma a garantir que tais transações não venham a gerar quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

Com relação aos contratos de prestação de serviços gerais intragrupo relacionados a *BackOffice* (financeiro, contábil, fiscal, recursos humanos, administrativo, jurídico, gestão de projetos e Tecnologia da Informação), as partes se beneficiam do aproveitamento de sinergias, eficiência econômico-administrativa e redução de custos. A Companhia incorre nas despesas da estrutura de *BackOffice*, a valor de custo, e tais despesas são compartilhadas e reembolsadas pelas controladas da Companhia proporcionalmente ao seu uso, nos percentuais e de acordo com os termos comutativos descritos no contrato, e com base em métricas objetivas (tais quais lançamentos contábeis, pagamentos, pedidos de compra, número de colaboradores).

Com respeito aos contratos de planos de dados para comunicação máquina a máquina (*Machine-to-Machine*), a Datora Mobile Telecomunicações S.A., controlada da Companhia, realiza cobrança dos serviços prestados na medida em que os planos são consumidos. O valor devido no âmbito dos contratos é estabelecido com base na utilização dos planos e de acordo com os termos descritos nos contratos, os quais são os mesmos termos praticados com terceiros não relacionados.

Relativamente às transações de recursos financeiros, as partes se beneficiam do aproveitamento de eficiência econômico-administrativa e redução de custos, uma vez que os recursos são disponibilizados pela controlada Datora Telecomunicações Ltda. para a Companhia sem a incidência de juros remuneratórios; ou no caso da Datora Pag Ltda. pela Companhia, para que a empresa possa fazer frente as suas obrigações operacionais nesse período pré-operacional.

De forma a mitigar riscos e garantir a comutatividade, as seguintes informações das transações com partes relacionadas mencionadas acima foram avaliadas: (i) principais termos e condições da transação, tais como objeto, partes, montantes envolvidos, prazo, e quaisquer outras informações necessárias à compreensão da transação; (ii) identificação da(s) contraparte(s) que se enquadre(m) no conceito de parte relacionada, com a descrição da natureza de sua relação com a Companhia ou com sua controlada, conforme o caso; (iii) demonstração dos interesses da Companhia ou de suas controladas, conforme aplicável, na realização da transação com a parte relacionada; (iv) demonstração de que seus termos e condições são semelhantes ou ao menos igualmente favoráveis à Companhia em relação àqueles que geralmente estariam disponíveis no mercado ou seriam oferecidos a ou por terceiros não-relacionados com a Companhia, em circunstâncias equivalentes; e (v) as razões pela escolha de realização da transação com partes relacionadas e não com terceiros não-relacionados.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 11.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
24/08/2021		1.500.000.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
0	0	0	

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
18/11/2020	Totalmente integralizado	38.854.725,33	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
86.608.416	0	86.608.416	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
18/11/2020	Totalmente integralizado	38.854.725,33	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
86.608.416	0	86.608.416	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
18/11/2020		38.854.725,33	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
86.608.416	0	86.608.416	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag Along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25,0% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito de voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características de reembolso	No caso de liquidação da Companhia, após pagar todas as suas obrigações, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas respectivas participações no capital social. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se do quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas nos incisos I a VI e IX do artigo 136 na Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso, nos termos do artigo 137, IV da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição à circulação	Não
Possibilidade de resgate de ações	Não
Hipótese de resgate e fórmula de cálculo do valor do resgate	Não aplicável
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Pela Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social da Companhia, nem as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleia Geral da Companhia podem privar seus acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) o direito de votar nas assembleias gerais e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não aplicável

Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

(i) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(j) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desses direitos, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(k) outras características relevantes

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários de sua emissão que não sejam ações e que não estejam vencidos ou não foram resgatados.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários de sua emissão que não sejam ações e que não estejam vencidos ou não foram resgatados.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Em 22/12/2021 a Companhia obteve seu registro de emissor Categoria A na CVM. Foi também feito o registro da Companhia na B3, com suas ações tendo, portanto, sido admitidas à negociação. No entanto, até a data deste Formulário, não foi realizada oferta pública de ações da Companhia, de modo que não há negociação de suas ações. Também não há outros valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação em mercados brasileiros.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 - Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

- (a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**
- (b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**
- (c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Tomas Henrique Fuchs	Diretor Presidente	Registrado	
Claude Andre Jensen Araripe Monteiro da Silva	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

13.1 - Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário
Cargo do responsável

Tomas Henrique Fuchs
Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades



Tomas Henrique Fuchs

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

13.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário Claude Andre Jensen Araripe Monteiro da Silva
Cargo do responsável Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Claude Andre Jensen Araripe Monteiro da Silva